

e-ISSN: 2595-6361

PERSPECTIVAS & DIÁLOGOS

revista de história social e práticas de ensino

V.6 n.12 (2023) Perspectivas e
Diálogos: revista de História
Social e práticas de Ensino.

Fonte: Jornal A Tarde, 02 de julho de 2022.



Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino

Volume 06, n. 12, Jun – Dez, 2023.

ISSN – 2595-6361 Qualis/Capes B1 (2017-2020)

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino

Universidade do Estado da Bahia —UNEB

Departamento de Ciências Humanas – DCH/VI, Caetitê – Bahia, Brasil

NHIPE – Núcleo de História Social e Práticas de Ensino (NHIPE/UNEB/CNPq)

Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS/UNEB)

Editora gerente:

Márcia Cristina Lacerda Ribeiro

Editoração eletrônica:

Maxsuel da Silva Marques Ferreira

Revisão linguística:

Márcia Cristina Lacerda Ribeiro

Antonieta Miguel

Capa:

Luisa Souto Mendes Amaral

Página da Revista:

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/nhipe/index>

Endereço

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino

Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus VI

Avenida Contorno, S/N, Bairro São José – Caetité - Bahia CEP: 46400-000

Telefone: (77) 3454-2021

E-mail: revista.nhipe.uneb@gmail.com

FICHA CATALOGRÁFICA

Equipe Editorial

Editora gerente

Márcia Cristina Lacerda Ribeiro, Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Editores Assistentes

João Reis Novaes, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil

Joslan Santos Sampaio, Secretaria de Educação do Estado da Bahia, Brasil

Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Odílio da Silva Santos, Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Wilson da Silva Santos, Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Conselho Consultivo

Luis Filipe Bantim Assumpção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Márcia Cristina Lacerda Ribeiro, Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Odílio da Silva Santos, Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Conselho Editorial

Ana Livia Bonfim Vieira, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil

Ana Maria Oliveira Lima, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil

Ana Teresa Marques Gonçalves, Universidade Federal de Goiás, Brasil

Anderson Zalewski Vargas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Carlos Augusto Lima Ferreira, Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil

Carlos Eduardo da Costa Campos, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Carlos Jorge Gonçalves Soares Fabião, Universidade de Lisboa, Portugal

Delfim Ferreira Leão, Universidade de Coimbra, Portugal

Edgar Leite Ferreira Neto, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil

Enzo Pace, Università di Padova, Itália

Fabio de Souza Lessa, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade, Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Fabio Vergara Cerqueira, Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Helena Paula Carvalho, Universidade do Minho, Portugal

José Antonio Zamora Zaragoza, Instituto de Filosofía - CSIC, Espanha

Josivaldo Pires de Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Kacem Gharbi, Centre D'etudes et de Recherches Economiques et Sociales, Tunísia

Lélia Cristina Silveira de Moraes, Universidade federal do Maranhão, Brasil

Lia Machado Fiuza Fialho, Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Lorene dos Santos, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Luiz Otávio de Magalhães, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil

Maria Beatriz Borba Florenzano, Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Cecília Miranda Nogueira Coelho, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Maria Cristina Nicolau Kormikiari Passos, Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Manuela Reis Martins, Universidade do Minho, Portugal

Olivia Morais Medeiros Neta, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Sergio Armando Diniz Guerra Filho, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Vagner Carvalheiro Porto, Universidade de São Paulo, Brasil

Vereno Brugiattelli, Università degli Studi di Verona, Verona, Itália

Warley José Campos Rocha, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Brasil

Equipe Técnica

Jamile Barbosa Silva Anacleto, Universidade do Estado da Bahia, Brasil
Maxsuel da Silva Marques Ferreira, Universidade do Estado da Bahia, Brasil
Manoel Messias Souza Santana, Nhipe/Cnpq-UNEB, Brasil

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE (PPGELS/UNEB)**

Coordenador: Glauber Barros Alves Costa

Vice-coordenadora: Gabriela Silveira Rocha

Endereço:

Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus VI
Avenida Contorno, S/N, Bairro São José – Caetité - Bahia CEP: 46400-000

Telefone: (77) 3454-2021

Página do Programa: <https://www.ppgels.uneb.br/>

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

REITORA: Adriana Marmori Lima

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - VI

DIRETORA: Juliane dos Santos Amorim

Editorial

*Procuro despir-me do que aprendi
Procuro esquecer-me do modo de lembrar que me ensinaram,
E raspar a tinta com que me pintaram os sentidos,
Desencaixotar as minhas emoções verdadeiras,
Desembrulhar-me e ser eu...
Alberto Caeiro*

Ao encerrar os trabalhos de mais um ano, entrego o último número de **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino** ao público. Apresento um dossiê temático, a seção de artigos livres e a de entrevistas. O Dossiê, contendo sete artigos, *2 de Julho, a Independência do Brasil na Bahia: repercussões, resistências e perspectivas* foi organizado pelas colegas Antonieta Miguel e Aléxia Pádua Franco. Trata-se de uma iniciativa do PROMEBA (Grupo de Pesquisa Memória da Educação na Bahia/Universidade do Estado da Bahia), dirigido por Antonieta Miguel, e do Portal do Bicentenário. Ele está belamente apresentado pelas autoras.

Na sequência, na seção de artigos livres, temos o texto intitulado *Black Earth Rising: Ruanda e a história do tempo presente*, do africanista Ivaldo Marciano de França Lima. O autor brinda-nos com uma fina análise da série produzida pela NETFLIX, lançada em 2018, *Black Earth Rising*. A série retrata o contexto pós genocídio ocorrido em Ruanda no ano de 1994. O autor examina o material audiovisual como fonte histórica, apontando limites e possibilidades do seu uso, além de oferecer um balanço consistente dos eventos que levaram ao desencadeamento daqueles cem dias que abalaram Ruanda. Para entender a conjuntura, que extrapola o universo de Ruanda e deixa à mostra as intrincadas alianças que constituíram a geopolítica da Região dos Grandes Lagos do continente africano, o autor analisa as duas grandes guerras do Congo: 1996/1997 e 1998 a 2003. Finaliza o texto refletindo sobre o tempo presente e as tensões entre as Repúblicas de Ruanda e do Congo.

No artigo seguinte, Claudio Walter Gomez Duarte transborda sua expertise na apresentação da arquitetura de um conjunto de dez templos gregos. O artigo *Elementos para estudar o desenvolvimento da Arquitetura Religiosa Grega: Dez Templos Dóricos Perípteros de Transição Proporcional das Colunas [1:6]–[1:7] construídos entre os séculos V e II a.C.* analisa um vasto conjunto documental, das fontes textuais, georreferenciamento e plantas. Explora o desenvolvimento da arquitetura religiosa grega no transcurso dos séculos V e II a.C. em uma série de detalhes, mostrando como as mudanças arquiteturais podem refletir alterações de tendências culturais no período. O autor apresenta ainda um glossário ricamente elaborado para auxiliar na leitura do texto.

Fechando a edição apresento uma entrevista intitulada *Maria Beatriz Borba Florenzano: memória de uma trajetória acadêmica*, concedida a mim por Maria Beatriz Borba Florenzano, professora aposentada da Universidade de São Paulo. A Professora é uma das grandes referências em Arqueologia da Grécia Antiga no Brasil. Tive a honra de ser por ela orientada na Pós-Graduação e supervisionada no estágio Pós-doutoral, ambos na USP. A entrevista é mais que uma aula de História e Arqueologia, é a lembrança de uma extraordinária trajetória acadêmica construída ao longo de cinquenta anos.

Ao encerrar mais um ano com muito esforço para manter viva a nossa revista, deixo uma homenagem aos autores(as), colaboradores(as), professores(as), que se fazem e se refazem, e permanecem aguerridos(as) em um justo e sublime ideal – o de ser Professor(a) em um País em que a Educação cambaleia. Continuemos firmes, sigamos tal como Alberto Caeiro tão bem enuncia na epígrafe que abre este Editorial.

Márcia Cristina Lacerda Ribeiro
Editora Gerente

Dossiê Temático

**2 DE JULHO, A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA
BAHIA: REPERCUSSÕES, RESISTÊNCIAS E
PERSPECTIVAS**

*JULY 2, BRAZIL'S INDEPENDENCE IN BAHIA:
REPERCUSSIONS, RESISTANCE AND PERSPECTIVES*

Antonieta Miguel - 0000-0003-2845-3768
Aléxia Pádua Franco – 0000-0002-2715-3627

1 Universidade do Estado da Bahia, Rio de Contas, Brasil – amiguel@uneb.br
2 Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil - alexia@ufu.br

O Dossiê 2 de Julho, a Independência do Brasil na Bahia: repercussões, resistências e perspectivas consiste em edição comemorativa do Bicentenário da Independência resultante da parceria entre o Grupo de Pesquisa Memória da Educação na Bahia - PROMEBA/UNEB e o Portal do Bicentenário. Nestes dois anos de atividades conjuntas foram produzidos e difundidos, através do sítio virtual <https://portaldobicentenario.org.br/>, conteúdo sobre os 200 anos de Independência do Brasil/Bahia e seus desdobramentos na sociedade brasileira, em especial na educação.

Dessa forma, a proposta deste Dossiê considera refletir sobre os caminhos baianos que construíram o Estado brasileiro, trazendo à tona aspectos históricos que evidenciam passados pouco acessados pela sociedade, especialmente pela educação básica. A Guerra da Bahia (ARAÚJO, 1998) durou mais de um ano e “confirmaria” o Ipiranga. Esta guerra envolveu “diretamente todas as vilas do entorno da Bahia de Todos os Santos e muitas do interior da Província da Bahia,

Apresentação - 2 de julho, a independência do Brasil na Bahia: repercussões, resistências e perspectivas

Antonietta Miguel – Aléxia Pádua Franco

representando um contingente em armas de mais de 20.000 pessoas (...) [com] a presença maciça e decisiva das camadas populares” (GUERRA FILHO, 2004, p. 126).

Essas características tornam o 2 de Julho um movimento importante para se pensar a participação popular nas lutas políticas e na constituição do Brasil enquanto nação. Retomar e rememorar esta data permite que luzes sejam lançadas sobre diferentes passados que possibilitam interpretações importantes sobre a sociedade brasileira e baiana, em especial, num momento político de conturbação que se tenta negar a atuação popular de negros e indígenas na formação do Brasil.

O Dossiê 2 de Julho, a independência do Brasil na Bahia: repercussões, resistências e perspectivas reúne pesquisas que considerem releituras do processo de emancipação brasileiro, no campo da História, do Ensino de História e áreas afins, ampliando conhecimentos necessários em tempos presentes.

Abrindo esta edição comemorativa, de autoria da professora Carollina Carvalho Ramos de Lima, temos o artigo *As comemorações do Dois de Julho no Ginásio Baiano, do dr. Abílio César Borges* que discute os conteúdos e formas observáveis nas comemorações em homenagem ao *Dois de Julho* que aconteciam no Ginásio Baiano, comandado por Abílio César Borges, no início dos anos de 1860, analisando práticas escolares e o lugar da história escolar na constituição de uma memória coletiva que intencionava formar cidadãos nacionais.

O segundo artigo, *O agreste em guerra: um estudo histórico sobre Itapicuru no contexto da participação da Bahia na Independência do Brasil (1822-1823)*, escrito por Thiago Pinto Dantas e Luciana Conceição de Almeida Martins apresenta para o/a leitor/a um texto que problematiza a participação de Itapicuru, uma das vilas mais antigas da Bahia e representante da região Agreste, no apoio e reforço nas batalhas em prol da consolidação da independência do Brasil. Aborda como outros espaços e sujeitos sociais do extenso território baiano, foram significativos e estratégicos no âmbito do reforço nas batalhas que legitimam o 2 de julho.

Para o terceiro artigo, *Maria Felipa de Oliveira, mulher negra na memória nacional: entrou sem permissão e existe sem autorização*, as autoras Marina Maia da Silva e Cláudia Pons Cardoso analisam as memórias e as representações sobre Maria Felipa de Oliveira que circulam em sociedade, problematizando o silêncio dos arquivos no que se refere às narrativas sobre a participação das mulheres negras na história.

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino

ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 3 - 6

Apresentação - 2 de julho, a independência do Brasil na Bahia: repercussões, resistências e perspectivas

Antonieta Miguel – Aléxia Pádua Franco

Com a temática centrada ainda em Maria Felipa, o professor Raphael Rodrigues Vieira Filho e a professora Lucineide Santos Vieira ofertam aos leitores e leitoras o quarto artigo *Um espaço guardião da memória da heroína negra da independência: a Casa de Maria Felipa*, que discute a história, a organização, os projetos, as realizações e a divulgação do Centro de Visitação, Estudos, Pesquisas e Empreendimentos Étnico-Culturais - Casa de Maria Felipa a partir de problematizações sobre a constituição e uso do acervo.

Os artigos quinto e sexto trazem a iconografia como foco da análise. O primeiro intitulado *O uso de imagens para dar visibilidade às comemorações escolares da independência: a experiência do GPEC*, de autoria das mulheres que coordenam o Blog Modos de Fazer Educação na Bahia, Elizabete Santana, Ladjane Alves Sousa, Lilia de Jesus Nascimento, Tiane Melo dos Anjos, Verônica de Jesus Brandão e Cândida Pereira dos Santos Monteiro, apresenta um relato coletivo da experiência de planejar e realizar exposições escolares, em especial informações sobre como os temas festas escolares e comemorações cívicas em torno do Bicentenário da Independência da Bahia, a partir de fotografias, compuseram a Exposição Bicentenário da Independência da Bahia.

O sexto artigo, *As imagens da Independência do Brasil na Bahia: o 2 de Julho em iconografias históricas*, de autoria de Sávio Queiroz Lima, aborda criticamente as imagens produzidas para os registros de memórias da Independência do Brasil na Bahia, analisando as disputas em torno destas memórias e, ao mesmo tempo, discute essa cultura visual em seu uso pedagógico.

Para o último artigo, *Bicentenário na Bahia: memória ipitanguenses*, os autores Carlos Eduardo Carvalho de Santana, Gildásio Freitas e Miliane de Lemos Vieira analisam a participação de Santo Amaro do Ipitanga, município atualmente denominado Lauro de Freitas, da independência do Brasil na Bahia, demonstrando fatos pouco conhecidos e conteúdos pouco conhecidos e não acessibilizados pelo público.

Esperamos que os/as leitores/as, ao percorrerem as páginas virtuais da *Revista Perspectivas e Diálogos*, possam ampliar seus conhecimentos sobre esse período tão significativo da história de nosso país e encontrar inspiração para futuras pesquisas.

Boa leitura!!!

Agradecimentos

Apresentação - 2 de julho, a independência do Brasil na Bahia: repercussões, resistências e perspectivas

Antonieta Miguel – Aléxia Pádua Franco

Agradecemos à editora gerente da Revista Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino, Márcia Cristina Lacerda Ribeiro, pelo apoio e intenso trabalho, sem os quais não conseguiríamos essa publicação.

Referências

GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. **O povo e a Guerra:** participação das camadas populares nas lutas pela independência do Brasil na Bahia. Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Dissertação de Mestrado, 2004.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. **A Guerra da Bahia. Salvador:** UFBA/CEAO, 1998.

Informações dos autores

Antonieta Miguel – Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e líder do Grupo de Pesquisa História da Educação na Bahia – PROMEBA

Contribuição de autoria: autora

URL do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6807226750659924>

Aléxia Pádua Franco - Professora Adjunta da Faculdade de Educação e do Centro de Educação à Distância da Universidade Federal de Uberlândia. Membro do GEPEGH (Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de História e Geografia) do PPGED/UFU. Graduada em História pela UFU e Doutora em Educação pela UNICAMP (2009).

Contribuição de autoria: coautora

URL do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4607042780750206>

COMO CITAR ESTE ARTIGO

MIGUEL, Antonieta; FRANCO, Aléxia Pádua. Apresentação - 2 de julho, a independência do Brasil na Bahia: repercussões, resistências e perspectivas. **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino**, Caetité, vol. 6, n. 12, 2023, p. 3 - 6. DOI:

DOI:

Artigo

**AS COMEMORAÇÕES DO *DOIS DE JULHO* NO GINÁSIO BAIANO, DO DR.
ABÍLIO CÉSAR BORGES**

**JULY 2ND CELEBRATIONS AT THE BAIANO GYMNASIUM, LED BY DR.
ABÍLIO CÉSAR BORGES**

Carollina Carvalho Ramos de Lima¹ - 0000-0003-3265-4669

¹Universidade Federal da Bahia (ufba), Salvador, Brasil - carollinadelima@ufba.com.br

Resumo:

No ensino das reflexões que envolveram o bicentenário da(s) Independência(s) no Brasil, neste artigo abordamos certa cultura escolar relacionada a esta efeméride, considerando sua relação com o ensino de História. Mais especificamente, abordamos o tema a partir da reconstituição de conteúdos e formas observáveis nas comemorações em homenagem ao *Dois de Julho* que aconteciam no Ginásio Baiano, comandado por Abílio César Borges, no início dos anos de 1860. Nesse sentido, o texto recupera algumas práticas escolares e reflete sobre o lugar da história escolar na constituição de uma memória coletiva, constituída no diálogo com o imaginário romântico, cujo objetivo central seria formar cidadãos nacionais e inventar tradições que permitissem aos sujeitos se entenderem parte de uma “comunidade imaginada” (local e nacional), e que, em última instância, fazia parte da formação escolar e fora idealizada pelas elites.

Palavras-chave: Dois de Julho – Independência na Bahia – Ginásio Baiano – Abílio César Borges – século XIX

Abstract:

As part of the reflections surrounding the bicentenary of Independence(ies) in Brazil, in this article we address a certain school culture related to this anniversary, considering its relationship with the teaching of History. More specifically, we approach the topic from the reconstitution of contents and forms observable in the celebrations in honor of *Dois de Julho* that took place at the Ginásio Baiano, commanded by Abílio César Borges, in the early 1860s. In this sense, the text recovers some practices schools and reflects on the place of school history in the constitution of a collective memory, constituted in dialogue with the romantic imaginary, whose central objective would be to form national citizens and invent traditions that would allow subjects to understand themselves as part of an “imagined community” (local and national), and which, ultimately, was part of school training and was idealized by the elites.

Keywords: Dois de Julho – Independence in Bahia – Baiano Gymnasium – Abílio César Borges – 19th century

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 7 - 32

Recebido: 19 de Novembro de 2023

Aprovado: 15 de Dezembro de 2023

Publicado: 31 de Dezembro de 2023

Introdução

Amais nossa cara pátria?
E como podereis bem servir-lá, se não vos instruiredes?
O homem que não ama sua pátria é um monstro.
(*Máximas* escritas por Abílio Borges para serem repetidas pelos estudantes do Ginásio
Baiano)

O *Dois de Julho* se destaca no calendário cívico da Bahia e é considerado um marco importante na história política do país, desempenhando um papel fundamental na formação da memória coletiva e na difusão de uma identidade cultural na relação entre local e nacional. Até pelo menos a metade do século XX, a historiografia baiana acerca do conflito difundiu uma narrativa épica sobre a guerra, tratando-a como uma espécie de “mito de origem” (CARRETERO, 1989), supervalorizando a luta armada e o “nascimento” do povo baiano, impactando também na *forma* e no *conteúdo* da história escolar sobre o tema (MOLINA e LIMA, 2022).

Desde o século XIX, a Independência do Brasil na Bahia é um conteúdo presente do ensino primário e secundário na Província, depois Estado, figurando como uma das efemérides que marcam, ainda hoje, a trajetória escolar de boa parte dos estudantes, fazendo-se presente na cultura da escola na longa duração. Como adverte Carlota Boto (2014, p.13):

Se a cultura que a escola veicula é, em alguma medida, interna à própria experiência escolar, certamente há saberes, referências, modelos, que são provenientes do exterior, que têm a ver com determinações de poder, da política ou da inscrição social da ciência e que são apropriados pela instituição na forma de conteúdos e de ritos escolares.

Nesse sentido, como efeméride, as datas cívicas servem de mote para que determinados temas e gestos sejam rememorados a cada ano, de modo que as atividades escolares em curso costumam ser interrompidas para a celebração dos eventos (tidos pela coletividade como) cruciais para a história da comunidade, especialmente aqueles que moldaram a nação (CARRETERO, 2010). Dessa forma, a narrativa histórica ensinada nas escolas desempenha um papel vital na disseminação de uma memória coletiva específica, na qual lembranças e esquecimentos são aspectos culturais moldados e preservados pela sociedade.

AS COMEMORAÇÕES DO *DOIS DE JULHO* NO GINÁSIO BAIANO, DO DR. ABÍLIO CÉSAR BORGES

Carollina Carvalho Ramos de Lima

De maneira geral, as pesquisas revelam a permanência das efemérides e discutem a importância das festas cívicas, especialmente aquelas relacionadas aos marcos históricos nacionais, no contexto do ensino, mostrando como elas são uma parte central dos conteúdos escolares e como os professores de História frequentemente utilizam estratégias didáticas para celebrá-las (CARRETERO, 2010; OLIVEIRA, 1989; SCHMIDT, 2007). Como argumenta Carretero (2010, p.26), a escola e a história ensinada ajudam a estabelecer, desde cedo, as “bases cognitivas e emocionais” das “comunidades imaginadas”ⁱⁱ em seus estudantes, conectando assim a construção da identidade pessoal com a identidade nacional.

No Ocidente, a relação entre a educação histórica e a construção de identidades políticas e nacionais é um tema importante, remetendo aos usos políticos do passado para difusão de narrativas históricas enviesadas e cheia de silenciamentos que interessam a determinados grupos sociais, como estratégia de coesão social, controle e manipulação dos sujeitos – individuais e coletivos. Contudo, esse relacionamento se torna particularmente evidente durante o século XIX, com o surgimento do Estado liberal. Neste contexto, valores como a lealdade e o patriotismo passaram a ser priorizados em detrimento dos valores universais. O ensino da História na escola desempenhou um papel central nesse processo, contribuindo para a formação de cidadãos e a consolidação da identidade nacional.

Nesse sentido, no Oitocentos, os processos educativos, desenvolvidos no âmbito da vida escolar, foram fundamentais na construção dos contornos simbólicos da nação na sua relação com o local, que se refletiram em narrativas compartilhadas, na recuperação de relíquias históricas e na celebração de datas ligadas à pátria. A escola moderna ocidental tornou-se, portanto, um espaço onde os jovens eram socializados e disciplinarizados, e onde se buscava moldar a identidade de futuros cidadãos, formando-os como parte de uma nação unificada, coesa. Segundo Carretero (2010, p. 40 – 41) “a padronização se converte claramente em um objetivo central da instrução a partir do século XIX, quando, junto com a história e a geografia, a língua oferece uma primeira ancoragem necessária para a formação de alunos nacionais.”

Partindo desta premissa, neste texto busco reconhecer conteúdos e práticas relacionadas à história escolar no contexto do Ginásio Baianoⁱⁱ, escola fundada na capital da Bahia em 1858 pelo Dr. Abílio César Borges, tendo em vista as ideias pedagógicas do diretor e alguns discursos e poemas que foram recitados, entre 1861 e 1863, nas festas em

AS COMEMORAÇÕES DO *DOIS DE JULHO* NO GINÁSIO BAIANO, DO DR. ABÍLIO CÉSAR BORGES

Carollina Carvalho Ramos de Lima

homenagem ao *Dois de Julho* que ocorreriam anualmente na escola. A rememoração dos marcos históricos da pátria era fundamental, pois entendia-se que é “nos anos da mocidade e da juventude, que se implantam certos sentimentos na alma, donde nada os desarraiga depois” (BORGES *apud* ALVES, 2000, p.128).

Dr. Abílio Borges, futuro Barão de Macaúbasⁱⁱⁱ, enfatizava a importância da educação geral, combinando o desenvolvimento individual com a preparação para viver em sociedade. A literatura, especialmente a poesia, era vista como uma ferramenta para “falar tanto ao coração quanto à razão”, cultivando a imaginação e a sensibilidade dos alunos. Segundo Borges, em seu discurso de inauguração do colégio:

O moço que tem cursado *o estudo da gramática, da história, e da geografia, etc., não tem só enriquecido sua memória, desenvolvido sua imaginação, esclarecido o gosto e fortificado seu juízo*; tem demais, por assim dizer, entrado em comércio de afeição com os seus semelhantes; seus costumes e seu caráter hão recebido uma salutar modificação, tem adquirido enfim o amor do bem e o sentimento do belo: [...]. - Ele não pode cessar de cultivá-las sem ver cair em derredor de si todas essas artes que dão vida às nações. (BORGES, 2000, p. 47-48, *grifos nossos*).

Ao que consta, os alunos do Ginásio Baiano eram encorajados a produzirem textos literários e a performarem em eventos festivos chamados de "outeiros poéticos" ou "festins literários", que ocorriam em datas cívicas como o 2 de julho e o 7 de setembro, além dos aniversários do diretor e nas cerimônias de encerramento do curso, em novembro (ALVES, 2000). Nesses eventos, além dos estudantes, era comum a presença dos professores e de “ilustres” convidados, incluindo poetas renomados da cidade e políticos proeminentes, fomentando, em alguma medida, a cena literária baiana^{iv}.

Desse modo, como parte da cultura escolar construída nos espaços administrados por Abílio, os textos declamados por alunos e convidados nos outeiros poéticos do Dois de Julho e do Sete de Setembro, embora neste estudo apenas explore os relacionados à Independência na Bahia, se constituem em fontes interessantes para pensar os conteúdos e as práticas que permearam a educação histórica das elites baianas em fins da década de 1850 e ao longo de 1860 - período importante do ponto de vista cultural e político, com a criação de associações literárias e a expansão dos estabelecimentos de ensino privados. Ao serem lidos à luz da historiografia sobre o período, considero ser possível delinear as ideias históricas que circulavam entre os alunos do Ginásio e os gestos que compunham uma liturgia escolar voltada para a formação do cidadão, em bases liberais, cuja perspectiva romântica é marca indelével e o alinhamento aos propósitos nacionalistas da

AS COMEMORAÇÕES DO *DOIS DE JULHO* NO GINÁSIO BAIANO, DO DR. ABÍLIO CÉSAR BORGES

Carollina Carvalho Ramos de Lima

história escolar é perceptível. Afinal, como aponta Mario Carretero (2010, p. 47), a história escolar, forjada no século XIX, para atingir seus objetivos “identitários-românticos”, tem que ser capaz de promover “uma adesão emocional e uma subjetivação progressiva de representações e sistemas de valoração” relacionadas à nação (CARRETERO, 2010, p.47).

No âmbito da História da Educação, as pesquisas denotam que Abílio Borges teve uma trajetória dinâmica e complexa. Uma busca pelo nome completo do educador e o nome de sua escola baiana, ambas entre aspas, na base do Google Acadêmico retornou (nada menos que) 1.070 resultados, no primeiro caso, e 264 no segundo, incluindo as citações. Longe de acharmos que esta é toda a produção sobre Borges e o Ginásio Baiano, notamos um número significativo de estudos que o mencionam sob diversas perspectivas teóricas e diferentes enfoques, dos quais destaco: autor de livros escolares (BITTENCOURT, 2007; TRINCHÃO, 2007; PAIS, 2019); representante da pedagogia moderna e um defensor da campanha "anti-palmatória" (GONGRA; SAMPAIO, 2010); apoiador dos exercícios físicos obrigatórios (VALDEZ, 2006; MELO, PERES, 2016); político reformador da instrução pública e preocupado com a formação de professores (ALMEIDA *et. al.*, 2022). Estudos mais recentes, também, têm se concentrado em seu engajamento político proeminente, especialmente no contexto de sua participação ativa nas campanhas pelo fim da escravidão (ALONSO, 2015) e na formação política oferecida a seus estudantes (SOUZA, 2015). Nessa busca inicial, contudo, não encontramos trabalhos específicos que se dediquem aos conteúdos e às práticas que envolviam o ensino de História na instituição, em especial as festividades em torno das efemérides cívicas.

Desse modo, com o propósito de contribuir com estudos nessa seara, neste artigo nos interessa pensar: como a cultura cerimonialista, materializada nas festividades cívicas que ocorriam no Ginásio Baiano, desvela a *forma* e o *conteúdo* da história escolar em relação às efemérides associadas ao processo de Independência do Brasil na Bahia no século XIX? Além disso, em que medida essa liturgia escolar, voltada para a formação do cidadão com base em princípios liberais e românticos, se alinhava com os propósitos modernos da história como disciplina escolar no contexto de emergência dos Estados-nação?

Para esboçar algumas possíveis respostas a essas perguntas, optei por dividir o texto em outras três partes, para além desta breve introdução. Na primeira, apresento um quadro geral da educação na Bahia nas décadas de 1850 e 1860, quando o Ginásio Baiano

AS COMEMORAÇÕES DO *DOIS DE JULHO* NO GINÁSIO BAIANO, DO DR. ABÍLIO CÉSAR BORGES

Carollina Carvalho Ramos de Lima

foi inaugurado por Borges, buscando situar o lugar desta instituição naquele contexto, as ideias pedagógicas que a orientava, bem como sua organização curricular. Na sequência, destaco a presença da história (nacional) no Programa de estudos do colégio, bem como as ideias do diretor acerca do conhecimento histórico e do ensino desta disciplina. Além disso, discuto, a partir da produção literária dos alunos de Borges, a forma e o conteúdo da história escolar relacionada às efemérides da Independência, a fim de compreender a força simbólica dessas datas no imaginário escolar de um colégio de referência para a educação secundária das elites imperiais. No final, teço algumas considerações pensando a intrínseca relação entre a história escolar e o nacionalismo romântico, atravessada por ideias antiescravistas que passavam a fazer parte do repertório oferecido no Ginásio Baiano.

O Ginásio Baiano e a modernização das ideias e das práticas educativas

A década de 1850 ficou marcada por uma arrefecida dos movimentos sociais devido à repressão e à crise econômica, agravada pela decadência da lavoura do açúcar e por epidemias de febre amarela e cólera. Este cenário teve impactos na educação da Província, entre eles o adiamento de discussões e ações do governo na direção de constituir novas leis para o funcionamento do sistema escolar. Em função da crise sanitária, por vezes o Conselho de Instrução Pública foi impedido de realizar reuniões, atrasando a agenda de trabalho de seus membros. Nesse período, a mudança mais significativa foi a centralização da administração da educação com a criação do Diretor Geral dos Estudos, substituindo o Conselho. (DICK, 2002).

Na década seguinte, houve tentativas do estabelecimento de um Regulamento Orgânico, influenciado pela Corte. A reforma de 1860 resultou no fim das aulas secundárias públicas fora do Liceu Provincial, concentrando-as na capital. Os professores foram transferidos ou jubilados, e o Diário de Classe foi instituído a fim de garantir maior controle das atividades docentes pela Diretoria. Além disso, proibiu-se que os professores acumulassem atividades públicas e privadas e instituiu-se concursos para preenchimento dos cargos no magistério. (DICK, 2002).

O Regulamento ainda disciplinou o ensino secundário em três etapas, estipulando taxas, castigos e exames. No entanto, a questão da matrícula por matéria no Liceu Provincial permaneceu sem solução, prejudicando a aceitação dos alunos para exames preparatórios e o ingresso nas academias e cursos superiores. Com assinala Sara Dick

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino

ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 7 - 32

AS COMEMORAÇÕES DO *DOIS DE JULHO* NO GINÁSIO BAIANO, DO DR. ABÍLIO CÉSAR BORGES

Carollina Carvalho Ramos de Lima

(2002), as décadas de 1850 e 1860 foram marcadas por tentativas de sistematização das políticas públicas para Instrução Pública, com a elaboração do primeiro Regulamento Orgânico para a educação da Província.

Tratava-se de um grande passo na organização do ensino secundário na Bahia, tendo em vista que o quadro que se desenhava era o de que esta etapa dos estudos precisava ser remodelada e reorganizada a fim de oferecer uma boa formação para os filhos das elites baianas. Os problemas que acometiam o ensino secundário público, incluindo a questão da não aprovação de seus alunos para as faculdades, fomentaram uma “evasão para o ensino particular, incrementada com a criação e afirmação de escolas particulares de peso como o Ginásio Baiano - dirigido pelo ex-Diretor Geral de Estudos Abílio César Borges” (DICK, 2001, p.19). A situação complicada do Liceu persistiu até a reforma de 1873 e, sem dúvida, o desprestígio da principal instituição pública secundária na Bahia favoreceu os negócios de Abílio Borges, cuja experiência na administração pública, como Diretor da Instrução Geral, entre 1856 e 1857, acabou por lhe dar maior sensibilidade aos problemas enfrentados nesta etapa do ensino e, principalmente, uma boa reputação na cena educacional na Província, ainda que durante sua permanência no órgão ele tenha tido pouco espaço de ação e sofresse certa resistência por conta de suas ideias (GONDRA e SAMPAIO, 2010).

Embora houvesse outros colégios privados, o Ginásio Baiano, passou a ser o preferido pelas famílias das camadas mais altas da sociedade baiana^v. Fundado em 1858, logo assim que saiu da pasta da Instrução Pública, o Ginásio também ofertava o ensino primário, além do secundário. Como diretor, Borges adotou um plano de estudos de base humanista e introduziu métodos, livros e instrumentos didáticos considerados inovadores à época, com os quais muito provavelmente teve contato em muitas das suas viagens pela Europa e pela América e de seu interesse por modelos e recursos pedagógicos utilizados em outros lugares.

Segundo Carlos Souza (2015), Dr. Abílio adaptou o modelo do Colégio Pedro II à realidade da Bahia e se afastou de uma abordagem mais tradicional, baseada na memorização de tópicos, para introduzir no Ginásio Baiano métodos de ensino centrados na criança e em sua compreensão do mundo. Além disso, promoveu em sua escola uma educação abolicionista, sendo “um dos poucos na elite imperial disposto a discutir a abolição na sociedade” (ALONSO, 2015, p. 34). Aliás, o diretor aboliu o uso de

AS COMEMORAÇÕES DO *DOIS DE JULHO* NO GINÁSIO BAIANO, DO DR. ABÍLIO CÉSAR BORGES

Carollina Carvalho Ramos de Lima

escravizados na instituição, conforme consta em seu regimento, empregando na escola apenas trabalhadores livres.

Apesar do pensamento e de práticas educativas inovadoras^{vi}, pode-se dizer que Abílio César Borges abordou a educação de uma maneira que combinava elementos tradicionais, relacionados à moral cristã e aos modos aristocráticos^{vii}, com uma abordagem mais liberal, pautada em premiações ao invés de castigos corporais. Nessa direção, defendia uma educação baseada na confiança e no estímulo do livre arbítrio das crianças. Em seu discurso de inauguração do Ginásio, ele criticou os métodos antigos que incluíam castigos físicos e enfatizou a importância de tornar o aprendizado agradável e significativo. Além disso, era defensor de um ensino mais prático, começando com conceitos simples antes de abordar os mais abstratos e complexos.

Em um parecer publicado no *Jornal do Commercio*, há destaque para o caráter inovador das ideias pedagógicas e os resultados obtidos com métodos do Dr. Abílio, em um ambiente escolar que valorizava as artes e os interesses dos estudantes. Segundo o texto, no ensino primário:

[...] sem oprimir os seus discípulos em longas e fastidiosas horas de trabalho, e pelo contrário, aligeirando este com frequentes recreações e brincos de que falamos. E tudo isto não o impede de desenvolver nos meninos confiados aos seus paternais cuidados as forças físicas com exercícios cotidianos de ginástica e os gostos das belas-artes, pois todos os seus discípulos sabem cantar, muitos tocam piano e outros instrumentos, aprendem a dançar e cultivam de modo surpreendente a importantíssima arte do desenho [...]. (*JORNAL DO COMMERCIO*, 23 dez. 1874).

A inovação do pensamento educativo do Dr. Borges, portanto, se manifestava na forma como ele relacionava o ensino e a aprendizagem, levando em conta as características individuais dos alunos, valorizando a agência criativa deles. Nesse sentido, ele buscava fomentar espaços para a criação artística e literária dos estudantes, em consonância com as tendências em voga e, também, se opunha ao uso de castigos físicos, argumentando que eles não promoviam a reflexão e mantinham os alunos presos à memorização.

Castro Alves (2019, p.9), um de seus mais notáveis ex-alunos, certa vez disse que “para a época, as ideias do doutor eram o máximo: estudávamos várias matérias ao mesmo tempo, não recebíamos castigos físicos, éramos incentivados a participar de torneios literários”. Lizir Alves (2000), por sua vez, destaca que Abílio Borges foi um educador incompreendido, reconhecendo-o como uma "energia" produtiva, porém frequentemente

AS COMEMORAÇÕES DO *DOIS DE JULHO* NO GINÁSIO BAIANO, DO DR. ABÍLIO CÉSAR BORGES

Carollina Carvalho Ramos de Lima

mal interpretada por sua sociedade. No entanto, reforça que a biografia de Borges deve ser contextualizada no cenário político e intelectual da época, especialmente no que diz respeito à formação escolar e à educação da juventude. Em 12 de janeiro de 1860, o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro dedicou um editorial à destacada importância do Ginásio Baiano, o que denota que a fama do diretor já havia ultrapassado as fronteiras da Bahia:

Do Ginásio Baiano, sairão moços em cujo espírito, vicejarão as flores literárias, em cujo coração, estarão enraizados os princípios da moral, cuja saúde testificará os cuidados providentes de quem sabe quanto vale *mens sana in corpore sano*. (*JORNAL DO COMMERCIO*, 12 jan. 1860).

Tal apresentação denota elementos cruciais que moldaram a memória em torno dessa instituição: o desenvolvimento do espírito e do corpo, ou ainda, a da emoção e da razão. Nessa direção, um dos pontos centrais era a formação literária excepcional dos alunos, além de Castro Alves já citado, outro notável ex-aluno foi Rui Barbosa. Os estudantes do Ginásio frequentavam saraus e reuniões literárias e frequentemente homenageavam datas históricas significativas para a Província e para a Nação, como o Dois de Julho e o Sete de Setembro. Nos outeiros poéticos e festins literários, como eram chamados, os alunos tinham a oportunidade de apresentar suas próprias produções literárias, contribuindo, segundo o diretor, para a grandeza da Bahia e demonstrando suas notáveis habilidades poéticas.

Além disso, Borges defendia a importância da formação física dos alunos e o tema tornara-se relevante nas discussões sobre a organização de planos de estudo no Brasil na segunda metade do século XIX. O diretor baiano fez questão de incluir a educação física no currículo, destacando a importância da relação entre o físico e a mente, por meio de exercícios físicos diários e jogos como parte integrante do currículo (VALDEZ, 2006). No mais, os exercícios físicos serviriam também como um meio de controle sobre o corpo, o que contribuiria para a formação moral dos alunos e a disciplinarização dos corpos. Na direção do que Gondra e Sampaio (2010, p.81) chamam de um “novo humanismo”, no qual “a intervenção sobre o curso da vida, a educação humana deveriam incidir sobre o interior do homem, como forma de melhor ajustá-lo ao modelo que se pretendia construir.”

Para abrigar sua escola, Borges escolheu, estrategicamente, um terreno na "Roça do Jacaré", lugar próximo ao forte e ao Largo do Barbalho, nos limites da cidade alta de Salvador. Sua intenção era proporcionar um ambiente afastado das distrações da cidade,

AS COMEMORAÇÕES DO *DOIS DE JULHO* NO GINÁSIO BAIANO, DO DR. ABÍLIO CÉSAR BORGES

Carollina Carvalho Ramos de Lima

uma vez que criticava a localização do Liceu Provincial no Largo da Palma. Borges acreditava que uma chácara espaçosa, longe do burburinho da cidade, oferecia um ambiente salubre propício para atividades físicas e banhos, além de contribuir para a formação moral dos alunos.

Além disso, Borges fez a opção por um regime de internato que se inspirava na bem-sucedida experiência do Colégio Pedro II, na Corte. O Ginásio inicialmente aceitava tanto alunos internos quanto externos, mas devido ao aumento no número de matrículas, logo passou a aceitar apenas alunos internos^{viii}. Esses alunos eram divididos em pensionários e semi-pensionistas, dependendo se o colégio fornecia ou não o enxoval. O diretor estabeleceu um sistema de pagamento que refletia a estrutura socioeconômica da época, tornando a instituição acessível apenas aos filhos de famílias da elite local. No Programa obrigatório, o Ginásio oferecia disciplinas como línguas, leitura, gramática, matemática, história, geografia e ginástica, além do ensino religioso.

A história escolar e o Ginásio Baiano

Na Província baiana, a primeira legislação relacionada ao ensino de História foi a Lei nº 4 de 02 de maio de 1835, que criava em Salvador “uma Aula Pública de Geografia e História”^{ix}. Nas instituições privadas, por sua vez, a presença das duas disciplinas nos programas de ensino era uma decisão de seus mantenedores, porém, tendo em vista que tais matérias eram cobradas nos exames, geralmente as escolas de ensino secundário tinham aulas de História e Geografia. Contudo, no primário o mesmo não acontecia, de modo que os conteúdos históricos apareciam pela vontade pessoal dos docentes e de forma fragmentada, entremeada aos episódios da história cristã e da história pátria.

Nesse sentido, a presença do ensino de história já nas primeiras séries defendida e implementada nas escolas do Dr. Abílio é mais um aspecto que indicam o caráter inovador de suas ideais e práticas educacionais. Aliás essa era uma luta antiga do diretor, quando ele ainda estava à frente da Diretoria de Instrução, em seu plano de reformulação do Programa da Escola Normal^x, instituição responsável pela formação dos professores primários na Província, que fora apresentado no relatório de 1856, a proposta era que fosse ofertada mais disciplinas ligadas à História, ampliando sua presença em todos os anos. O intento visava ampliar o repertório cultural dos discentes, e denota uma expectativa de que ao ofertar tais disciplinas aos futuros professores primários, possivelmente, essa formação reverberaria nas aulas que eles viessem a dar. Dentre as

AS COMEMORAÇÕES DO *DOIS DE JULHO* NO GINÁSIO BAIANO, DO DR. ABÍLIO CÉSAR BORGES

Carollina Carvalho Ramos de Lima

orientações, Dr. Borges recomendou ao professor de História Sagrada, o Sr. Belarmino, que em suas aulas na Escola Normal ele desse “maior extensão no estudo da História Eclesiástica com explicações da Bíblia etc.” (BORGES, 1856, p.46-47.

Em alguma medida, essa história escolar, que concilia a história do Brasil e a história cristã (católica), pode ser reconhecida já na primeira Lei Geral de Instrução Pública estabelecida para o país, em outubro de 1827 (SILVA, 2022). Borges, por sua vez, via o ensino da religião como um componente essencial na educação das crianças. Isso é evidenciado no seu relatório de 1856, quando ele era Diretor Geral de estudos, no qual ele enfatizava a importância dos professores, tanto públicos quanto privados, conduzirem seus alunos à missa uma vez por semana e estabelecerem penalidades para aqueles que não cumprissem essa obrigação (BORGES, 1856, p. 67) e, também, quando ele orienta o professor a incluir mais temas da história cristã em suas aulas.

A partir da orientação de Borges, é possível inferir que no espaço escolar e em seus materiais didáticos a narrativa bíblica, considerada um texto sagrado transforma-se em uma forma de cultura universal, marcada pela superioridade cristã. Isso ocorre por meio de uma série de contrastes binários que colocam em oposição costumes, valores e princípios sociais, tais como verdadeiro/falso, certo/errado, útil/inútil, rústico/civilizado, bem/mal e bom/ruim. Trata-se, portanto, de uma história permeada por juízos de valor, em que o “binarismo incorpora uma função instrutiva ou pedagógica na medida em que apresenta padrões de moralidade e excelência” (FILLAFER apud FARIA JUNIOR e GUIMARÃES, 2020, p.827). Faria Júnior e Selva Guimarães (2020, p.825) identificam nessa abordagem “um duplo objetivo no âmbito do ensino de História: assegurar a manutenção da moralidade cristã como retificadora da ordem social e política, bem como ajustar educandos aos projetos políticos idealizados pela Monarquia.”

No Ginásio Baiano, por sua vez, o Programa (*apud* ALVES, 2000, p.26) estabelecia, entre outras matérias, a “História, principalmente a nacional”. Além disso, os alunos estavam divididos em três classes, segundo suas idades. A primeira classe correspondia aos estudantes com até 10 anos, a segunda, os de 10 a 14 anos, a terceira com os de 15 em diante, sendo que, por volta dos 12 anos, os estudantes iniciavam os estudos secundários. Na distribuição da carga horária das aulas dadas por semana, as duas disciplinas (História e Geografia) ocupavam 1h30 cada uma. O primeiro a ocupar-se das aulas de História foi Bernardo Ed. Etcheccoin, depois quem assumiu foi Padre Antonio Macedo Costa, que posteriormente tornou-se Bispo do Pará.

AS COMEMORAÇÕES DO *DOIS DE JULHO* NO GINÁSIO BAIANO, DO DR. ABÍLIO CÉSAR BORGES

Carollina Carvalho Ramos de Lima

Ainda que os alunos viessem a ter maior contato com conteúdos históricos mais densos e com maior aprofundamento somente no ensino secundário, por conta dos exames de admissão das Faculdades, na escola de Borges, como disse anteriormente, a presença da história se daria desde as primeiras séries, por meio da leitura de contos. Segundo Borges:

É também por este método, isto é, por narrações feitas pelos mestres, que começam as *primeiras noções de história, desatravancadas das impertinentes minucias cronológicas*, e compreendendo somente os fatos capitais interessantes, descarregados das circunstâncias puramente acessórias. É porque *o estudo da história abraça quase que exclusivamente a história do próprio país*, pode torna-se (*sic*) completo quanto convém; e as ideias sobre que insistem os mestres, e os livros postos nas mãos dos discípulos, têm por fim fazê-lo conhecer os recursos financeiros, industriais e comerciais desta terra natal, suas produções, a natureza e excelência de suas instituições políticas, *em suma tudo que pode gravar no coração o amor da pátria*, a uma confiança ilimitada na grandeza de seus destinos. (BORGES, s/d, p. 8, *grifos meus*).

O método que inaugura as primeiras lições de história estaria, portanto, baseado nas narrativas dos mestres, as quais destacam os eventos significativos, desconsiderando detalhes cronológicos, de modo que o foco não estaria na “decoração das datas”. Dado que o estudo da história muitas vezes se concentra na história nacional, os mestres, com a ajuda de bons materiais didáticos, buscariam apresentar aos alunos os recursos financeiros, as indústrias, o comércio, as produções e as instituições políticas do país. Em última análise, o objetivo era incutir no coração dos alunos o amor pela pátria e uma confiança inabalável em seu destino grandioso.

Para Borges, no ensino primário, a linguagem dos materiais utilizados deveria ser simples, a fim de garantir a inteligibilidade, além de estarem ambientados no universo dos meninos, tornando mais significativo o aprendizado. Borges considerava ser fundamental a adequação dos conteúdos e das abordagens pedagógicas ao grau de maturidade do pensamento dos meninos, portanto livros sofisticados demais não seriam capazes de atrair a atenção das crianças, parecendo que seus autores os escrevem mirando “antes ganhar a estima dos leitores adultos do que a prestar um serviço à instrução da infância” (BORGES, *Conselhos Pedagógicos*, IGHB, s/d, p.3). Nominalmente ele cita o *Tesouro de Meninos*^{vi}, como um exemplo de obra com linguagem inadequada às crianças, mas amplamente utilizado nas escolas, e em contraposição, faz uma referência ao *Curso*

AS COMEMORAÇÕES DO *DOIS DE JULHO* NO GINÁSIO BAIANO, DO DR. ABÍLIO CÉSAR BORGES

Carollina Carvalho Ramos de Lima

de história contada aos meninos, voltado para o ensino de história, do educador francês

Mr. Levi, como um bom livro para o ensino primário. Citando Levi, Borges argumenta:

Censura-se ao autor da História contada o uso da simples linguagem empregada ordinariamente considerado a grande dificuldade que se experimenta em escrever para meninos, si se quer ser entendido deles: esquecem-se que os fatos que ele conta acham-se em todos os livros, os quais até o presente não tem servido de utilidade para a instrução elementar, por serem redigidos como para pessoas de espírito esclarecido; esquecem-se que a lucidez de um estilo simples e sem pretensão é, quando se fala aos meninos, um mérito a que todos os outros devem ser subordinados. (Borges, *Conselhos Pedagógicos*, IGHB, s/d, p. 4-5)

Em seus livros escolares, o educador também fez questão de incluir eventos e personagens históricos permeando-os nas narrativas que eram apresentadas. Borges certa vez disse, justificando-se, que em suas obras “os meninos e o povo encontrarão grande número de noções elementares das ciências físicas e naturais, assim como literatura, história e indústria, que a infância tem necessidade de conhecer, e que a idade adulta não deve ignorar” (BORGES, s/d, p.4).

Borges via no ensino de história uma oportunidade de ampliar o repertório cultural dos estudantes e apresentá-los exemplos históricos de “boa moral” e sofisticar suas formas de compreender o mundo e, principalmente, de formar cidadãos comprometidos com a nação. Para tanto, em suas palavras, ele “deve ter caráter nacional, isto é, cumpre que seja obrigatório nas escolas brasileiras o estudo da história, de sua geografia, e de seu idioma, bem como a instrução moral e cívica” (BORGES, s/d, p. 18).

No Ginásio Baiano, o ensino de História seguia uma abordagem que combinava tradição e inovação. Embora a instituição tenha seguido de perto o currículo do renomado Colégio Pedro II, as práticas educacionais de Borges facilitaram a difusão de um novo repertório pedagógico entre seus alunos, tornando a educação no Ginásio um espaço crucial para discussões políticas. Não à toa, muitos de seus egressos, como Castro Alves e Rui Barbosa, cada um a seu modo, se envolveram em movimentos políticos e na luta abolicionista.

Assim, o ensino de História no Ginásio Baiano era uma combinação de aprendizado da história oficial do Brasil, com referências ao passado colonial, com discussões sobre questões políticas e sociais do momento, performadas em cerimônias e festas periódicas que apresentavam uma liturgia própria implicada com a formação cívica. A educação no colégio não se limitava a preparar os alunos para a academia, mas também

AS COMEMORAÇÕES DO *DOIS DE JULHO* NO GINÁSIO BAIANO, DO DR. ABÍLIO CÉSAR BORGES

Carollina Carvalho Ramos de Lima

os transformava em membros de uma elite educada e modernizadora, com um profundo compromisso com a abolição da escravidão e a renovação da sociedade brasileira. Portanto, é possível inferir que o Ginásio Baiano desempenhou um papel importante na formação de jovens que passaram a atuar e interferir na vida política e cultural do país.

Dr. Borges acreditava que a narrativa histórica era para ser inculpada na mente dos alunos em seus anos escolares e deveria estar de acordo com certos padrões que continuariam a acompanhá-lo na vida adulta. Se a história antiga desempenhava um papel moralizador crucial, conforme o modelo virtuoso dos clássicos e do caráter de “mestra da vida”, como apregoava Cícero, o ensino da história nacional, imbuída dos valores românticos de liberdade e heroísmo, tinha a função de formar um cidadão.

Em última instância, as disciplinas de humanidades eram consideradas centrais na formação educacional de um indivíduo bem-educado, e tinham como objetivo principal a compreensão da racionalidade do homem moderno como um elemento fundamental na narrativa da história humana, com o Estado desempenhando um papel central. (SILVA, 2022). Este aspecto, por exemplo, foi ressaltado pelo professor Padre Antônio Costa, quando, na ocasião da inauguração do Ginásio, enalteceu a figura de Borges a “quem [em suas palavras] soube preencher a lamentável lacuna que havia esse nosso ensino clássico, inaugurando nesta Capital, uma cadeira de História”, pois, compreendera “a necessidade de pôr-se ainda neste ponto, ao nível da culta Europa.” (BORGES, s/d, p.65).

Para além da história europeia como conteúdo escolar, o contato de Borges com o universo cultural do Velho continente foi oportunizado durante as viagens pedagógicas do diretor que se apropriava crítica e criativamente de variados modelos e materiais didáticos. Desse modo, a abordagem inovadora de Borges não se limitava apenas ao currículo, se estendendo também aos métodos e aos artefatos pedagógicos empregados no ensino das diferentes áreas, inscritos na cultura material da escola. Consta, por exemplo, que em seu colégio da Corte para se ensinar História eram usadas “gravuras representando os grandes acontecimentos humanos” e que “havia uma galeria constituída pelos retratos dos varões ilustres do Brasil e uma galeria universal com os retratos e bustos em gesso e em mármore e em bronze dos heróis e mártires”. (BORGES, s/d, p.6).

Dentre os materiais didáticos usados para o ensino da disciplina, aparece no programa do Colégio Abílio o uso de um método mnemônico polonês para o ensino de História universal, conhecido como *Método Zaba*. Seu criador, o polonês Napoleão Félix Zaba, viajou pelo Brasil, entre 1870 e 1871, fazendo a divulgação do material no Rio de

AS COMEMORAÇÕES DO *DOIS DE JULHO* NO GINÁSIO BAIANO, DO DR. ABÍLIO CÉSAR BORGES

Carollina Carvalho Ramos de Lima

Janeiro, em São Paulo, na Bahia e em Pernambuco (LIMA, 2023, 2024), mas é provável que Borges tenha conhecido o sistema franco-polonês^{xii} em alguma de suas viagens para a Europa, já que como aponta Resemberg e Crafton (2013), o método mnemônico “varreu a Europa” no século XIX.

No Ginásio Baiano, além das aulas de História, as festas cívicas, os saraus literários e outras atividades culturais faziam parte do calendário escolar e permitiam aos alunos entrarem em contato com poetas, ativistas e membros proeminentes da sociedade local. Por vezes, os temas e os motes que permeavam a produção e davam sentido a esses momentos eram relacionados à história pátria. Sendo assim, eles podem ser considerados espaços de ensino e aprendizagem histórica.

A primeira produção literária de Rui Barbosa, por exemplo, foi um soneto em versos alexandrinos escrito em 1865 para comemorar o Dois de Julho. De acordo com b (1954, p.26), do ponto de vista formal, tratava-se de uma poesia épica que “se embrenha em notas de Castilho António, rebate um autor da terra, cita franceses, latinos e termina por uma calorosa apologia do que considera uma novidade.” (LACOMBE, 1954, p.26). Maria Lúcia Melo (2000, p.235), que trabalhou com vários manuscritos de Rui Barbosa e, entre eles, seus cadernos dos tempos do Ginásio Baiano, aponta que, aos 15 anos, o jovem mostrava erudição, pois “anotava com exatidão as fontes consultadas, citando a edição, o local, a data, a página e, às vezes, a linha, transparecendo o respeito à documentação em suas pesquisas”. Entre os autores citados, estavam: “Castilho, Antônio Herculano, Camões, Frei Luís de Sousa, Padre Vieira, o mais citado (edição de 1748), Frei Heitor Pinto (edição de 1681), Dr. Antônio Ferreira (edição de Paris, 1865)”. Referências que denotam, também, a presença dos escritores portugueses na formação literária no colégio do Dr. Abílio.

Com a preocupação de publicizar o que acontecia em sua escola, ao passo que servia também como propaganda de seus métodos pedagógicos, Borges costumava reunir as produções literárias dos alunos em folhetos, alguns dos quais foram catalogados, mas acabaram desaparecendo dos acervos. Esses folhetos incluíam poemas e discursos recitados, por alunos e convidados, durante os eventos festivos, alguns deles também publicados à época no *Diário da Bahia*. Ao falar dessas festas escolares, Castro Alves confessou:

Para mim, que já trazia o amor à arte cultivado em família, foi uma espécie de preliminar para a (desculpem a imodéstia) glória futura. *Celebrávamos principalmente as datas cívicas, e esse amor prematuro*

AS COMEMORAÇÕES DO DOIS DE JULHO NO GINÁSIO BAIANO, DO DR. ABÍLIO CÉSAR BORGES

Carollina Carvalho Ramos de Lima
aos feitos brasileiros deixou sementes que iriam germinar na minha poesia de adulto.” (ALVES, 2019, p.10, grifos nossos).

Nas festas em homenagem ao Dois de Julho especificamente, os alunos tinham contato com literatos e repentistas^{xiii} que lutaram na guerra. Um deles era Francisco Moniz Barreto, conhecido como “poeta soldado”, autor de *Clássicos e românticos* (1855) e presença marcante nos festins promovidos na escola. Dizia ser o “cantor do Ginásio” e era amigo próximo de seu diretor, para o qual sempre enviava por escrito os versos improvisados durante a atividade no colégio. Na Guerra da Bahia, o repentista foi 1º cadete do Exército Pacificador, organizado em fins de 1822, mas, sua carreira militar não teria terminado ali. Em dezembro de 1826, já como 2º tenente, ele esteve na primeira campanha da Cisplatina. Esse passado militar sempre era resgatado nos versos cantados no Ginásio Baiano. Em sua participação no outeiro poético de 1861, por exemplo, ele improvisou em redondilhas maiores: “De ser baiano me orgulho/Vendo o nosso Dois de Julho/Assim, festejado aqui”, e continuou “Eu veterano soldado,/Eu poeta, a vosso lado,/Cumprindo um duplo dever,/Um brinde à nossa vitória/ Na taça eterna da glória/Venho, mancebos, fazer.” (BARRETO *apud* ALVES, 2000, p.61)

Depois, Barreto, em versos, pediu a benção do Padre Costa, que também era o professor de História, fazendo referência à Batalha de Pirajá, uma das mais emblemáticas das guerras pela independência: “Pela sagrada pessoa/Do Bispo do Grão-Pará/O dia de Pirajá/ *Deus lá do céu abençoa/Do Abílio esforços coroa/A celeste Divindade;/Recordado a imensidade/Do feito nossos famosos/Torna-se mais glorioso/O festim da mocidade*” (BARRETO *apud* ALVES, 2000, p.63-64, *grifos do original*).

Aliás, a menção exaltada da Batalha de Pirajá é recorrente nos versos criados pelos alunos do Ginásio, desvelando ser este um episódio marcante na história escolar difundida nas aulas do Padre Costa. Sobre o tema, nesse mesmo festim de 1861, Castro Alves reforçou em seus versos a derrota portuguesa: “Em Pirajá, em Cabrito/De Lísia já se ouve o grito,/Surdos gemidos de dor./Já nem se lembram de glória,/Esquecem té a memória/Dos seus feitos de valor” (ALVES *apud* ALVES, 2000, p.69-70). Já, seu colega de turma, Antônio Alves Carvalhal, destacou a coragem dos baianos no *front* de guerra e o desejo de liberdade que permearam a luta: “Em Pirajá valorosos/ Vão Baianos combater,/E lá sabem gloriosos/Seus direitos defender:/E como guerreiros bravos/De tiranos vis e pravos/Não querem mais ser escravos,/Querem mil vezes morrer.” (CARVALHAL *apud* ALVES, 2000, p.72).

AS COMEMORAÇÕES DO *DOIS DE JULHO* NO GINÁSIO BAIANO, DO DR. ABÍLIO CÉSAR BORGES

Carollina Carvalho Ramos de Lima

Até, pelo menos, meados do século XX, a narrativa histórica na Bahia acerca do conflito difundiu uma descrição épica da guerra, destacando a luta armada e o evento como momento de nascimento do povo baiano. Nos versos declamados no Ginásio Baiano, a exaltação da luta armada sempre esteve presente, as ideias de “morrer pela pátria” e “lutar pela liberdade” reforçam a idealização romântica que perpassa a história escolar sobre o processo de Independência. Como clamou Carvalhal aos colegas (em 1861): “Como estes guerreiros, heróis denodados,/Da Pátria colunas, sinceros soldados,/Vós, jovens, um dia deveis também ser;/Morrer pela Pátria, mancebos, é glória,/ Morrendo por ela se alcança a vitória, Deveis portanto valentes morrer” (CARVALHAL *apud* ALVES, 2000, p.75).

O que os estudantes parecem não reconhecer é que a maioria das baixas nas tropas ocorreram por conta de adversidades como fome e doenças, uma vez que poucos soldados perderam a vida em combate^{xiv} (REIS, 1988; ARAÚJO, 2001). Além disso, a situação do Exército Pacificador, como observado por Araújo (2001, p.56), não foi das mais favoráveis e "o moral das tropas estava tão debilitado que já haviam se conformado com a ideia de sua incapacidade de tomar a cidade por assalto".

Silenciando o desânimo das tropas e as mazelas de um conflito armado, alguns militares são sempre lembrados pelos alunos como heróis, aparecendo com mais frequência o general Labatut, a quem Aristides Augusto Milton, por exemplo, se referiu (no outeiro de 1861) como “o gigante de Frejus”, e com menos recorrência, Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão, o “terror da gente/ O Aquiles brasileiro”, segundo versos do estudante João Batista Guimarães, recitados no festim patriótico ao Dois de Julho, em 1863. Destaca-se, portanto, que os heróis citados nominalmente pelos estudantes (e pelos poetas convidados) eram sempre militares e a comparação com os heróis greco-romanos denota a valorização da História Antiga, centrada nas experiências europeias.

Ademais, dentre os personagens heroicos, os estudantes também faziam menção ao “povo Baiano”, expressão que pode ser lida como uma categoria histórica que generaliza, silenciando diferenças e conferindo unidade e coesão aos diferentes grupos envolvidos no conflito. No mais, e não menos importante, o povo, como herói, ia substituindo a figura do indígena que marcou a primeira fase do Romantismo.

A supervalorização da guerra também é observada no vocabulário beligerante que caracteriza o processo de Independência do Brasil na Bahia nos poemas dos alunos e dos professores do Ginásio. Termos como armas, luta, sangue, combate, espada, arcabuz,

AS COMEMORAÇÕES DO DOIS DE JULHO NO GINÁSIO BAIANO, DO DR. ABÍLIO CÉSAR BORGES

Carollina Carvalho Ramos de Lima

marcha, tropa são recorrentes e aparecem em praticamente todos os textos que compõem a coletânea organizada por Lizir Alves (2000). O próprio Castro Alves reconheceu que, embora fosse neto de militar^{xv}, ele não era “um apologista da guerra”, mas cantava em seus (cinco) poemas em homenagem ao Dois de Julho “os feitos heroicos, as batalhas vitoriosas contra a opressão“, em suas palavras:

Naquele tempo a palavra da poesia, além de ser íntima, também devia ser cívica. Daí tantas confissões de amor à pátria num tom vibrante, que os críticos, décadas depois, me censuraram. Mas não era com sussurros que se incendiava o público: era com entusiasmo, dramaticidade, retórica. (ALVES, 2019, p.11, grifos nossos).

Nesse sentido, é possível dizer que, tendo em vista o conteúdo dos poemas e repentes recitados nas festas ao Dois de Julho, a narrativa histórica escolar que circulava no Ginásio Baiano reforçava certa “memória das elites” em relação à Independência, que exalta o heroísmo baiano, a guerra e os militares, resultando em omissões acerca da participação popular e das diversas aspirações e agendas políticas presentes entre os diferentes estratos sociais envolvidos. Esse enfoque tende a reduzir as tensões e disputas, tanto locais quanto regionais e nacionais, que desempenharam papel crucial no processo de separação política do Brasil em relação a Portugal. (GUERRA FILHO, 2004; MOLINA e LIMA, 2022).

A história escolar, ao adotar uma abordagem patriótica, visa construir uma identidade relacional reforçando a diferenciação entre o "nós" (a nação ou local) e o "outro" (CARRETERO, 2010). Nessa perspectiva, é possível identificar nos poemas declamados nos outeiros do Ginásio, uma narrativa histórica que busca incluir valores que contribuem para a formação de uma imagem positiva da identidade nacional, com ênfase em elementos triunfais, progressistas e messiânicos, em contraposição ao legado opressor da colonização portuguesa.

A versão romântica da história escolar de verniz nacionalista caracteriza o "Outro" como um inimigo indesejado, omitindo diferenças e conflitos históricos, limitando a narrativa à leitura do bem x mal. No caso da Guerra da Bahia cantada pelos alunos, o “Outro” é sempre o português, o lusitano, a quem eles se referem por vezes como “Lísia” – que na mitologia grega personifica a ira. Ainda que em alguns poemas os estudantes e professores reconheçam o triunfo lusitano nas conquistas relacionadas às Grandes Navegações, elas aparecem como parte de um passado remoto, superado, e, frequentemente, os portugueses são descritos como tiranos, representantes de um

AS COMEMORAÇÕES DO *DOIS DE JULHO* NO GINÁSIO BAIANO, DO DR. ABÍLIO CÉSAR BORGES

Carollina Carvalho Ramos de Lima

“governo de ferro e de egoísmo” – para usar a expressão empregada por Deolindo Pontes em seus versos (PONTES apud ALVES, 2000, p. 102).

Ao ler o conjunto dessas produções estudantis, reunidas por Alves (2000), também é possível observar umas das principais marcas do Romantismo: a valorização da liberdade. No entanto, podemos dizer que os poemas dos alunos mobilizaram o ideal nacionalista desenvolvido pelos primeiros românticos, como Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães, mas incorporaram a ele referências à abolição da escravidão, defendida por Abílio Borges e amplamente debatida em sua instituição de ensino. Nesse sentido, podemos dizer que essa expressão nacionalista se desdobra em uma dupla faceta: a liberdade em relação ao domínio português e a liberdade dos escravizados. O jovem Carvalhal, nessa direção, cantou: “quem de livre a f’licidade (*sic*)/ Batalhou para obter,/Quando chega a ser livre ser/*Muito preza a liberdade./Fácil gozo a humanidade/ Desdenha por condição;/Daí precede a razão/De mais seus foros zelar/Quem lutou para os vingar,/Quem sofreu a escravidão.”* (CARVALHAL apud ALVES, 200, p. 66, *grifos no original*)

A produção poética dos estudantes do Ginásio também reflete a idealização romântica no emprego de imagens heroicas e proeminentes, além daquelas ligadas à dicotomia prisão e liberdade. Desse modo, o sentido de prisão está fortemente associado a palavras como corrente e grilhão, enquanto as ideias de nascimento e florescimento se relacionam à conquista da emancipação política, consequência da coragem de combater os algozes do povo. Nos poemas, o discurso inflamatório e efusivo fica caracterizado pelo uso das exclamações. Frequentemente, a Bahia e o Brasil são representados como um leão e/ou um caçador, metáfora que simboliza a força e a determinação do país em busca de sua identidade. Do ponto de vista mais formal, os estudantes demonstram dominar as formas clássicas, como os versos alexandrinos e os versos decassílabos, mas os combinam com formas mais populares, idealizadas pelos românticos, que são as redondilhas. Nessa direção, em contraposição ao classicismo, o romantismo era menos rígido, oferecendo maior expressão de liberdade criativa e, porque não dizer, política.

Considerando o exposto, fica evidenciada a intrincada relação entre o ensino de história e o nacionalismo romântico no Brasil do século XIX, revelando uma faceta significativa da formação escolar associada à difusão da identidade nacional e à educação política do cidadão brasileiro. No contexto do Ginásio Baiano, a transmissão de conteúdos históricos se dava por meio de exemplos biográficos de figuras relevantes da época,

AS COMEMORAÇÕES DO *DOIS DE JULHO* NO GINÁSIO BAIANO, DO DR. ABÍLIO CÉSAR BORGES

Carollina Carvalho Ramos de Lima

destacando eventos como o descobrimento e a conquista da América portuguesa, a independência e a formação do regime monárquico nos trópicos. A narrativa histórica escolar, em última instância, buscou promover uma visão narcísica, destacando heróis, símbolos culturais e passados comuns para unir a comunidade e fomentar a harmonia entre os membros.

Considerações finais

Desde 1808, a Bahia abrigava importantes instituições ligadas à escolarização, cultura escrita e formação superior, como aulas régias, uma academia médico-cirúrgica, uma biblioteca pública e um seminário arquiépiscopal. Contudo, mesmo diante desses avanços, persistiam problemas no sistema educacional, demandando reflexão e reformulação. Na década de 1850, a, suposta, má qualidade da educação secundária pública fomentou o surgimento cada vez maior de escolas privadas, dentre elas o notável Ginásio Baiano.

Ainda que houvesse resistências às suas ideias, sua influência na educação e sua capacidade de impactar as políticas educacionais no Brasil imperial são inegáveis, especialmente porque, ao longo de sua carreira, Dr. Borges fez questão de difundir seus princípios educativos e de publicizar as ações de suas escolas por meio da imprensa, fomentando o debate público à época, ao passo que ajudou a construir uma memória sobre si, produzindo farta documentação acerca de suas ideias e ações na esfera privada e pública, haja vista as oportunidades em que ocupou cargos públicos e/ou foi representante do Estado brasileiro em missões pedagógicas.

Um exame da relação entre a história escolar e o nacionalismo romântico no contexto do Ginásio Baiano revelou uma intrincada interconexão entre os eventos históricos, a formação da identidade nacional e os ideais pedagógicos do período. Nesse sentido, uma análise do papel desempenhado pela disciplina de História no currículo, as estratégias pedagógicas adotadas por Borges e a representação da guerra da Independência do Brasil na Bahia evidenciam como a narrativa histórica escolar contribuiu para a construção, a circulação e manutenção de uma memória seletiva e uma identidade nacional específica, implicada com elementos da história local.

Dr. Abílio Borges, enquanto Diretor da Instrução Pública, demonstrou especial atenção à integração da História com a religião cristã, considerando o ensino da história bíblica como componente essencial na educação das crianças. Essa abordagem refletia

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino

ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 7 - 32

AS COMEMORAÇÕES DO *DOIS DE JULHO* NO GINÁSIO BAIANO, DO DR. ABÍLIO CÉSAR BORGES

Carollina Carvalho Ramos de Lima

não apenas a importância da moralidade e valores cristãos na sociedade Oitocentista, mas também a intenção de ajustar os educandos aos projetos políticos idealizados pelas elites políticas.

A abordagem inovadora do diretor no Ginásio Baiano não se limitava apenas ao currículo, mas também aos métodos e aos materiais didáticos. O uso de narrativas biográficas, a simplificação da linguagem nos materiais escolares e a incorporação de eventos históricos e personagens nos textos visavam tornar o ensino de História mais significativo para os alunos, ampliando o repertório cultural e os introduzindo em discussões políticas caras à época. Nesse sentido, a ênfase na moralidade cristã e na história pátria contribuía para a formação de cidadãos comprometidos com a comunidade imaginada da qual fazem parte.

No entanto, a narrativa histórica no Ginásio Baiano revela algumas limitações e tendências. A idealização romântica da guerra da Independência, destacando a figura do herói militar e a supervalorização da luta armada fomentam uma visão limitada, ufanista, épica e mítica do processo histórico. Levando, portanto, a omissão de aspectos como a participação popular e as diversas agendas políticas observáveis no processo, resultando em uma narrativa que não refletia integralmente as complexidades do contexto histórico e silenciava a participação das camadas mais populares da sociedade baiana.

A abordagem patriótica que perpassou a história escolar buscava, em última instância, construir uma identidade nacional positiva, destacando elementos triunfais e progressistas. No entanto, essa narrativa muitas vezes polarizada, com ênfase no "Nós" contra o "Outro" (notadamente os portugueses), reforçou uma versão simplista e maniqueísta da história da Guerra na Bahia e, por extensão, do Sete de Setembro. Considero ser importante reconhecer as limitações dessa abordagem e a necessidade de uma educação histórica que atente para a diversidade de perspectivas e experiências presentes no contexto histórico de 1822 e 1823. Nessa direção, olhar o ensino de história pelo retrovisor me parece ser uma forma de reconhecer, neste momento que celebramos o Bicentenário da(s) Independência(s), que estamos conseguindo tensionar as narrativas hegemônicas – ditas “oficiais” – sobre nosso passado, recusando a idealização e a ausência de disputas, buscando recuperar experiências e sujeitos outros, cuja representação na história é resultado da luta política de movimentos sociais e de movimentos de renovação historiográfica que incorporaram novos objetos e perspectivas, cujos impactos na narrativa histórico escolar já podem ser observados.

AS COMEMORAÇÕES DO *DOIS DE JULHO* NO GINÁSIO BAIANO, DO DR. ABÍLIO CÉSAR BORGES

Carollina Carvalho Ramos de Lima

Referências

- ALMEIDA, Cíntia Borges de; SILVA, Marcelo Gomes da; BONFIM, Raquel Freire. “E eu me comprometo a dar bons mestres à província”: Abílio César Borges e a reabilitação do professorado baiano. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 15, n. 34, 2022.
- ALONSO, Angela. Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). Editora Companhia das Letras, 2015.
- ALVES, Lizir Arcanjo. **O Ginásio Baiano de Abílio César Borges**: antologia. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2000.
- ALVES, Castro. **Antologia: A Voz da Esperança**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, Ubiratan Castro de. **A Guerra da Bahia**. Salvador: CEAO/UFBA, 2001.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 03, p. 475-491, 2004.
- BORGES, Abílio C. Discurso de inauguração. In: ALVES, Lizir Arcanjo. **O Ginásio Baiano de Abílio César Borges**: antologia. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2000, p.41-53.
- BORGES, Abilio Cesar. **Relatório sobre a instrução publica da província da Bahia**: apresentado ao Ilmo. Exmo. Sr. presidente commendador Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima. Bahia: Typographia de Olavo da França Guerra e Comp., 1856.
- BORGES, Abílio César. Máximas e instruções moraes do Barão de Macahubas. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v.50, p. 443-447, 1925.
- BORGES, Abílio Cesar. **Conselhos pedagógicos do Barão de Macaúbas, Dr. Abílio Cesar Borges**.: Introdução ao 2º livro de leitura.. Bahia: s.n., s.d.. 9 p.
- BORGES, Joaquim Abílio. **1) Pensamentos sobre Educação e Ensino adotados pelo Barão de Macaúbas** (Dr. Abílio Cesar Borges);2) Alocução do Dr. Joaquim Abílio Borges. Trabalho oferecido ao educador baiano Isaías Assis, diretor do Ginásio Ipiranga da Bahia. (1). Bahia: s.n., s.d.. 13 p.
- BOTO, Carlota. A liturgia da escola moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos. **História da Educação**. 2014, vol.18, n.44, pp.99-127. ISSN 2236-3459. <https://doi.org/10.1590/2236-3459/v18n44a7>.
- CARRETERO, Mario. **Documentos de identidade: a construção da memória histórica em um mundo globalizado**. Tradução Carlos Henrique Lucas Lima. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DICK, Sara Martha. **As políticas públicas para o ensino secundário na Bahia: o Liceu Provincial (1860-1890)**. Tese (Doutorado em Educação). Salvador: FEUFBA, 2001.
- DICK, Sara Martha. Origem das políticas públicas para o ensino secundário – O Liceu Provincial Baiano–1836 a 1890. **Gestão em Ação**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 91-109, 2002. http://www.gestaoemacao.ufba.br/revistas/gav5n202_fundef.PDF#page=91.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In LOPES, Eliane; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

AS COMEMORAÇÕES DO DOIS DE JULHO NO GINÁSIO BAIANO, DO DR. ABÍLIO CÉSAR BORGES

Carollina Carvalho Ramos de Lima

- FARIAS JÚNIOR, José Petrucio de; GUIMARÃES, Selva. Manuais de ensino de História oitocentistas: reflexões sobre o cristianismo na história escolar no Império do Brasil. *Cadernos de História da Educação*, v. 19, n. 3, p. 817-836, 2020.
- GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.
- GONDRA, José Gonçalves; SAMPAIO, Thiago. Ciência pela força? Dr. Abílio Cesar Borges e a propaganda contra o emprego da palmatória e outros meios aviltantes no ensino da mocidade (1856-1876). *Acta Scientiarum. Education*, p. 75-82, 2010. <http://educa.fcc.org.br/pdf/actaeduc/v32n01/v32n01a09.pdf>.
- GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. **O povo e a guerra: participação das camadas populares nas lutas pela Independência do Brasil na Bahia**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2004.
- LACOMBE, Américo Jacobina. **Formação literária de Rui Barbosa**. UC Biblioteca Geral 1, 1954.
- LIMA, Carollina Carvalho R. de. O METHODO ZABA (1870) E O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 20, n. 36, p. 267-300, 2023.
- LIMA, Carollina Carvalho R. de. A edição brasileira do Methodo Zaba (1870) e seus usos escolares na Bahia. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 24, n. 1, p. e303-e303, 2024.
- MELO, Maria Lúcia H.L. de. Rui Barbosa e o manuscrito. In: LUSTOSA, Isabel. **Estudos históricos sobre Rui Barbosa**. Edições Casa de Rui Barbosa, 2000, p. 205-256.
- MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio de Faria. Relações entre ginástica e saúde no Rio de Janeiro do século XIX: reflexões a partir do caso do Colégio Abílio, 1872-1888. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 23, p. 1133-1151, 2016.
- MOLINA, Ana Heloisa; DE LIMA, Carollina Carvalho Ramos. O jogo duro do Dois de Julho e as narrativas sobre a participação da Bahia na Independência do Brasil em livros didáticos regionais para os Anos Iniciais. *Antíteses*, v. 15, n. Especial, p. 81-117, 2022.
- NUNES, Antonietta D'Aguiar. Fundamentos e políticas educacionais: história, memória e trajetória da educação na Bahia. **Publicatio UEPG – Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes**. Vol. 16, n. 2, 2008. <https://doi.org/10.5212/publ.humanas.v16i2.637>.
- OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. As festas que a República manda guardar. **Revista Estudos Históricos**, v.2, n. 4, p. 172-189, 1989. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Número especial dedicado ao Barão de Macahubas. N. 50, vol. 1, 1925.
- PAIS, Luiz Carlos. Materiais didáticos para o ensino da matemática no final do século XIX: um retorno à obra de Abílio César Borges. **RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, v. 5, p. e019019-e019019, 2019.
- REIS, João José; SILVA, Eduardo. O jogo duro do Dois de Julho: o “Partido Negro” na Independência da Bahia. In: REIS, João J. Reis; SILVA, Eduardo (org.). **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**, São Paulo, Companhia das Letras, p. 79-98, 1989.
- RESEMBERG, Daniel; GRAFTON, Anthony. **Cartographies of Time: A History of the Timeline**. Princeton Architectural Press, 2013.
- SAVIANI, Dermeval. Um barão brasileiro no congresso internacional de Buenos Aires: as ideias pedagógicas de Abílio César Borges, barão de Macahubas. **Revista História da Educação**, p. 41-58, 2000. <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30094>.

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 7 - 32

AS COMEMORAÇÕES DO *DOIS DE JULHO* NO GINÁSIO BAIANO, DO DR. ABÍLIO CÉSAR BORGES

Carollina Carvalho Ramos de Lima

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, A. M.; GASPARELLO, A. M.; MAGALHÃES, M. S. (org.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

SILVA, Ícaro Batista. O ensino de História no Liceu Provincial da Bahia: 1836-1890. **Epígrafe**, v. 11, n. 1, p. 389-426, 2022.

SOUZA, Carlos Eduardo Dias. A educação como horizonte político no Segundo Reinado: notas sobre a trajetória e a atuação de Abílio César Borges. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 17, n. 2, p. 41-68, 2017.

<https://doi.org/10.4025/rbhe.v17n2.896>.

TEIXEIRA, Anísio. Um educador: Abílio César Borges. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro. Vol. 18, n. 47, julho-dezembro de 1952. Disponível em www.bvanisio.teixeira.ufba.br/artigos/educador.html.

TEIXEIRA, Cid. Apresentação. In: ALVES, Lizir Arcanjo. **O Ginásio Baiano de Abílio César Borges: antologia**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2000.

TRINCHÃO, Gláucia. O conhecimento em desenho das escolas primárias imperiais brasileiras: o livro de desenho de Abílio César Borges-The knowledge about drawing in the brazilian imperialist primary schools: Abílio César Borges's drawing book. **Revista História da Educação**, p. 125-147, 2007.

VALDEZ, Diane. Mens sana in corpore sano: os colégios do Dr. Abilio Cesar Borges, o Barão de Macahubas (1858-1891). **Revista HISTEDBR**, 2006.

https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Diane_Valdez_artigo.pdf.

ZILBERMAN, Regina. Raul Pompeia, Abílio César Borges e a escola brasileira no século XIX. **Revista Criação & Crítica**, n. 9, p. 38-51, 2012.

<https://doi.org/10.11606/issn.1984-1124.v5i9p38-51>.

Informações dos autores

Carollina Carvalho Ramos de Lima: Docente Adjunta da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Licenciada e Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pesquisadora ligada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Memória e História da Educação - MEHED.

Contribuição de autoria: autora

URL do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3114980757857269>

COMO CITAR ESTE ARTIGO

Artigo

LIMA, Carollina Carvalho Ramos de. As comemorações do Dois de Julho no Ginásio baiano, do Dr. Abílio César Borges. **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino**, Caetité, vol. 6, n. 12, 2023. P. 7 – 32. DOI:

AS COMEMORAÇÕES DO *DOIS DE JULHO* NO GINÁSIO BAIANO, DO DR. ABÍLIO CÉSAR BORGES

Carollina Carvalho Ramos de Lima

ⁱ Comunidade imaginada é um conceito cunhado por Benedict Anderson (2008, p.31 -34) para definir a nação e o nacionalismo que eclodem a partir de fins do século XVIII. Para o autor, a nação é definida como uma "comunidade imaginada" tendo em vista quatro aspectos, de modo que se imagina que ela é: (1) "imaginada" porque ainda que seus membros não se conheçam, há a percepção de comunhão entre eles; (2) "limitada", pois possui fronteiras finitas e delimitadas; (3) "soberana", dada sua busca por ser livre, naquele contexto específico, "o reino dinástico hierárquico de ordem divina"; (4) uma "comunidade", em virtude de ser "concebida como uma profunda camaradagem horizontal".

ⁱⁱ Optamos por atualizar a grafia neste artigo. À época a escrita do nome era *Gymnasio Bahiano*, de modo que quando realizada pesquisa por termo em bases e acervos online, empregou-se a grafia antiga e a atualizada, a fim de garantir maior assertividade na busca. Observou-se, nesse sentido, que na Hemeroteca Digital o reconhecimento da expressão não foi satisfatório. Inicialmente, a procura por "*Gymansio Bahiano*" e "*Ginasio Baiano*" não retornaram ocorrências, em contrapartida, ao buscar por "*Abílio César Borges*", nos resultados era comum aparecer o nome do colégio de Abílio, o que indica que a busca foi falha ao não apontar recorrências, porque, há menções ao *Gymnasio Bahiano* na imprensa, entre 1850-1880, período usado como parâmetro na pesquisa.

ⁱⁱⁱ A participação ativa de Abílio Borges em debates sobre educação foi tão destacada que, em 1881, ele recebeu o título de Barão de Macaúbas. Após o encerramento do *Ginásio Baiano*, que operou de 1858 a 1870, Borges continuou a promover suas ideias educacionais em dois outros colégios que fundou: o Colégio Abílio no Rio de Janeiro em 1871 e o de Barbacena em 1881. Para mais informações sobre a biografia, as ideias e a atuação de Borges na Educação, sugiro a leitura dos trabalhos de Diane Valdez (2006) e Carlos Souza (2015).

^{iv} Francisco Moniz Barreto, poeta e famoso repentista; Constantino do Amaral Tavares, literato e poeta; Luís Álvares dos Santos, professor, médico e político; Antônio Augusto de Mendonça Júnior, funcionário público e poeta, para citar alguns exemplos.

^v Para se ter uma ideia, em 1863, das 1336 matrículas no ensino secundário privado, 498 eram no *Ginásio Baiano*, seguido pelo Colégio 2 de Dezembro com 286. (DICK, 2001, p.82).

^{vi} Nesse sentido, considero adequado pensar a partir da ideia de "inovação" à medida que elas não produzem rupturas profundas no sistema escolar como um todo, mas o impactam ao propor modelos e formas *outras*, novas, de se pensar, fazer e experienciar os processos educativos no interior das instituições de ensino no país, em especial na Bahia.

^{vii} Angela Alonso (2015, p. 34) assim descreve Abílio: "o professor tinha barba à inglesa elevava sempre cartola. Esses modos aristocráticos se temperavam com orientação modernizadora." A autora define o "estilo Abílio" como sendo marcado pelo cerimonialismo e o associativismo e destaca seu pioneirismo na luta abolicionista com a fundação da "Sociedade Libertadora 7 de Setembro" e do jornal "Abolicionista".

^{viii} Inicialmente, os internos deveriam pagar o valor de 360\$000 (trezentos e sessenta mil réis) e os externos, 160\$000 (cento e sessenta mil réis), valores que eram divididos em três prestações. (ALVES, 2000).

^{ix} ÍNDICE DAS LEIS SOBRE INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PROVÍNCIA DA BAHIA: 1835-1889, p.7-8. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/acervos/indice-das-leis-sobre-instrucao-publica-na-provincia-da-bahia-1835-1889-1>. Acesso em: 07 nov. 2023.

^x Demonstrando seu cuidado com a área, neste mesmo relatório, Borges chegou a mencionar os docentes que poderiam ocupar-se das novas disciplinas que, pela sua proposta, seriam criadas na Escola Normal, evidenciando, ainda que nas entrelinhas, a competência intelectual dos

AS COMEMORAÇÕES DO DOIS DE JULHO NO GINÁSIO BAIANO, DO DR. ABÍLIO CÉSAR BORGES

Carollina Carvalho Ramos de Lima

indicados: João Alves Portella, professor de Métodos de Ensino, assumiria História antiga e moderna; Manuel Correia Garcia, de Aritmética, Desenho Linear e Caligrafia, se ocuparia da História Pátria, lembrando que ele também era o primeiro secretário do Instituto Histórico da Bahia (IHB) nessa época; enquanto Professor Belarmino permaneceria com a História Sagrada, mas o orientou a dar "maior extensão no estudo da História Eclesiástica com explicações da Bíblia etc." (BORGES, 1856, p.46-47).

^{xi} Tesouro de meninos: obra clássica dividida em três partes: moral, virtude, civilidade, de Pedro Blanchard, "vertida em português e oferecida à mocidade estudiosa" por Mateus José da Rocha (Lisboa, 16. ed. 1861).

^{xii} Desenvolvido na década de 1840, por Jozef Bem, do qual o Método Zaba era uma apropriação. (LIMA, 2024).

^{xiii} Era comum a presença dos repentistas em festas de Natal, solenidades, festa públicas etc. Em *Festas e Tradições Populares do Brasil* (Ediouro, Rio de Janeiro/RJ, cerca de 1985), Melo Moraes Filho citam os mais famosos repentistas baianos do século XIX, que segundo ele, "laureados glosam motes aos aplausos justíssimos", sendo que os "grandes mestres de toda a poesia do improviso chamavam-se Moniz Barreto, Dr. Sinfrônio O. Álvares Coelho, Laurindo Rabelo, A. de Mendonça, João Freitas, Dr. Luís Álvares dos Santos e tantos outros, que eram os poetas da religião, da pátria e da família."

^{xiv} A Batalha de Pirajá, por exemplo, ocorrida em novembro de 1822 e amplamente destacada nos poemas dos alunos, resultou em aproximadamente "80 mortos e igual número de feridos" (ACCIOLI apud GUERRA FILHO, 2004).

^{xv} Castro Alves (2019, p. 9), em carta que escreveu sobre sua história pessoal, contou que seus pais eram "o doutor Antônio José Alves e dona Clélia Castro, filha de um sargento que foi um dos heróis da Independência da Bahia, conquistada em 2 de julho de 1823. Em muitas províncias os portugueses não acataram a proclamação do Sete de Setembro, e queriam nos manter atados à Coroa lusitana. Na Bahia, meu avô materno, José Antônio da Silva Castro, ajudou a derrotar o general Madeira, comandante das tropas inimigas, para assim confirmar a independência do Brasil."

DOI:

Artigo

**O AGRESTE EM GUERRA: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE
ITAPICURU NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NA
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822-1823)**

**AGRESTE AT WAR: A HISTORICAL STUDY ON ITAPICURU IN
THE CONTEXT OF BAHIA'S PARTICIPATION IN BRAZIL'S
INDEPENDENCE (1822-1823)**

Thiago Pinto Dantas¹ – 0009-0002-7618-3766

Luciana Conceição de Almeida Martins² - 0000-0001-7652-8192

¹Universidade Católica de Salvador (UCSAL), Salvador, Brasil -
thiago.dantas@ucsal.edu.br.

²Universidade Católica de Salvador (UCSAL), Salvador, Brasil -
luckianas@gmail.com

RESUMO:

No ano do bicentenário da participação da Bahia na guerra de independência do Brasil, muitas produções historiográficas destacaram novas problematizações que enriquecem a discussão do tema proposto e muda o enfoque da historiografia clássica, baseada no âmbito militar de rivalidades entre as tropas dos exércitos português, alocado na Capital baiana, em oposição ao exército pacificador, cuja base de operações estava no Recôncavo. Com base nessa perspectiva, este artigo tem por objetivo problematizar sobre como Itapicuru, uma das vilas mais antigas da Bahia e representante da região Agreste, conseguiu reunir localidades vizinhas no apoio e reforço nas batalhas em prol da consolidação da independência do Brasil. Os resultados dessa pesquisa, respaldada na História social de viés regional, mostram que outros espaços e sujeitos sociais do extenso território baiano, foram significativos e estratégicos no âmbito do reforço nas batalhas que legitimam o 2 de julho.

Palavras-chave: Guerra de Independência na Bahia; Vila de Itapicuru; Relações de poder.

O AGRESTE: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE ITAPICURU NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1823)

Thiago Pinto Danas - Luciana Conceição de Almeida Martins

ABSTRACT:

In the year of the bicentenary of Bahia's participation in Brazil's war of independence, many historiographical productions highlighted new problematizations that enrich the discussion of the proposed theme and change the focus of classical historiography, based on the military scope of rivalries between the troops of the Portuguese armies, allocated in the Bahian capital, in opposition to the peacekeeping army, whose base of operations was in Recôncavo. Based on this perspective, this article aims to discuss how Itapicuru, one of the oldest villages in Bahia and representative of the Agreste region, managed to bring together neighboring localities to support and reinforce the battles for the consolidation of Brazil's independence. The results of this research, supported by Social History with a regional bias, show that other spaces and social subjects in the extensive Bahian territory were significant and strategic in terms of reinforcing the battles that legitimized the 2nd of July.

Keywords: War of Independence in Bahia; Itapicuru Village; Power relations.

Introdução

No âmbito dos estudos historiográficos e no campo do ensino de história, quando se menciona a participação da Bahia nas lutas pela independência do Brasil, o destaque recai para a atuação de tropas, batalhas, estratégias militares e protagonistas que atuaram na Capital Salvador, seu entorno e no Recôncavo Baiano. Pouco se discute sobre o importante apoio das áreas pertencentes ao Agreste Baiano.

Durante as comemorações do bicentenário do 2 de Julho, no ano de 2023, notamos que nos variados eventos acadêmicos, comunicações nas instituições históricas clássicas, produções de documentários televisivos difundidos em mídias de massa, publicações de obras digitais e impressas, não houve uma preocupação em incluir nem ampliar o rol de vilas que protagonizaram as lutas, muitas vilas não foram sequer citadas.

Trata-se de um paradoxo, haja vista que existem inúmeras citações de historiadores baianos clássicos e contemporâneos (as) como Luiz Henrique Dias Tavares (2001), Pedro Calmon (1923), Afrânio Peixoto (1923), Ladislau dos Santos Titara (1973), Manoel Correia Garcia (1900), Damasceno Vieira (2019), Aristides Milton (1903) e sergipanos como Maria Thetis Nunes (2000) e Samuel Albuquerque (2022) que destacam a participação da vila de Itapicuru e do seu Capitão-mor no processo de independência das Províncias de Bahia e Sergipe. Além das inúmeras cartas, atas e ofícios do conselho interino do governo da Bahia que comprovam e chancelam as citações dos autores acima

O AGRESTE: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE ITAPICURU NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1823)

Thiago Pinto Danas - Luciana Conceição de Almeida Martins

citados, e que compõem o acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Segundo Maria Thetis Nunes (2000), a participação do Itapicuruense João Dantas fôra mais importante do que a do próprio Labatut no êxito da adesão sergipana a independência do Brasil. O referido fato também é narrado no livro *Paraguassu Epopéia da Guerra da Independência na Bahia*, do historiador baiano, autor do Hino ao Dois de Julho, Ladislau dos Santos Titara (1973), no qual relata sobre a participação do Capitão-Mor de Itapicuru nas lutas em prol da independência, destacando o esforço de guerra advindo daquela localidade longínqua.

Com base nessa perspectiva, este artigo tem por objetivo problematizar sobre como Itapicuru - uma das vilas mais antigas da Bahia – conseguiu reunir localidades vizinhas no apoio e reforço a fim de tornar a Província da Bahia e o Brasil, independentes de Portugal.

A partir do objetivo posto acima, elencamos algumas questões basilares nesse estudo: A primeira é como compreender o processo de ocupação da importante Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima, a partir de reflexões sobre a identificação étnica que existia e das relações de poder durante o Período Colonial, antes mesmo de adentrarmos o século XIX? A partir do contexto de vivência na área, como ocorreu o processo de integração regional sob a liderança de Itapicuru e com participação do povo do Agreste em apoio às lutas da participação da Bahia na independência do Brasil? Ou seja, como Itapicuru conseguiu mobilizar as localidades vizinhas em uma guerra que estava socialmente e geograficamente distante daquele povo? O que a Região Agreste da Bahia lucraria contribuindo no processo de independência de Portugal? O que uma região já na divisa com a Província de Sergipe e economicamente insignificante (em relação ao Recôncavo) acrescentaria em uma guerra de grandes proporções.

Para tentarmos responder às questões propostas, discutiremos inicialmente a compreensão sobre a região Agreste, em específico, sobre a constituição da Vila de Itapicuru.

A região agreste e a formação da vila de Itapicuru

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino

ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 33 - 45

O AGRESTE: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE ITAPICURU NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1823)

Thiago Pinto Danas - Luciana Conceição de Almeida Martins

Ao adentrarmos nesta importante Freguesia do Arcebispado da Bahia no século XVII, faz-se necessário compreendermos o seu entorno, ou seja, a região a qual estava localizada a referida representação católica. Assim, a região Agreste está situada na divisa com Sergipe e segundo o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC),

[...] está inserido nos biomas de Mata Atlântica e Agreste. Possui as bacias do Rio Real, Itapicuru, Itariri, Inhambupe, Subaúma, Sauípe, Imbassaí e Pojuca; áreas alagadas como brejos, lagoas, manguezais e cascatinhas, além de áreas de proteção ambiental do litoral norte do Estado, Mangue Seco e a plataforma continental do litoral norte. (SIPAC, s.a, s.p).

O Agreste baiano neste período era habitado originariamente por povos indígenas, cujo elemento nativo se espalhava por vasta expansão territorial (Da VIDE, 2011). Segundo a historiadora Consuelo Pondé de Sena (1979), em sua obra intitulada *Introdução ao Estudo de uma Comunidade do Agreste Baiano Itapicuru 1830 – 1892*, na qual cita Luís dos Santos Vilhena em História Colonial, a Vila de Itapicuru que significa laje carocuda em tupi-guarani, compreendia cinco aldeias, sendo elas: Saco do Morcego, Canabrava, Natuba, Itapicuru de Cima e Massacará. Geograficamente, limitava-se com as freguesias de Nossa Senhora da Abadia, Nossa Senhora do Monte do Itapicuru da Praia, Divino Espírito Santo do Inhambupe de Cima, São João da Água Fria, Nossa Senhora da Conceição do Soure, Santa Tereza de Pombal, Santo Antônio de Jacobina e a Capitania de Sergipe del Rey. (CARVALHO, 2008).

Atualmente, a área abrange além de Itapicuru os seguintes municípios: Rio Real, Crisópolis, Olindina, Ribeira do Amparo, Tucano, Araci, Euclides da Cunha, Queimadas, Monte Santo, Cansanção, Jeremoabo, Paripiranga, Antas e Cícero Dantas, perfazendo um total de 30.000 quilômetros quadrados (CARVALHO, 2008).

O estudo de Vilhena, utilizado por Sena (1979), indicava que somente na aldeia de Massacará em Itapicuru, viviam cerca de 200 casais de indígenas Quiriris e Catrimbis, além dos Tupinambás em Itapicuru de Cima no século XVIII. Em Natuba (atual Nova Soure), no período de elevação a Vila em 1758, existia cerca de 780 indígenas.

Desde 1636 já existia em Itapicuru uma missão franciscana denominada Saúde ou de Santo Antônio em que, posteriormente, no ano de 1648, fora erguida uma capela e que

O AGRESTE: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE ITAPICURU NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1823)

Thiago Pinto Danas - Luciana Conceição de Almeida Martins

em 1698 passou a ser uma Freguesia curada com o nome de Nossa Senhora de Nazareth do Itapicuru de Cima (SENA, 1979).

O historiador Cândido da Costa e Silva (2000, p. 70) cita as freguesias que eram subordinadas a de Itapicuru, sendo elas: “Monte Santo, Massacará, Inhambupe, Alagoinhas, Boa União, Olhos D’água, Araças, Aporá, Entre Rios e Jeremoabo”, o que demonstrava uma relevante área de alcance e grau de hierarquia naquele período.

Diante do grande contingente populacional do período, já no século XVIII, fora solicitada pelos habitantes da Freguesia de Itapicuru a elevação da localidade à categoria de vila. De acordo com a carta régia de 04/06/1725, enviada pelo vice-rei do Brasil Vasco Fernandez César de Menezes (Visconde de Sabugosa), os motivos seriam os inúmeros insultos que ocorriam naquela localidade e a dificuldade de resolução por parte do juiz de Cachoeira ao qual Itapicuru estava subordinado (SENA, 1979).

Portanto, somente em 28/04/1728 a Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima fora elevada à categoria de Vila, mantendo neste período parte da vasta extensão territorial e os aldeamentos indígenas que já existiam antes da instituição da freguesia (SENA, 1979).

No século XVIII os primeiros sesmeiros chegam a Itapicuru e se estabelecem introduzindo a criação de gado bovino e o plantio da cana de açúcar, contando com o auxílio da mão de obra escravizada que subsidiava todo o sistema (ANDRADE, 2017).

Com o passar do tempo, as famílias sesmeiras foram adquirindo outras propriedades rurais em uma região que era dominada pela família Garcia D’Ávila. Em 15/10/1754, o português Baltazar dos Reis Porto comprou da senhora Inácia Pereira Leite, viúva de um descendente de Garcia D’Ávila a fazenda Camuciatá em Itapicuru (CARVALHO JÚNIOR, 2006).

A partir dessa lógica colonizadora de apropriação e uso das terras, mudam-se as relações de poder no Agreste e famílias se instalam e reproduzem vivências de cunho patriarcal em meio à coexistência com grupos indígenas. Baltazar dos Reis Porto foi o sesmeiro e patriarca dos que vieram ser os substitutos dos Garcia D’Ávila na região, formando assim o patriarcado da família dos Dantas, que irão protagonizar ações de liderança na região e encabeçar importantes tomadas de decisões.

O AGRESTE: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE ITAPICURU NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1823)

Thiago Pinto Danas - Luciana Conceição de Almeida Martins

A família Dantas dá continuidade a sua influência senhorial na região Agreste obtendo importantes cargos. Assim, João Dantas dos Reis Portátil toma posse no posto de Capitão-mor da Vila de Itapicuru em 24 de outubro de 1819.

A partir de então João Dantas se consolida como uma autoridade respeitada na região, rompendo a divisa e adentrando com o seu prestígio até a província de Sergipe del Rey onde contava com o apoio de familiares e amigos na localidade que hoje é conhecida como o município sergipano de Riachão do Dantas cujo nome referencia um riacho que passava na propriedade de seu parente João Dantas Martins dos Reis (IBGE, s.a.s.p).

Com isso, o Capitão-mor de Itapicuru passou a convocar os seus familiares para se empenharem nos eventos em prol da independência como uma forma de demonstrar a sua incontestável liderança na região e ganhar reconhecimento e posição junto ao Conselho Interino Provisório.

O seu filho João Dantas dos Reis Júnior participou ativamente do processo de independência no Agreste e ajudou no recrutamento de soldados e organização das tropas o que contribuiu para que o mesmo fosse confirmado no posto de Tenente-Coronel do regimento de cavalaria e milícias da Vila de Itapicuru após o 02 de julho de 1823 conforme documento de 18 de novembro de 1823.

O Capitão-mor de Itapicuru conforme recibo datado de 28 de maio de 1823 doou 31 (trinta e uma) cabeças de gado ao exército libertador e fez diversas outras doações como papéis e ângulo com estrela. As doações foram significativas e foram objeto de carta do general Labatut agradecendo o entusiasmo e patriotismo do seu fiel escudeiro.

Sendo assim, os Dantas apoiaram de diversas formas a causa da independência, realizaram doações, recrutaram homens, cederam espaço de concentração para as tropas e organizaram toda a logística na região Agreste e até mesmo fora dela como veremos posteriormente no tocante a guarda cívica de Cachoeira liderada pelo Capitão-mor de Itapicuru.

Entre tramas, redes de apoio e serviços de inteligência: articulações da vila de Itapicuru como reforço ao exército pacificador

O AGRESTE: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE ITAPICURU NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1823)

Thiago Pinto Danas - Luciana Conceição de Almeida Martins

Sabe-se que, desde o início dos conflitos pela independência na Bahia, o Recôncavo Baiano foi cenário de destaque e importância estratégica para o Exército Libertador, pois além de compreender a principal área produtora da província, também reuniu significativa liderança que recrutou pessoas comuns, principalmente escravizados, libertos e povos originários para atuarem como soldados do exército. Essa área produtora teve como extensão estratégica militar a base e quartelamento montado em Pirajá, localidade situada na área suburbana/periférica de Salvador, que representava a porta de entrada por mar para tropas que partiam do Recôncavo rumo à Capital. Esse quartelamento também recebeu reforços de outros pontos do extenso território da Província da Bahia, dentre esses, do Agreste.

Em 06 de setembro de 1822 foi instalado o Conselho Interino do governo da Bahia, em Cachoeira. Todavia, cerca de dois meses antes, em 07 de julho do mesmo ano, a Vila de Itapicuru já havia reconhecido e aclamado D. Pedro I como imperador do Brasil, sendo uma das primeiras vilas a manifestar apoio à causa. O Capitão-mor João Dantas dos Reis Portátil liderou um contingente de 2.000 homens para aclamar Dom Pedro I nas localidades de Campos (atual Tobias Barreto), Lagarto, Santa Luzia, Estância e São Cristóvão em Sergipe (Nunes, 2000).

Em 05 de novembro de 1822 o Capitão-mor de Itapicuru João Dantas dos Reis Portátil toma posse no Conselho Interino do Governo da Província da Bahia conforme termo de posse custodiado pelo Arquivo Público do Estado da Bahia.

Outras estratégias militares e ações de articulação regional podem ser atribuídas sob a liderança do citado Capitão-mor. Inicialmente, ele cedeu sua residência, a fazenda Camuciata para funcionar como quartel general de apoio ao Recôncavo. Foi nesse espaço que ocorreu a recepção ao general Pedro Labatut, quando este adentrou na Província, vindo de Maceió e passando por Sergipe, que faz divisa com Itapicuru, em direção ao Engenho Novo em Pirajá (Carvalho Júnior; Porto Filho, 2016).

A fazenda continuou sendo utilizada em 1823 durante as lutas pela independência da Bahia. O Capitão mor de Itapicuru João Dantas, também organizou e comandou a guarda cívica de Cachoeira, responsável pela proteção daquela vila no Recôncavo.

20 de dezembro de 1822. O Conselho interino do governo da Província da Bahia, aprovou o plano e a proposta que o capitão-

O AGRESTE: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE ITAPICURU NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1823)

Thiago Pinto Danas - Luciana Conceição de Almeida Martins

mor João Dantas dos Reis Portátil ofereceu para a organização da guarda cívica, destinada a defesa desta cidade, então vila (Aristides Milton, 1903, p. 408 e 35).

Em função disso, o espaço funcionou como ponto estratégico de discussões e deliberações direcionados à inteligência, bem como abrigo de equipamentos bélicos, isso é, foi depósito de canhões e pólvoras vindos de Maceió e Sergipe, além de ser o local de concentração das tropas da região Agreste e das que vinham das Províncias de Alagoas e Sergipe del Rey. “Não havia um só soldado de cavalaria e então o Capitão-mor de Itapicuru, João Dantas dos Imperiais Itapicuru, organiza um esquadrão de 500 praças que marcham para Pirajá” (GARCIA, 1900, p. 78).

Enquanto o desânimo se apodera dos que tem consigo a perspectiva da fé e já alcançam a dureza das provocações na Bahia sitiada, entre os sitiantes, é uma nova explosão de patriotismo, que a certeza da vitória acende. A cavalaria que o Clarim Luiz Lopes, invocara para o triunfo, chega finalmente. Forma-se sob o comando do Capitão-mor João Dantas e são 500 cavaleiros que marcham para Pirajá (PEIXOTO, 1923).

Os povos dos atuais municípios baianos conhecidos como Rio Real, Olindina e Crisópolis, dentre outros, que pertenciam a vila de Itapicuru no século XIX, se juntaram as tropas do Camuciatá e engrossaram o coro de independência que ecoava pelo Agreste baiano em 1823, quase um ano após o Sete de Setembro de 1822.

Após esse significativo reforço e atuação nas batalhas em busca da consolidação da independência no Brasil, passaremos a refletir no tópico seguinte, sobre o questionamento: O que houve de benefício ou retorno à região Agreste por sua contribuição no processo?

Jogos de interesse e relações de poder: o agreste nas lutas pela consolidação da independência

O recrutamento de soldados para reforçar as frentes de batalhas partiu de demandas e imposições da classe senhorial. É preciso contextualizar os reais interessados dentro de um processo de lutas e transformações que, apesar de estar respaldado em uma

O AGRESTE: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE ITAPICURU NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1823)

Thiago Pinto Danas - Luciana Conceição de Almeida Martins

causa justa e um sentido mais restrito, estaria de algum modo fortalecendo e beneficiando fazendeiros e comerciantes que lideraram as frentes de batalhas.

Não obstante, discordamos da perspectiva Freyriana de que todos lutaram como irmãos, em batalhas patrióticas nos quais os envolvidos estavam dispostos a morrer pela Bahia, e que estariam na guerra de livre e espontânea vontade. O que não correspondeu à realidade da região Agreste, em específico, cuja distância geográfica com a zona de conflito era considerável (FREYRE, 2006).

A casa grande e senzala não lutaram harmonicamente, mas protagonizaram as lutas de classes, ao qual o senhor de engenho outorgou a ida dos seus escravizados e empregados à guerra, afinal de contas, na melhor das perspectivas, ninguém estaria disposto a sair de uma região na divisa com Sergipe para ir lutar na cidade da Bahia por uma causa distante em todas as esferas da realidade daqueles indivíduos.

As camadas populares, como enfatizou o historiador Sérgio Guerra Filho (2004), foram fundamentais na guerra bem sucedida do 2 de julho baiano mas, sobretudo, foram imprescindíveis no prestígio político que alguns líderes regionais adicionaram após o término da guerra. Sem os escravizados e indígenas, assim como empregados das inúmeras propriedades rurais baianas, talvez não existissem soldados suficientes para as lutas.

Requisitar e mobilizar esses populares foi algo proveitoso para a pátria e, mais ainda para os senhores de engenho, que receberam os privilégios das tórridas batalhas contra os portugueses, mas a que custo? As respostas para essas perguntas podem nos permitir entender citações do historiador baiano Cid Teixeira (1998) que traçou as principais oligarquias baianas e seus coronéis do Império à República.

O autor menciona a família Dantas como a principal oligarquia de todo o Nordeste baiano durante o Império, e cita um descendente do Capitão-mor João Dantas dos Reis Portátil, que a partir de um gesto de patriotismo durante as batalhas da independência, passou a ser chamado de João Dantas dos Imperiais Itapicuru. O descendente citado foi Cícero Dantas Martins, latifundiário, político e industrial. Tendo fundado com sócios a primeira usina de açúcar do Norte/Nordeste do Brasil em Santo Amaro/BA (Engenho Central Bom Jardim), o que lhe rendeu o título de Barão de Jeremoabo e que protagonizou acontecimentos importantes durante a Guerra de Canudos e é citado no épico *Os Sertões*

O AGRESTE: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE ITAPICURU NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1823)

Thiago Pinto Danas - Luciana Conceição de Almeida Martins
de Euclides da Cunha (2017) e no livro *A Guerra do Fim do Mundo*, do Nobel de literatura Mário Vargas Llosa (PANG, 1979).

A partir dessa perspectiva, refletimos que o processo do 2 de julho na região Agreste é um caminho para entender a formação de grupos oligárquicos e o seu fortalecimento através da data magna baiana, dando ênfase a uma dimensão macro que evidencia todo um universo social que fora esculpido a partir do processo de independência da Bahia. Enxergar este acontecimento além do que nos foi ensinado nas escolas, mas com um olhar crítico sob a região Agreste, em especial Itapicuru, ponto de partida do conflito na região.

Logo, mapeando quais localidades do Agreste lucraram com a independência de Portugal, identificando os supostos beneficiados nessa ruptura do processo de independência a partir do conselho interino instaurado em Cachoeira em 06 de setembro de 1822, no qual Itapicuru participou como uma das dezessete vilas que elegeram procuradores a fim de representá-las. Chegamos à conclusão que a partir deste conflito, os líderes regionais se fortaleceram, aumentando os seus poderes e formando verdadeiras dinastias que perduraram até a República.

Essa vitória (a de Pirajá) encorajou por extremo ao exercício pacificador que progressivamente aumentava em força: já se achava quase completo o batalhão de caçadores nº 3 de que era comandante o major José Antônio da Silva Castro, uma companhia, que tomou a denominação de guarda cívica, criada na Cachoeira (x) servia para manter a polícia nesta Vila (x). Dessa companhia era comandante o capitão mor de Itapicuru João Dantas dos Imperiais Itapicuru (SILVA, 1836, tomo II, p.177 e 178).

Nota-se com isso os verdadeiros heróis do Agreste, que se sacrificaram compulsoriamente em uma guerra distante, cujos louros não foram colhidos por estes.

Considerações finais

Por fim buscamos, neste artigo, compreender e problematizar sobre como Itapicuru conseguiu reunir localidades vizinhas e criar estratégias de apoio e reforço a fim de tornar a Província da Bahia e o Brasil independentes de Portugal. A partir dessa perspectiva, ficou evidenciada que a consolidação da independência na Bahia foi uma

O AGRESTE: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE ITAPICURU NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1823)

Thiago Pinto Danas - Luciana Conceição de Almeida Martins

conquista de variados povos e regiões, não apenas restrita ao Recôncavo e litoral, que de forma contundente entraram para a história.

Promover essa reflexão e significação histórica na dimensão social e regional é reconhecer, de forma mais ampla, a participação ativa e combativa do povo do Agreste baiano, que embora tenha sido silenciada na historiografia sobre o 2 de julho, tenta se fazer presente em suas respectivas histórias locais através de seus hinos, sítios históricos, monumentos e nome de ruas, sendo maior parte desconhecidos pelo próprios munícipes.

Com isso, constatamos a urgência de que novos debates, reflexões e contribuições sobre outras histórias relacionadas à participação da Bahia na consolidação da independência do Brasil possam alcançar o campo do ensino.

LISTA DE FONTES

1. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). **Carta do General Labatut agradecendo a oferta de papel e de um ângulo com estrela de 13/12/1822**. Ano: 1822.
2. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). **Informação sobre o requerimento de João Dantas dos Reis Júnior para ser confirmado no posto de Tenente-Coronel do regimento da cavalaria de milícias da Vila de Itapicuru datado de 18/11/1823**. Ano: 1823.
3. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). **Recibo de 31 cabeças de gado vacum oferecidos pelo Capitão Mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru ao Exército Pacificador em 28/05/1823**. Ano: 1823.
4. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). **Termo de posse de João Dantas dos Reis Portátil no posto de Capitão-Mor de Itapicuru em 24/10/1819**. Ano: 1819.
5. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). **Termo de posse de João Dantas no Conselho Interino de governo da Província da Bahia, com sede na Vila de Cachoeira, em 05 de novembro de 1822**. Ano: 1822.

Referências

ALBUQUERQUE, Samuel. Artigo publicado no **Jornal da Cidade**, Aracaju/SE, 07/09/2022, p. A-8.

ANDRADE, Maristela do Nascimento. **Poder e Política no Brasil Imperial**: Traços da Gênese e da Trajetória dos Fontes e dos Dantas no Sertão da Bahia e de Sergipe Del Rey (1820-1850). Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão/SE, 2017.

As Câmaras Municipais e a Independência. V. 1. Nº 71. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Conselho Nacional Federal de Cultura. 1973.

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 33 - 45

O AGRESTE: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE ITAPICURU NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1823)

Thiago Pinto Danas - Luciana Conceição de Almeida Martins

As Juntas Governativas e a Independência. V. 2. Nº 75. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Conselho Nacional Federal de Cultura. 1973.

CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre:** Uma Dinastia de Pioneiros. Salvador: Fundação Cultural da Bahia, 3ª edição, 1983.

CALMON, Pedro. História da independência do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** tomo 94, Vol. 148, p. 105, 1923.

CARVALHO, André Monteiro Pinto Dantas de. (org.) **O velho Itapicuru:** A História de um Passado de Glórias. Edição comemorativa 280 anos. Gráfica e Editora GrafColor, Salvador: BA, 2008.

CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de. **O Barão de Jeremoabo e a Política de seu Tempo:** Trajetória de um Líder Conservador na Bahia. EGBA, Salvador/BA, 2006.

CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de; PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **2 de Julho Independência da Bahia e do Brasil.** Bahia: Ed. FCasa de Cultura Carolina Taboada, 2016.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões.** São Paulo, Ed. Martin Claret 1ª edição, 2017.

DANTAS, Mônica Duarte. **Fronteiras Movediças:** A Comarca de Itapicuru e a formação do Arraial de Canudos (relações sociais na Bahia do século XIX). São Paulo: editora entrHistória, 2007.

DANTAS JR.; João da Costa Pinto. “O Capitão-mor João d’Antas e sua descendência”. **Revista do Instituto Genealógico da Bahia,** n. 15, 1967.

DANTAS, Manuel Pinto de Souza. **Correspondência do Conselheiro Manuel P. de Souza Dantas 1831-1894.** Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1962.

DA VIDE, D. Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.** V. 79. Senado Federal, Brasília 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala.** São Paulo. Global Editora, 2006.

GARCIA, Manoel Correia. **História da Independência da Bahia.** Typ Empreza Editora, Salvador/BA, 1900.

GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. O Povo e a Guerra: Participação das Camadas Populares nas Lutas pela Independência da Bahia. Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, 2004.

IBGE, <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/riachao-do-dantas/historico>

MILTON, Aristides. **Ephemerides Cachoeiranas.** Typ Bahiana de C. Melchiades, Salvador, 1903.

NUNES, Maria Tethis. **Sergipe Provincial I (1820-1840).** Rio de Janeiro: Ed. Tempo brasileiro, 2000.

PANG, Eul – Soo. **O Engenho Central do Bom Jardim na Economia Baiana:**

Alguns Aspectos de sua história 1875-1891. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1979.

PEIXOTO, Afrânio. “2 de Julho de 1923 (Conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aos 2 de Julho de 1923)”. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.** Bahia, nº 48, p. 107-127, 1923.

SENA, Consuelo Pondé de. **Introdução ao Estudo de uma Comunidade do Agreste Baiano:** Itapicuru 1830-1892. Fundação Cultural da Bahia, Salvador/BA, 1979.

SENA, Consuelo Pondé de. **Os Dantas de Itapicuru.** SBAH, Anais da VI Reunião, São Paulo, 1987.

SILVA, Cândido da Costa e. **Os Segadores e a Messe:** O Clero Oitocentista na Bahia. Eufba, Salvador, 2000.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira. **Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia.** Typ. do Correio Mercantil, de Précourt e C, Tomo II, Salvador, 1836.

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 33 - 45

O AGRESTE: UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE ITAPICURU NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1823)

Thiago Pinto Danas - Luciana Conceição de Almeida Martins

SIPAC. Sistema de Informação do Patrimônio Cultural da Bahia. Litoral Norte e Agreste Baiano. In: **Território De Identidade**, s.p. Disponível: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/territorio/litoral-norte-agreste-baiano/>. Acesso em: 11 de set. 2023.

REIS, Borges dos. **História do Brasil Século XVI A XVIII**. Ed. Tristã e Pinto, 2 Edição, Salvador/BA, 1915.

REIS, João José. (org.). **Escravidão e invenção da liberdade** – Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SIPAC. Sistema de Informação do Patrimônio Cultural da Bahia. Litoral Norte e Agreste Baiano. In: **Território De Identidade**, s.p.

Disponível: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/territorio/litoral-norte-agreste-baiano/>. Acesso em: 11 de set. 2023.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **História da Bahia**. 12ª ed. Bahia: UFBA, 2001.

TEIXEIRA, Cid. **Coronéis e Oligarquias**. Bahia, Ed. UFB, 1998.

TITARA, Ladislau dos Santos. **Paraguassu: Epopéia da Guerra da Independência na Bahia**. Bahia: Ed. Revistas dos Tribunais, 1973.

VIEIRA, Damasceno. **Memórias Históricas Brasileiras**, São Paulo, Ed. Wentworth Press, 2019.

Informações dos autores

Thiago Pinto Dantas - Especialista em Direito Público pela Universidade Tiradentes (UNIT).

Luciana Conceição de Almeida Martins - Doutora em Difusão do Conhecimento, programa de pós-graduação multi-institucional e multidisciplinar (DMMDC/UFBA/2017). Professora do curso de história da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), no curso Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual da Bahia (PROFHISTÓRIA/UNEB) e também nos Colégios Estaduais Alberto Santos Dumont e Duque de Caxias.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

ÚLTIMO SOBRENOME (SE HOUVER SUFIXO, INCLUIR), Nome completo (para todos os autores, mantendo a mesma ordem inicial). Título do artigo. **Perspectivas e Diálogos**: Revista de História Social e Práticas de Ensino, Caetité, vol. 6, n. 12, 2023, p. 33 - 45. DOI:

DOI:

Artigo

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, BLACK WOMAN IN NATIONAL MEMORY: ENTERED WITHOUT PERMISSION AND EXISTS WITHOUT AUTHORIZATION

Marina Maia da Silva¹ - 0009-0000-8339-3791

Cláudia Pons Cardoso² - 0000-0003-0918-0602

¹Secretaria de Educação do Estado da Bahia, Camaçari, Brasil – estrelamaia@gmail.com

²Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Brasil, ponscardoso@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo analisa as memórias e as representações sobre Maria Felipa de Oliveira, que circulam em sociedade, nele problematizamos o silêncio dos arquivos no que se refere às narrativas sobre a participação das mulheres negras na história. Para isso, elegemos como fonte as memórias de moradores da ilha de Itaparica reunidas pela pesquisadora Eny Kleyde Farias (2010) e publicadas na obra, *Maria Felipa de Oliveira: Heroína da independência da Bahia*. Além das memórias, recorreremos à revisão historiográfica e análises das ações dos movimentos sociais pelo reconhecimento de Maria Felipa, que enfrentam a invisibilização da heroína. Deste modo, em oposição à invisibilidade histórica e silenciamento sobre o protagonismo e reconhecimento de trajetórias femininas negras marcadas por hierarquizações de raça e gênero, apresentamos saberes que revelam resistência, luta e expressão da mulher negra na história.

Palavras-chave: Maria Felipa de Oliveira; Memória; Independência da Bahia.

Abstract: This article analyzes the memories and representations about Maria Felipa de Oliveira, which circulate in society, in which we problematize the silence of the archives with regard to narratives about the participation of Black women in history. For this, we chose as a source the memories of residents of Itaparica gathered by researcher Eny Kleyde Farias (2010) and published in the work, *Maria Felipa de Oliveira: Heroína da independência da Bahia*. In addition to the memories, we resorted to a historiographical review and analysis of the actions of social movements for the recognition of Maria Felipa, which face the invisibilization of the heroine. In this way, in opposition to historical invisibility and silencing of the protagonism and recognition of black female trajectories marked by hierarchies of race and gender, we present knowledge that reveals resistance, struggle and expression of Black women in history.

Keywords: Maria Felipa de Oliveira; Memory; Independence of Bahia.

Introdução

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 46 - 65

Recebido: 17 de Novembro de 2023

Aprovado: 15 de Dezembro de 2023

Publicado: 31 de Dezembro de 2023

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

Maria Felipa de Oliveira, mulher negra, lutou pela independência do Brasil na Bahia em 1822, as vozes que propagam sua existência vêm de diversos lugares, mas é na ilha de Itaparica, localizada na Baía de todos os Santos, que foi primeiro invocada, celebrada e reconhecida como parte da história da comunidade. Com a campanha da independência surgiram diversos grupos, alguns lutando corpo a corpo com as tropas portuguesas. E dentre eles, o das sentinelas, chamadas de Vedetas, tendo a atuação de Maria Felipa, apresentada como líder do grupo, que através das suas atribuições de trabalho de ganhadeira e marisqueira, desenvolveu importantes estratégias de luta e defesa da ilha.

Neste artigo, nos aproximamos da trajetória de mulheres negras, em especial, a de Maria Felipa, em oposição à invisibilidade histórica e silenciamento sobre seu protagonismo e reconhecemos que sua trajetória é marcada por hierarquizações de raça e gênero. As ausências sobre Maria Felipa são vestígios da desumanização imposta pela sociedade escravocrata do século XIX e não ausência de história. Este entendimento problematiza o silêncio dos arquivos no que se refere às narrativas sobre a mulher negra na história e pede perspectivas outras sobre a história, que fraturem leituras engessadas sobre o passado e façam emergir, como gesto de resistência e denúncia, o protagonismo popular para recompor a história vivida.

Maria Felipa é uma verdade no cotidiano e na tradição oral dos moradores da ilha de Itaparica. A sua trajetória alcança lugar de representação dos sujeitos subalternos participantes na luta pela emancipação do Brasil e principalmente da agência das mulheres negras.

Este artigo tem por objetivo analisar as memórias dos ilhéus e as representações sobre Maria Felipa, visando identificar saberes que revelam resistência, luta e expressão da mulher negra na história. Para isso, utilizamos as memórias sobre Maria Felipa reunidas pela pesquisadora Eny Kleyde Farias (2010), entre o período de 2002 a 2009, publicadas no livro *Maria Felipa de Oliveira: Heroína da independência da Bahia*, e as ações dos movimentos sociais, que enfrentam a invisibilização da heroína, como fontes de análise de como a comunidade da ilha de Itaparica compreende e representa a trajetória da heroína negra. Situamos historicamente o contexto da independência do Brasil na Bahia com base em Sérgio Guerra Filho (2004), Hendrik Kraak (2015; 1999), Wlamyra Ribeiro de Albuquerque (1997) e Gerson Galo Ledezma (2009).

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

Maria Felipa desvela uma narrativa que desafia a memória nacional e inscreve, através da memória coletiva, a mulher negra no mito de fundação do Brasil, a Independência do país. A sobrevivência das memórias de moradores apresenta, como destaca Maurice Halbwachs (2003), a comunidade afetiva como estruturante para as heranças rememorativas de um grupo. Nas palavras de Michael Pollak (1989; 1992), são memórias subterrâneas, que sobreviveram à opressão caracterizada pelo silenciamento diante da memória nacional, e em momento histórico de crise emergem para contrapor à narrativa oficial e tornar possível a análise de contradições na perspectiva tradicional.

A narrativa da Guerra de Independência do Brasil na Bahia a partir de Maria Felipa pode ser interpretada como resistência política ao silenciamento em torno da participação dos populares da ilha e principalmente da mulher negra. Se a historiografia não se interessou em construir um caminho de investigação sobre Maria Felipa, a comunidade ergueu a heroína através das memórias coletivas, como uma importante personagem de sua história, alcançando a força de patrimônio histórico cultural (FARIAS, 2010).

Evidenciar as memórias sobre Maria Felipa é afirmar o poder de reconstituição simbólica de um passado histórico negado às populações negras, em especial às mulheres. Nesse movimento, buscar e problematizar sua existência é possibilitar a constituição de um conhecimento escolar a ser didatizado, destacando seu potencial formativo na identidade negra positiva de estudantes, na medida em que explicar o seu silenciamento é abrir caminhos para um ensino de história que trabalhe pela humanização do conhecimento e das representações.

Memórias reconstruindo trajetórias

O ensino de história é apresentado, por Ana Maria Monteiro (2012), como lugar de fronteira entre saberes, como espaço de produção de conhecimento, de disputa e produção de memória. Para a autora, se faz necessário compreender a seleção cultural dos saberes disponíveis na sociedade a serem ensinados, contextualizando seus enraizamentos históricos e sociais, revelando os projetos identitários e a legitimação de poderes instituídos ou a instituir. Essas disputas de narrativas podem estar presentes ou silenciadas nos manuais didáticos, podem alcançar a sala de aula por iniciativa de professoras(es), que reconhecem a necessidade do cumprimento das leis antirracistas em educação. Como

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

a Lei 10639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. E podem entrar na sala de aula pelas mãos de estudantes, através de suas trajetórias de vida, legados de família, ou conhecimentos que circulam em sociedade e fazem parte do universo cultural e histórico da comunidade escolar.

Pierre Nora (1993), ao se referir a historiadores e aos lugares de memória, sustenta a tese de que não existe memória espontânea, a historiografia se constitui como memória coletiva de um grupo específico. Nesta perspectiva, o saber histórico escolar foi dominado durante muito tempo pela memória das elites, que passa a ser desafiado pelas lutas sociais dos grupos subalternizados que reivindicam direito à memória, educação e reconhecimento pelo conhecimento construído historicamente.

Michael Pollak (1989) explica que a memória entra em disputa nos momentos de crise, ou seja, o controle das memórias feito através da dominação e violência encontra resistência nos grupos sociais. O autor cria o conceito de memórias subterrâneas para explicar esse fenômeno, as memórias que foram reprimidas e silenciadas emergem reivindicando seu lugar na história, realizando críticas ou entrando em confronto com a memória oficial.

Segundo Halbwachs (1990), nenhuma lembrança pode coexistir isolada de seu grupo, na “memória coletiva” o fenômeno de recordação deve ser analisado dentro do seu contexto social. Os “textos” produzidos pela memória possuem outras definições de tempo, cada depoimento só tem sentido dentro do seu contexto de referência, um evento vivido em comum, porém tomado de forma pessoal. A lembrança necessita de uma comunidade afetiva, cuja construção ocorre através do convívio social, nesta perspectiva, a memória individual é um ponto de vista da memória coletiva, que preserva o valor do passado para os respectivos grupos sociais. Na memória coletiva o passado é permanentemente reconstruído, revivido, ressignificado e representado, de modo que os fatos do passado têm continuidade no presente. “A repetição, rememoração do passado está ligado às forças políticas e sociais que estão atuando sobre nós” (HALBWACHS, 1990, p.84).

Nesse movimento, cada morador da ilha de Itaparica ao invocar um passado sobre a heroína, invoca também seu próprio passado, dos seus ancestrais e da sua comunidade. A sobrevivência das memórias sobre Maria Felipa se constitui em contra narrativa sobre

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

a guerra de independência do Brasil, posto ser apresentada como uma história negada que deve ser reconstituída.

Maria Felipa de Oliveira: Heroína Negra da Independência do Brasil na Bahia

Maria Felipa de Oliveira entrou sem permissão na memória nacional, não como uma verdade instituída pelos discursos de autoridade das narrativas tradicionalmente celebradas, mas como tema vivo e pulsante. Ela chegou através das memórias coletivas dos moradores da Ilha de Itaparica e das representações sociais que sobre ela circulam na sociedade.

O protagonismo de Maria Felipa na guerra de independência do Brasil na Bahia convida a refletir sobre a tradição discursiva da política de branqueamento e democracia racial presente nos manuais escolares e a pensar uma memória nacional outra, por problematizar o (não) lugar da mulher negra e dos grupos subalternizados nas representações do processo de construção da nação, dando ênfase as tensões e resistência da população não branca à desumanização que lhe foi imposta.

O 7 de setembro de 1822 marca a memória nacional como o dia da Independência do Brasil. Na Bahia, esse evento histórico é compreendido dentro de um intervalo de tempo maior, é um processo que começa em fevereiro desse ano e se estende até o 2 de Julho de 1823, com a saída das tropas portuguesas da cidade de Salvador. O conflito armado entre tropas portuguesas e nacionais antecede o evento liderado por D. Pedro I e representa para a Bahia uma outra narrativa na memória nacional.

Segundo Guerra Filho (2004), na Bahia, o conflito entre portugueses e Exército Libertador ocorreu nos meses de junho de 1822 a julho de 1823, foi neste período que a participação popular foi mais visível e franca, pois os eventos da guerra e as tensões internas do conflito revelam uma tradição anticolonial, radical e rebelde relacionada às camadas populares. Para o autor, este cenário conturbado deu lugar para que revoltas contra o poder colonial, isoladas e com reivindicações pontuais, abrissem espaço para formulações influenciadas por ideais “franceses” e com projetos políticos mais consistentes, inclusive, propondo o fim da dominação colonial como solução para a crise. Algumas dessas vozes chegaram a reivindicar a República, incluindo a igualdade entre pretos, pardos e brancos, como foi a Revolução dos Alfaiates, também conhecida como a Revolta dos Búzios, ocorrida na Bahia em 1798. Hendrik Kraak (2015), na mesma

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361
Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 46 - 65

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

direção, afirma que na guerra pela Independência na Bahia houve uma forte mobilização popular e, por pouco, não fugiu do controle dos senhores de engenho.

A narrativa dos manuais escolares se estrutura na tentativa do silêncio da participação popular e no cenário nacional tem o Sete de Setembro como mito fundador representado pelo sujeito universal branco, um ideal a ser perseguido pela política de branqueamento. Assim, a independência do Brasil marca o fim da colonização do Brasil e inaugura uma complexa teia de disputa pela representação do Estado-Nação, liderança do progresso e reordenamento do processo civilizatório como continuidade do mundo europeu. A nação escravocrata precisava de uma identidade e estrutura o antagonismo racial como elemento base para consolidação do mundo moderno capitalista.

A participação da mulher negra e de grupos populares pobres, pardos libertos e escravos se contextualiza neste cenário de disputa por um futuro imprevisível, mas cheio de esperança e por todos perseguidos, vozes, experiências e trajetórias silenciadas na narrativa tradicional e nas disputas pela celebração da Independência. Neste sentido, as memórias sobre o protagonismo de Maria Felipa se constituem como fio condutor para pensar a atuação dos populares no conflito, mas também nos desafia a refletir para os diversos sentidos de liberdade que mobilizaram esses grupos, haja vista a fragmentação de interesses existentes na Bahia do século XIX.

À medida que o conflito entre portugueses e brasileiros se delinea geograficamente, a Ilha de Itaparica, local de vida e morte de Maria Felipa, ganha destaque e importância na guerra. Segundo Guerra Filho (2004), desde os primeiros movimentos de guerra os portugueses já indicavam preocupação com o abastecimento das tropas e da população de Salvador, assim como o interesse pelo controle militar da Bahia de todos os Santos.

Segundo a narrativa dos moradores da ilha, Maria Felipa de Oliveira frequentou vários locais, viveu e guerreou onde hoje é o município de Itaparica, que em tupi significa “cerca de pedra”, na época chamado de “Arraial da ponta de Baleia”. A ilha atualmente compõe-se dos municípios de Itaparica e Vera Cruz, do ponto de vista histórico, tem uma especial notoriedade pela participação na guerra de independência do Brasil na Bahia.

O final do século XVIII é citado por Fernando Rebouças (2008 apud FARIAS, 2010) como provável período de nascimento de Maria Felipa de Oliveira. É indicada a rua da Gameleira como local de seu nascimento, localizada no atual município de Itaparica, moradora da Beribeira, e depois na ponta das Baleias em um casarão chamado

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361
Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 46 - 65

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

Convento, lugar onde pescadores, ferreiros, ganhadeiras, carpinteiros e pessoas simples residiam, trabalhadores da ilha que só possuíam o vento (FARIAS, 2010). Não há, até o momento, registros sobre essa ou qualquer outra data para o seu nascimento, no entanto, se tomamos os relatos de seus feitos, a força física, a agilidade, a coragem e desenvoltura na construção de estratégias de luta, podemos supor que era uma mulher jovem. Também não existem definições para as condições de seu nascimento, se nasceu livre ou escrava, mas acompanhando as tradições orais, as lembranças indicam a condição de liberdade nos tempos da independência.

Seguindo as reflexões e estudo de Sandra Graham (2012) sobre a história de mulheres negras no Brasil, podemos afirmar que a trajetória de Maria Felipa faz parte do mosaico complexo, intrincado e amplo das várias realidades históricas das mulheres negras, múltiplas experiências e caminhos distintos de resistências históricas à escravidão. Segundo a autora, apesar das diferenças e especificidade de cada registro, mulheres escravizadas e libertas conheciam ruas e vielas, pois andavam pelas cidades, tinham um grau de liberdade que lhes permitia fazer escolhas. Nesta perspectiva apresentada por Sandra Graham (2012), é possível compreender Maria Felipa como parte do grupo de mulheres negras que apresentava certo grau de autonomia.

Cecília Soares (1996) afirma que, tanto para mulheres negras livres e libertas quanto para as escravizadas, o sistema de ganho caracterizou as relações escravistas nas ruas de Salvador no século XIX, “no ganho de rua, principalmente através do pequeno comércio, a mulher negra ocupou lugar destacado no mercado” (SOARES, 1996, p. 57). Podemos ampliar essa reflexão também para as ganhadeiras de Itaparica, devido à intensa circulação e conexão destes espaços desde os tempos coloniais.

Segundo Cecília Soares, a atividade de comércio era largamente desenvolvida pelas negras na Bahia e também não era estranha às que chegaram pelo tráfico, “pois que em muitas sociedades africanas delegavam-se às mulheres as tarefas de subsistência doméstica e circulação de gêneros de primeira necessidade” (SOARES, 1996, p. 60). Diz a autora, as ganhadeiras que se dedicavam à venda de peixe e de diversos gêneros souberam desempenhar muito bem o seu papel, chegando a alcançar diária de até 4 mil réis em 1849, o que para a época era um valor expressivo e dava condição de algumas mulheres escravizadas juntar dinheiro para comprar a sua alforria. Desse modo, “o sucesso se refletia, sobretudo, no controle que as ganhadeiras vieram a ter sobre o comércio varejista de produtos perecíveis” (SOARES, 1996, p. 61).

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 46 - 65

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

A preocupação com o abastecimento das tropas lusitanas durante a guerra intensificou o interesse no domínio da ilha de Itaparica pelos portugueses, em paralelo podemos destacar a relevância da atividade de ganho para o abastecimento dos itens de subsistência e perecíveis, o que amplificava a importância da mulher negra no movimento de resistência, mesmo não estando incluída na narrativa oficial. As atividades de trabalho desenvolvidas por Maria Felipa conferem lugar de protagonismo. Ela é lembrada por sua inteligência e coragem, conseguindo, mesmo em condições desfavoráveis, com criatividade, encontrar caminhos para resistência e participação no conflito. Os instrumentos de trabalho, o conhecimento da geografia local, a natureza e seu corpo se transformam em armas na guerra. Segundo os moradores da ilha, como Álvaro da Conceição, “Maria Felipa usava uma peixeira de mantear baleia” e como complementa Cassimélia Costa, “com as peixeiras cortavam as mãos dos portugueses que se seguravam nas barcas para se proteger do mar” (2009 apud FARIAS, 2010).

A Campanha de independência da Bahia na Ilha de Itaparica foi iniciada no ano de 1821 e contou com o alistamento de mulheres, indígenas, negros (livre e escravos) e alguns portugueses simpáticos à separação política do Brasil de Portugal. Segundo Ubaldo Osório (1974 apud FARIAS, 2010, p.74), narrativa amplamente presente nas memórias dos ilhéus, assim que organizada a resistência contra os portugueses, Maria Felipa se apresentou como voluntária e passou a representar uma importante liderança para homens e mulheres simples da ilha, que apesar de anônimos na historiografia, foram indispensáveis a campanha de defesa de Itaparica e desta forma também determinantes no processo de separação política do Brasil de Portugal.

O grupo liderado por Maria Felipa era chamado de Vedetas, sentinelas que vigiavam os barcos com possibilidades de combate, observava as praias, as matas e subia em outeiros, principalmente os que ficavam próximos aos campos de guerra, a fim de ter uma visão melhor, levando à noite tochas para identificar portugueses que desciam dos barcos para saquear (FARIAS, 2010). Nas memórias dos insulanos e na tradição da ilha, o grupo se destacou dos demais pelo grande número de mulheres participantes. É possível pensar que os laços entre as mulheres foram construídos anteriormente à campanha de resistência na ilha, ao compartilharem as mesmas atividades para garantir o sustento e desafios cotidianos.

No relato de Álvaro da Conceição (2009 apud FARIAS, 2010), Maria Felipa e suas companheiras eram todas pescadoras, elas ajudavam na pesca, cortavam, salgavam

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

o pescado e vendiam pelo recôncavo. Para a moradora Tatiana Machado (2009 apud FARIAS, 2010), há referências de que tenha sido líder de um grupo de marisqueiras e o relato de Ivani Machado (2009 apud FARIAS, 2010) soma-se às várias memórias que afirmam ter ela exercido atividade de ganhadeira nas tardes de Itaparica. As atividades são os elos de ligação das mulheres, formando o conjunto de saberes que influenciaram na criatividade das estratégias de luta e resistência. Nas palavras de Eny Farias,

este comportamento explica ter liderado 40 mulheres e homens no trabalho e na guerra, quando tomava as principais decisões sobre o preparo e a venda deste produto as viagens pelo rio Paraguaçu em direção de Cachoeira, passando pela Vila de Nazaré, e outros lugares às margens do rio. [...] A importância de guardar a “boca grande do rio” para que portugueses inimigos não entrassem no Recôncavo, tornava a heroína admirada pelos companheiros de trabalho (FARIAS, 2010, p.76).

As memórias indicam conflitos diretos entre o mulhério da praia e os portugueses. Os relatos falam das lutas com armas improvisadas e folhas de espinhos identificadas como cansação, ou urtiga brava. Maria Felipa surpreendia seus adversários e junto com suas companheiras, vestidas com suas longas saias, onde ocultavam as peixeiras, e enfeitadas de flores e folhas comuns se aproximavam do inimigo, pareciam apenas enfeitadas, “e como se fossem seduzi-los, aplicam-lhes uma terrível surra com galhos de cansação”, conta Fernando Rebouças (2009 apud FARIAS, 2010).

Os conflitos entre Maria Felipa e os lusitanos, através das memórias, apontam a presença e domínio de golpes de capoeira como instrumento de defesa. Segundo Josivaldo Oliveira (2012), há grande quantidade de registro históricos sobre a prática da capoeira e a participação das mulheres na segunda metade do século XIX, são fontes de variadas origens, principalmente de documentação jurídica e policial, associada à crescente repressão que a prática passaria a sofrer. Os silêncios dos arquivos não invalidam as memórias que Maria Felipa e suas companheiras dominassem golpes e manobras hoje associados à capoeira, pois antes dessa manifestação estar presente nos registros produzidos pelo homem branco colonizador, estava presente, como afirma o autor, em formação ou se consolidando nos espaços de vida de escravizados e escravizadas, prática oriunda de rituais africanos e manifestações culturais e de luta das nações, onde mulheres compartilhavam dessas experiências com os homens (OLIVEIRA, 2012).

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

A capoeira vem como uma organização discursiva para essa relação passado e presente no imaginário dos ilhéus, aproximando a experiência da memória herdada com as informações disponíveis na tradição popular sobre estratégias de lutas dos afrodescendentes. Neste sentido, seria Maria Felipa uma guerreira, uma mulher negra ganhadeira que dominava técnicas de defesa corporal e as usou quando necessário, ao lado de suas companheiras, para proteger seus corpos e seus espaços.

O mulhério da praia protagonizou diversos momentos na guerra, um dos mais comentados na tradição oral é o incêndio da canhoneira Dez de Fevereiro em 01 de outubro de 1822. No episódio os insulanos haviam preparado trincheira às embarcações portuguesas na praia de Manguinhos, deste conflito participaram mulheres e homens, com destaque nas memórias populares para a liderança de Maria Felipa. A estratégia de atear fogo em embarcações é atribuída à heroína e suas companheiras e entre pescadores e marisqueiras os relatos asseguram terem as vedetas incendiado 42 embarcações. Esse momento faz referência a um dos mais importantes da guerra para os ilhéus, os combates de 7 de janeiro, quando uma esquadra portuguesa ataca Itaparica e é derrotada pelos voluntários.

Essas informações chegam ao presente acompanhadas de palavras que revelam valores e apreciações da coragem da heroína. Lícia Margarida Santos (2009), uma das moradoras da ilha entrevistada por Farias afirma: “Maria Felipa foi uma heroína que liderou mulheres e caminhava à noite com tochas acesas para vigiar os inimigos” (apud FARIAS, 2010, p.109). Para Dona Ivone Ribeiro (2009), também moradora da ilha, Maria Felipa é mais uma heroína baiana, devendo fazer parte dos livros de história do Brasil e da Bahia (apud FARIAS, 2010).

Maria Felipa de Oliveira morreu em meados do século XIX, asseguram as memórias que lhe garantem a existência, deixando um legado histórico com força de mobilização e representação positiva da população negra. As memórias sobre seu protagonismo compõem uma narrativa insurgente sobre a independência do Brasil e ampliam as perspectivas sobre a mulher negra na história e a relação passado e presente, permanências e mudanças. Seu destino após a guerra de 1823 não é conhecido, no entanto, em subjetividade todas as mulheres negras são um pouco Maria Felipa por encontrar nela um espelho que reflete a coragem em existir em um sistema que insiste em nos silenciar.

Memória Coletiva sobre Maria Felipa de Oliveira e os Movimentos de Reconhecimento

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361
Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 46 - 65

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

A elite baiana temia muito a participação popular e buscou dentro do conflito o controle dessas forças, mas elas estiveram atuantes, tanto na guerra, quanto na contestação dos sentidos da independência para a população pobre, preta, parda e escrava. O Sete de Setembro e o Dois de julho, data esta que alcançou *status* de feriado estadual, representam uma disputa de narrativas e memórias na guerra de independência em expressão a nível nacional. Mas, na Bahia, outras datas também fazem parte da memória dos baianos e ocupam lugar de especial festividade, como o Sete de Janeiro para os moradores e filhos da Ilha de Itaparica, data em que os ilhéus saíram vitoriosos impedindo as tropas lusas de ocupar o seu território. As celebrações carregam as diversidades de experiências, revoltas, sentimentos, expectativas e sonhos de vários grupos subalternizados, que tem na construção do projeto nacional sua expressão negada e silenciada.

Ao analisar a trajetória histórica do Dois de Julho, Wlamyra Albuquerque (1997) destaca que os negros não foram passivos durante a luta e podiam interpretar a partir de suas próprias referências históricas a guerra e as festividades de celebração, revelando a complexa multiplicidade de como os grupos sociais estabeleciam tensões e administravam divergências.

As disputas em torno do sentido da festa eram também em torno de valores e hábitos urbanos vinculados as hierarquias sociais. Comemorando no espaço público, os baianos instituíam novos sentidos a tradicionais expressões culturais, reelaborando o papel das comemorações do Dois de Julho na sociedade da época. Enquanto nos anos imperiais tais eventos tanto podiam marcar a autoridade do imperador diante da população, ou possibilitar que os populares zombassem dos comerciantes portugueses, nas primeiras décadas republicanas a festa podia ser campo de exercício de uma pedagogia civilizatória, de controle social, além de ser palco para a encenação da irreverência, da crítica, do prazer pelos populares. Espaço de afirmação de identidades, de conflitos, mas também de tolerância, a rua festiva do Dois de Julho exibiu uma cultura urbana múltipla em seus sentidos e expressões. (ALBUQUERQUE, 1997, p.78).

Para Ramón Grosfoguel, a “pretensão de um Estado de que sua identidade corresponda à identidade da população dentro de suas fronteiras é uma ficção eurocêntrica do século XIX” (2016, p.1). No Brasil, essa ficção será marcada pelo mito da democracia racial e a política do branqueamento, sendo a Bahia um dos estados mais negros da nação, a construção e identidade positiva será uma tarefa extremamente desafiadora para os intelectuais da época. A nível nacional coube ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro-IHGB, sediado no Rio de Janeiro, liderar esse projeto, empenhando-se em consagrar as

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

elites cariocas e a importância da capital federal na construção da identidade brasileira, as outras agremiações, dentre elas, Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (IGHBA), terão a responsabilidade de valorizar os respectivos estados destacando seus papéis no cenário nacional e elaborar uma nova identidade regional (ALBUQUERQUE, 1997).

A Bahia, principalmente na ordem da nascente República, apresentava clara depreciação no cenário nacional, ou seja, a representação pelos sulistas como uma negra quituteira enfatizava a morosidade das transformações urbanas, “para os agremiados do IGHBA a divulgação deste tipo de caricatura era desastrosa” (ALBUQUERQUE, 1997, p. 31). A elite baiana atuou para a eliminação da mulher negra como sujeito e representação da cidade de Salvador, neste contexto, entende-se que, o protagonismo de Maria Felipa foi silenciado e deslegitimado como narrativa histórica, sendo parte do projeto da política de branqueamento.

A elite negará e controlará as narrativas sobre a participação popular no processo de independência do Brasil na Bahia para conseguir se integrar ao projeto civilizador que dependia também da “desafricanização” da cidade de Salvador (ALBUQUERQUE, 1997). Essas reflexões permitem dizer que para esse Brasil é inaceitável uma mulher negra na memória nacional, para essa nação o branqueamento é o projeto salvador e o progresso na modernidade urbana a continuação do processo civilizatório. Os debates em torno do centenário da independência são excelentes exemplos do processo histórico de construção de um passado mitificado na democracia racial e do sexismo presente na narrativa. Para Gerson Galo Ledezma,

os baianos se negaram a compartilhar da memória coletiva veiculada pelo Rio de Janeiro em 1922, quando o Brasil, comemorou cem anos de Independência. Na Bahia foi rejeitada a proposta do presidente Epitácio Pessoa de fazerem uma colagem entre a memória monárquica e a republicana. Os baianos voltaram-se para comemorar, com todo rigor, o Centenário que, para eles, deveria ser a festa de todos os brasileiros: 2 de Julho de 1923, prestando o culto necessário a todos os heróis e lugares de memória como Cachoeira, Funil, Cabrito e Itaparica, e não a D. Pedro I e o Grito do Ipiranga (LEDEZMA, 2009, p. 03).

Dentre as muitas figuras escolhidas para representar o ideal patriótico na época, se destacaram como heroínas pelas forças institucionais Maria Quitéria e Joana Angélica. O historiador Braz do Amaral faz o seguinte registro,

Foi na barra do Paraguaçu que Maria Quitéria de Jesus Medeiros, taboaria de S. José de Itaporocas, terras então deste distrito de Cachoeira passa à imortalidade, à frente de outras heroínas, bramindo o alfanje libertador de sua terra numa arremetida estupenda de audácia,

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

contra os inimigos que tentavam desembarcar, combatendo com água até os seios ardentes e eletrizando os soldados de Victor Topázios, encarregado da defesa do ponto vulnerável. (AMARAL, 1957, p. 86).

Apesar do reconhecimento da participação de outras mulheres na batalha, apenas Maria Quitéria recebe nome e reconhecimento. As outras, dentre elas Maria Felipa e suas companheiras, formam o exército de guerreiras invisíveis, sem rosto ou origem na escrita da história oficial das elites. A interpelação de gênero e raça define a construção, assim como a funcionalidade das representações na construção do ideal de feminino para o período.

Para Ledezma, Maria Quitéria e Joana Angélica ganham destaque na narrativa oficial por representarem arquétipos de mulheres ideais, boas e fiéis, o materno na humanidade, estando alinhadas à presença das senhoras e senhorinhas da elite nos festejos de Dois de Julho, sem trazer referência para “as mulheres pobres que há muito tempo tinham a rua como um território próprio” (2009, p. 14). Nas palavras do autor, está oculto o elemento racial, mas o termo elite nos permite afirmar o marcador da cor como critério de seleção do ideal patriótico. Em outras palavras, as mulheres brancas representam o símbolo do feminino na memória da guerra de independência do Brasil na Bahia.

As pesquisadoras Gabriella Lopes e Marcela Silva (2014) analisaram as contribuições de Bernardino José de Souza e seu livro *Heroínas Baianas*, visando investigar seu interesse em escrever sobre a história das mulheres. O autor era historiador, expoente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e tornou-se membro da comissão de biografia em 1921, esteve engajado na tentativa de renascimento patriótico da província da Bahia frente ao cenário nacional. Ele acreditava que as celebrações em torno da Independência da Bahia seriam um dos meios para essa realização. Considerado um dos idealizadores da festa Dois de Julho e da inserção das personagens femininas que fizeram parte da história baiana.

Em relação à Joana Angélica, ele destaca as qualidades de profunda pureza e a inclinação boa de sua alma ao impedir a entrada dos soldados portugueses no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, perdendo a vida neste gesto, a “esposa de Jesus”, sublinha, que derramou o mais puro-sangue da Bahia. Em Maria Quitéria, o autor destaca a beleza, alegria, diligência, prudência e coragem e mesmo estando ela vestida de homem, defende que nada lhe havia de vulgar, sendo a mais pura encarnação de patriotismo e beleza. Em ambas as figuras eleitas pela elite baiana para compor o panteão de heroínas

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

nacionais, tem-se uma construção que harmoniza com a manutenção das desigualdades, a subalternização da população afrodescendente e o silenciamento do protagonismo da mulher negra. (LOPES, SILVA, 2014)

Os cultos às heroínas brancas não economizaram atribuições baseadas na moral hegemônica, no amor à pátria e na religião e, assim, as representações de gênero já são previamente recortadas, delimitando o legítimo e o autorizado de ser conhecido sobre as protagonistas. Em caráter intersubjetivo, a desumanização da mulher negra está contida nesta engrenagem em todas as suas dimensões históricas, suas formas de ser e viver foram desarticuladas, invisibilizadas, deformadas e estereotipadas.

Maria Felipa de Oliveira é afirmada como heroína da Independência da Bahia pelos ilhéus que lutam pelo seu reconhecimento, este movimento vem acompanhado de denúncia pelo silêncio, desprezo e esquecimento da trajetória desta mulher negra. É importante lembrar que, do ponto vista social e político, o seu protagonismo era totalmente incompatível com o modelo exemplar dos heróis nacionais no projeto de construção de uma nação que nasceu escravocrata.

As representações como dimensões simbólicas fazem parte de uma complexa estrutura onde estão combinadas repressão política, expropriação cultural e exploração do trabalho. Neste sentido, a afirmação às diversas identidades, em resistência às imagens de controle e objetificação da população não branca, faz parte da prática reivindicatória e de luta dos movimentos sociais contra a desumanização. O feminismo negro, por exemplo, ao afirmar a importância do registro e afirmação da história das mulheres negras, abre caminhos para que as memórias sobre Maria Felipa de Oliveira alcancem a sala de aula como símbolos de luta e construções discursivas insurgentes, provocando tensionamentos às narrativas cristalizadas no conhecimento histórico escolar que nega o direito às memórias dos subalternos.

Análises sobre o lugar da mulher negra na sociedade revelam a violência das narrativas, tornando urgente a revisão histórica sobre a trajetória desse sujeito e a ressignificação do imaginário de identificação de negros e negras no Brasil (GONZALEZ, 2020). As mulheres negras, assim como vários grupos subalternos, desenvolveram inúmeras resistências e têm nas memórias das comunidades lugares de reconhecimento para seu legado histórico. Desta forma, as lembranças herdadas são celebradas dos lugares sociais ‘silenciados’ historicamente e se erguem em luta por reconhecimento, com e a partir, desta protagonista negra. Os movimentos sociais lutam

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino

ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 46 - 65

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

por alteridade cultural nos currículos escolares e buscam transformações para efetivar uma educação antirracista e antissexista. Esses movimentos apontam para a necessidade de diálogos com outras formas de saber, como caminhos para compreensão e reflexão dos processos históricos da população negra e indígena do Brasil.

Nas representações sobre a heroína negra na independência, temos as ações da comunidade na busca por reconhecimento, em um movimento de reapropriação e construção discursiva sobre o passado. Stuart Hall (2016) afirma que representação está ligada à identidade e conhecimento, seu sentido permite cultivar a noção de nossa própria identidade, ou seja, pensar e sentir são em si mesmo sistemas de representações, pois são construídos discursivamente e nas práticas sociais. Desta forma, as representações buscam compreender como os significados são construídos e como eles regulam as práticas sociais. Então, as práticas estão diretamente relacionadas às representações, assim como os elementos com os quais construímos lugares de pertencimentos (consciência de si) são influenciados por uma rede de representações que nos envolve. Para o autor, identidades sociais são construídas no interior das representações, suas fronteiras são fluidas e constantemente reconstruídas através dos discursos fornecidos culturalmente, desta forma nossas subjetividades são produzidas de modo discursivo e dialógico.

Os movimentos de reconhecimento pelas forças populares na ilha de Itaparica seguem delineando uma narrativa e os fragmentos de memórias se unem em sentimentos de vitória coletiva na emoção dos moradores. Alguns anos antes do centenário da independência, em 1905, foi solicitado ao Conselho Municipal de Itaparica que a rua do Canal mudasse para rua Maria Felipa. Em 1994, a Prefeitura de Vera Cruz sancionou a Lei 399/94, que criou a Medalha de Honra Maria Felipa, o objetivo da medalha é celebrar pessoas que tenham trabalho desenvolvido para o engrandecimento e bem-estar da humanidade, do Brasil, da Bahia e do Município de Vera Cruz.

Em 2002, ocorreu a primeira caminhada com o nome da heroína na ilha, esse evento mobilizou os dois municípios, que correspondem a divisão política e administrativa da Ilha, Itaparica e Vera Cruz. Em 2005, o Bloco da Liberdade, em Salvador, levou para o carnaval sua memória para as ruas e em 29 de março, do mesmo ano, a comunidade do Curuzu, bairro majoritariamente negro, lançou o Corredor Cultural do Curuzu e nele a “Casa Maria Felipa”, com o objetivo de desenvolver atividades

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

culturais, pesquisa, a divulgação da diversidade cultural e a cultura negra em Salvador (FARIAS, 2010).

Em uma atitude desafiadora, os moradores de Itaparica incluíram por conta própria o nome de Maria Felipa na lápide instalada na parede da Capela da Piedade em homenagem a outros heróis da ilha na luta pela independência do Brasil na Bahia. O pesquisador Augusto Albuquerque, morador de Itaparica, comenta sobre o episódio: “Nós tivemos a ousadia, tomamos a liberdade e contratamos um calígrafo que fez uma letra rigorosamente igual à que está lá e acrescentou o nome de Maria Felipa entre os nossos heróis” (ALBUQUERQUE, 2017 apud PACHECO, 2017).

Seguindo esse fluxo, tem-se, em 2004, o encaminhamento ao instituto de criminalística Afrânio Peixoto, sob responsabilidade da professora Filomena Orge, uma pesquisa para a produção do desenho do busto de Maria Felipa, nesta realização foram considerados os subsídios históricos da tradição oral e literária. O retrato é um legado histórico do movimento de reconhecimento das memórias sobre Maria Felipa para o Brasil, mesmo que ele seja tomado como impreciso devido a ausências de pesquisas historiográficas.

Em 2009, foi criado o Prêmio Maria Felipa da Câmara Municipal de Salvador inspirado no protagonismo de Maria Felipa de Oliveira, tem por objetivo homenagear mulheres negras ativas na luta pelos direitos, representatividade e no combate ao racismo na Bahia. A realização tem acontecido no “dia 25 de julho”, Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha, trazendo maior força, engajamento político e visibilidade para as mulheres homenageadas.

“Eram muitos os segredos sobre a heroína” negra da independência do Brasil na Bahia, essa afirmação presente no relato da professora Cassimélia Costa, nos faz refletir sobre os silêncios em torno das trajetórias dos grupos subalternizados pela história oficial. O esquecimento, defendido por Paul Ricoeur (2003), como operação central da memória e limite de exigência para a construção de uma narrativa historiográfica se apresenta para a população afrodescendente como uma das grandes injustiças da política de enquadramento da memória. Na escrita da história o esquecimento também é uma operação política, pois este foi durante muito tempo parte do projeto de dominação e alienação da força da ancestralidade africana no Brasil.

A história como disciplina autônoma esteve atrelada substancialmente à formação do Brasil como Estado Nacional e inaugura um sistema de representações que dará

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361
Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 46 - 65

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

contorno e forma ao sentimento identitário de ser brasileiro. A produção das memórias e a identidade nacional resultante dela ocorreu através da tentativa de homogeneização em um processo contínuo de imposição discursiva. Essa fundamentação de unidade ignorou qualquer diferença entre os membros pertencentes de uma “nação” em termos de gênero, raça, legado histórico e contribuições culturais.

A trajetória histórica da presença de Maria Felipa, distante das forças governamentais, converge para a compreensão do silêncio como uma memória subterrânea, na medida em que ela permanece pulsante, mas quase imperceptível. Pois, como explica Michael Pollak,

Essa memória “proibida” e, portanto, “clandestina” ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e pintura, comprovando caso necessário o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que se pretende a dominação hegemônica. Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades (POLLAK, 1989, p. 02).

Para Halbwachs (1990), jamais estamos sós, lembranças são reencontros e a perspectiva do outro conduz o olhar na construção da memória individual, momentos e circunstâncias são intérpretes do indivíduo em sociedade, por isso, toda memória individual é uma memória coletiva e sua duração está limitada a duração do grupo, está inserida na vivência do mesmo ambiente social, sendo a recordação, uma experiência pessoal também compartilhada.

A ordem das lembranças está diretamente relacionada às várias relações e influências com outros grupos e, com isso, impactam nas forças das memórias. Para uma nação de “origem” escravocrata, a ausência de referências sobre a resistência negra era e é um elemento determinante na manutenção dos privilégios e construção dos sistemas simbólicos de dominação e submissão social.

A narrativa sobre a independência do Brasil assume um lugar fundacional na identidade nacional, sua homogeneidade não é natural, foi forjada dentro de um projeto, o protagonismo de Maria Felipa neste processo atua afirmando a presença da população da Ilha nas lutas pela independência, a presença afrodescendente na história e nas grandes celebrações do nascimento da nação, trazendo questões que direcionam o olhar para os sentidos do processo desta “liberdade”.

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

Considerações finais

Para a população da ilha de Itaparica, mesmo carecendo de pesquisas para dimensionar a autenticidade da trajetória da heroína negra, Maria Felipa segue sendo celebrada e reconhecida. A mulher negra e os vários grupos historicamente subalternizados, ainda, são representados pela ausência ou de forma distorcida e ou romantizada. As memórias sobre Maria Felipa alimentam outras narrativas, atuam como referência para as ações de valorização e revisão do imaginário social sobre a mulher negra. Maria Felipa de Oliveira emerge como uma voz de resistência, uma transgressão ao discurso universalizante do sujeito nacional e disputando sentidos.

Portanto, as memórias sobre Maria Felipa de Oliveira apontam para um passado pouco investigado, mas que no presente se estrutura através da força da comunidade e da memória coletiva. Tais memórias permitem deslocamentos no currículo escolar, posto favorecerem à construção de uma educação antirracista e emancipatória, na medida em que o silêncio sobre os grupos subalternos é rompido e a narrativa histórica é desnaturalizada como saber cristalizado dos grupos hegemônicos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O Civismo Festivo na Bahia: Comemorações Públicas do Dois de Julho (1889-1923)**. (Dissertação de Mestrado - História), Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 1997.

AMARAL, Braz do. **História da Independência na Bahia**. Salvador: Progresso, 1957.

FARIAS, Eny Kleyde Vasconcelos. **Maria Felipa de Oliveira: heroína da Independência da Bahia**. Salvador: Quarteto, 2010.

GONZALEZ, Lélia. A mulher Negra. In: RIOS; Flávia e LIMA, Márcia (org). **Por um feminismo Latino Americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro; Zahar, 2020, p. 94-111.

GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, nº 1, jan/abr, 2016.

GUERRA FILHO, Sérgio A. D. **O Povo e a Guerra: Participação das Camadas Populares nas Lutas pela Independência do Brasil na Bahia**. (Dissertação de Mestrado) Salvador: UFBA, 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/marine/Downloads/245741-181415-1-PB.pdf> Acesso Abril de 2020.

**MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL:
ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO**

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

GRAHAM, Sandra L. Uma certa liberdade. In: XAVIER, G.; FARIAS, J. B.; GOMES, F. **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 7ª edição. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Trad. Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuro, 2016.

KRAAK, Hendrik. Entrevista. **Revista Eletrônica da Biblioteca Virtual Consuelo Pondé** – N.1 Jul De 2015. Disponível em: <<http://bahiacomhistoria.ba.gov.br/?entrevista=entrevista-hendrik-kraay> > Acesso em agosto de 2021.

_____. Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do dois de julho em salvador, século XIX. **Afro-Ásia**. Salvador, n. 23, 1999.

LEDEZMA, Gerson Galo. Religiosidade Cívica na Bahia: Comemorando o Primeiro Centenário da Independência 2 de Julho de 1923. Entre a Memória Nacional e a Memória Regional. **Revista Esboço**. Florianópolis. 2009; v.16, n.21, p.66-87.

LOPES, Gabriella, A. d. S.S; SILVA, d. O. S. “Heroínas bahianas”: personagens femininas nas comemorações do centenário da independência da Bahia. **Encontro Anpuh**. <<http://www.encontro.ms.anpuh.org/resources/anais/38/1412131987>> Acesso em janeiro de 2021.

MONTEIRO, Ana Maria. **Ensino de História: entre história e memória**. Revista do Núcleo de Estudos de Currículo do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ, 2012, p. 01-26.

NORA, Pierre. Entre memórias e História. **Projeto História**. São Paulo. Dezembro, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/87_63> Acesso em novembro de 2020.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. **Populações Negras na Bahia – Ensaios de História Social**. Curitiba: Editora Appris, 2012.

PACHECO, Clarissa. Quase um Século Depois, Moradores Incluem Nome de Maria Felipe Entre os Heróis. **Correio 24h**, Salvador, 02.07.2017. Bahia. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/bahia/quase-um-seculo-depois-moradores-incluem-nome-de-maria-felipa-entre-os-herois-0717>> Acesso em janeiro de 2021.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, v.2, nº 3, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, v.5, nº 10, 1992, p.200-2012.

MARIA FELIPA DE OLIVEIRA, MULHER NEGRA NA MEMÓRIA NACIONAL: ENTROU SEM PERMISSÃO E EXISTE SEM AUTORIZAÇÃO

Marina Maia da Silva - Cláudia Pons Cardoso

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. 2003. Disponível em: <https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia> Acesso em Janeiro de 2021.

SOARES, Cecília Moreira. **As ganhadeiras**: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. *Afro-Ásia*, n. 17, 1996.

Informações dos autores

Marina Maia da Silva - Professora da rede pública de ensino, Mestra em Ensino de História pelo programa de Mestrado Profissional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Contribuição de autoria: autora

URL do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9096512223957868>

Claudia Pons Cardoso - Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (2012). Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia

Contribuição de autoria: coautora

URL do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4127668857542643>

COMO CITAR ESTE ARTIGO

SILVA, Marina Maia da; CARDOSO, Claudia Pons. Maria Felipa de Oliveira, mulher negra na memória nacional: entrou sem permissão e existe sem autorização. **Perspectivas e Diálogos**: Revista de História Social e Práticas de Ensino, Caetité, vol. 6, n. 12, 2023, p. 46 - 65. DOI:

DOI:

Artigo

**UM ESPAÇO GUARDIÃO DA MEMÓRIA DA HEROÍNA NEGRA DA
INDEPENDÊNCIA: A CASA DE MARIA FELIPA**

A GUARDIAN SPACE OF THE MEMORY OF THE BLACK HEROINE OF
INDEPENDENCE: MARIA FELIPA'S HOUSE

Raphael Rodrigues Vieira Filho¹ - 0000-0002-1358-0863

Lucineide Santos Vieira² - 0000-0001-9335-3355

¹Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Brasil - raphafilho@gmail.com

²Secretaria de Educação da Bahia, Salvador, Brasil - mestradolucineide@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar a história, organização, projetos, realizações e a divulgação do Centro de Visitação, Estudos, Pesquisas e Empreendimentos Étnico-Culturais - Casa de Maria Felipa. Partindo das questões: Como foi constituído esse acervo e como podemos utilizá-lo para promover a educação étnico-racial, a valorização da identidade e a preservação da memória de Maria Felipa de Oliveira? Iniciamos como uma pesquisa bibliográfica e documental tradicional e no período pandemia de COVID19, desenvolvemos alternativas para colher as informações em meios digitais e por meios digitais, adaptando instrumentos para serem utilizados de forma remota. As análises foram realizadas cruzando dados bibliográficos e os colhidos nas plataformas e redes digitais. Constatamos que a memória de Maria Felipa, heroína negra da Independência na Bahia, de acordo com a Lei nº 13.697/2018, tem na Casa que leva seu nome um importante local de preservação de sua memória, que pode ser utilizado didaticamente de diversas formas e contando com uma pequena equipe extremamente engajada e competente, porém com pequeno orçamento para manter adequadamente esse grande equipamento para pesquisas e projetos didáticos.

Palavras-chave: Casa de Maria Felipa; Memória; Acervo Cultural; educação étnico-racial

Abstract: This work aims to present the history, organization, projects, achievements and promotion of the Center for Visitation, Studies, Research and Ethnic-Cultural Enterprises - Casa de Maria Felipa. Starting from the questions: How was this collection created and how can we use it to promote ethnic-racial education, the appreciation of identity and the preservation of the memory of Maria Felipa de Oliveira? We started as traditional bibliographic and documentary research and during the COVID19 pandemic period, we developed alternatives to collect information in digital media and through digital means, adapting instruments to be used remotely. The analyzes were carried out by crossing bibliographic data and data collected on digital platforms and networks. We found that

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361
Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 66 - 82

Recebido: 19 de Novembro de 2023

Aprovado: 15 de Dezembro de 2023

Publicado: 31 de Dezembro de 2023

UM ESPAÇO GUARDIÃO DA MEMÓRIA DA HEROÍNA NEGRA DA INDEPENDÊNCIA: A CASA DE MARIA FELIPA

Raphael Rodrigues Vieira Filho - Lucineide Santos Vieira

the memory of Maria Felipa, black heroine of Independence in Bahia, according to Law nº 13,697/2018, has in the House that bears her name an important place to preserve her memory, which can be used in different ways and counting with a small, extremely engaged and competent team, but with a small budget to adequately maintain this large research equipment

Keywords: Casa de Maria Felipa; Memory; Cultural Collection; ethnic-racial education

Introdução

De acordo com Pollak (1992), entendemos que a construção de identidades está relacionada à memória e ela permite que cada geração estabeleça vínculos com as gerações passadas. Nessa perspectiva, a memória guardada no acervo existente na Casa de Maria Felipa, no bairro da Liberdade, aqui é entendida como “[...] patrimônio histórico e um dos lugares de memória” (BITTENCOURT, 2008). Ele também se coloca como responsável por manter viva a memória e preservar as lembranças dos feitos históricos de Maria Felipa, que por sua condição de mulher, negra e pobre foi silenciada e/ou esquecida nos registros oficiais.

A Casa de Maria Felipa foi fundada em 20 de fevereiro de 2004 e inaugurada em 17 de dezembro de 2005 por professoras da família das Virgens. Ela está situada na Rua do Curuzu, nº 197, no bairro da Liberdade, Salvador, Bahia. O Curuzu foi incluído na lista de bairros de Salvador em novembro de 2017, por meio da Lei Municipal nº 9.278/2017 - ou seja, foi uma inclusão a partir de uma determinação legislativa, porém é uma localidade que cresceu com autonomia e identidade próprias.

O Curuzu é um dos maiores redutos de resistência e autoafirmação da população negra no Brasil, principalmente desde a década de 1970, com a criação bloco afro Ilê Aiyê que trouxe vigor e autoestima para a população negra baiana. Vale destacar que a Rua do Curuzu se tornou uma das mais conhecidas do bairro da Liberdade devido às saídas do Ilê Aiyê no Carnaval.

Tendo em vista a pandemia do COVID19 e o decreto de isolamento social, a Casa de Maria Felipa ficou fechada de 2020 a 2022 e pela falta de recursos e apoio governamental permanece fechada para visitação, pois necessita de reformas para adequação de uso e conservação do acervo.

Pesquisa em tempos de Pandemia COVID19

As informações sobre a historicidade, organização, projetos e realizações da Casa de Maria Felipa foram pesquisadas através das redes sociais da instituição – blog, página

UM ESPAÇO GUARDIÃO DA MEMÓRIA DA HEROÍNA NEGRA DA INDEPENDÊNCIA: A CASA DE MARIA FELIPA

Raphael Rodrigues Vieira Filho - Lucineide Santos Vieira

e grupo no Facebook, Instagram e postagens no Youtube – e de documentação enviadas pela equipe coordenadora via e-mail. Para fundamentar o uso da internet como lócus de pesquisa nos embasamos nos estudos de Telma Brito Rocha (2018), onde afirma que:

As redes são altamente dinâmicas e complexas, incluindo, além das ligações entre documentos, postagens, mensagens, toda uma totalidade de relações sociais. [E assim a] internet sendo um espaço de produção de cultura, ultrapassa a noção instrumentalizadora de concepções metodológicas que desprezam o ciberespaço e as relações virtuais como espaço de pesquisa. (ROCHA, 2018, p. 238-241)

Além das redes sociais, contamos também com a pesquisa de Livia Prata da Silva (2018). A pesquisadora afirma que a Casa de Maria Felipa nasceu de um desejo familiar em promover para comunidade um espaço onde se pode compartilhar o conhecimento, a tradição, a ancestralidade e a preservação da família:

A Casa de Maria Felipa é um espaço criado por Hilda e suas irmãs, localizado na comunidade do Curuzu, em Salvador-BA. Professoras, as irmãs contam que sempre leram muito devido a influência do pai, que era contador de histórias. Em sua família, o mais importante era obter e compartilhar conhecimento; esse sempre foi o valor seguido por todas, chegando inclusive a abrigar uma biblioteca da comunidade antes de se tornar a casa de Maria Felipa. As irmãs da casa de Maria Felipa têm opinião firme sobre ancestralidade: principalmente para o povo negro, conhecer suas origens, reverenciar seus heróis e outros atos no qual se observa a história é imprescindível para o processo de empoderamento enquanto negra e mulher. (SILVA, 2018, p. 21-22)

Conforme observamos no trecho acima e em toda nossa experiência com elas, as irmãs fundadoras da Casa de Maria Felipa, valorizam a identidade das populações negras e suas culturas proporcionando um espaço de preservação do patrimônio, mas também de reconhecimento da diversidade e de construção de uma história decolonial e afrocentrada.

Memória, História e Educação em um espaço afrocentrado

A Casa de Maria Felipa antes da atual reforma era composta por espaços e compartimentos distintos conforme a descrição feita por Silva (2018):

Na primeira sala, ao entrar na casa, vendem-se produtos criados por elas [as irmãs que criaram a Casa] cuja renda ajuda a manter os custos do espaço [...] Ao entrar na segunda sala à esquerda, temos um breve apanhado da história de Maria Felipa por meio de um texto contando quem foi e seus feitos conhecidos, objetos utilizados em sua época como o ferro de passar e panelas de ferro, bustos de madeira de origem sudanesa feitos por um artista africano; e outros bustos, como os utilizados no desfile de 2 de julho. Também há um quadro feito por um artista local, representando Maria Felipa e as mulheres que liderou. Há também exemplos da indumentária usada no desfile, inspirada em Maria Felipa. Sobre a casa, também existem troféus e prêmios recebidos pelo governo de Salvador e outras associações. Por fim,

UM ESPAÇO GUARDIÃO DA MEMÓRIA DA HEROÍNA NEGRA DA INDEPENDÊNCIA: A CASA DE MARIA FELIPA

Raphael Rodrigues Vieira Filho - Lucineide Santos Vieira

existem textos sobre as Kandaras, rainhas do Egito e África cuja história é uma inspiração para os negros pelo poder político e social que possuíam e cuja ancestralidade acredita-se que seja responsável pela força interna do povo negro. (SILVA, 2018, p. 21)

Sendo assim, a Casa de Maria Felipa foi criada para atuar como um espaço de cultura visando preservar e salvaguardar a memória, a história, a identidade e servir como um espaço guardião da identidade e representatividade da heroína negra da Independência, além de favorecer a construção e valorização de uma identidade negras.

Segundo Livia Prata da Silva (2018) a Casa de Maria Felipa tem os seguintes aspectos que a caracterizam:

- missão = promover a arte e a cultura como forma de educação e integração de todas as criaturas, independente de raça, credo e naturalidade,
- visão = ser reconhecida como uma Entidade que preserva a memória afrodescendente transformando-se em um Centro de Excelência em visitação da Cidade de Salvador
- valores = Compromisso Ético; Respeito à cultura e à tradição; Responsabilidade com as questões sociais, culturais e ambientais; Prestação de serviço de qualidade. (SILVA, 2018)

A casa tem como um dos principais objetivos guardar, valorizar e promover a memória coletiva sobre Maria Felipa de Oliveira, mulher negra guerreira da ilha de Itaparica e assim reafirmar a presença do negro e sua importância histórica nas batalhas da Independência do Brasil na Bahia. Para tanto, a casa guarda um acervo dos feitos históricos de Maria Felipa.

Em nossa visita tivemos acesso ao acervo da casa, onde encontramos: o desenho do busto de Maria Felipa, as cartas de cessão com depoimentos dos itaparicanos, o laudo grafotécnico da Perita técnica Filomena Orge, o artigo A Heroína da Resistência no jornal A Tarde – Sessão Cultural, de 04 set. 2004, cópias do Projeto 007/94 e da Lei 399/94 de Vera Cruz – Ilha de Itaparica sobre a Medalha Maria Felipa, o resumo da comunicação de Priscila Caldas, a ata da Associação Zé do Vale, jornais, as obras de Osório (1079), Marques (1976) e o livro Maria Felipa de Oliveira Heroína da Independência da Bahia, da pesquisadora e Profa. Dra. Eny Kleyde (2010), uma das poucas produções acadêmicas sobre Felipa.

O saudoso Prof. Dr. Ubiratan Castro (2010, p. 15), ressalta que “[...] diante da escassez de evidências históricas sobre a vida e a obra da heroína [Eny Kleyde Farias (2010)] colecionou todos os fragmentos de memória sobre a heroína, preservados na memória do povo de Itaparica”.

UM ESPAÇO GUARDIÃO DA MEMÓRIA DA HEROÍNA NEGRA DA INDEPENDÊNCIA: A CASA DE MARIA FELIPA

Raphael Rodrigues Vieira Filho - Lucineide Santos Vieira

A memória é um dos principais suportes dos momentos vivenciados pelas pessoas em suas relações na sociedade e é uma ferramenta importante no processo de conhecimento e valorização dos personagens envolvidos e dos processos históricos. Consequentemente, podemos compreender que a memória é importante na continuidade comunitária, de coesão e coerência de uma pessoa ou de um grupo em seu processo de construção e reafirmação da identidade (POLLAK, 1992).

É importante entender a memória como uma ferramenta valiosa na nova proposta metodológica de investigação do passado histórico, tendo como ponto de partida o rompimento com o silenciamento e o esquecimento de personagens que não eram inseridos nos documentos e registros oficiais.

Conforme nos ensina Gonzalez (2020)

[...] a memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção [...] a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadadas do discurso da consciência. (GONZALEZ, 2020, p. 78).

Assim, temos na memória um caminho para a busca por respostas sobre nossos antepassados e antecedentes diferente daquele imposto por uma História Única (ADICHIE, 2019). Nesta perspectiva, entendemos que a tradição e a memória das populações negras contribuem para a democratização da história, que vai além das narrativas nos documentos oficiais que silenciaram e esqueceram dos fatos históricos de personagens importantes para as populações negras como Maria Felipa de Oliveira.

Também faz parte do acervo da Casa de Maria Felipa as Cartas de Cessões, documentos registrados em cartório contendo os depoimentos e declarações ou a escrita em próprio punho dos moradores mais antigos, descendentes de Maria Felipa e Itaparicanos entrevistados pela Profa. Dra. Eny Kleyde Farias, que por mais de oito anos coletou informações sobre os feitos de Maria Felipa construindo uma narrativa histórica a partir da memória coletiva, que nunca foi valorizada pelos documentos oficiais.

Ubiratan Castro de Araújo (2010) deu o respaldo acadêmico às Cartas de Cessão afirmando que Farias (2010):

Fixou em documento escrito, as Cartas de Cessão, as lembranças de descendentes da heroína e de populares Itaparicanos, de modo a constituir um corpo de evidências sobre Maria Felipa, verdadeiro patrimônio imaterial do povo da Bahia. Ao ler esse trabalho, senti-me como se estivesse transportado para um antigo tribunal britânico, em que os depoimentos populares confirmassem o direito tradicional não escrito. Esta operação de salvamento de tradição foi solidamente

UM ESPAÇO GUARDIÃO DA MEMÓRIA DA HEROÍNA NEGRA DA INDEPENDÊNCIA: A CASA DE MARIA FELIPA

Raphael Rodrigues Vieira Filho - Lucineide Santos Vieira

referenciada pela teoria histórica e antropológica e contextualizada em uma pertinente história da Guerra de Independência na Ilha de Itaparica. (ARAUJO, 2010, p. 15)

Nesse sentido, a memória torna-se uma das ferramentas que ajuda a dar respostas aos questionamentos humanos trazendo possibilidades de leitura. Uma grande contribuição das Cartas de Cessão foi que através das informações registradas, foram encontrados descendentes de Maria Felipa de Oliveira, comprovando assim que ela existiu:

Maria Felipa morava em uma delas - Gameleira/ Ponta das Baleias. Conheci seus tataranetos em reunião da Associação Zé de Vale no dia 07 de maio de 2003, que tinha como objetivo preservar a memória de Maria Felipa. Dentre eles conheci Aloísio Monteiro Pires, Anita Monteiro Pires e Alzira Pires Borges. (NASCIMENTO, 2004)

A partir de tais Cartas de Cessão foram documentadas redes de parentescos de Maria Felipa, informações sobre suas características físicas e com esses dados foi possível realizar um esboço do rosto de Maria Felipa de Oliveira, que também encontramos no acervo da Casa de Maria Felipa, feito pela perita técnica Filomena Modesto Orge (2005) que em seu laudo afirma:

Historiadores e literatos, com destaque para Ubaldo Osório em Ilha de Itaparica e Xavier Marques em O Sargento Pedro, atribuíram a ela alguns adjetivos que nortearam a composição da imagem [...] O retrato de Maria Felipa de Oliveira foi construído com subsídios históricos, literários, e da tradição oral, numa representação do imaginário, dando a esta personagem um rosto, e que assim possa ser identificada e lembrada como a Heroína Negra da Independência da Bahia. (ORGE, 2005, p. 16-17)

Figura 1 – Maria Felipa. Busto



Fonte: Reprodução do Retrato Falado realizado pela perita Filomena M. Orge (2004), Acervo Casa de Maria Felipa

UM ESPAÇO GUARDIÃO DA MEMÓRIA DA HEROÍNA NEGRA DA INDEPENDÊNCIA: A CASA DE MARIA FELIPA

Raphael Rodrigues Vieira Filho - Lucineide Santos Vieira

Observamos que Maria Felipa foi retratada como uma mulher negra retinta, forte, grande, usando torço e roupas brancas. Nos traços do desenho podemos ver as bases fixadas na memória popular, registrados nas Cartas de Cessão e nas narrativas de Marques (1976) e Osório (1979), escritores itaparicanos que tratam da heroína negra em suas obras: a valentia, a coragem e o espírito guerreiro de Maria Felipa nas suas ações nas lutas pela Independência da Bahia, junto com seu grupo.

Lívia Prata da Silva (2018) destaca a importância dos registros orais para dar legitimidade aos grupos marginalizados da Ilha de Itaparica:

Maria Felipa está presente na memória coletiva da Ilha até hoje, com registros orais de seus feitos e de sua personalidade preservados por historiadores, pesquisadores e escritores [...] principalmente no caso de grupos marginalizados e classes populares, esse tipo de registro histórico se torna cada vez mais legítimo. (SILVA, 2018, p. 9)

No entanto, observamos que, quando se faz referência à Maria Felipa, constantemente ocorre o uso equivocado de imagens de escravizadas e outras mulheres negras e o único retrato de seu rosto e seu busto ainda é pouco valorizado.

Escrevendo sobre os silenciamentos impostos pela história oficial, fazendo ressurgir as memórias subterrâneas estudadas por Pollak (1989) e Conceição Evaristo (2017) nos faz pensar no sobre elas:

[...] silêncio imposto aos marginalizados, àqueles que ficam esquecidos em lugares de visibilidade pautada na violência e na degradação, consegue, então, ser ouvido através de ações que vasculham o que foi ocultado ou o que registra a fala dos que vivem vidas tão pequenas, que se perdem na premência do dia a dia. (EVARISTO, 2017, p. 191)

É importante, assim, que haja um amplo conhecimento e divulgação da história de Maria Felipa e suas ações na Guerra da Independência na Bahia, inclusive seu retrato, feito por uma perita técnica a partir dos relatos orais dos itaparicanos e de seus descendentes registrados nas Cartas de Cessão guardadas no acervo da Casa de Maria Felipa.

As cartas de cessão arquivadas no acervo da Casa de Maria Felipa no Curuzu, são registros da memória coletiva do povo de Itaparica, memória esta que pode ser compreendida como patrimônio histórico e cultural, memórias subterrâneas voltando à tona e proporcionando uma nova versão da história.

O patrimônio cultural é tão importante que em nossa Constituição de 1988, está destacado no artigo 216:

UM ESPAÇO GUARDIÃO DA MEMÓRIA DA HEROÍNA NEGRA DA INDEPENDÊNCIA: A CASA DE MARIA FELIPA

Raphael Rodrigues Vieira Filho - Lucineide Santos Vieira

[...] o patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico. (BRASIL, [1988] 2001)

Nosso país tem um patrimônio riquíssimo, que não é preservado como deveria exatamente pela falta de conhecimento da população. A educação patrimonial deve ser urgentemente inserida nos programas escolares, possibilitando aos professores trabalharem a memória dos grupos locais e não só a memória nacional cristalizada na historiografia dos poderosos e dominantes. Torna-se assim importante uma educação patrimonial decolonial e a Casa de Maria Felipa é um local de guarda para isso.

Nascimento (2019) afirma que a memória das gerações mais antigas pode ser transmitida, recontada para as próximas gerações e assim conservar essas experiências de vida e resistência que foram invisibilizadas, como a de Maria Felipa de Oliveira que “[...] esteve fora dos livros oficiais e didáticos durante séculos, mas sobreviveu na cultura oral, constituindo um patrimônio histórico-cultural brasileiro e baiano” (NASCIMENTO, 2019, p. 271).

A Casa de Maria Felipa também funciona como um local de discussão e exposição sobre a cultura através da organização de um Café Filosófico, contribui para a formação de novos artistas com Oficinas de Artes e divulga obras através de um espaço na casa servindo de Galeria de Artes. Ademais dentre as diversas ações socioculturais para a comunidade do Curuzu, soteropolitanos e todos os visitantes, destacamos: o Desfile Cívico Dois de Julho, a Encenação dos Bailes Pastoris; a Cerimônia do título Maria Felipa da Contemporaneidade; a Biblioteca Viva – Portal da Cultura (A CASA de Maria Felipa, 2010).

Nesses mais de 15 anos de existência, conforme seu sítio na internet, além da preservação de importante acervo sobre a Guerra de Independência na Bahia, a Casa de Maria Felipa conseguiu os resultados expressivos também no campo da cultura: Resgate dos textos dos Bailes Pastoris através da oralidade em reuniões com a família Virgens durante o período de 2000 a 2004; Encenação dos Bailes Pastoris nos natais de 2007, 2008 e 2009; Aumento de interesse da comunidade sobre temas relativos à

UM ESPAÇO GUARDIÃO DA MEMÓRIA DA HEROÍNA NEGRA DA INDEPENDÊNCIA: A CASA DE MARIA FELIPA

Raphael Rodrigues Vieira Filho - Lucineide Santos Vieira

afrodescendência; Aceitação dos debates sobre temas como cotas nas escolas, no mercado de trabalho e racismo institucional (A CASA de Maria Felipa, 2010).

Pelos serviços prestados à comunidade do Curuzu e visitantes, sem nenhum fim lucrativo e qualquer ajuda governamental, a Casa de Maria Felipa aos longos dos anos conquistou diversas premiações que se encontram expostas: Mestre da Cultura Popular; Medalha Maria Felipa – D. Biloca [in memoriam] como artesã; Medalha Maria Felipa – modalidade: Projeto, Promovido pelo Instituto Humanicidade e SEMUR; Troféu Maria Felipa promovido pela Câmara dos Vereadores da cidade de Salvador; Troféu Maria Felipa - doado pela Prefeitura de Itaparica (A CASA de Maria Felipa, 2010).

A casa é um espaço de valorização do patrimônio histórico e cultural e divulgação da educação étnico racial das populações negras, mas é importante frisar, a principal motivação da Casa, promovendo e participando de diversas ações no tocante a fomentar, restaurar e valorizar a memória e a representatividade dos feitos históricos da mulher que lhe empresta o nome: Maria Felipa de Oliveira, conforme é possível verificar em seu sítio da internet:

[...] a participação de sessões de reconhecimento de Maria Felipa de Oliveira na Câmara de Vereadores de Salvador [...] a participação das caminhadas na Ilha de Itaparica na data de sua Independência, 7 de janeiro [...] visita ao grupo cultural Zé de Vale, em Gameleira, na Ilha de Vera Cruz; Organização de passeios com a comunidade para eventos na Ilha de Itaparica [...] a participação no cortejo cívico do desfile do Dois de Julho [...] (A CASA Maria Felipa, 2010).

A participação da Casa de Maria Felipa no desfile cívico do Dois de Julho começou no ano de 2006, quando Maria Felipa passou a ser homenageada no cortejo cívico do Dois de Julho, e isso provavelmente se deu graças ao impulso da visibilidade da história da heroína pelo Núcleo de Interpretação do Patrimônio das Faculdades Olga Mettig, com a pesquisa coordenada pela professora Eny Kleyde Vasconcelos Farias que assim fala do 2 de Julho:

A festa do 2 de Julho é viva, pulsante e comporta ainda muita imprevisibilidade [...] Em meio a tudo isso, buscou-se trazer à tona elementos do fio histórico reproduzidos no campo da festa atual, em que se inventou uma tradição atada a memórias permeadas dos heroísmos de personagens bravos e pitorescos, figuras representativas de uma ideia de Bahia e de Brasil vinculada ao Recôncavo. (FARIAS, 2017, p. 187)

A participação no desfile cívico do Dois de Julho pode ser compreendida como um novo momento social, com mudança de sensibilidade, maior visibilidade e promoção

UM ESPAÇO GUARDIÃO DA MEMÓRIA DA HEROÍNA NEGRA DA INDEPENDÊNCIA: A CASA DE MARIA FELIPA

Raphael Rodrigues Vieira Filho - Lucineide Santos Vieira

de memória de feitos femininos e sua participação na Guerra da Independência, assim as inúmeras ações de Maria Felipa de Oliveira e seu grupo de mulheres ganham destaque.

No entanto, essa 1ª participação da Casa de Maria Felipa no desfile cívico do Dois de Julho homenageando Maria Felipa de Oliveira recebeu algumas críticas de historiadores eurocêntricos, sobre a falta de documentos comprovando a autenticidade histórica da heroína. As críticas indicam as disputas por uma “[...] memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor” (POLLAK, 1989, p. 8), retirando o protagonismo de mulheres negras e pobres, como Maria Felipa.

As críticas foram rebatidas com o comentário feito pelo secretário de Reparação de Salvador à época, Ailton Ferreira:

Infelizmente, vozes do racismo insistem em dizer que estamos inventando heróis de mentira. Vamos registrar tudo direitinho para que no futuro não digam que inventamos um Vovô do Ilê, uma Alaíde do Feijão, uma Makota Valdina, um Ubiratan Castro e por aí. Registre-se, portanto. No Curuzu, tem uma Associação bem em frente à Senzala do Barro Preto, que cuida da memória de Maria Filipa [...] (AFRO Imagem a Heroína Maria Felipa)

A disputa pela memória é travada todos os dias, as grandes personalidades negras e os acontecimentos envolvendo seu protagonismo são negligenciados pela historiografia eurocentrada. Conforme Pollak (1992, p. 5, grifos do autor): “[...] *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. Inviabilizar a memória de personagens negras é desvalorizar a comunidade e sua construção de identidade, é tornar mais fraco o indivíduo e o grupo e suas contribuições para a história coletiva. É contra essa história única e eurocentrada que a Casa Maria Felipa trabalha.

Consciente do papel da oralidade, da memória coletiva e da representatividade feminina negra dessa personagem, a Casa de Maria Felipa nunca se rendeu às críticas e passou a firmar parcerias buscando enaltecer e validar a importância histórica das mulheres negras e em especial a memória de Maria Felipa.

A parceria que deu muita visibilidade para a Casa de Maria Felipa foi a realizada com a Câmara de Vereadores de Salvador quando da entrega do Prêmio Mulher Guerreira Maria Felipa, realizado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, onde foram

UM ESPAÇO GUARDIÃO DA MEMÓRIA DA HEROÍNA NEGRA DA INDEPENDÊNCIA: A CASA DE MARIA FELIPA

Raphael Rodrigues Vieira Filho - Lucineide Santos Vieira

homenageadas três quituteiras: Dona Zuzu, Dona Maria José e Anailza [Ninha] Reis, em 28 de julho de 2010.

À época a Dra. Gildete Virgens, uma das fundadoras e diretoras da instituição, e quem personifica Maria Felipa no desfile do Dois de Julho, foi uma das convidadas ilustres para discursar e enalteceu a importância da representatividade feminina negra e da Casa de Maria Felipa:

[...] é necessário também homenagear a memória de grandes mulheres como Mãe Menininha do Gantois, Maria de São Pedro, Tia Ciata, Mãe Hilda Jitolu, Dinha do Acarajé, Alzira (Biloca), Antonieta (Miúda), Zeferina, Luiza Mahin, Nice dentre outras. Todas estas mulheres estão simbolizadas na figura arquetípica da baiana Maria Felipa de Oliveira inspiradora deste prêmio. A Casa de Maria Maria Felipa, um dos atrativos do Curuzu Corredor Cultural da Liberdade, que tem como Missão “Promover a arte e a cultura como forma de educação e integração de todas as criaturas, independente de raça, credo e nacionalidade”, sentindo-se honrada em participar deste evento que certamente fará parte das páginas da história da Bahia e do Brasil [...] (VIRGENS, [2010] 2020).

Visando enaltecer essa representatividade feminina negra, desde 2009 a Casa de Maria Felipa promove uma de suas ações mais importantes: o Título Maria Felipa da Contemporaneidade. O título Maria Felipa da Contemporaneidade foi idealizado pela professora Hilda Virgens e tem o objetivo de destacar histórias de mulheres guerreiras que inspiram, transformam e ressignificam vidas de pessoas ao seu redor. Tendo em vista o isolamento social que vivemos gerado pela pandemia do COVID19 a entrega do Título Maria Felipa na Contemporaneidade nos anos de 2020, 2021 e 2022 ocorreu através do youtube da Casa Maria Felipa, quando foi entregue o título às mulheres brasileiras e africanas por apresentarem em suas trajetórias de vida o perfil da heroína negra da Independência: Maria Felipa de Oliveira. (QUER uma boa opção para amanhã?, 2020)

Em 28 de julho de 2023 a Casa de Maria Felipa retomou a entrega do Título Maria Felipa na Contemporaneidade na modalidade presencial e numa noite de muita emoção, reflexão sobre a importância do papel da instituição para a preservação da memória e da representatividade de Maria Felipa na contemporaneidade as fundadoras Hilda e Gildete Virgens e familiares, a coordenadora Valdiria Lopes e colaboradores, os moradores do Curuzu - Liberdade, representantes de instituições governamentais e de terreiros de Candomblé, amigos e parceiros presenciaram a 15a. cerimônia da entrega do Título Maria Felipa na Contemporaneidade às mulheres negras que se destacam no seu cotidiano profissional e social na sociedade baiana.

UM ESPAÇO GUARDIÃO DA MEMÓRIA DA HEROÍNA NEGRA DA INDEPENDÊNCIA: A CASA DE MARIA FELIPA

Raphael Rodrigues Vieira Filho - Lucineide Santos Vieira

A Casa de Maria Felipa atua também como um espaço de manutenção não só da memória de Maria Felipa, mas de apoio e promoção da ancestralidade, do pertencimento e da identidade negra visando ser um espaço de afro identidade e valorização da mulher negra e sua descendência, promovendo assim um legado para as futuras gerações.

Sua importância foi reconhecida pelo poder municipal quando foi convidada para participar da inauguração do monumento em homenagem à Maria Felipa, criado pela artista plástica baiana Nádia Taquary, inaugurado em 27 de julho de 2023, do lado do Mercado Modelo, em Salvador. Na ocasião uma das irmãs fundadoras da instituição, Gildete Virgens, em entrevista ao Jornal Correio da Bahia afirmou a importância de tal ação institucional para romper com o silenciamento e o esquecimento de Maria Felipa. (NOVAES, 2023)

Entendemos também ser a Casa de Maria Felipa um espaço promotor da educação étnico racial e representatividade feminina negra onde alunos, professores e visitantes podem ter contato com um acervo rico, exercer o pensar de forma crítica e refletir sobre a História, a memória e a representatividade feminina negra.

Sobre o tal contexto ressalta Silva (2018):

A história pode e deve ser contada de forma analítica, promovendo o pensamento crítico e ensinando crianças e adolescentes a pensar por conta própria. Os benefícios de uma educação transformadora seriam incontáveis para as questões de gênero e representatividade [...] Valorizar a trajetória de mulheres importantes da nossa história por meio de iniciativas que busquem a sua difusão é uma iniciativa que pode contribuir para superar o problema da representatividade. (SILVA, 2018, p. 8)

Assim a Casa de Maria Felipa pode se configurar como uma ferramenta importante para escolas que adotem currículos e projetos pedagógicos centrados em uma educação antirracista, promovendo o reconhecimento do ato de educar e de educar-se como um político, compreendendo a importância da prática educativa como lugar para intervir e lutar (FREIRE, 2003).

Considerações Finais

A Casa de Maria Felipa no Curuzu, apesar de se manter arduamente sem nenhum amparo governamental, atua como um espaço voltado para a promoção da educação étnico-racial conforme as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais.

Concluimos que a Casa de Maria Felipa presta um serviço educacional e patrimonial importante para as escolas, para a comunidade do Curuzu e para toda

UM ESPAÇO GUARDIÃO DA MEMÓRIA DA HEROÍNA NEGRA DA INDEPENDÊNCIA: A CASA DE MARIA FELIPA

Raphael Rodrigues Vieira Filho - Lucineide Santos Vieira

sociedade, pois promove a valorização da ancestralidade, da africanidade, da memória, da identidade cultural e da representatividade feminina negra.

Sendo assim, “[...] memória e educação são dois elementos importantes em nossa vida. Porque as memórias são dinâmicas e indispensáveis para a auto-representação e representação do outro numa constante interação entre passado, presente e futuro” (SANTANA, 2017).

Observamos que uma das recomendações relevantes dos PCNs (BRASIL, 1999) trata das relações entre história, memória e patrimônio que precisam ser apresentadas, debatidas e promovidas no processo ensino-aprendizagem, pois:

Um compromisso fundamental da História encontra-se na sua relação com a *Memória*, livrando as novas gerações da “amnésia social” que compromete a constituição de suas identidades individuais e coletivas. O *direito à memória* faz parte da *cidadania cultural* e revela a necessidade de debates sobre o conceito de preservação das obras humanas. A constituição do Patrimônio Cultural e sua importância para a formação de uma memória social e nacional sem exclusões e discriminações é uma abordagem necessária a ser realizada com os educandos [...] (BRASIL, 1998, p. 26. Grifo nosso.)

Constatamos assim, que a Casa de Maria Felipa é um espaço coletivo guardador da memória. Em nossa sociedade, a memória coletiva das populações negras dá origem a diversos espaços de memória, haja vista que “[...] onde quer que haja humanos, há história, com ou sem escrita!” (KI-ZERBO, 2009, p. 15)

A partir desta perspectiva, faz-se necessário compreender o papel da Casa de Maria Felipa e de seu acervo como elemento importante na valorização do patrimônio, identidade e da memória dos indivíduos e da comunidade (POLLAK, 1992), conferindo a eles o sentimento da coletividade, representatividade social e conhecimento histórico e identitário.

Referências

A CASA de Maria Felipa. **Casa de Maria Felipa – Curuzu -Liberdade**, 18 jul. 2010. Disponível em: <https://casademariafelipacuruzu.wordpress.com/a-casa-de-maria-felipa/>. Acesso em: 05 dez.2021.

ADICHIE, Chimamanda Ngoz. **O perigo de uma História Única**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2019. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5819069/mod_resource/content/1/Chimamanda%20Ngozi%20Adichie%20-%20O%20perigo%20de%20uma%20hist%C3%B3ria%20%C3%BAnica-Companhia%20das%20Letras%20%282019%29.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 66 - 82

UM ESPAÇO GUARDIÃO DA MEMÓRIA DA HEROÍNA NEGRA DA INDEPENDÊNCIA: A CASA DE MARIA FELIPA

Raphael Rodrigues Vieira Filho - Lucineide Santos Vieira

AFRO Imagem a Heroína Maria Felipa. **Blogspot Casa de Maria Felipa**, 07 jan. 2009. Disponível em: <https://casademariafelipa.blogspot.com/> Acesso em: 05 dez. 2021.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. Apresentação. *In*: FARIAS, Eny Kleyde Vasconcelos. **Maria Felipa de Oliveira: heroína da independência da Bahia**. Salvador: Quarteto, 2010.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. Conheçam a história de Maria Felipa: importante personagem na Independência da Bahia. **Revista Raça**, n. 168, 2016. Disponível em: <https://revistaraca.com.br/a-historia-de-maria-felipa>. Acesso em: 15 abr. 2022.

BAHIA. **Decreto n. 19.586**, de 27 de março de 2020. Ratifica declaração de Situação de Emergência em todo o território baiano, para fins de prevenção e enfrentamento à covid-19, e regulamenta, no estado da Bahia, as medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Ondina, 27 mar. 2020. Disponível em: <http://www.casacivil.ba.gov.br/arquivos/File/DECN19586DE27MARCO2020.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Conteúdos e métodos de ensino de História. *In*: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. Cap. 2. Disponível em: <file:///C:/Users/LUCINEIDE/Downloads/bittencourt-circe-ensino-de-historia-fundamentos-e-metodospdf.pdf>. Acesso em: 23 Set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural, Orientação Sexual**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. Lei nº 13.697, de 26 de julho de 2018. Inscreve os nomes de Maria Quitéria de Jesus Medeiros, Sórora Joana Angélica de Jesus, Maria Felipa de Oliveira e João Francisco de Oliveira (João das Botas) no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, p. 1, 27 jul. 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13697-26-julho-2018-786998-publicacaooriginal-156064-pl.html>. Acesso em: 23 jan. 2021.

ESCOLA Municipal de Lauro de Freitas visita a Casa de Maria Felipa. **CASA DE MARIA FELIPA**. [S.l.: s.n.], 2011. Disponível em: <https://casademariafelipacuruzu.wordpress.com/2011/09/06/escola-municipal-de-lauro-de-freitas-visita-a-casa-de-maria-felipa/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

**UM ESPAÇO GUARDIÃO DA MEMÓRIA DA HEROÍNA NEGRA DA
INDEPENDÊNCIA: A CASA DE MARIA FELIPA**

Raphael Rodrigues Vieira Filho - Lucineide Santos Vieira

FARIAS, Eny Kleyde Vasconcelos. **Maria Felipa de Oliveira**: heroína da independência da Bahia. Salvador: Quarteto, 2010.

FREIRE, Paulo. A alfabetização de adultos: crítica de sua visão ingênua; compreensão de sua visão crítica. *In*: FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade**: e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira [1984]. *In*: RIO, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano** – Lélia González. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 75-93.

INSTITUTO REPARAÇÃO. **Instituto Reparação Homenageou a heroína brasileira Maria Felipa**. Salvador. 02 jul. 2022. Instagram: @institutoreparacao. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cfhh2iWp4W6/?hl=pt-br%2F&img_index=1. Acesso em: 4 out. 2022

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando África?** Entrevista com René Holenstein; tradução Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

MARIA Felipa na contemporaneidade. **CASA DE MARIA FELIPA**. Salvador, 01 de dez. 2021. Facebook: mariafelipa.oliveira10. Disponível em: <https://www.facebook.com/mariafelipa.oliveira.10>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MARQUES, Celso Freire Xavier. **Carta de Cessão**. Destinatário: Faculdade Olga Metting. Itaparica, BA: Acervo da Irmandade de Nossa Sra. do Rosário dos Homens Pretos, 4 nov. 2009. 1 carta.

MARQUES, Xavier. **O Sargento Pedro: tradições da Independência**. 3. ed. São Paulo: GDR, 1976.

NASCIMENTO, Carlos Eduardo Gomes. Pensar o passado, narrar as histórias dos afrodescendentes na Bahia: recontando a vida de Maria Felipa no Ensino Fundamental. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 263-277, 2019. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/479>. Acesso em: 10 fev. 2021.

NASCIMENTO, Margarida Lopes. **Carta de Cessão**. Destinatário: Faculdade Olga Metting. Vera Cruz, BA: Acervo da Irmandade de Nossa Sra. do Rosário dos Homens Pretos, 16 jul. 2004. 1 carta.

NOVAES, Weldel de. Reconhecimento material: Maria Felipa ganha monumento em Salvador. **Correio da Bahia**. 27 jul. 2023. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/reconhecimento-material-maria-felipa-ganha-monumento-em-salvador-0723>. Acesso em: 27 jul. 2023.

OLIVEIRA, Hilda Xavier de. **Carta de Cessão**. Destinatário: Faculdade Olga Metting. Carta. Vera Cruz, BA: Acervo da Irmandade de Nossa Sra. do Rosário dos Homens Pretos, 16 jul. 2004. 1 carta.

ORGE, Filomena Modesto. Retrato Falado com Retoques Subjetivos de Personagens Históricas (Artigo Original). **PROVA MATERIAL. Revista Científica do**

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 66 - 82

**UM ESPAÇO GUARDIÃO DA MEMÓRIA DA HEROÍNA NEGRA DA
INDEPENDÊNCIA: A CASA DE MARIA FELIPA**

Raphael Rodrigues Vieira Filho - Lucineide Santos Vieira

Departamento da Polícia Técnica da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, Salvador, v. 2, n. 4, abr. 2005. Disponível em:

<http://www.dpt.ba.gov.br/arquivos/File/provamaterial4.pdf>. Acesso em: 7 out. 2023.

OSÓRIO, Ubaldo. **A Ilha de Itaparica, história e tradição**. 4. ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989. Disponível em:

<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 22 out. 2023.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em:

<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 22 out. 2023.

QUER uma boa opção para amanhã? Facebook, [Salvador] 30 jul. 2020. Disponível em:

<https://www.facebook.com/profile/100053410601434/search/?q=Maria%20Felipa%20da%20Contemporaneidade>.

Acesso em: 12 out. 2023.

SALVADOR. Câmara Municipal. **Lei n. 9.278/2017**. Dispõe sobre a delimitação e denominação dos bairros do Município de Salvador, Capital do Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências. Salvador, 20 set. 2017. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2017/928/9278/lei-ordinaria-n-9278-2017-dispoe-sobre-a-delimitacao-e-denominacao-dos-bairros-do-municipio-de-salvador-capital-do-estado-da-bahia-na-forma-que-indica-e-da-outras-providencias>.

Acesso em: 07 out. 2022

SANTANA, Anália. Memória, diversidade étnico-racial e cosmovisão africano-brasileira: diálogos e experiências possíveis para a educação na contemporaneidade. *In*: ARAÚJO, Jurandir de Almeida; SANTOS, Deyse Luciano de Jesus; SOBRINHO, Raquel Alves e (org.). **Educar na e para a Diversidade**: lugares, saberes, práticas e conflitos. Curitiba: Editora CRV, 2017. p. 18-25.

SILVA, Livia Prata da. **Maria Felipa – uma heroína baiana**: a história ilustrada da heroína da independência do Brasil na Bahia. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Visual – Design) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 208.

VIRGENS, Gildete. Maria Felipa, Heroína Negra. **Casa de Maria Felipa**. [S.l.: s.n., s.d.]. Disponível em:

<https://casademariafelipacuruzu.wordpress.com/2010/07/16/poesia-maria-felipa-heroi>. Acesso em: 08 out. 2022.

VIRGENS, Gildete. **Discurso proferido no Plenário [Câmara Municipal de Salvador] acompanhada de Jucimar Mota na figura arquetípica de Maria Felipa de Oliveira**. [Salvador], [28 jul. 2010]. Facebook, 22 ago. 2020. Disponível em:

<https://www.facebook.com/profile/100053410601434/search/?q=Curuzu%20Corredor%20Cultural%20da%20Liberdade>. Acesso em: 12 out. 2023.

UM ESPAÇO GUARDIÃO DA MEMÓRIA DA HEROÍNA NEGRA DA INDEPENDÊNCIA: A CASA DE MARIA FELIPA

Raphael Rodrigues Vieira Filho - Lucineide Santos Vieira

Informações dos autores

Raphael Rodrigues Vieira Filho - Professor da Universidade do Estado da Bahia (DEDC I/UNEB). Vinculado ao PPG Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras e ao PPG Educação e Contemporaneidade. Doutor em História Social pela PUCSP e Pós-Doutor em Pesquisa pela Università degli Studi di Padova.

Contribuição de autoria: autor

URL do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3411192290212546>

Lucineide Santos Vieira - Professora de História da rede estadual da Bahia, Mestre em Educação e Contemporaneidade, Licenciada em História/UFBA.

Contribuição de autoria: coautora

URL do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8544246819625934>

COMO CITAR ESTE ARTIGO

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues; VIEIRA, Lucineide Santos. Um espaço da memória da heroína negra da Independência: a casa de Maria Felipa. **Perspectivas e Diálogos:** Revista de História Social e Práticas de Ensino, Caetité, vol. 6, n. 12, 2023, p. 66 - 82. DOI:

DOI:

Artigo

**O USO DE IMAGENS PARA DAR VISIBILIDADE ÀS
COMEMORAÇÕES ESCOLARES DA INDEPENDÊNCIA: A
EXPERIÊNCIA DO GPEC**

**THE USE OF IMAGES TO GIVE VISIBILITY TO SCHOOL
INDEPENDENCE CELEBRATIONS: THE GPEC EXPERIENCE**

Elizabete Santana¹ - 0000-0003-3645-5878

Ladjane Alves Sousa² - 0000-0002-7305-1349

Líliã de Jesus Nascimento³ - 0009-0009-2739-7515

Tiane Melo dos Anjos⁴ - 0003-2768-4051

Verônica de Jesus Brandão⁵ - 0000-0002-8405-3876

Cândida Pereira dos Santos Monteiro⁶ - 0009-0009-0938-6185

¹Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Brasil - modosdefazer22@uol.com.br

²Universidade Federal da Bahia, Lauro de Freitas, Brasil -
ladjaneasouza@yahoo.com.br

³Secretaria Municipal de Educação de Salvador, Salvador, Brasil - lilia-
nasc@hotmail.com

⁴Secretaria Municipal de Simões Filho, Simões Filho, Brasil -
tmanjosprofissional@outlook.com

⁵Secretaria Municipal de Educação de Salvador, Salvador, Brasil
- veronicajbrandao@yahoo.com.br

⁶Secretaria de Educação de Morro do Chapéu, Morro do Chapéu, Brasil -
candidamonteiro10@gmail.com

RESUMO:

O artigo que ora apresentamos é um relato coletivo construído em torno da experiência de planejar e realizar exposições escolares. Traz em suas seções informações sobre como os temas festas escolares e comemorações cívicas estão relacionados com o objeto do Grupo de Pesquisa em Educação e Currículo - GPEC; registra questões sobre o uso das fotografias como fonte para a história da educação; e trata, brevemente, dos principais aportes teóricos que serviram de base para a construção da *Exposição Bicentenário da Independência da Bahia veiculada* no Blog Modos de Fazer Educação, o Blog do GPEC.
PALAVRAS CHAVES: Fontes, história da educação, festas escolares, comemorações da independência.

ABSTRACT:

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 83 - 103

Recebido: 18 de Novembro de 2023

Aprovado: 15 de Dezembro de 2023

Publicado: 31 de Dezembro de 2023

O USO DE IMAGENS PARA DAR VISIBILIDADE ÀS COMEMORAÇÕES ESCOLARES DA INDEPENDÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DO GPEC

Elizabeth Santana - Ladjane Alves Sousa - Lilia de Jesus Nascimento - Tiane Melo dos Anjos –
Verônica de Jesus Brandão – Cândida Pereira dos Santos Monteiro

The article we present here is a collective report built around the experience of planning and holding school exhibitions. Its sections contain information on how the themes of school festivals and civic celebrations are related to the object of the Education and Curriculum Research Group - GPEC; records questions about the use of photographs as a source for the history of education; and deals, briefly, with the main theoretical contributions that served as the basis for the construction of the *Bicentennial Exhibition of the Independence of Bahia* published on the Blog Modos de Fazer Educação, the GPEC Blog.

KEYWORDS: Sources, history of education, school festivals, independence celebrations.

As exposições escolares no Blog do GPEC

“Entre... você é nosso convidado. Visite nossa exposição escolar”.¹ É com esse convite que animamos os visitantes do *Blog Modos de Fazer Educação na Bahia* a percorrerem as exposições escolares que são parte de um sonho do Grupo de Pesquisa em Educação e Currículo cuja concretização teve início em 2019 com *A Exposição escolar: Iconografia da escola de outrora aos tempos da selfie*.

Organizado com fotografias que retratavam aspectos da história da escola primária e da escola normal, o evento configurou-se como uma exposição itinerante, ocupando em diferentes momentos três espaços: o saguão da Biblioteca Pública do Estado, o foyer da Reitoria da Universidade do Estado da Bahia e o hall do Departamento de Educação, Campus I da Uneb. Foi daí que o grupo extraiu inspiração para organizar exposições escolares virtuais adotando o Blog como instrumento de divulgação do acervo fotográfico reunido ao longo da sua trajetória de pesquisa.

Reconhecemos que ao estudar aspectos da escola de outrora reconstituímos representações sobre o currículo a partir do Campo da História da Educação. E a fotografia enquanto documento histórico muitas vezes anuncia o que a mais detalhada descrição textual dificilmente conseguiria nos dizer (ESSUS, 1995).

O artigo que ora apresentamos é um relato coletivo construído em torno da experiência de planejar e realizar exposições escolares. Traz em suas seções informações sobre como os temas festas escolares e comemorações cívicas estão relacionados com o nosso objeto de pesquisa; registra questões sobre o uso das fotografias como fonte para a história da educação; e trata, brevemente, dos principais aportes teóricos que serviram de base para a construção da *Exposição Bicentenário*

O USO DE IMAGENS PARA DAR VISIBILIDADE ÀS COMEMORAÇÕES ESCOLARES DA INDEPENDÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DO GPEC

Elizabeth Santana - Ladjane Alves Sousa - Lilia de Jesus Nascimento - Tiane Melo dos Anjos – Verônica de Jesus Brandão – Cândida Pereira dos Santos Monteiro
da Independência da Bahia veiculada no Blog Modos de Fazer Educação, o Blog do GPEC.

Usar a legislação como pistas, mas investigar o cotidiano da escola e suas as práticas: uma diretriz de pesquisa no GPEC

Várias décadas nos distanciam dos estudos de autores como Giroux, Apple, Stenhouse, Goodson e outros que começaram a dar ênfase aos conceitos que levaram a reconhecer a existência de dimensões do currículo para além das prescrições legais.

Ao investigar a partir de 2007 a construção da escola primária na Bahia, no período da Primeira República, o GPEC tomou esses teóricos como referência e adotou em suas pesquisas uma abordagem histórica contemplando os conceitos de: currículo prescrito – o determinado por órgãos oficiais – currículo oculto e currículo em uso, que são dimensões mais articuladas às práticas escolares e sociais presentes no desenvolvimento do currículo (Sacristán, 2000).

Sem desconsiderar a importância das prescrições legais e todas as circunstâncias que as condicionam e determinam, decidimos usar a legislação como pistas e concentrar nossa atenção na investigação do cotidiano da escola, nas práticas nela realizadas. Estávamos assim voltadas para as dimensões do currículo denominadas pelos teóricos de currículo oculto, currículo real e currículo em uso.

Também buscamos apoio nas ideias de Certeau, Julia, Viñao, bastante difundidas no fim das últimas décadas do século XX e início do século XXI, que mostraram a importância de centrar a atenção no estudo das práticas e da cultura escolar. Inspiradas por esses teóricos, ao trabalhar com as práticas educativas contemplamos temas como métodos, rotinas escolares, livros didáticos, exames, inspeção escolar e outros entre os quais estavam as festas escolares.

Através das festas e comemorações a escola do passado se dava a conhecer para aqueles que estavam fora dos seus muros e ao realizar esse movimento terminava por se mostrar, por um lado, como realmente era.

A vivência do GPEC e os aportes teóricos se articulam no uso da fotografia como fonte de pesquisa

O USO DE IMAGENS PARA DAR VISIBILIDADE ÀS COMEMORAÇÕES ESCOLARES DA INDEPENDÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DO GPEC

Elizabeth Santana - Ladjane Alves Sousa - Lilia de Jesus Nascimento - Tiane Melo dos Anjos –
Verônica de Jesus Brandão – Cândida Pereira dos Santos Monteiro

O longo período de tempo dedicado à busca de referências sobre a construção da escola primária na Bahia implicou no manuseio de fotografias de documentos de diversos tipos e origens. Além de fotografar, era preciso aperfeiçoar as imagens, selecioná-las, reagrupar de acordo com os temas que escolhemos privilegiar e, muitas vezes, tentar resumir o seu conteúdo em ementários ou legendas para compor as obras de referências que devíamos publicar.

Essas tarefas comuns a todos os membros do GPEC despertaram o interesse no poder das imagens para responder a algumas de nossas questões de pesquisa. Levaram, também, a buscar fundamentos para um melhor uso desse tipo de fonte, esforço exitoso pela disponibilidade de informações no período em que foi empreendido.

Ao prefaciар a obra *A fotografia como fonte de pesquisa: da história da educação à história de trabalho-educação*, Kossoy (2023, p.16) informa que só após a década de 70

[...] Obras voltadas à história da fotografia finalmente começaram a ganhar espaço à medida que as pesquisas nessa área se sucediam. Deve-se destacar que uma historiografia centrada no uso da fotografia como fonte para as pesquisas históricas na área de História Política e Social, além da História da Educação, ganha corpo no Brasil e os resultados têm se mostrado promissores. Este livro exemplifica isso.

Apesar do benefício de já contarmos com aportes teóricos sobre o uso da fotografia como fonte, ou, talvez, por isso mesmo, consideramos que ainda somos aprendizes e estamos sempre percorrendo e revendo os alertas que os teóricos nos trazem, como por exemplo o que aponta a necessidade de levar as imagens a sério, não as utilizando apenas como ilustração para os textos que escrevemos, nem apenas, para preencher lacunas deixadas por outras fontes, embora algumas vezes o uso da iconografia cumpra essa função, mas reconhecendo que, em alguns casos, “[...] as imagens oferecem virtualmente a única evidência de práticas sociais [...]” (Burke, 2004 p.13).

Percorrendo esses aportes teóricos descobrimos que, apesar das disparidades de posições críticas quanto ao uso da imagem, é possível concluir que

[...] os testemunhos sobre o passado oferecidos pelas imagens são de valor real, suplementando, bem como apoiando, as evidências dos documentos escritos. É verdade que, especialmente no caso da história dos acontecimentos, elas frequentemente dizem aos historiadores que conhecem os documentos algo que essencialmente eles já sabiam. Entretanto, mesmo nestes casos, as imagens têm algo a acrescentar. Elas oferecem acesso a aspectos do passado que outras

O USO DE IMAGENS PARA DAR VISIBILIDADE ÀS COMEMORAÇÕES ESCOLARES DA INDEPENDÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DO GPEC

Elizabeth Santana - Ladjane Alves Sousa - Lilia de Jesus Nascimento - Tiane Melo dos Anjos – Verônica de Jesus Brandão – Cândida Pereira dos Santos Monteiro fontes não alcançam. Seu testemunho é particularmente valioso em casos em que os textos disponíveis são poucos e ralos, o caso da economia informal, por exemplo, ou o ponto de vista das de baixo, ou as mudanças na sensibilidade [...] (Burke, 2004, p.233).

Evidências, indícios, presenças e ausências observadas a partir da Exposição *Bicentenário da Independência da Bahia*

A *Exposição Bicentenário da Independência da Bahia* (Santana et al, 2023) fez parte do conjunto de atividades propostas pelo Projeto Memória da Educação na Bahia - PROMEBA para marcar o bicentenário da Independência do Brasil e da Bahia. Seu objetivo principal foi o de demonstrar através de fotografias a presença das escolas baianas na comemoração das duas Independências, ao longo do período republicano. Para tanto foram utilizadas fotos localizadas em centros de documentação e em blogs e sites dedicados à preservação da memória local e regional. É a partir desta exposição que vamos tecer reflexões em torno das fotografias de festas e comemorações escolares como fonte para o estudo da história da educação.

Na manipulação do material que conseguimos reunir, logo de início, observamos que eram poucos os textos e as fotos demonstrando uma ampla participação das escolas nas comemorações da Independência da Bahia, apesar dos atos legais de 1831 e, mais tarde, de 1891, que proclamaram o 2 de Julho como dia de festa no estado (*Bahia Illustrada*, 1918).

O primeiro desfile em Salvador saiu do Terreiro de Jesus com características militares e sem uma participação expressiva do povo. No decorrer do tempo, houve mudanças nas comemorações do Dois de julho e a participação popular foi efetivamente ganhando força (*Jornal Correio*, 2023). Vários escritos descrevem que a festa não era apenas um desfile cívico, mas um evento carregado de interesse político, o que talvez tenha sido um motivo para não estimular a presença das escolas.

Na *Exposição Bicentenário da Independência da Bahia* foram apresentadas mais de 40 imagens que em sua quase totalidade retratam comemorações do Sete de Setembro, a Independência do Brasil.

Em um levantamento, ainda preliminar, que precisa ser ampliado, não foram localizadas imagens para os primeiros anos da República, só textos de jornais que evidenciaram uma relação entre festas escolares e currículo.

O USO DE IMAGENS PARA DAR VISIBILIDADE ÀS COMEMORAÇÕES ESCOLARES DA INDEPENDÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DO GPEC

Elizabeth Santana - Ladjane Alves Sousa - Lilia de Jesus Nascimento - Tiane Melo dos Anjos –
Verônica de Jesus Brandão – Cândida Pereira dos Santos Monteiro

Na Vila de Araci, no interior do estado, no ano de 1915, o Sete de Setembro foi festejado com muita recitação de poesias, diálogos e um momento para todos os alunos cantarem vários hinos entre os quais a Marselhesa, hino nacional da França. Na sequência, a notícia do jornal informa a realização de exercícios militares em frente da escola.

A festa revela uma escola fechada, sendo também uma oportunidade de mostrar o nível de aprendizagem dos alunos e, assim, comprovar a qualidade do professor. A introdução do hino da França seria um resquício da formação recebida na Escola Normal? Sabemos que ali os conteúdos eram ministrados em livros escritos em língua francesa.

Estávamos na era das escolas isoladas, de uma sala só onde um único professor tomava decisões sobre o que e como ensinar marcadas pelo que aprendera em sua passagem na escola normal e pelas normas do regulamento de instrução vigente na época. Quanto ao currículo, observamos que o regulamento de 1914 incluía nos programas para a escola elementar e complementar o ensino dos hinos patrióticos, calistenia sueca e ginástica. A recitação de poesias e os diálogos indica uma escola que valorizava o ensino da linguagem.

Enquanto isso, em Salvador, na mesma data, os festejos eram patrocinados pela Intendência Municipal e consistiram, no ano de 1915, na reunião das escolas em um “luzidio préstito” de acordo com a notícia divulgada no *Diário da Bahia* de 7 de setembro. Além do desfile pelas principais ruas da cidade, os alunos reunidos no teatro Polytheama Baiano, dramatizaram cenas e cantaram hinos com direito a ter entre os assistentes a autoridade maior do município, o Intendente, e o Diretor do ensino municipal. Naquele ano Salvador tinha 174 escolas sob a administração da Intendência que apresentavam uma frequência de 7.615 alunos (Santana et al, 2013).

As duas notícias, publicadas no mesmo jornal, informam sobre dois diferentes aspectos da cultura escolar da época, embora possamos perceber alguns traços comuns, no que diz respeito às dramatizações, cânticos e à exposição dos alunos, uns como assistentes civilizados e outros como atores responsáveis pela representação do espetáculo. Nos dois casos, pela extensa programação, as festas parecem durar um dia inteiro.

O USO DE IMAGENS PARA DAR VISIBILIDADE ÀS COMEMORAÇÕES ESCOLARES DA INDEPENDÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DO GPEC

Elizabeth Santana - Ladjane Alves Sousa - Lilia de Jesus Nascimento - Tiane Melo dos Anjos –
Verônica de Jesus Brandão – Cândida Pereira dos Santos Monteiro

Imagem 1. Programa dos festejos do 7 de setembro de 1915, em uma escola da Vila de Aracy.

As festas de 7 de Setembro

NA VILLA DO ARACY

Com o brilho de sempre, a escola regida pelo nosso confrade de imprensa, o talentoso educador professor José Ferreira da Cunha e Silva, realizou a festa comemorativa da grande data nacional 7 de Setembro este anno.

Temos o prazer de publicar abaixo o programma da festa excellentemente organizada e cumprido á risca, começando a sessão ás 15 horas, presidida pelo professor Cunha, secretariado pelos srs. coronel José Roque de Oliveira e major João Motta:

I—Hymno Nacional, cantado por 60 alumnos, musica de Francisco Manuel da Silva.

II—Conferencia sobre «O Brazil de hontem e o de hoje», professor Ferreira da Cunha.

III—«Salve heroica sentinella!», hymno.

IV—«7 de Setembro», poesia de Fagundes Varella, recitada pelo alumno Daniel Eduardo Villa-Nova.

V—«Os pasteis de Santa Clara», dialogo em verso, de Francisco Bandeira, recitado pelo alumno Manoel José dos Santos.

VI—«Meus 8 annos», poesia de Casimiro de Abreu, recitada pelo alumno Cândido Honorato da Anunciação.

VII—A Marselheza, hymno nacional francez, cantado por toda a escola.

VIII—O melro, poesia de Guerra Junqueiro, recitada pela senhorita d. Audactina Pinto da Motta.

IX—A Caridade e a Justiça, poesia de Guerra Junqueiro, recitada pelo alumno Oswaldo Ventura.

X—Infancia e velhice, poesia de Fagundes Varella, recitada por João de Freitas Bacellar.

XI—Soou do estudo a hora, hymno.

XII—Chromos, de B. Lopes, idade media, de Luiz Guimarães, recitados pelo Julinho F. da Cunha e Silva.

XIII—Meio de curar certos mudos, dialogo em verso, recitado por Audacto Pinto da Motta.

XIV—A Queimada, poesia de Castro Alves, recitada por Lourival de Andrade Jacob.

XV—Hymno da Bandeira, cantado pelos alumnos da escola.

XVI—A fome no Ceará, poesia de Guerra Junqueiro, recitada pela senhorita Anna Moreira de Oliveira.

XVII—A enchente, poesia de Fagundes Varella, recitada por Geminiano Ferreira da Motta.

XVIII—O melhor vento, poesia de Antonio Correia de Oliveira, recitada pela senhorita Maria da Gloria Motta.

XIX—Perguntas e respostas, poesia de Guilherme Braga, recitada pela senhorinha Elvira Pinto da Motta.

XX—Hymno da independência, musica de D. Pedro I, cantado por todos os alumnos.

Depois da sessão civico-litteraria, que impressionou agradavelmente ao grande numero de exmas. familias presentes, os alumnos, uniformizados de branco, fizeram, defronte do predio escolar, admiraveis exercicios gymnasticos e militares, com muita correção e brilho.

Em seguida, o batalhão infantil percorreu em passeata as principais ruas do Aracy, por entre vivas entusiasticos, sustentando o Pavilhão Nacional o alumno João de Freitas Bacellar.

As 16 horas voltaram todos ao edificio da escola, sendo então distribuidos a todos os presentes doces, licores etc. e bonbons á petzada.

A' noite houve diversões na escola, sendo cantados hymnos patrioticos e recitadas muitas poesias com espirito e graça.

A bonita festa impressionou esplendidamente a todos aquelles que a assistiram, motivo pelo qual felicitamos ao nosso distincto amigo professor Ferreira da Cunha, incitando-o a continuar na sua nobilissima faina de educar de verdade á mocidade.

O USO DE IMAGENS PARA DAR VISIBILIDADE ÀS COMEMORAÇÕES ESCOLARES DA INDEPENDÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DO GPEC

Elizabeth Santana - Ladjane Alves Sousa - Lilia de Jesus Nascimento - Tiane Melo dos Anjos –
Verônica de Jesus Brandão – Cândida Pereira dos Santos Monteiro

Fonte: *Diário da Bahia*, Salvador, 12 de setembro de 1915 (original na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, atual BCEB).

Imagem 2. Notícia de jornal sobre a passeata cívica das escolas municipais de Salvador no 7 de setembro, em 1915.



Fonte: *Diário da Bahia*, Salvador, 7 de setembro de 1915 (original na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, atual BCEB).

De volta ao ano de 1914, encontramos uma nota de jornal que convoca alunos do professor Cincinnato para celebrar em praça pública a data de 7 de setembro (Imagem 3). Uma outra forma de celebração. Será que naquele ano não houve desfile promovido pelas autoridades escolares? Ou será a nota uma manifestação da rebeldia e independência do

O USO DE IMAGENS PARA DAR VISIBILIDADE ÀS COMEMORAÇÕES ESCOLARES DA INDEPENDÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DO GPEC

Elizabeth Santana - Ladjane Alves Sousa - Lilia de Jesus Nascimento - Tiane Melo dos Anjos – Verônica de Jesus Brandão – Cândida Pereira dos Santos Monteiro
conceituado professor que dirigia o único Grupo Escolar municipal existente, em Salvador?

Imagem 3. Convocação do professor Cincinnato Franca, em 1914, para celebrar o 7 de setembro.



Fonte: *Diário da Bahia*, Salvador, 06 de setembro de 1914, (original na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, atual BCEB).

As imagens encontradas para a década de 20 (Imagens 4 e 5) provavelmente tomadas pelo mesmo fotógrafo, em um mesmo espaço e tempo, sugerem conjecturas: Com que propósito meninos e meninas estão fazendo um juramento à bandeira? O que levou a fazer fotos separadas das duas escolas – masculina e feminina?

Imagens 4. Alunas do Município de Maracás em cerimônia de juramento à bandeira, em setembro de 1922.



O USO DE IMAGENS PARA DAR VISIBILIDADE ÀS COMEMORAÇÕES ESCOLARES DA INDEPENDÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DO GPEC

Elizabeth Santana - Ladjane Alves Sousa - Lilia de Jesus Nascimento - Tiane Melo dos Anjos –
Verônica de Jesus Brandão – Cândida Pereira dos Santos Monteiro

Fonte: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Disponível em:
<http://www.ighb.servclt.com.br/phl83/dadosexternos/arqimg/FOT.1729.jpg>. Acesso em: 16 de novembro 2023.

Imagens 5. Alunos do Município de Maracás em cerimônia de juramento à bandeira, em setembro de 1922.



Fonte: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Disponível em
<http://www.ighb.servclt.com.br/phl83/dadosexternos/arqimg/FOT.1730.jpg>. Acesso em: 16 novembro de 2023.

Ao tentar interpretar as cenas dessas imagens, concluímos que não foram produzidas para responder nossas questões de pesquisa. É preciso estar atentos a isso, sempre, e ao usá-las devemos considerar que. “são testemunho dos arranjos sociais passados e, acima de tudo, das maneiras de ver e pensar o passado” (Burke, 2004, p.234).

Isso nos remete à necessidade de observar o contexto em que as imagens foram produzidas. Qual a influência do contexto político mundial e nacional na militarização dos uniformes dos alunos do Ginásio da Bahia, localizado em Salvador, e dos alunos de Feira de Santana que desfilaram, respectivamente nos dias 7 de setembro de 1938 e 1939? O que a presença de artefatos como a bicicleta representa? (Imagens 6 e 7)

Burke (2004, p. 237) refere-se à necessidade de colocar as imagens no contexto, [...] “ou melhor, em uma série de contextos no plural (cultural, político, material, e assim por diante),” [...].

O USO DE IMAGENS PARA DAR VISIBILIDADE ÀS COMEMORAÇÕES ESCOLARES DA INDEPENDÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DO GPEC

Elizabeth Santana - Ladjane Alves Sousa - Lilia de Jesus Nascimento - Tiane Melo dos Anjos –
Verônica de Jesus Brandão – Cândida Pereira dos Santos Monteiro

Em 1938 e 1939, o Brasil vivia um regime autoritário que se reproduzia pela nomeação de interventores para governar os estados. O mundo vivia as tensões que culminaram no início da guerra, em 1939.

Imagem 6. Alunos do Ginásio da Bahia, atual Colégio Central, em Salvador, desfilam no 2 de Julho de 1931.



Fonte: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Disponível em <http://www.ighb.servvt.com.br/phl83/dadosexternos/arqimg/FOT.1306.jpg>. Acesso em: 16 de novembro 2023

Imagem 7. Desfile escolar no Município de Feira de Santana, em 7 de setembro de 1939.



Fonte: Fotos de Feira de Santana- Bahia a Princesa do Sertão. Disponível em: https://web.facebook.com/FotosDaPrincesaDoSertaoFeiraDeSantanaBahia/photos/a.578413988947395/1276389515816502/?locale=pt_BR. Acesso em: 16 de novembro de 2023.

O USO DE IMAGENS PARA DAR VISIBILIDADE ÀS COMEMORAÇÕES ESCOLARES DA INDEPENDÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DO GPEC

Elizabeth Santana - Ladjane Alves Sousa - Lilia de Jesus Nascimento - Tiane Melo dos Anjos –
Verônica de Jesus Brandão – Cândida Pereira dos Santos Monteiro

Na imagem (Imagem 6) do Ginásio da Bahia os alunos parecem sair de uma área livre situada em frente ao prédio do estabelecimento de ensino. Abrindo o préstito alunos tocando tambores. O desfile atraiu uma plateia em parte constituída por crianças cujas vestes denotam que no bairro de Nazaré, situado no centro da cidade de Salvador, naquele momento, se misturavam crianças do sexo masculino decentemente vestidas com outras descalças e de vestes rasgadas.

Em 1915, Nazaré era um bairro residencial de classe média. Seriam as crianças bem vestidas e desacompanhadas de adultos, filhas de moradores locais? E aqueles que não estavam com roupas apropriadas? Quem seriam as mal vestidas?

Já na Imagem 7, de Feira de Santana, é evidente uma concentração de várias escolas em um espaço amplo. Passamos a entender essa amplitude quando lemos o que Dival Pitombo publicou na *Revista Serpentina*, em 1941 sobre o desenvolvimento de Feira:

[...]. Cresce e civiliza-se.

E, como se uma fada a tocasse com a sua varinha magica e de um momento para outro tudo o que estava parado começasse a mover-se, crescer, colorir-se de uma vitalidade nova e verdadeiramente miraculosa.

Rasgaram-se avenidas, abriram-se escolas, estradas inúmeras como longas «serpentes de jaspe» levaram aos quatro ventos, a lama de uma hospitalidade que já se ia tornando tradicional.

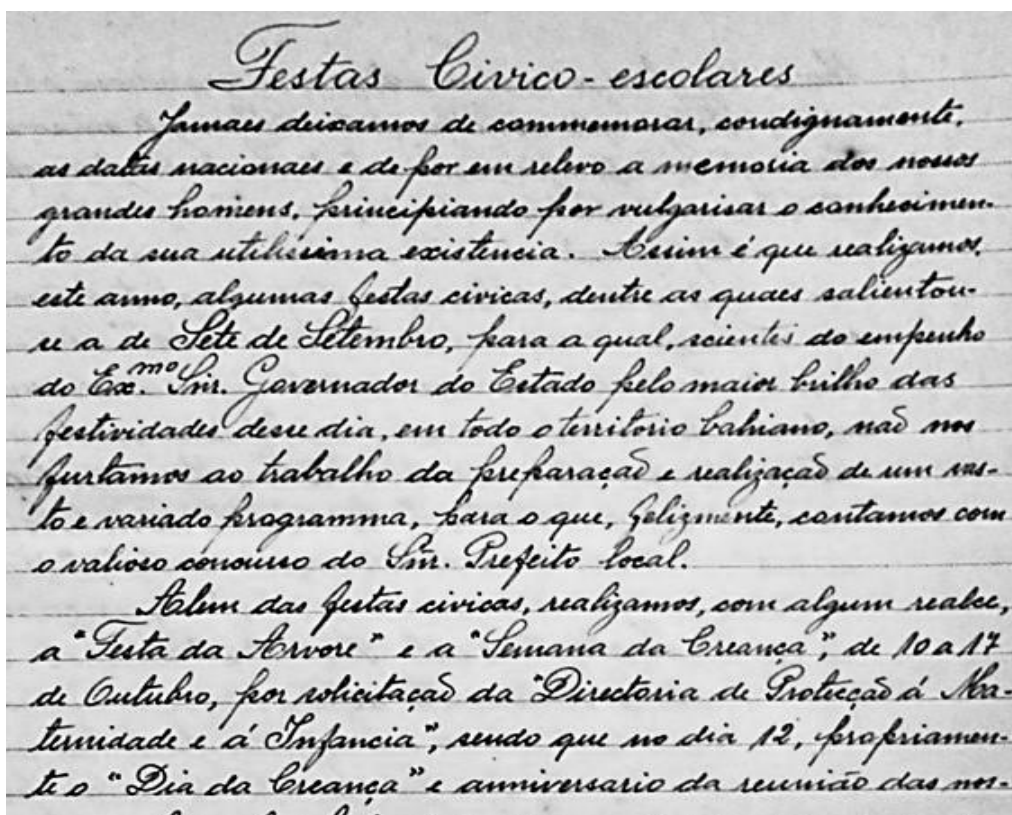
E a cidade foi perdendo rapidamente tudo o que ainda lhe restava do antigo povoado de D. Ana Brandôa.

As suas longas avenidas nada têm de provinciano, os seus parques outrora sombrios e melancólicos, estão inundados de luz; e a alegria radiosa da juventude das escolas forma como que uma aureola cintilante de Vida e de Graça (Pitombo, 1941, apud Simas, 2020).

Os desfiles comemorativos da data de 7 de setembro obedeciam a determinações governamentais como apontado no relatório do diretor da Escola Borges dos Reis *da cidade de Rio Branco. O relatório dá notícia do cumprimento das recomendações do governador, do variado programa para a comemoração e da participação do Prefeito local. Tudo indica que na localidade foi o Sete de Setembro a festa cívica que mais atenção mereceu (Imagem 8).*

O USO DE IMAGENS PARA DAR VISIBILIDADE ÀS COMEMORAÇÕES ESCOLARES DA INDEPENDÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DO GPEC

Elizabeth Santana - Ladjane Alves Sousa - Lilia de Jesus Nascimento - Tiane Melo dos Anjos –
Verônica de Jesus Brandão – Cândida Pereira dos Santos Monteiro
Imagem 8. Trecho do relatório do Diretor da Escola Borges dos Reis da cidade de Rio Branco do ano de 1936.



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia.

Burke (2004, p. 237), afirma que uma série de imagens oferece testemunho mais confiável do que uma imagem individual. A reunião de várias imagens de diferentes anos e diferentes lugares na *Exposição Bicentenário da Independência da Bahia* permitiu perceber como evoluíram os desfiles escolares comemorativos da independência quanto à estética de sua organização, vestuários, artefatos complementares, aparência e disposição dos alunos.

Na Imagem 9, de 1969, o desfile em Vitória da Conquista passa a impressão de ser um espetáculo digno de uma grande assistência entre a qual se encontram muitos alunos menores, certamente do curso primário, fardados, observando o desfile dos maiores. Uma figura que se tornou frequente nos desfiles escolares, a baliza, abre o desfile, seguida de uma banda composta por alunos do sexo masculino com seus instrumentos musicais. Ao longe, alunos portando bandeiras. Será essa uma imagem que evidencia a “espetacularização” dos desfiles”?

O USO DE IMAGENS PARA DAR VISIBILIDADE ÀS COMEMORAÇÕES ESCOLARES DA INDEPENDÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DO GPEC

Elizabeth Santana - Ladjane Alves Sousa - Lilia de Jesus Nascimento - Tiane Melo dos Anjos –
Verônica de Jesus Brandão – Cândida Pereira dos Santos Monteiro

Já a Imagem 10, do ano de 1940, contrasta com a anterior. Alunos de vários tamanhos e, certamente, de várias idades, desfilam em frente ao prédio da Escola Normal de Feira de Santana, um ícone para a cidade. Evoluem mantendo uma postura comportada, controlada o que atribui ao desfile um tom formal. E como artefatos, apenas uma bandeira e alguns poucos e instrumentos musicais portados pelos alunos menores.

Imagem 9. Desfile do Colégio Gerson Sales, em Vitória da Conquista, no 7 de setembro de 1969.



Fonte: Blog Fotos de Vitória da Conquista 1900s/1980s. Disponível em: <https://fotosdevitoriaconquista.wordpress.com/category/anos-60-cronologia/anos-60-1969/>. Acesso em: 16 de novembro de 2023

Imagem 10. Desfile das escolas do município de Feira de Santana, em 7 de setembro de 1940.



Fonte: Blog Memórias de Feira de Santana. Disponível em: https://web.facebook.com/photo/?fbid=10219815571731612&set=g.362453737286631&_rdc=1&_rdr. Acesso em: 16 de novembro 2023.

As décadas de 70 e 80 parecem ter sido a “era das bandeiras” nos desfiles escolares. Porque razão? Pelo efeito que causam por suas cores e balanço? Em várias

O USO DE IMAGENS PARA DAR VISIBILIDADE ÀS COMEMORAÇÕES ESCOLARES DA INDEPENDÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DO GPEC

Elizabeth Santana - Ladjane Alves Sousa - Lilia de Jesus Nascimento - Tiane Melo dos Anjos – Verônica de Jesus Brandão – Cândida Pereira dos Santos Monteiro
fotos tomadas em diferentes espaços do estado da Bahia – Jacobina, Feira de Santana, Morro do Chapéu e Maracani –, disponíveis na *Exposição Bicentenário da Independência da Bahia*, os alunos desfilam com bandeiras (ou estandartes) grandes.

O vestuário dos alunos revela o progressivo abandono dos uniformes escolares como o preferido para o momento dos desfiles. Quando ainda as alunas participam do cortejo vestindo as fardas adotadas em seus colégios, como na Imagem 11, percebe-se o encurtamento das saias, tendência observada no vestuário feminino já naquela época.

Imagem 11. *Desfile do Colégio Nossa Senhora da Graça, de Morro do Chapéu, em 7 de setembro, na década de 70.*



Fonte: Acervo da professora Cândida Monteiro.

Os desfiles deixam de ser de alunos fardados, passam a ser temáticos, representam cenas da história, do folclore e de tradições locais. Ou seja, as dramatizações em sala de aula ou no teatro, descritas em jornais do ano de 1915, saem do espaço privado para o espaço público. As bandas tornaram-se fanfarras com vestes muito coloridas e instrumentos musicais potentes.

O USO DE IMAGENS PARA DAR VISIBILIDADE ÀS COMEMORAÇÕES ESCOLARES DA INDEPENDÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DO GPEC

Elizabeth Santana - Ladjane Alves Sousa - Lilia de Jesus Nascimento - Tiane Melo dos Anjos – Verônica de Jesus Brandão – Cândida Pereira dos Santos Monteiro

Imagem 12. Desfile de 7 de setembro, em Euclides da Cunha, no ano de 1982.



Fonte: Blog Museu do Cumbe. Disponível em: Museu do Cumbe: Desfile 7 de setembro - 1982. Acesso em: 16 de novembro 2023.

Imagem 13. Desfile da Escola Estadual João Caribé de Salvador, em 7 de Setembro de 2017.



Fonte: Foto de Henrique Mendes publicada em G1 BA, disponível em <https://g1.globo.com/bahia/noticia/fotos-veja-imagens-do-7-de-setembro-em-salvador.ghtml>. Acesso em: 16 de novembro 2023.

Muitas mudanças, mas muitas saudades do tempo em que o preto e branco das fardas das meninas marcavam os desfiles e os professores e equipe de direção da escola tinham orgulho em abrir o desfile ou acompanhar a marcha de seus alunos, dando aos desfiles um caráter solene.

O USO DE IMAGENS PARA DAR VISIBILIDADE ÀS COMEMORAÇÕES ESCOLARES DA INDEPENDÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DO GPEC

Elizabeth Santana - Ladjane Alves Sousa - Lilia de Jesus Nascimento - Tiane Melo dos Anjos –
Verônica de Jesus Brandão – Cândida Pereira dos Santos Monteiro
Imagem 14. Alunas do Centro Educacional Deocleciano Barbosa de Castro, CEDBC de Jacobina, e professor de Educação Física, em 7 de setembro de 1960.



Fonte: SILVA, Alcira Pereira Carvalho da. *A educação em Jacobina-Bahia: memórias de uma educadora*. Salvador, 2005

Imagem 15. Diretores, professores e alunos do Instituto de Educação Isaias Alves -ICEIA, em desfile no ano de 1965.



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia.

Concluindo...

Se o incipiente desenvolvimento da fotografia limitou o registro das comemorações escolares no início da República, no século XXI as fotografias se tornaram mais nítidas revelando que os desfiles escolares são marcados pela alegria

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361
Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 83 - 103

O USO DE IMAGENS PARA DAR VISIBILIDADE ÀS COMEMORAÇÕES ESCOLARES DA INDEPENDÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DO GPEC

Elizabeth Santana - Ladjane Alves Sousa - Lilia de Jesus Nascimento - Tiane Melo dos Anjos – Verônica de Jesus Brandão – Cândida Pereira dos Santos Monteiro das muitas fanfarras; o colorido intenso das vestimentas; a presença alegre das crianças da educação infantil e a descontração dos alunos das escolas públicas.

Mesmo com esse progresso, tivemos dificuldade em encontrar fotos para compor uma série mais representativa do que foram as comemorações da Independência ao longo do tempo. Os desfiles escolares não parecem ter atraído a atenção dos jornais e não mereceram registros sistemáticos por partes das autoridades. Como fazem falta instituições voltadas para a preservação da memória escolar!

A lamentar, a ausência de registro da memória dos colégios baianos (raríssimas exceções); o pequeno espaço dedicado aos desfiles escolares em jornais que preferem investir mais no registro dos desfiles militares; o pouco interesse das autoridades municipais e estaduais em fazer em seus sites registros sistemáticos e amplos dos desfiles das escolas (apenas apresentam flashes em uma propaganda política efêmera).

A aplaudir, o interesse de grupos interessados em alimentar sites, blogs e canais com imagens da história local, da escola e dos desfiles escolares, apesar de que, em alguns casos, a ausência do registro de datas e outras referências limitam o uso das fotografias como fontes.

As buscas no acervo do GPEC e em outras fontes deixaram a impressão de um certo apagamento das comemorações do Dois de Julho, e um favorecimento do Sete de Setembro, o que talvez tenha ocorrido em razão das férias correspondentes ao fim do primeiro semestre letivo serem fixadas de modo a contemplar o São João, uma festa tradicional entre os baianos, em décadas passadas.

Concluimos que o estudo das festas escolares, além de elucidar questões como as apontadas acima, também, de alguma forma, revela visões de mundo, valores, traços culturais e, sobretudo, tem potencial para nos esclarecer sobre como a escola produz e reproduz conhecimentos através de seus atores tanto no passado, como no presente, no tempo da *selfie*.

Referências

ALUNAS do Centro Educacional Deocleciano Barbosa de Castro, CEDBC de Jacobina, e professor de Educação Física. 7 de setembro de 1960. 1 Foto, PNG. In: **SILVA, Alcira Pereira Carvalho da.** *A educação em Jacobina-Bahia: memórias de uma educadora.* Salvador, 2005

O USO DE IMAGENS PARA DAR VISIBILIDADE ÀS COMEMORAÇÕES ESCOLARES DA INDEPENDÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DO GPEC

Elizabeth Santana - Ladjane Alves Sousa - Lilia de Jesus Nascimento - Tiane Melo dos Anjos – Verônica de Jesus Brandão – Cândida Pereira dos Santos Monteiro

ALUNOS do Ginásio da Bahia: Desfilando em Dois de Julho. 1931. 1Foto p&b.jpg Disponível em <http://www.ighb.servclt.com.br/phl83/dadosexternos/arqimg/FOT.1306.jpg>. Acesso em: 16 de novembro 2023.

AS FESTAS de 7 de setembro na Vila de Araci. Diário da Bahia, Salvador, 12 de setembro de 1915.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular. História e Imagem.** Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

CERIMÔNIA do juramento a bandeira em Maracás, pelas alunas de uma escola estadual. Setembro 1922. 1 foto.p&b.jpg. Disponível em: <http://www.ighb.servclt.com.br/phl83/dadosexternos/arqimg/FOT.1729.jpg>. Acesso em: 16 de novembro 2023.

CERIMÔNIA do juramento a bandeira em Maracás pelos alunos de uma escola estadual. Setembro 1922. 1 foto.p&b.jpg. Disponível em: <http://www.ighb.servclt.com.br/phl83/dadosexternos/arqimg/FOT.1730.jpg>. Acesso em: 16 de novembro 2023.

COELHO, Zacharias da Silva. **Relatório da Escola Borges dos Reis apresentado ao Diretor Geral do Departamento de Educação.** Cidade do Rio Branco, Bahia. 1936. 16 p.

DESFILE escolar em Feira de Santana, em 7 de setembro de 1939. 1Foto Png. Disponível em: "A... - Fotos de Feira de Santana- Bahia a Princesa do Sertão | Facebook. Acesso em: 12 de novembro 2023.

DESFILE de 7 de Setembro...Rua Direita...1940. **1 Foto Jpeg. Disponível em:** Blog Memórias de Feira de Santana. Acesso em: 9 de novembro de 2023.

DESFILE de 7 de Setembro de 1969 na Praça da República, hoje Tancredo Neves. Colégio Gerson Sales. Baliza: Ilze de Souza. 1969. **1Foto png.** Disponível em: Blog Fotos de Vitória da Conquista 1900s/1980s). Acesso em: 9 de novembro de 2023.

DESFILE de 7 de setembro, em Euclides da Cunha. 1982. Foto jpeg. Disponível em: Museu do Cumbe: Desfile 7 de setembro - 1982. Acesso em: 9 de novembro de 2023.

DESFILE do Colégio Nossa Senhora da Graça, de Morro do Chapéu em 7 de setembro. Década de 70: 1 Foto PNG. Acervo Cândida Monteiro.

DIRETORES, professores e alunos do Instituto de Educação Isaias Alves -ICEIA, em desfile. 1965. 1Foto.Jpeg. Arquivo Público do Estado da Bahia.

ESSUS, Ana Maria Mauad de Sousa Andrade. Através da imagem: possibilidades teórico-metodológica para a análise de fotografias como fonte histórica. In: **Seminário pedagógico da Imagem da pedagogia**, 7., 1995, Rio de Janeiro. Anais [...] Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Faculdade de Educação. Jun.1995.

GRUPO Escolar Rio Branco. **Diário da Bahia, Salvador, 6 de setembro de 1914.**

KOSSOY, Boris. A fotografia como fonte de pesquisa: (prefácio). In: CIAVATTA, Maria et al. **A fotografia como fonte de pesquisa: da história da educação à história de trabalho-educação.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.p. 15-17. Disponível em:

O USO DE IMAGENS PARA DAR VISIBILIDADE ÀS COMEMORAÇÕES ESCOLARES DA INDEPENDÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DO GPEC

Elizabete Santana - Ladjane Alves Sousa - Lilia de Jesus Nascimento - Tiane Melo dos Anjos – Verônica de Jesus Brandão – Cândida Pereira dos Santos Monteiro
<https://issuu.com/bdlf/docs/livro_ciavatta-pdf-min>. Acesso em: 12 de novembro de 2023.

MENDES, Henrique. **Colégio Estadual João Caribé participa de desfile**. 2017, Foto. Arquivo WEBP. Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/fotos-veja-imagens-do-7-de-setembro-em-salvador.ghtml>. Acesso em: 11 de novembro 2023

7 DE SETEMBRO- Festas comemorativas. Diário da Bahia, Salvador, 7 de setembro de 1915.

NATIVIDADE, Priscila. Nem sempre foi assim: o que mudou no trajeto do cortejo nesses 200 anos? **Jornal Correio**, Salvador, 02/07/2023. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/nem-sempre-foi-assim-o-que-mudou-no-trajeto-do-cortejo-nesses-200-anos-0723>. Acesso em: 16 de outubro de 2023.

SANTANA et al (orgs.). **A construção da escola primária na Bahia: o ensino primário no município de Salvador: 1896-1929**. Salvador: EDUFBA, 2013.

SANTANA et al. Exposição Bicentenário da Independência da Bahia. **Blog Modos de Fazer Educação**. Salvador, 16 de junho 2023. Disponível em <https://modosdefazer.org/exposicao-julho-2023/>. Acesso em 12 de novembro de 2023.

SIMAS, Adilson. Dival Pitombo relata progresso de Feira a partir da década de 40. **Jornal Grande Bahia**. Feira de Santana, 30 de agosto de 2020. Disponível em: <https://jornalgrandebahia.com.br/2020/08/feira-de-santana-em-historia-em-1941-dival-pitombo-ja-falava-do-progresso-da-cidade-por-adilson-simas/>. Acesso em 17 de novembro de 2023.

Informações dos autores

Elizabete Conceição Santana – Professora emérita da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Doutora em Educação pela Universidade de Barcelona (2007), Líder do GPEC e do PROMEBA.

Contribuição de autoria: autora

URL do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2986085738856452>

Ladjane Alves Sousa - Mestre em Educação e Contemporaneidade pelo PPGEduC – UNEB. Doutoranda do PPGE da UFBA e integrante do Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação Brasileira (HIMEB)

Contribuição de autoria: coautora

URL do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3878533833067321>

Lília de Jesus Nascimento - Mestre em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) – UNEB. É integrante do GPEC desde 2009

Contribuição de autoria: coautora

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361
Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 83 - 103

O USO DE IMAGENS PARA DAR VISIBILIDADE ÀS COMEMORAÇÕES ESCOLARES DA INDEPENDÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DO GPEC

Elizabete Santana - Ladjane Alves Sousa - Lília de Jesus Nascimento - Tiane Melo dos Anjos –
Verônica de Jesus Brandão – Cândida Pereira dos Santos Monteiro

URL do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0165435407093304>

Tiane Melo dos Anjos - Mestre em Educação e Contemporaneidade pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade UNEB (2018). Desde 2011 no Grupo de Pesquisa em Educação e Currículo – GPEC.

Contribuição de autoria: coautora

URL do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6386718538082892>

Verônica de Jesus Brandão - Mestre em Educação pela UNEB. Integra o Grupo de Pesquisa em Educação e Currículo – GPEC desde 2007.

Contribuição de autoria: coautora

URL do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9975361779777943>

Cândida Pereira dos Santos Monteiro - Mestre em Educação (2017) pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), atua no grupo de Pesquisa em Educação e Currículo (GPEC) desde 2011.

Contribuição de autoria: coautora

URL do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8700168463345669>

COMO CITAR ESTE ARTIGO

SANTANA, Elizabete; SOUSA, Ladjane Alves; NASCIMENTO, Lília e Jesus; ANJOS, Tiane Melo dos; BRANDÃO, Verônica de Jesus; MONTEIRO, Cândida Pereira dos Santos. O uso de imagens para dar visibilidade às comemorações escolares da independência: a experiência do GPEC. **Perspectivas e Diálogos:** Revista de História Social e Práticas de Ensino, Caetité, vol. 6, n. 12, 2023, p. 83 - 103. DOI:

ⁱ Frase de abertura da página Exposição Escolar no *Blog Modos de Fazer Educação na Bahia* na qual mensalmente são veiculadas exposições sobre temas educacionais vinculados à história da escola na Bahia, no passado e no presente. Link para acesso <https://modosdefazer.org/exposicao-escolar-3/>

DOI:

Artigo

**AS IMAGENS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: O 2
DE JULHO EM ICONOGRAFIAS HISTÓRICAS – DE PINTURAS
ÀS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS**

**THE IMAGES OF BRAZILIAN INDEPENDENCE IN BAHIA: THE
2ND OF JULY IN HISTORICAL ICONOGRAPHIES – FROM
PAINTINGS TO COMICS**

Savio Queiroz Lima¹ - 0000-0003-1167-5639

¹Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil - savio_roz@yahoo.com.br

Resumo:

O texto produz análise crítica das imagens produzidas para os registros de memórias da Independência do Brasil na Bahia. Além de revisão bibliográfica, o trabalho faz abordagem qualitativa das imagens produzidas, de pinturas, passando por estatuária, até por cinema e histórias em quadrinhos. Memórias e imaginários sociais estão em intensas disputas nas produções e reproduções das imagens que retratam os eventos mais significativos, ou assim escolhidos, da guerra e seus personagens mais célebres. Produções artísticas de diversos suportes traduzem muito mais expectativas de populares ou mesmo da elite política que a realidade crua do conflito separatista. Cenas da guerra, comemorações de seu desfecho, fazem parte das fontes primárias aqui eleitas para a análise crítica. Mas são as imagens de três mulheres, Maria Quitéria, Maria Felipa e Joana Angélica, que consagram a abordagem mais precisa. Tais representações visuais sobreviveram enquanto uma cultura visual própria e definiram as aparências e estéticas em produções cinematográficas e histórias em quadrinhos, em seus usos pedagógicos.

Palavras-Chave: Independência do Brasil na Bahia, Iconografia/iconologia, História das Mulheres, Representações, Histórias em Quadrinhos.

Abstract:

The text produces a critical analysis of the images produced for recording memories of Brazilian Independence in Bahia. In addition to a bibliographic review, the work takes a qualitative approach to the images produced, from paintings, through statuary, to cinema, and comic books. Memories and social imaginaries are in intense dispute in the productions and reproductions of images that portray the most significant events, or so chosen, of the war and its most famous characters. Artistic productions from different media reflect much more the expectations of the people or even the political elite than the

AS IMAGENS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: O 2 DE JULHO EM ICONOGRAFIAS HISTÓRICAS – DE PINTURAS ÀS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Savio Queiroz Lima

raw reality of the separatist conflict. Scenes from the war, commemorations of its outcome, are part of the primary sources chosen here for critical analysis. But it is the images of three women, Maria Quitéria, Maria Felipa, and Joana Angélica, that enshrine the most precise approach. Such visual representations survived as their own visual culture and defined the appearances and aesthetics in cinematographic productions and comic books, in their pedagogical uses.

Keywords: Brazilian Independence in Bahia, Iconography/iconology, Women's History, Representations, Comics.

Introdução

A chamada Guerra de Independência do Brasil na Bahia foi um singular evento que produziu definições políticas, conquistas militares e resquícios diversos de memórias. O evento evidencia que o jogo político nem sempre se faz na oratória, em malabarismos discursivos que possam comungar interesses aparentemente contraditórias dos grupos hegemônicos. Permite pensar nas potencialidades populares na reordenação dos símbolos históricos, onde a memória do passado sobrevive em narrativas desobedientes, transgredindo em discursos, imagens e representações os limites do oficioso. É possível ler essas questões nas imagens que foram produzidas alicerçadas nestas memórias resistentes.

A memória do conflito, entretanto, não foi um obvio produto seguinte, consensual, para a História do Brasil. Ela se fez no embate constante entre lembrança e esquecimento e ocupou espaços informais e formais de comemoração, atualizando-se conforme os interesses daqueles que assumem as demandas da memória. Guerra da primeira metade do século XIX, carrega em si uma carga de resistência social bastante regionalista, de uma identidade localizada na província, contra um esquecimento nacional. Registrada em documentos manuscritos, em representações artísticas, em narrativas ficcionais para os diversos suportes da contemporaneidade. A memória é a seiva que habita as intenções tanto dos registros visuais das pinturas institucionais e monumentos públicos, quando das produções de ficções em histórias em quadrinhos, curtas-metragens e documentários. O trato analítico e crítico dessas fontes reminiscentes nos permitem compreender as historicidades dessa memória e identidade.

Revisitar esses registros e conhecer novos, das clássicas pinturas bastante usadas em menções aos fatos históricos até suas recentes apropriações nas mídias contemporâneas, enriquece o debate. A memória transborda das minuciosas leituras possíveis de serem feitas de tais registros, com o método de análise iconográfica do

AS IMAGENS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: O 2 DE JULHO EM ICONOGRAFIAS HISTÓRICAS – DE PINTURAS ÀS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Savio Queiroz Lima

historiador da arte, o alemão Erwin Panofsky, numa estrada de análise que atravessa os territórios das representações da guerra, os levantamentos de seus ícones e heróis, nos retratos carregados de marcadores sociais interseccionais. Exercícios, inclusive, instrumentalizáveis para a aplicação no ensino de História, de potencialidade dialógica, de como as memórias se entrelaçam em interesses de grupos no embate político das imagens e suas hegemonias visuais e mentais. As imagens perdem seu parco e raso teor meramente ilustrativo para se situarem no lócus de fontes vívidas, latentes, ativas.

O debate aqui se faz enquanto voz convidativa, ressoando entre tintas, traços e películas, silenciosas ou auditivas. Corroboram aos estudos dos pares que investigam pontualmente a Guerra de Independência do Brasil na Bahia, de forma aliada, seguido aos vestígios que o conflito deixou ainda aquecidos pela sua presença ou requeitados pelos lugares temporais da rememoração. As imagens produzidas sobre a fatídica guerra ainda são atores bélicos de um conflito representativo e ideológico sobre a memória da contenda e dos lugares sociais dos indivíduos partícipes de ontem e de hoje.

Sangue Seco, Tinta Fresca

As imagens produzidas a que nos debruçaremos surgem do conflito duradouro de afirmação de independência na província da Bahia. A demorada guerra, entre 19 de fevereiro de 1822 a 2 de julho de 1823, subsequente ao jogo jurídico-político discursivo ocorrido no centro de poder imperial, se espalhou entre províncias diversas e teve na Bahia as singularidades aqui escolhidas a serem analisadas (TAVARES, 2001, p. 229-250). Seu desfecho conservador, com a manutenção das hierarquias de poder, descumpriu promessas e expectativas, além de herdar às gerações seguintes os problemas econômicos causados pelos gastos da guerra, a destruição das cidades e vilas participantes, entre outros processos de crise social. Porém, a existência de sua festiva comemoração já no ano seguinte ao fim do conflito, demonstra que havia um orgulho público e uma consciência de preservação de tal memória de violência e suas árduas conquistas.

Meios formais e oficiais fizeram as devidas celebrações, com registros e declarações sobre participações de personagens, muitos deles de camadas populares. As comemorações espontâneas ocorreram em 2 de julho de 1824, exato um ano transcorrido do encerramento do enfrentamento, com marcha do povo da região de Pirajá¹ até a Câmara Municipal de Salvador. Longe de um processo de resolução definitiva, ainda sucedido de problemas diversos causados pela ruptura violenta, foi, entretanto, uma disputa de

AS IMAGENS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: O 2 DE JULHO EM ICONOGRAFIAS HISTÓRICAS – DE PINTURAS ÀS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Savio Queiroz Lima

memórias, com a vigorosa sobrevida de reminiscências de lembranças dos anônimos aguerridos representados por ícones eleitos. Por exemplo, em 1849, com o convite e homenagem ao General Pierre Labatut, mercenário de destaque da batalha de Pirajá, para compor, célebre, o desfile (TAVARES, 2001, p. 247). Esquecido e debilitado pelo peso da idade, sua presença reforça a ideia de afinidade entre os populares e seu protagonismo nas recordações positivas do evento.

A memória encontra lugares para exercer sua sobrevivência, nem sempre na oficialidade do campo formal. É possível sentir, ao inquirir sobre as representações nascidas desta disputa, um imaginário popular encoberto por uma representação oficial higienizada, que foi ganhando, com o tempo, o seu lugar de História Pública. Memórias que, nas marés dos discursos, transitaram como exigências de negação do esquecimento nas poéticas de seus signos, ainda que ausentes ou imprecisos de uma comprobatória mais formalista, ganham a importância histórica de anseio social. Heróis que ocupam os frutos artísticos, culturais e ficcionais dos produtos da valsa entre História e Memória. Quer tenham valor de memória fragmentária, prejudicada pelo silêncio oficial, ou mesmo sejam frutos da imaginação criativa, suas marcas são latentes para os discursos posteriores sobre o processo de emancipação localizado.

No caso da guerra em si, existem memórias rebeldes que coadunam com registros históricos mais formais. Nos formais, o processo é higienizado pela hierarquia de cima para baixo, com o paternal líder presenteando a população com seu ato heroico. Para um olhar elitista, a obra *Proclamação da Independência*, pintada por François-René Moreaux, e exposta em 1844, hoje no acervo do Museu Imperial de Petrópolis, condiz com um momento de alegria emancipatória. Mas mesmo o povo, ali, é europeizado, de tez branca, um ou outro personagem da representação levemente mais escuro. Todos em volta da figura enobrecida do imperador Pedro I. Quarenta e quatro anos depois, o público brasileiro da região sudeste vislumbrou o painel de Pedro Américo, *Independência ou Morte*, que recebe, todo portentoso, o visitante atual no Museu Paulista da USP. Há, em ambos, uma expectativa unificadora, centralizada no personalismo, objetivando uma memória romântica, sem lutas.

A memória baiana, geograficamente localizada para além das fronteiras do novo centro de poder, se fez por outra temporalidade e em outro contexto. O processo de modernização, urbanização e higienização social no final do século XIX explica a decisão da elite soteropolitana de erguer na região do Campo Grande, em 2 de julho 1895, o

AS IMAGENS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: O 2 DE JULHO EM ICONOGRAFIAS HISTÓRICAS – DE PINTURAS ÀS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Savio Queiroz Lima

monumento cívico afastado da tradicional festividade popular mais carnavalesca, “que lhes ficara cada vez mais constrangedora” (REIS, 2002, p.54). Apesar de ter objetivo segregador, o monumento feito pelo artista italiano Carlo Nicoli, cônsul brasileiro na Itália, absorvendo os signos de apelo popular, como as figuras de caboclos e caboclas, o indígena Bartolomeu “Jacaré” e a indígena Catharina “Paraguassu” Guaibimpará, que foram inseridos aos desfiles no ano seguinte. Outros elementos alegóricos trazem signos sobre os lugares das batalhas, as datas valorativas da História do Brasil na Bahia e até mesmo personagens históricos reimaginados pela linguagem visual das esculturas à francesa.

A aparente timidez simbólica remete ao imaginário do movimento indigenista, ou indianismo, comum ao intelectualismo romântico brasileiro da segunda metade do século XIX. No monumento em questão, esse nativo brasileiro vem como fantasia europeizada, semelhante ao que vinha sendo feito na arte, como a escultura de índio do artista carioca Francisco Manuel Chaves Pinheiro, datada de 1872, trazendo um homem figurativo em posição de centurião romano, com escudo ovalado e lança com brasão da família real. No monumento ao 2 de julho, na Praça 2 de Julho, na região do Campo Grande, algumas mudanças significativas na figura do índio representado: A postura com mais movimento e a lança transpassando fatalmente um serpenteado dragão que simboliza a mesma família real, agora destituída de poder pelo golpe militar da República em 1889.

Os signos, as memórias e os festejos, separados por questões próprias de lugares das lembranças, foram se amalgamando. Nos anos 1930, tempos de instabilidades sociais e econômicas que orbitaram conturbada eleição e golpe militar, memória e identidade foram retomados como projeto (BITTENCOURT, 2021, p. 82). Ficou pronto o quadro encomendado pelo então prefeito de Salvador, Francisco de Sousa, feito pelo artista Presciliano Silva, óleo sobre tela de título *Entrada do Exército Libertador*, hoje presente no acervo do Memorial da Câmara Municipal de Salvador. Um dia ensolarado, como foi de fato (TAVARES, 2001, p. 246), o 2 de julho de 1823 é representado com uma marcha de cavaleiros liderando uma tropa através de um arco triunfal verdejante, para um festivo público. Destacam-se a figura de liderança do General Labatut e o icônico cabo-corneteiro Luis Lopes. No ano seguinte foi exibido outro óleo sobre tela, *O primeiro passo para a Independência da Bahia*, encomendado para exaltar a participação da cidade de Cachoeira na expulsão dos portugueses, feito pelo pintor niteroiense Antônio Parreiras. Com cena de comemoração e sofrimento dos que participaram do combate, inclusive o

AS IMAGENS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: O 2 DE JULHO EM ICONOGRAFIAS HISTÓRICAS – DE PINTURAS ÀS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Savio Queiroz Lima

negro conhecido como Soldado-Tambor Manoel da Silva Soledade, tela pertencente ao acerto do Palácio Rio Branco, em Salvador, com cópia idêntica na Câmara Municipal de Cachoeira.

As duas obras de arte já trazem elementos de diferenciação do que vinha sendo feito anteriormente sobre a memória do evento. Agora temos populares sendo representados em vívidas participações, inclusive de dois personagens que, desprendidos de confirmações documentais, flutuam na intersecção entre realidade e ficção: Corneteiro Lopes e Tambor Soledade. O primeiro existente nos escritos de Ladislau dos Santos Títara (TAVARES, 2001, p. 240), o segundo, por conta da violência de sua morte, assombrou a memória popular dos viventes de Cachoeira. Em ambos os casos, que se destacam nas duas pinturas supracitadas, são figuras modestas, parte da população humilde que aderiu ao movimento armado de independência e que despertaram comoção e tiveram sobrevida na memória popular. Outrora ausentes das honrarias oficiais, agora já personificam em tinta oleosa e de secagem lenta nas produções artísticas. Se por acaso a inquietante dúvida se abater sobre a factual existência desses personagens, mesmo a noção que se tratar de iconização da realidade, o fazem com primor por evidenciar para a História Pública a diversidade social que se fez real e latente no período, diante de latência de esquecimento, consciente ou não.

Mesmo os registros seguros de existência de dados personagens históricos ganham o sabor de memorial através de minutas e lembretes ornados de criatividade. Tomemos o caso de Maria Quitéria, mulher que participou militarmente, com uniforme e arma de fogo, do conflito, com o nome de “soldado Medeiros”. A memorialista e naturalista inglesa Maria Graham, em passagem pelo Brasil, registrou interpretações sobre o conflito armado e sobre seu encontro com a heroína da Guerra de Independência do Brasil na Bahia (TAVARES, 2001, p. 248). Em seu livro e *Journal of a Voyage to Brazil*, publicado em abril de 1824, Graham não apenas descreve a cena do encontro de 29 de agosto do ano anterior no processo de condecoração de Maria Quitéria, como, também, reproduz em imagem a figura feminina descrita como “uma amazona brasileira” em legenda. Registros pessoais, de solicitação de herança do pai, de moradia com a filha e de morte (REIS JÚNIOR, 1953, p. 63-70), evidenciam sua segura existência, mesmo diante de tão pitoresco cenário de deslocamento de gênero ao regime sexista do período.

Tal testemunho ocular, entretanto, solicita a imagem de Quitéria Maria de Jesus, nome em registros (REIS JÚNIOR, 1953, p. 17), através do sabor artístico. Um dos

AS IMAGENS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: O 2 DE JULHO EM ICONOGRAFIAS HISTÓRICAS – DE PINTURAS ÀS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Savio Queiroz Lima

primeiros deles foi o desenhista Henry Chamberlain, que registrou o que viu nas ruas cariocas em 1823, em aquarela pertencente ao acervo da Coleção Brasileira da Pinacoteca do Estado de São Paulo (GOMES, 2019b, p. 623-624). Fardada, Maria Quitéria aparece em gravura colaborativa do artista inglês Augustus Earle para o livro de Maria Graham, na mesma posição e com os mesmos trajes da imagem de Chamberlain. Earle tem uma aquarela de 1823 chamada *A female soldier of South America*, que retrata a mesma personagem, talvez um estudo, mas ficou mais famosa a imagem que produziu e foi gravada por Edward Finden no livro de Maria Graham, datada de 1824, com a figura de Maria Quitéria segurando uma arma (provavelmente uma espingarda), com sua saia sobre a calça branca, tradicionalmente usada em livros didáticos, livros acadêmicosⁱⁱ e em espaços culturais sociais de valorização histórica, como a cópia em óleo sobre tela (MARTINS, 2019, p. 93) existente no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), da pintura que veremos adiante. A figura de Maria Quitéria existente no livro de Graham é reproduzida por Domenico Failutti, em 1920, em encomenda de Afonso d'Escragolle Taunay para o Museu do Ipiranga e os festejos de 1922. Para ganhar contornos femininos, “revelar sua identidade de gênero” (GOMES, 2019a), ordem atribuída ao próprio General Labatut, recebeu “dois saiotes” (REIS JÚNIOR, 1953, p. 48), que se encontram representados nas obras artísticas supracitadas.

Além dos registros dos cronistas viajantes, quer a escrita de Graham ou as artes de Chamberlain e Earle, Maria Quitéria foi homenageada postumamente na estatuária. A iconografia de Maria Quitéria ganhou a tridimensionalidade das esculturas em casos pontuais. Primeiro a estátua de Maria Quitéria existente na Praça da Soledade, na região da Lapinha, em Salvador, feita pelo escultor José Pereira Barreto, inaugurada em 21 de agosto de 1953, em homenagem ao centenário de sua morte. A imagem de Earle, em concordância visual com Chamberlain, absorvida de forma fagocitada por Failutti, ganha movimentos imponentes, numa postura de liderança, com espada-sabre em punho, com sua âncora de feminilidade: o saiote. Mais sóbria, entretanto, é a representação de um busto da patronesse da Marinha em Aracaju, inaugurada em 2009, seguido a linguagem de bustos de personalidades militares. O busto remete à expectativa imagética da primeira aquarela de Earle, mas sem sua linguagem fenotípica, sem sua estética, optando pelo estoicismo visual militar.

Há outro caso, porém, onde a memória popular não ganhou a visibilidade esperada e na ausência de uma iconografia, estratégias foram tomadas. A região do recôncavo

AS IMAGENS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: O 2 DE JULHO EM ICONOGRAFIAS HISTÓRICAS – DE PINTURAS ÀS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Savio Queiroz Lima

baiano, com epicentro na Ilha de Itaparica, convive com uma memória resistente através da tradição oral, sem registros documentais, sobre a escrava Maria Felipa. Figura bastante curiosa, fora esquecida dos registros, e a narrativa que faz parte, durante o conflito de expulsão dos portugueses, mistura História com ficção. Durante a guerra na região da Ilha de Itaparica, Maria Felipa, junto a outras mulheres (em torno de 40) também marisqueiras, escravas e forras, usavam de artimanhas sensuais para seduzir, desnudar e espancar com a planta urticária de nome cansação os portugueses no ataque de 7 de janeiro de 1823. Em acréscimo, teriam ateadado fogo em embarcações, situação não documentada nem indiretamente nos registros da guerra. Tal narrativa, entretanto, está localizada na resistência encontrada pelos portugueses na ocupação da região (TAVARES, 2001, p. 241), que tinha um valor estratégico no diálogo e no abastecimento vindo das regiões produtoras para a capital. Sua biografia foi produzida em trabalho hercúleo pela professora e educadora Eny Kleyde Vasconcelos Farias, de título *Maria Felipa de Oliveira – Heroína da Independência da Bahia*, em 2010, assumindo as dificuldades das faltas dos registros do período e focando nos vestígios da oralidade.

Sua existência na memória do conflito é debitada às narrativas orais que foram sendo transmitidas e encontraram substâncias posteriormente. Há uma ficção de 1921 de Xavier Marques, que traz a guerra ficcionalizada, chamado a Maria Felippa (escrito desta maneira no manuscrito original) de “mulata gorda e colossal” (MARQUES, 1921, p. 32), “mulher alta” (*Ibidem*, p. 232), “mulheraça” (*Ibidem*, p. 271), “mulher agigantada” (*Ibidem*, p. 296). Marques diz que as fontes para as cenas envolvendo Maria Felipa veem dos tratados *Memória Histórica e Política da (Província) Bahia*, de Ignacio Accioli, e *Memória Histórica sobre as Victorias Alcançadas pelos Itaparicanos*, de Bernardino Ferreira Nóbrega, ambos do século XIX. Outro registro da memória oralizada é o trabalho que amalgama o trato memorialista com ficcionalidade, chamado *A Ilha de Itaparica: História e Tradição*, de autoria de Ubaldo Osório Pimentel, publicado em 1974 (revisado e ampliado em 1979, postumamente). Tinha tanto apreço pela ofuscada personagem que nomeou sua filha de Maria Filipa Osório Pimentel, esta, por vez, mãe do escritor João Ubaldo Ribeiro.

Para construir sua imagem, uma fotografia foi usada para se referir à heroína da Independência do Brasil na Bahia. Em diversas ocasiões, essa fotografia ficou dividida entre a identificação de Maria Felipa e Luiza Mahin, mas não teriam condições de ser nem de uma ou de outra personagem. Trata-se da fotografia registrada como *Mulher de*

AS IMAGENS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: O 2 DE JULHO EM ICONOGRAFIAS HISTÓRICAS – DE PINTURAS ÀS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Savio Queiroz Lima

Turbante, de autoria do fotógrafo Alberto Henschel, produzida em 1870, hoje pertencente ao acervo do Instituto Moreira Sales. Mas foram maneiras de dar identidade a uma mulher de olhar expressivo, sofrida e curiosa, que fez parte de uma ampla iconografia da escravidão no século XIX. Em 2020 foi lançado o álbum de figurinha *Eis a Bahia!*, organizado pelo professor Gilberto Mendonça e publicado pela editora Fábrica de Idéias, trazendo a imagem supracitada como referente à Maria Felipa (inclusive na capa do álbum de entretenimento e ensino).

A demanda de representatividade de Maria Felipa, diante das ausências, é pertinente às questões contemporâneas que envolvem gênero e raça. Deste modo, a perita técnica Filomena Maria Marques Modesto Orge, convidada pelas pesquisadoras Cecília Caldas e Eny Kleyde V. Farias, então vinculadas à Faculdade de Turismo Olga Mettig, produziu retrato falado da personagem. Em texto escrito para a revista *Prova Material*, número 4, com o título *Retrato Falado com Retoques Subjetivos de Personagens Históricas*, publicado em 2005, mencionou o processo de construção diferenciado da imagem. A autoria da imagem partiu de adjetivos e descrições físicas e de personalidade (ORGE, 2005, p. 16) vindas dos já citados autores, Xavier Marques e Ubaldo Osório Pimentel, criando um rosto para Maria Felipa. Diferente da imagem fotográfica anterior, esta busca não uma fidelidade, mas uma representatividade em “abordagem interpretativa” (*Ibidem*, p. 18) de legitimidade identitária. Maria Felipa vigora-se enquanto uma aberta possibilidade investigativa, mas já compreendida como uma resistência da memória das categorias minoritárias, como mulheres, negros, escravizados, que foram desprezadas pelos registros.

A que ficou mais marcada na memória do evento e que provavelmente teve sua participação bastante enaltecida é a abadessa Joana Angélica de Jesus. A personagem é presente em documentos e registros diversos, demonstrando como a sua morte serviu de estopim para o aumento da participação popular no conflito. No ataque aos fortes a partir de 19 de fevereiro de 1822, sob comando do General português Madeira de Melo, as tropas que fizeram assalto ao forte da Mouraria investiram contra o vizinho Convento da Lapa, de claustro feminino, em busca de opositores (TAVARES, 2001, p. 232). Joana Angélica foi mortalmente ferida com golpes de baioneta, segundo alguns relatos, ao impedir a entrada dos portugueses, tornando-se, posteriormente, mártir da Guerra de Independência do Brasil na Bahia. Por conta disso, junto com Maria Quitéria e Maria

AS IMAGENS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: O 2 DE JULHO EM ICONOGRAFIAS HISTÓRICAS – DE PINTURAS ÀS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Savio Queiroz Lima

Filipa, está registrada no *Livro de Heróis e Heroínas da Pátria* através de lei a Lei 13.697 de 2018ⁱⁱⁱ.

A sua morte causou tamanha comoção que estimulou a construção de sua imagem enquanto forte memória do período, desaguando em uma iconografia própria. Se não bastasse os registros anteriores, em 2001 a linguística e filóloga Antônia da Silva Santos, por solicitação da Madre superiora do Convento de Nossa Senhora da Conceição, produziu pesquisa em diversos acervos sobre documentos comprobatórios para abertura do processo para beatificação de Joana Angélica (SANTOS, 2011). Diferente das outras mulheres já citadas, Joana Angélica tinha o letramento e a documentação favorável à sua memória, o que em si já explica a quantidade de provas documentais, registros diversos, que corroboram com a sua existência. Além disso, esse lugar feminino singular, de transitar entre o social mais geral e o reduto do particular, sugerem uma vida de considerável sociabilidade.

Existência comprovada, ela não reproduz com fidelidade os elementos tão presentes no imaginário da Guerra. Não existem registros de sua célebre frase, e sua biografia apresenta mais normalidades para a época que nobrezas nacionalistas, como o pesquisador e historiador Urano Andrade presenteia com a transcrição de manuscrito sobre posse da escrava Florinda, como atesta carta de alforria^{iv}. Bastante reverenciado é o óleo sobre tela produzido no século XIX, sem registro exato de data e tampouco autoria, que traz numa imagem pouco realista, quase uma arte *naïf*, a imagem da sóror protegendo a entrada do convento com o corpo, em braços abertos, contra a horda de soldados armados. Descrito como *Martírio de Joana Angélica*, a obra vem citada apenas como “óleo de religiosa de Itu” (SECCHIN, 1997, p. 31), não permitindo saber se tratar de uma irmã que tenha sido testemunha do fato ou ter produzido a imagem por testemunhos alheios. A cena fatal é tema também de uma obra pintada por Antônio Firmino Monteiro entre 1885 e 1887, de nomes “*Abadessa Joana Angélica*”, “*Joana Angélica*” e/ou “*Joana Angélica ou a mártir da Independência*”, conforme as fontes noticiosas (GOMES, 2022, p. 111), e que fora destruída em incêndio no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, em 1968 (LEAL, 1996, p. 143).

A memória da morte de Joana Angélica exigia que não fosse esquecida como integrante da igreja e nem como mártir do conflito. Quando tratada em materiais diversos, outra imagem também é presente para representar a freira, produzida pelo já comentado artista Domenico Failutti às comemorações de 1922 (GOMES, 2019, p. 632), destaque

AS IMAGENS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: O 2 DE JULHO EM ICONOGRAFIAS HISTÓRICAS – DE PINTURAS ÀS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Savio Queiroz Lima

de busto e rosto, com o acréscimo de símbolos, como o Sagrado Coração de Jesus, reforçando sua condição institucional de representando da ordem de fé (GOMES, 2022, p. 266), com o título *Retrato de Soror Joanna Angélica*. A sua Irmandade, da Ordem da Imaculada Conceição, confeccionou o retrato para compor santinho que é distribuído aos visitantes do convento e outros espaços, principalmente do Memorial Joana Angélica, com exposição do desenho original. Face de imensa jovialidade, com tez quase em porcelana, Joana Angélica foi rejuvenescida quando comparada com a imagem produzida por Failutti, mas nenhuma das duas parece descrever a freira em seu auge, aos 60 anos de idade, quando morreu. Escolha estética, ela remete às imagens de jovens santas, mesclando as intenções religiosa e cívica.

A jovialidade é um valor qualitativo à imagem, principalmente feminina, no campo tanto da memória laica quanto religiosa. Contrariam a representação mais fidedigna, mas atendem “a marginalidade social de que quase todo velho ou velha é objeto” (MOTTA, 2018, p. 89). Rompem uma aceitabilidade sobre a morte, sobre a razão da fatalidade, e criam um laço não apenas de piedade com a juventude como lógica da realidade convencional paradigmática (MOSCOVICI, 2007, p. 73). Morta aos 60 anos, suas mais recentes imagens a retratam quase na casa dos 20 anos, representando, quiçá, a possibilidade de aparência de quando se filiou como franciscana no Convento da Lapa, ainda que nada registre sugestivamente esse intento. Apropriada pela religiosidade espírita kardecista, tornou-se uma das encarnações do espírito nomeado como Joanna d’Ângelis (ou Joanna de Ângelis), constituindo alicerce da ideologia espírita e sua própria mitologia no cenário brasileiro e baiano, usando igualmente sua imagem com as vestes de sóror e a face jovial.

A estrada de construção da representação da memória do 2 de julho foi longa e desfrutou das mídias e linguagens em cada período histórico. A longa duração permitiu que se pudessem experimentar modalidades de produção de técnicas e tecnologias próprias. Talvez a mais evidente e latente seja a produção em audiovisual. As narrativas que foram fermentadas pelos seus fragmentos reativados encontraram mais um caminho de acesso e consumo, mas de uma cultura visual de maior mobilidade. No campo da produção cinematográfica audiovisual, há uma predominância, por conta de sua natureza narrativa historiográfica, de documentários, além da ilusão sobre os valores de realismo e fidelidade histórica (NAPOLITANO, 2019, p. 237). O documentário ficcional de Walter Lima Jr, *Joana Angélica* (1979), foi exibido no Rio de Janeiro em 1981^v, e conta

AS IMAGENS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: O 2 DE JULHO EM ICONOGRAFIAS HISTÓRICAS – DE PINTURAS ÀS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Savio Queiroz Lima

com entrevistas com historiadores e estudiosos do evento, como os professores historiadores Cid Teixeira e José Calazans, ainda que a intenção da obra fosse dialogar com o lendário, o mítico, compreendido, por conta do próprio contexto de enfrentamento à Ditadura Militar, enquanto expressão da coletividade antissistema. Com pesquisa e roteiro do historiador Manoel Maurício de Albuquerque, sua proposta era tornar-se o piloto de uma série televisiva, o que não ocorreu.

Outra intenção muito semelhante, de ter um produto como comissão de frente para uma série de sequências narrativas foi o curta metragem *O Corneteiro Lopes* (2003). Dirigido por Lázaro Faria, a narrativa também faz uso das interpretações de Cid Teixeira^{vi}, confiante no discurso de Ladislau dos Santos Títara de que o toque inesperado garantiu a vitória das tropas revoltosas. A narrativa, ainda que intencionalmente fidedigna à historiografia do supracitado pesquisador^{vii}, permitia-se a criação, a inventividade, de personagens e dramas que não aparecem no evento Histórico, mas que tensionam a crítica contra a invisibilidade de tipos sociais subalternizados. O roteiro dividido entre Paulo Caldas, Manuela Dias e Cláudio Nigro^{viii} insere questões que envolvem as identidades participantes, como negros e indígenas, e o realismo conflituoso dos dispersos e diversos interesses, inclusive pessoais, inerente ao drama. Seus enxertos de livre criação sobre o suporte histórico legitimado pelo discurso de historiador em nada atrapalha seu uso pedagógico junto a fontes diversas^{ix}.

Para além da narrativa do evento, ficcionalizada nas produções já comentadas, convém pensar as expressões da festa do 2 de julho. Isso é o ponto principal do interesse narrativo do documentário de Tuna Espinheira chamado *Viva o 2 de Julho* (1997), que descreve quase que antropologicamente os elementos do festejo em seus aproximadamente 13 minutos de exibição. Os fatos históricos são acrescidos ao protagonismo da memória popular transformada em celebração pública, com narração de Othon Bastos. O trato sobre os simbolismos e as relações sociais dos envolvidos é latente na película baiana e remete a um maneirismo de Tuna Espinheira em suas produções, como em *Atrás do Trio Elétrico Só Não Vai Quem Já Morreu*, de 1972, *Bahia de Todos os Exús*, de 1978, e *A Mulher Marginalizada*, de 1989. A historicidade da festa pode ser absorvida em registros diversos, apresentando mudanças e rupturas, manutenções e atualizações, que fazem fluir o seu sentido de memória histórica, de representatividade dos tipos sociais existentes e no processo de construção do saber histórico.

AS IMAGENS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: O 2 DE JULHO EM ICONOGRAFIAS HISTÓRICAS – DE PINTURAS ÀS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Savio Queiroz Lima

Esse tipo de intenção pedagógica paradidática, pertinente aos novos tempos, encontra propostas narrativas sedutoras às séries iniciais quando assim eleita. Ainda no caso do audiovisual temos o documentário-ficção *Os Heróis do Brasil - Independência da Bahia*, com direção de André Sobral e Fabrício Mendieta, apresentado em municípios baianos em 2013 e exibido na TV Cultura em 2015. Direcionado para um público mais jovem, com roteiro simples e narrativa didática, compartilhando seus 26 minutos entre animações, entrevistas^x e atuações *live action*, o produto audiovisual expressa romantismos e alegorias aos imaginários públicos sobre a memória historiográfica. Repetem as imagens construídas ao longo dos anos sobre os principais atores do evento, mostrando a perpetuação das representações que tratamos em registros artísticos antecedentes. A transitoriedade de suporte narrativo reforça seu intento pedagógico para público escolar mais jovem, exigindo uma metodologia crítica que possa exercitar comparativos entre as representações e refletir suas existências.

Além da consagrada produção audiovisual permitir a adequação da memória e da narrativa sobre a Guerra de Independência do Brasil na Bahia, outro suporte midiático abraçou a ideia. A memória é ponto de disputa em produtos como histórias em quadrinhos, que por sua natureza narrativa textual-visual, dentro do imaginário social construído a longo prazo (LIMA, 2022, p. 341), são ofertadas para o público infanto-juvenil no processo de ensino-aprendizado. Tomemos o exemplo de *Maria Quitéria – A Injustiçada*, publicada em 2012, quadrinizando o conto homônimo do mesmo autor, Eduardo Kruscewsky, de 2008. A arte de Luiz Cleiton Mascarenhas Leite atende expectativas estéticas do apreço e consumo jovem, reflexo da produção de quadrinhos japoneses^{xi}, ainda que tenha pesquisa frágil que ocasiona anacronismos e imprecisões, como nas vestimentas e outros elementos de cena, mas que não chegam a causar disritmia com o texto narrado. Para diferenciar a narrativa, o próprio autor diz em nota que “não podemos e não devemos fantasiar” (KRUSCHEWSKY; LEITE, 2012, p. 1), carregando no discurso o valor superior que a veracidade tem. Além disso, na mesma nota é apontado que Maria Quitéria “não teve, por parte de seu povo e governo, o devido reconhecimento”, promovendo a narrativa enquanto produto valorizado por seu engajamento.

Sua projeção identitária de sertanidade, de nordestinidade, se faz enquanto coeficiente de valorização em confronto com a subalternidade. Ao discurso presente ao quadrinho, “o Nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada

AS IMAGENS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: O 2 DE JULHO EM ICONOGRAFIAS HISTÓRICAS – DE PINTURAS ÀS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Savio Queiroz Lima

área do país” (ALBUQUERQUE JR, 2009. p. 62). A escolha de Maria Quitéria sinaliza para esse interesse de identidade regional, principalmente à região que tem a cidade de Feira de Santana enquanto epicentro. Vemos, além de Maria Quitéria, outros personagens importantes, como Joana Angélica, representada em sua morte como em imagens já comentadas, Dom Pedro II, Comandante Silva Castro e o Brigadeiro Madeira de Melo, dentre outros. Como em outros produtos artísticos, esta história em quadrinhos pode ser usada didaticamente, com a criticidade pertinente. A biografia de Maria Quitéria é narrada entre dados históricos e opções fictícias, de sua vida na mocidade à sua morte^{xii}.

Para além do clamor social e da vontade autoral, outros dois projetos trazem a síntese narrativa à memória nas comemorações dos 190 anos da Independência do Brasil na Bahia, em 2013. O primeiro deles saiu em formato cartilha, produzido por parceria entre o Governo do Estado da Bahia e a Fundação Pedro Calmon: *Dois de Julho – A Bahia na Independência do Brasil*, de Maurício Pestana. O projeto sobre o festejo, que a então diretora da fundação, Fátima Froes, chamou de “nossa data maior” (PESTANA, 2013, p. 2), traz uma pesquisa um pouco mais elaborada, com bibliografia historiográfica do evento, e representações dos atores históricos descritos através da iconografia tradicional das pinturas que vimos e trabalhamos sua leitura. A narrativa do quadrinhista paulista apresenta a ordem dos fatos, com didatismo ancorado no mito das três raças^{xiii} e no protagonismo das mulheres célebres (PESTANA, 2013, p. 27). A peça é eficiente instrumento pedagógico, exigindo, igualmente, a abordagem crítica, a contextualização e o recorte históricos.

Também na esteira comemorativa da data arredondada, é publicada a obra *2 de Julho – 190 Anos de Independência do Brasil na Bahia*. Com roteiro de Chico Castro Jr. E arte de Gentil, foi projeto realizado pelo jornal *A Tarde* e apoiado pela Fundação Gregório de Mattos. Diferente do quadrinho da Fundação Pedro Calmon, optou pelo discurso indentitário dos indivíduos enquanto subalternos e não como articulação das três raças. A consultoria de um historiador^{xiv} foi crucial para que o trato imagético e mesmo o trato narrativo, com usos de documentos manuscritos e mapas, inclusive, fosse mais sintonizado com as pesquisas historiográficas. A tragédia de Joana Angélica a representa mais velha; Maria Felipa tem iconografia própria, sintonizada com as descrições literárias, atrelada à narrativa imprecisa dos navios incendiados; Maria Quitéria representada como uma Joana D’Arc moderna; e a troca de toque no aerofone do Corneteiro Lopes, dentre outros atores e eventos. A arte aquarelada, longe da tradição

AS IMAGENS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: O 2 DE JULHO EM ICONOGRAFIAS HISTÓRICAS – DE PINTURAS ÀS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Savio Queiroz Lima

cartunesca, amplia o horizonte de atuação da narrativa para além do apreço infantil, contemplando público mais próximo da linguagem do mercado.

Em todos os casos acima, de filmes, entre ficção e documentário, e até histórias em quadrinhos, as representações ancoram-se nas iconografias tradicionais. As cenas, os traços de fisionomia e vestuário, são quase como adaptações das obras artísticas pintadas nas décadas antecessoras. Demonstrem uma pesquisa iconográfica muitas vezes ansiosa, de carga ilustrativa, pretensiosas em uma fidelidade alegórica, escapando disso quando o processo de pesquisa torna-se mais criterioso e apoiado por orientação profissional. Entretanto, a ficção não tem responsabilidades que são atribuídas à abordagem crítica das fontes, fazendo com que sejam eficientes fontes vivas do processo de construção da memória imagética dos personagens históricos e seus correlatos eventos para as construções identitárias, mas que seu uso ao debate historiográfico e pedagógico lhe demanda método.

Nesta estrada imagética, inúmeros retalhos foram produzidos com materiais diversos, para garantir o conforto necessário para a sociedade. Memória e esquecimento geram uma dinâmica onde o factual e o ficcional dialogam em prol do considerável, carregado de plausibilidade a História de luta de grupos subalternizados, garantindo mais coerência e vivacidade à performance política. Vimos contextos diversos que foram somando não apenas seus interesses e demandas, mas, também as qualificações provenientes tanto do campo da produção de conhecimento, ensino e pesquisa, quanto no campo da arte e do entretenimento como sintomáticos auxiliares do saber público.

O ensino de História faz uso, já com certa tradição, de fontes imagéticas, mas que precisam reter atenções e críticas. O exercício de análise crítica da imagem é, também, parte do processo historiográfico, da possibilidade de construção do conhecimento para o ensino de História ir além das ritualizações pedagógicas (BITTENCOURT, 2021, p. 86). As imagens possuem historicidades próprias e o exercício iconográfico, individual ou em conjunto, fortalecem as dinâmicas e razões que sustentam a disciplina no meio escolar e acadêmico. A independência do Brasil na Bahia tem sua memória ancorada em uma miríade de imagens e representações que tratadas como fonte engrandecem sua importância nos estudos sobre lutas populares nacionais.

Conclusão

AS IMAGENS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: O 2 DE JULHO EM ICONOGRAFIAS HISTÓRICAS – DE PINTURAS ÀS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Savio Queiroz Lima

Temos uma memória do passado que atravessou as intenções ideológicas do século XIX, de uma historiografia engajada, do status quo à resistência. Menosprezada pelos militares durante o golpe de 1964, por priorizarem a memória da região sudeste do 7 de setembro, a independência da Bahia, ou Independência do Brasil na Bahia, tem uma carga muito mais cívica que militar, muito mais popular que elitista, o que enriquece seu trato pedagógico e a possibilidade de proximidade e consciência histórica. Tal passado ganha alicerces mais seguros quando tratados por teorias e metodologias que possam debruçar-se às imagens que foram produzidas.

As imagens são construídas após os eventos, como materializações de memórias escolhidas a serem perenizadas. Como em todos os outros casos, as imagens sobre o evento foram migrando de uma memória oralizada, transmitida e reafirmada pelos envolvidos no processo, para um conjunto oficializado de iconografias que corroborassem num momento com as ideologias de seus produtores e noutro sintonizassem com as demandas dos excluídos. Para escapar das ilusões dessas imagens hierarquizadas mais míticas que realistas, as pessoas historiadoras buscam a contrapelo os vestígios dos elementos desses passados factuais. Pratos diferentes de uma balança, se equilibram quando entendem que as imperfeições dessas representações, em si, são fontes interessantíssimas e que podem exercer a prática de ensino de História.

As imagens nos apresentam as disputas das memórias sobre o evento dramático, principalmente sobre seus atores históricos. Nos trazem resquícios identitários sobre aqueles que estavam presentes e atuantes no conflito, transitando entre o campo do apelo popular para a oficialidade. Os soldados brancos pobres, os nativos tupinambás e outras nações indígenas, os negros libertos e escravizados, as mulheres que ressoaram suas vozes e existências, tantos que viraram caboclos e caboclas, e outros tantos que se tornaram inicialmente ofuscados, resistiram em canais próprios de memorização, de lembrança de resistência, e que a atual historiografia garante seu acesso à produção do saber sobre o passado. Fatos históricos, sujeitos históricos e tempo histórico emanam das fontes selecionadas e iconograficamente analisadas para o deleite do ensino de História na práxis. Protagonismos que nos relatam suas vicissitudes interseccionais, como classe, raça e gênero.

Fica evidente, por exemplo, que os lugares sociais diferentes das três personagens femininas foram cruciais para definir os repertórios de suas representações. Temos um valor heroico militar apropriado pelas forças armadas para valorizar a figura singular de

AS IMAGENS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: O 2 DE JULHO EM ICONOGRAFIAS HISTÓRICAS – DE PINTURAS ÀS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Savio Queiroz Lima

Maria Quitéria, assim como o campo do poder religioso zelou em dignificar sóror Joana Angélica como representando da igreja no processo de independência do Brasil na Bahia e conseqüentemente construção do Brasil. Cabendo aos movimentos sociais contemporâneos, dessa forma, por conta do desprezo das elites aos grupos subalternos, honrar a imagem de Maria Felipa como representando de grupo interseccional tão significativo, de mulheres negras, escravas ou forras, ao processo de ruptura social e política. É possível ampliar essa crítica historiográfica para outros elementos existentes nas representações artísticas e ficcionais.

A memória floresce nas imaginativas representações visuais e audiovisuais para suprir demandas de método e novas estratégias de aprendizagem. Contemplando as dimensões do saber histórico pelas possibilidades que as mídias nos trazem dos contextos históricos de seus próprios campos sociais de atuação. Temos a modalidade de Aulas de Campo, onde a dinâmica é produzida *in loco* para a melhor interação com o espaço físico e a produção visual da memória, e/ou apresentações das representações artísticas devidamente listadas e eleitas à leitura historiográfica. E as duas modalidades não são mutuamente excludentes, pelo contrário, podem ser aplicadas concomitantemente. A leitura iconográfica aqui exercida oferta-se como instrumento de apoio para o ensino de História, enquanto exercício historiográfico de trato sobre as fontes iconográficas e produção intelectual dialógico à pesquisa sobre a independência do Brasil na Bahia.

Referências

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. 4ª edição. FJN, Ed. Massangana, Recife; Cortez, São Paulo, 2009.

BITTENCOURT, Circe. As “Tradições Nacionais” e o Ritual das Festas Cívicas. *In*: PINSKY, Jaime (org). **O Ensino de História e a Criação do Fato**. 14ª edição. Editora Contexto, São Paulo, 2021.

CASTRO JR.; GENTIL. **2 de Julho – 190 Anos da Independência do Brasil na Bahia** (História em Quadrinhos). Fundação Gregório de Matos, Jornal A Tarde, Salvador, 2013.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social**. Editora Vozes, Petrópolis, 1981.

GOMES, Nathan. A la Guerra Americanas: Questões de Gênero e Etnicidade nos Retratos de Maria Quitéria de Jesus. *In*: **RITA - Revue interdisciplinaire de travaux sur les Amériques**, n. 12, 2019a. Disponível em: <http://www.revue-rita.com/notes-de-recherche-12/a-la-guerra-americanas-questoes-de-genero-e-etnicidade-nos-retratos-de-maria-quiteria-de-jesus-nathan-gomes.html>. Acessado em 13 de outubro de 2022.

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 104 - 123

AS IMAGENS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: O 2 DE JULHO EM ICONOGRAFIAS HISTÓRICAS – DE PINTURAS ÀS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Savio Queiroz Lima

GOMES, Nathan. A Brazilian Amazon: Olhares Britânicos sobre Maria Quitéria de Jesus. *In*: CREMASCO, Renata Lima. **As mulheres (In)visíveis na Arte Renascentista - Encontro de História da Arte - XIV EHA - Unicamp**, Campinas, SP, número 14, p. 361–368, 2019b. DOI: 10.20396/eha.vi14.3476. Disponível em:

<https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/eha/article/view/3476>. Acesso em: 13 de outubro de 2022.

GOMES, Nathan. “Joana Angélica ou a Mártir da Independência”: História de uma Pintura Perdida de Firmino Monteiro. *In*: **MODOS: Revista de História da Arte**, Campinas, SP, v. 6, n. 3, p. 245–272, set. 2022. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/mod/article/view/8668832>. Acesso em: 13 de outubro de 2022.

GOMES, Nathan Yuri. Teatro da Memória, **Teatro da Guerra: Maria Quitéria de Jesus na Formação do Imaginário Nacional (1823-1979)**. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) - Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2022. Disponível em: doi:10.11606/D.31.2022.tde-20072022-150024. Acesso em: 13 de outubro de 2022.

KRAAY, Hendrik. “Frio como a pedra de que se há de compor”: caboclos e monumentos na comemoração da Independência da Bahia, 1870-1900. *In*: **Tempo**, volume 1, número 14, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002, pp.51-81. Disponível em: Redalyc, <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018094004>. Acessado em 11 de outubro de 2022.

KRUSCHEWSKY, Eduardo; LEITE, Luiz Cleiton Mascarenhas. **Maria Quitéria – A Injustiçada** (História em Quadrinhos - Mangá). Academia Feirense de Letras, Feira de Santana, 2012.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. **A Arte de ter um Ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872 1972)**. 212 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35500>. Acessado em 11 de outubro de 2022.

LIMA, Savio Queiroz. **Histórias em Quadrinhos e Juventude**. *In*: PRIORE, Mary Del (org). *História dos Jovens no Brasil*. Editora Unesp, São Paulo, 2022.

MARQUES, Xavier. **O Sargento Pedro (Obra Premiada pela Academia Brasileira)**. 2ª Edição. Livraria Catalina – Romualdo dos Santos Editor, (Rua da Princeza – Atual Rua Portugal) Salvador, 1921.

MARTINS, Wilson Thomé Sardinha (et al.). **Síntese Histórica: 125 Anos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – 1894-2019**. Editora Allucci e Associados Comunicações, Salvador, 2019.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOTTA, Alda Britto da. Idade e Solidão: A Velhice das Mulheres. *In*: **Revista Feminismos**, volume 6, número 2, mai-ago 2018.pp. 88-96. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30390>. Acessado em 11 de outubro de 2022.

NAPOLITANO, Marcos. A História Depois do Papel. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. Editora Contexto, São Paulo, 2019.

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361
Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 104 - 123

AS IMAGENS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: O 2 DE JULHO EM ICONOGRAFIAS HISTÓRICAS – DE PINTURAS ÀS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Sávio Queiroz Lima

ORGE, Filomena Maria Marques Modesto. **Retrato Falado com Retoques Subjetivos de Personagens Históricos**. In: *Prova Material – Revista Científica do Departamento de Polícia Técnica da Secretaria da Segurança Pública da Bahia*, ano 2, número 4, Salvador, abril de 2005.

PESTANA, Maurício. **Dois de Julho – A Bahia na Independência do Brasil** (História em Quadrinhos). Fundação Pedro Calmon, Pestana Arte & Publicações, São Paulo, 2013.

SANTOS, Antônia da Silva. Joana Angélica saindo dos Papéis à Beatificação. In: *Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia*. **Cadernos do CNLF**, Vol. XV, Nº 5, t. 2. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011, pp. 1943-1949. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_2/161.pdf. Acessado em 11 de outubro de 2022.

SECCHIN, Antonio Carlos (et al.). **Antônio de Castro Alves - Nosso Rebelde Apaixonado Faz 150 anos**. Gráfica Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1997.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 10ª Edição. Edufba, Unesp, São Paulo, 2001.

Informações dos autores

Sávio Queiroz Lima. Doutorando pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Substituto da Universidade Federal da Bahia

Contribuição de autoria: autor

URL do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2259154509625498>

COMO CITAR ESTE ARTIGO

LIMA, Sávio Queiroz. As imagens da Independência do Brasil na Bahia: o 2 de Julho em iconografias históricas – de pinturas às histórias em quadrinhos. **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino**, Caetité, vol. 6, n. 12, 2023, p. 104 - 123. DOI:

ⁱ Batalha de grande valor para o teatro de guerra, foi representada, também em Pintura pelo artista Carybé, no painel *A batalha de Pirajá*, datada em 1978, e que foi à leilão em 2002, por 320 mil reais. Um quadro menor, do artista, parece trazer o estudo para a produção do painel.

ⁱⁱ Como pode se ver na capa da décima edição do livro *História da Bahia*, do já citado Luís Henrique Dias Tavares, que a repete como retrato ovalado na página 247.

ⁱⁱⁱ Conforme pode ser visto em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13697.htm.

^{iv} A carta original em imagem e a transcrição produzida por Urano Andrade se encontram em seu site, localizada como página de número 23 do Livro de Notas 210, da seção judiciária do acervo do Arquivo *Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino*

AS IMAGENS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA: O 2 DE JULHO EM ICONOGRAFIAS HISTÓRICAS – DE PINTURAS ÀS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Savio Queiroz Lima

Público do Estado da Bahia (APEB). Disponível em: <https://uranohistoria.blogspot.com/2020/12/joana-angelica-de-jesus-heroina-da.html>.

^v De acordo com o banco de dados de filmografia da Cinemateca Brasileira, sobre seu pré-lançamento, que define seu gênero como Documentário e Drama, disponível em: <http://bases.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=P&nextAction=search&exprSearch=ID=024608&format=detailed.pft>.

^{vi} Que o próprio autor menciona na introdução do DVD e que pode ser acessada no seu canal de YouTube em: <https://youtu.be/uSsT4-olBzw>. Em todo material especial para o DVD o discurso de “verdadeira história” é repetido, demonstrando concepção de pureza e verdade na produção discursiva histórica sobre o passado a ser absorvida na ficção fílmica.

^{vii} A narrativa pode ser ouvida pela própria voz de Cid Teixeira em material especial para o DVD e que se encontra, igualmente, no acervo do canal de YouTube do diretor, disponível em: <https://youtu.be/QiBlj3DD0-w>.

^{viii} Como registrado no verbete do banco de dados do site da Cinemateca Brasileira, com os dados técnicos e de produção do curta metragem O Corneteiro Lopes, disponível em: <http://bases.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=P&nextAction=search&exprSearch=ID=035045&format=detailed.pft>.

^{ix} O filme completo pode ser assistido em: <https://youtu.be/wCfityodes>.

^x Como as historiadoras Mary Del Priore e Consuelo Pondé, com falas sobre os eventos e seus personagens mais significativos.

^{xi} Categoricamente chamados de mangá.

^{xii} A narrativa em quadrinhos, por questão de contexto histórico de sua publicação em 2012 e de pesquisa produzida para o conto de 2008, informa, ao final, ser desconhecida a localização da sepultura de Maria Quitéria. Entretanto, em 2015 o restaurador José Dirson Argolo, trabalhando em reformas na Paróquia do Santíssimo Sacramento e Santana, em Nazaré, bairro da cidade de Salvador, encontrou registros documentais do enterramento da personagem. Como foi noticiado no jornal Correio da Bahia em 3 de outubro de 2015: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/igreja-onde-maria-quiteria-foi-enterrada-passa-por-restauracao-reforma/>.

^{xiii} Que o antropólogo Roberto da Matta, em texto sobre as relações entre antropologia e imaginário social popular, tratou. Onde a fábula sobre a confecção da identidade brasileira é alicerçada em três raças, e a “distância significativa entre a presença empírica dos elementos e seu uso como recurso ideológico” (DA MATTA, 1981, p. 62).

^{xiv} O professor historiador Pablo Iglesias Magalhães assina o texto introdutório da narrativa em quadrinhos, considerando-a importante para “alcançar os corações e a imaginação de uma nova geração de baianos” (CASTRO JR.; GENTIL, 2013, p. 5).

BICENTENÁRIO NA BAHIA: MEMÓRIAS IPITANGUENSES

BICENTENNIAL IN BAHIA: MEMORIES OF IPITANGUENSES

Gildasio Freitas¹ – 0009-0007-6905-1710

Carlos Eduardo Carvalho de Santana² – 0000-0002-7458-3419

Miliane de Lemos Vieira³ – 0000-0002-6347-820X

¹Academia de Letras e Artes de Lauro de Freitas, Lauro de Freitas, Brasil -
gildasiovfreitas@gmail.com

²Secretaria Municipal de Educação de Salvador, Salvador, Brasil -
caducasa@hotmail.com

³Secretaria Municipal de Educação de Lauro de Freitas, Lauro de Freitas, Brasil -
tarhira@gmail.com

Resumo:

O Presente artigo trata da participação de Santo Amaro do Ipitanga, município atualmente denominado Lauro de Freitas, da independência do Brasil na Bahia. Demonstra fatos pouco conhecidos e organiza tais conhecimentos históricos, visibilizando conteúdos pouco conhecidos e não acessibilizados. Traz a importância da difusão de conhecimento, sobretudo os fatos históricos invisibilizados enquanto Memória territorial favorecendo o fortalecimento da identidade pessoal e coletiva e apropriação de saberes sobre si e sua comunidade, ampliando repertórios, e possibilitando uma apropriação de memória de alto nível proposta por Candau (2008), ultrapassando o senso comum e ressignificando a própria história.

Palavras-Chaves: 2 de Julho, Santo Amaro do Ipitanga, Memória, Historiografia.

Abstract:

This article deals with the participation of Santo Amaro do Ipitanga, a municipality currently called Lauro de Freitas, in the independence of Brazil in Bahia. It demonstrates little-known facts and organizes such historical knowledge, making little-known and inaccessible content visible. It highlights the importance of disseminating knowledge, especially historical facts made invisible as territorial memory, favoring the strengthening of personal and collective identity and the appropriation of knowledge about oneself and one's community, expanding repertoires, and enabling a high-level appropriation of

memory proposed by Candau (2008), going beyond common sense and giving a new meaning to history itself.

Keywords: 2nd of July, Santo Amaro do Ipitanga, Memory, Historiography.

Introdução

O artigo trata da participação de Lauro de Freitas e sua memória na independência do Brasil na Bahia, narradas pelo historiador Gildásio Freitas. A apresentação sobre o tema, aconteceu no Canal *Portal do Bicentenário da Independência* onde foi transmitida e organizada pelo Grupo de Pesquisa sobre Memória da Educação na Bahia – PROMEBA, no dia 31 de maio de 2023 e o historiador foi convidado a partir da parceria estabelecida entre o PROMEBA e a ACADEMIA de Letras e Artes de Lauro de Freitas da qual o orador é sócio fundador.

Importante destacar que a Academia de Letras e Artes de Lauro de Freitas tem em seu teor e finalidade de preservar a memória e cultura locais, por entender que a importância desta enquanto o mais alto legado de uma civilização, embora a origem da Academia de Letras remonte uma tradição que foi iniciada na França com a fundação da Academia Francesa no século XVII, sendo uma instituição de cunho literário e linguístico, reunindo uma quantidade limitada de membros efetivos, perpetuando legados, dos acadêmicos, fazendo história, deixando memória com feitos considerados imortais em suas produções.

Em 2010, em Lauro de Freitas, um grupo de escritores, artistas e ativistas culturais ampliou este conceito incorporando o aspecto artístico-cultural a sua finalidade, hoje como remanescentes fundadores temos Janeide Borges, Marivaldo Paixão, Gildásio Freitas e Coriolano Oliveira, que em 2023 estará completando 13 anos de Posse.

Por entender a importância da história e produções em torno dela, caracterizando a identidade local, a ALALF incorpora memória, patrimônio e artes em sua finalidade e, desta forma, entende que se associar ao PROMEBA, grupo de pesquisa sobre Memória da Educação da UNEB possibilita um aprofundamento sobre esta temática no cunho acadêmico, reconhecendo e protegendo a nossa identidade local, difundindo conhecimentos e estabelecendo pontes com toda a história territorial baiana.

Memórias Ipitanguenses

BICENTENÁRIO NA BAHIA: MEMÓRIAS IPITANGUENSES

Gildásio Freitas – Carlos Eduardo Carvalho de Santana – Miliane de Lemos Vieira

A difusão de marcos históricos é de suma importância como forma de proteger e visibilizar a memória, trazendo informações fundamentais para o legado e identidade territorial do povo baiano, legitimando as histórias locais a apropriação de nossa cultura com o lugar histórico de ocupação e legado.

A importância da memória para a formação de identidade é defendida nos estudos de Candau (2008), quando este estabelece que só é possível estruturar a identidade a partir da memória, posto que é por meio desta que a autoconsciência é formada possibilitando que o sujeito organize uma sequência temporal de acontecimentos a partir de sentidos que são presentificados e estruturados enquanto conhecimento. Desta forma, a responsabilidade de difundir o conhecimento científico sobre a nossa história local tem um papel fundante na conscientização de cada sujeito sobre a identidade individual e coletiva, a partir da historicidade territorial.

Para a Bahia e, conseqüentemente o povo baiano, 2 de Julho é uma data de imenso orgulho, mas que em sua representação popular transporta a todos e todas para as localidades além das Campinas, Cabrito, Pirajá, Estrada das Boiadas, Convento da Lapa e outros territórios Soteropolitanos, mas também para os Municípios de Cachoeira, Santo Amaro da Purificação e Itaparica.

Sobre dimensões da memória popular e apropriação de saber pelo povo cabe referenciar os estudos sobre *Memória e Identidade* trazidos por Candau (2008) quando, entre os tipos de memória exemplificadas pelo autor, ele aponta para aquela que é compartilhada por repetição e hábito, chamando-a de protomemória, posto que não há uma imersão maior nos saberes que instrumentalizam a sua propagação, tornando-se uma forma de disseminação de conteúdo presente no senso comum.

Importante esclarecer que, apesar do conteúdo emergente de reconhecimento popular estabelecer os citados espaços do nosso estado como referência histórica da independência da Bahia, todas as vilas e demais localidades do Recôncavo e da Bahia de todos os Santos, estiveram envolvidas direta ou indiretamente nas lutas que culminaram com a vitória final que ocorreu no dia dois de Julho de 1823, quando se deu a Independência do Brasil em nosso Estado.

Dentre os Municípios que não são visibilizados neste processo está Lauro de Freitas, região do Recôncavo Norte posto que não está presentificada nas narrativas nem em livros didáticos mais tradicionais a sua inserção como participe da independência na Bahia cujo processo foi consolidado em Dois de julho de 2023.

BICENTENÁRIO NA BAHIA: MEMÓRIAS IPITANGUENSES

Gildásio Freitas – Carlos Eduardo Carvalho de Santana – Miliane de Lemos Vieira

Criada no final do século XVI (como consta na lista de freguesias do Recôncavo Baiano -1602) a freguesia de Santo Amaro do Ipitanga, atualmente com o nome de Lauro de Freitas, foi reconhecida historiograficamente em 15 de janeiro de 1608, o dia e mês correspondentes aos festejos em honra a Santo Amaro, santo considerado padroeiro da cidade. Importante mencionar que Ipitanga é o nome ancestral do território já que este nome foi supostamente dado pelos povos originários indígenas já que eles precisavam ter referências que os situassem na região, como essa região tinha um rio com águas vermelhas o batizaram de Ipitanga, que significa águas vermelhas.

Segundo o historiador Gildásio Freitas (FREITAS, 2022) em seu artigo *Lauro de Freitas e o 2 de Julho* publicado em julho de 2022 na edição de nº04 do jornal *O Caranguejo* salienta fatos históricos que evidencia a participação dos nossos antepassados ipitanguenses e dos arredores, nos heroicos episódios do 2 de julho, pois registros antigos como o mapa da Zona de Guerra reproduzido na Publicação da Prefeitura Municipal de Salvador, contido no livro *Os monumentos e a Independência*, publicação lançada por ocasião dos festejos do sesquicentenário, da independência da Bahia, em 1973 demonstra que o atual município de Lauro de Freitas, na época denominado Santo Amaro do Ipitanga, serviu de abrigo para combatentes e foi montado um grande hospital para acomodá-los no então Engenho Caji, mais tarde transformado na Fazenda Caji, atual Bairro do Caji.

A antiga Freguesia de Santo Amaro do Ipitanga contava com 13 Engenhos de Cana-de-açúcar, mas foi no Engenho Caji que o general Pedro Labatut e seu exército teve assegurado o refúgio concedido pelo proprietário do engenho, o coronel João Ladislau de Figueiredo e Mello. Em local seguro e apropriado para o reestabelecimento da tropa, os soldados ganharam mais força para o enfrentamento da tropa portuguesa comandada pelo Brigadeiro Madeira de Melo. Vale salientar que, neste período, o atual bairro de Valéria, localizado em Salvador, bem como Itapuã, que compunha parte da jurisdição militar Casa da Torre de Garcia D'Ávila, faziam parte da freguesia em destaque neste artigo. Há registros documentais fotográficos, na prefeitura municipal de Lauro de Freitas nos quais, o segundo prefeito da cidade, Amarílio Tiago dos Santos aparece durante a comemoração do 2 de Julho, na localidade que hoje constitui o bairro de Valéria.

A participação dos moradores locais foi ativa no processo da independência, se envolvendo diretamente na batalha com a tropa da Brigada de Esquerda, enquanto os soldados eram aclamados pelo restante das pessoas por onde passavam, posto que havia o sentimento comum de luta pela liberdade do país.

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino

ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 124 - 132

BICENTENÁRIO NA BAHIA: MEMÓRIAS IPITANGUENSES

Gildásio Freitas – Carlos Eduardo Carvalho de Santana – Miliane de Lemos Vieira

Um fato histórico envolvendo a região que merece ser mencionado já após o marco da independência é quanto ao “Batalhão dos Periquitos” em que uma das componentes que fazia parte era Maria Quitéria. Participantes da tropa estavam descontentes com a situação que perdurou mesmo após a independência, frustrando suas expectativas de uma melhor condição de vida, dentre outros aspectos, o que acometeu uma insubordinação e perseguição pelo governo que ocasionou que se destinassem ao refúgio em Abrantes, em vista disso, ao passarem por Santo Amaro do Ipitanga pernoitaram na região, passagem esta que causou um grande alvoroço na então freguesia.

É importante lembrar da relevância do incentivo às pesquisas históricas, que trazem à tona dados inéditos ou poucos conhecidos, sobre a história e memória das comunidades.

Desta forma, achados paralelos como o livro *Tempo Antigo* de autoria do historiador e folclorista João da Silva Campos, trouxe um capítulo inteiro sobre a visita que fez a Santo Amaro do Ipitanga que quando visitou o município, presumivelmente em 1938, ficou estarecido com a decadência local por conta do excesso de mato, igreja descuidada, desordenamento e abandono em uma localidade cuja história guarda grandes passagens tanto na luta contra os holandeses (no século XVII), no movimento conhecido como a Sabinada (no século XIX) e na participação na luta contra os Portugueses em 1823 que culminou com a consolidação da independência do Brasil na Bahia no dia 2 de Julho deste mesmo ano. O autor veio a óbito dois anos após sua visita à localidade em 4 de junho de 1940, por isso não teve a oportunidade de acompanhar as mudanças que se sucederam, quando o Brasil entrou na segunda guerra mundial e, por isso, houve a necessidade da construção de uma base aérea para treinar homens para defender o país também na aeronáutica, assim em Ipitanga foi construído o Aeroporto em 05 de novembro de 1942, o que acabou gerando um crescimento local, já que tinham muitos trabalhadores que foram constituindo família na região ocasionando maior visibilidade e movimentação comercial, acometendo uma organização e desenvolvimento econômico. Com o crescimento populacional as demandas por serviços e organização social foram aumentadas ocasionando esta luta pela emancipação política da região o que veio ocorrer duas décadas depois, no dia 31 de julho de 1962.

Outro marco importante foi encontrado no jornal *A Tarde*, em um artigo de opinião intitulado *Sobre um autor e um livro antigo*, (SENA,1999) escrito em que ela homenageia José Alvares do Amaral, jornalista e escritor nascido no Engenho Cajá em Santo Amaro do Ipitanga no longínquo ano de 1822. O homenageado se tornou presidente da Comissão Patriótica do 2 de Julho e na sua gestão ordenou a construção do pavilhão cívico do

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361
Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 124 - 132

BICENTENÁRIO NA BAHIA: MEMÓRIAS IPITANGUENSES

Gildásio Freitas – Carlos Eduardo Carvalho de Santana – Miliane de Lemos Vieira

caboclo e cabocla, tal monumento fica na região da Lapinha e tornou-se um símbolo de vitória e representatividade da independência do Brasil na Bahia.

Este achado culminou com a escrita de um artigo sob o título, *Um Ilustre Filho da Terra*, publicado na revista da ALARME – Academia De Letras e Artes da Região Metropolitana, Freitas (2003).

Poucos sabem talvez, que existe o outro lado do Recôncavo, dentre estes se destacam nesta luta atual pela visibilização da rota da independência na Bahia, as localidades listadas a seguir que são formadas por Santo Amaro do Ipitanga (Lauro de Freitas), Aldeia do Espírito Santo (Abrantes, no município de Camaçari), Feira de Santo Antonio de Capuame (Dias D'ávila) e Freguesia de São Pedro de Açú da Torre (Mata de São João), que tiveram também anteriormente expressiva participação nas lutas contra os holandeses, que no próximo ano completam 400 anos.

Lauro de Freitas tem apenas 61 anos de emancipada politicamente, mas a velha Freguesia de Santo Amaro do Ipitanga que deu origem ao município, foi fundada em 1608 tendo, portanto, 415 anos. Há muitos documentos históricos referentes à essa antiga freguesia, espalhados pelos arquivos, bibliotecas e sêbos de Portugal, Espanha e Holanda.

O Recôncavo Norte citado foi uma região do estado da Bahia destacada nos estudos do eminente geógrafo Milton Santos (1998) que serviu de inspiração para um estudo aprofundado do historiador camaçariense Diego Copque (Copque, 2022) o que resultou na recente publicação do seu livro: *A presença do Recôncavo Norte da Bahia na consolidação da independência do Brasil*.

O empenho desse historiador culminou, em 2022, na criação de um consórcio que reuniu historiadores e ativistas culturais de cidades do Recôncavo Norte envolvidas na rota da Independência do Brasil na Bahia. Em Lauro de Freitas tivemos como representantes os acadêmicos da Academia de Letras e Artes de Lauro de Freitas, Coriolano de Oliveira Filho e Márcio Wesley, dessa maneira este trajeto que havia sido invisibilizado na história, foi inserido enquanto marco significativo, já que sua importância e legitimação foi reconhecida pela Fundação Gregório de Matos (FGM) e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), em 2023. Assim, em 2023, com o apoio da Prefeitura de Lauro de Freitas, o fogo simbólico enquanto alusão a participação da cidade nas lutas pela independência do Brasil na Bahia, incluiu Lauro de Freitas no roteiro do desfile da emancipação, depois de quase seis décadas e pela primeira vez

incluiu o Município de Camaçari, trazendo essa visibilidade também para esta região, com o apoio da prefeitura local.

Considerações Finais

Reconstituir a história de um povo, trazendo aspectos antes não apropriados possibilita um redimensionamento identitário das pessoas pertencentes a este território se posicionando de uma nova forma, promovendo uma diferenciação de ver-se diante de sua comunidade e sua posição frente a ela. A apropriação do saber sobre si, e seu grupo, como trazido a partir do dois de julho e da importância de uma localidade não narrada e de seu papel sobre um evento que foi divisor de águas na vida do povo baiano amplia a visão de uma protomemória (CANDAU, 2008) para o que o autor conceitua como memória de alto nível, posto que passa pelo reconhecimento, incorporando no sistema vivências, crenças, sentimentos, sensações e saberes que perpassam pelo caráter intrapessoal e interpessoal daqueles que dela se apropriam.

Outro caráter fundamental ao trazer a tona tais elementos é quanto a difusão do conhecimento em múltiplos espaços de Propagação, posto que atua na formação de identidade de nosso povo, bem como desconstrução de estereótipos a partir de aumento de informações e repertórios. Trazer os destaques ,a partir de referências humanas, de heroínas e heróis anônimos que tiveram papéis importantes no período e nos territórios da Bahia, tirando-os da invisibilidade, também são pontos importantes para promover o fortalecimento de milhares de pessoas que se vem neste lugar de invisibilidade como nossas minorias (apenas na nomenclatura e não na quantidade de pessoas que dela fazem parte) perceberem que também podem e devem travar as suas lutas e conquistas diárias pessoais e coletivas, trazendo, especialmente aos nossos jovens, formações mais assentadas em possibilidades de vir a ser, de ocupar seus espaços de resistência e insurgência.

Referências

BAHIA, Fundação Cultural do Estado da. **O Rio Vermelho e suas Tradições – Memórias da História da Bahia**. EGBA – Empresa Gráfica da Bahia. 1984.

_____. **Rio Vermelho**. EGBA- Empresa Gráfica da Bahia. 1988.

_____. **A formação do recôncavo urbano**. - Revista da Bahia número 28 janeiro, 1999 -paginas 20 a 30. Egba - Empresa Gráfica da Bahia.

BICENTENÁRIO NA BAHIA: MEMÓRIAS IPITANGUENSES

Gildásio Freitas – Carlos Eduardo Carvalho de Santana – Miliane de Lemos Vieira

CAMPOS, João da Silva. **TEMPO ANTIGO** – Crônicas d’antanho, marcos do passado, histórias do Recôncavo. Publicações do Museu da Bahia, nº 2. Secretaria de Educação e Saúde, 1942;

CANDAU, Joel. **Memoria e Identidad**. Buenos Aires: Ediciones Del Sol, 2008

COPQUE, Diego. **A Presença do Recôncavo Norte da Bahia na Consolidação da Independência do Brasil**. Bahia: Kalango, 2022.

FREITAS, Gildasio. **Lauro de Freitas e o 2 de julho** – Cordel. Libre. 2022.

NÓBREGA, Bernardino Ferreira. **Coleção Tempo Antigo: Memórias da História Bahiana**. Vol 3. Fundação Pedro Calmon. Livro.com. 2013.

SALVADOR, Prefeitura Municipal. **Os Movimentos e a Independência**. Departamento de Cultura da SMEC-Secretaria Municipal de Educação e Cultura. 1973.

SANTOS, Milton. **A rede urbana do Recôncavo**. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

SENA, Consuelo Ponde de. **Sobre um autor e um livro antigo**. **Jornal A Tarde**, caderno 1, página 2 – coluna opinião, 20 de fevereiro de 1999.

Informações dos autores

Gildasio Freitas - Graduação em História, Doutor Honoris Causa pela UNEP - Universidade Paulista e a Université des L'Hommes de Paris, Doutor Honoris Causa pel Universidade Interativa de São Paulo e Universidade Livre de Filosofia e Artes de Paris. Membro da Academia de Letras e Artes de Lauro de Freitas.

Contribuição de autoria: autoria

URL do Lattes:

Carlos Eduardo Carvalho de Santana - Pós Doutor (Universidade Federal de Sergipe), Doutor em Educação e Contemporaneidade – UNEB. Professor da Faculdade Integrada de Ipitanga- FACIIP e membro do Grupo de Pesquisa - PROMEBBA

Contribuição de autoria: coautoria

URL do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6479582391099989>

Miliane de Lemos Vieira - Mestre em Educação Faced/UFBA, professora da Secretaria Municipal de Educação de Lauro de Freitas, membro da Academia de Letras e Artes de Lauro de Freitas e do Grupo de Pesquisa PROMEBBA

Contribuição de autoria: coautoria

URL do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6684672960794336>

COMO CITAR ESTE ARTIGO

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361
Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 124 - 132

BICENTENÁRIO NA BAHIA: MEMÓRIAS IPITANGUENSES

Gildásio Freitas – Carlos Eduardo Carvalho de Santana – Miliane de Lemos Vieira

FREITAS, Gildásio; SANTANA, Carlos Eduardo Carvalho de; VIEIRA, Miliane de Lemos. Bicentenário na Bahia: memórias ipitanguenses. **Perspectivas e Diálogos**: Revista de História Social e Práticas de Ensino, Caetité, vol. 6, n. 12, 2023, p. 124 - 132. DOI:

BLACK EARTH RISING: RUANDA E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

BLACK EARTH RISING: RWANDA AND THE HISTORY OF THE PRESENT TIME

Ivaldo Marciano de França Lima¹ - 0000-0001-6592-6056

¹Universidade do Estado da Bahia (DEDC II), Alagoinhas, Brasil -
ivaldomarciano@gmail.com

Resumo:

Ruanda esteve em grande parte do século XX imersa numa complexa e sangrenta guerra civil. O ápice deste processo, possível de ser compreendido sob o aporte da longa duração, foi o ano de 1994, momento em que por aproximados cem dias (entre os meses de abril a julho) foram assassinadas entre oitocentas e um milhão de pessoas. O final desta guerra civil ocorreu com a entrada das tropas da Frente Patriótica Ruandesa (FPR) na capital, Kigali. Logo após derrotar o exército e as milícias ligadas ao antigo governo de Juvénal Habyarimana, a FPR instaurou um novo regime que persiste até os dias atuais. Este artigo tem como objetivo discutir o contexto ruandês posterior a 1994, tendo como ponto de partida a série *Black Earth Rising*, produzida pelo canal de Streaming Netflix. Os episódios desta série apresentam os crimes praticados pela FPR, seja sob os ataques perpetrados contra os campos de refugiados ruandeses, situados na República Democrática do Congo (RDC), seja na eliminação física ou prisão dos opositores ao atual governante, Paul Kagamé. Para este artigo, foi feita uma revisão bibliográfica específica e análise da série à luz da bibliografia sobre o tema. A produção audiovisual, e os mais diversos produtos do fazer humano, servem como fonte para perceber pistas, indícios, de como os seres humanos agiram, pensaram e se colocaram perante o tempo em que viveram, tal como sugere a série em apreço.

Palavras chave: Ruanda; Frente Patriótica Ruandesa; *Black Earth Rising*

Abstract:

For much of the 20th century, Rwanda was immersed in a complex and bloody civil war. The culmination of this process, which can be understood through the lens of the long term, was 1994, when between 800 and 1 million people were murdered over the course of approximately 100 days (between April and July). The end of this civil war came with the entry of the Rwandan Patriotic Front (FPR) troops into the capital, Kigali. After defeating the army and the militias linked to the former government of Juvénal Habyarimana, the FPR established a new regime that persists to this day. This article aims to discuss the Rwandan context after 1994, taking as its starting point the series *Black Earth Rising*, produced by the Netflix streaming channel. The episodes of this series present the crimes committed by the FPR, whether in the form of attacks on Rwandan refugee camps in the Democratic Republic of Congo (DRC) or the physical elimination or imprisonment of opponents of the current ruler, Paul Kagamé. For this article, a specific bibliographical review was carried out and the series was analysed in the light of

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 133 - 150

Recebido: 10 de Outubro de 2023

Aprovado: 15 de Dezembro de 2023

Publicado: 31 de Dezembro de 2023

the literature on the subject. Audiovisual production, and the most diverse products of human endeavour, serve as a source for perceiving clues, indications, of how human beings acted, thought and placed themselves before the times in which they lived, as the series in question suggests.

Keywords: Rwanda; Rwandan Patriotic Front; Black Earth Rising

Introdução

As séries e os filmes, assim como os desenhos animados e as histórias em quadrinhos, constituíram (e ainda constituem!) parte de um debate acerca de seu valor e validade como fonte para a compreensão da história dos povos e sociedades diversas. Seriam válidas como fonte para o historiador, como forma de compreender o passado? Questões acerca da objetividade destas fontes, de sua veracidade e legitimidade foram por muito tempo imersos em intrincadas discussões sobre o que é ou não válido para o entendimento dos homens e mulheres em sociedade.

A este aspecto deve se acrescentar também os diálogos com a Literatura, que ora é compreendida como fonte, algo menor e auxiliar da História, ora como uma forma de entender e narrar os fenômenos, o que lhe coloca em lugar diferente de mera coadjuvante para o entendimento dos contextos e circunstâncias. Todos estes pontos, alusivos ao que se pode definir como fonte, objeto ou história propriamente dita, numa perspectiva de alargamento, foram discutidas em trabalhos como os de Burke (1997) e Reis (2004; 2008), defendendo em seus pontos de vista que há uma primazia para a renovação da pesquisa a partir da Escola dos Annales. No entanto, estas questões também foram discutidas por Obenga (2010) e Ki-Zerbo (2009; 2010) que também indicaram sobre como em África os discípulos de Clio se mostraram ávidos por renovação, alargamento da ideia de fonte e objeto da História, além da serventia desta para a sociedade em geral.

Estes problemas de compreensão das fontes, dos modos como enxergamos os eventos e fenômenos constituem um objeto primordial para o historiador pensar as questões postas na hodiernidade. Como compreender o passado, e quais meios dispomos para acessá-lo? As músicas, e os mais diversos produtos do fazer humano, servem como fonte para perceber pistas, indícios de como agiram, pensaram e se colocaram perante o tempo em que vivem (viveram)? Estas questões são aqui compreendidas como parte dos problemas que tentarei desvendar, tomando uma série disposta em um canal de streaming

BLACK EARTH RISING: RUANDA E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

Ivaldo Marciano de França Lima

como fonte para entender parte do processo histórico e tempo presente em um pequeno país situado no continente africano, Ruanda.

Ao leitor e à leitora, a quem dedico as melhores saudações, advirto sobre alguns aspectos: por mais que existam mecanismos ideológicos no Brasil que aprisionem e/ou encapsulem nossos olhares sobre os países, povos, homens e mulheres de África em dimensões estranhas a eles e elas, distantes do que efetivamente são, irei buscar neste artigo a compreensão dos eventos a partir das suas lógicas e minudências (LIMA, 2019a; 2019b). Portanto, irei analisar Ruanda e seu contexto político, e com ele farei algumas pequenas incursões ao país vizinho, no caso, a República Democrática do Congo. E aqui reitero ao leitor e a leitora: paciência e suavidade ao ler estas linhas, pois estarei infringindo regras constituídas por tramas estabelecidas pelo senso comum, de que temos liames naturais com o continente africano, e de que sua história tem proximidade com a nossa. Estes não são paradigmas trilhados nestas linhas.

Mas, e o que é uma série? E o que vem a ser Ruanda? Não é tudo África?

Diferente de uma narrativa filmica, as séries constituem um determinado conjunto de filmes que possuem um vínculo entre si, sendo dispostos em modo sucessivo, com um enredo em perspectiva cronológica, com continuação ou não. Diferente dos filmes, que podem vir a se tornar uma série, esta tem como principal substância a continuidade de um tema ou história. As séries da contemporaneidade podem ser vistas como novidade, mas existem já há alguns anos, e em certa medida também estão presentes nas televisões brasileiras em diversas modalidades. Uma série ou seriado, diferente nas formas que foi produzida, tem como característica a sua quantidade de episódios e a relação que estabelece com o público telespectador. Seus enredos, via de regra, são baseados nos episódios anteriores, criando vínculos afetivos e emocionais com as pessoas que a acompanham em seus episódios. As novelas brasileiras, em certo sentido, podem ser definidas como espécie de séries. Há, portanto, uma cultura das séries, e o diferencial da contemporaneidade em relação aos tempos pretéritos diz respeito, principalmente, aos locais e modos como as pessoas acessam e assistem os episódios (SILVA, 2014). Atualmente não há mais a exclusividade de se assistir as séries através da televisão. Os

BLACK EARTH RISING: RUANDA E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

Ivaldo Marciano de França Lima

canais de streaming não apenas transmitem as séries, mas também produzem algumas destas, a exemplo da que irei discutir mais à frente, no caso *Black Earth Rising*.

Esta série, produzida pela Netflix em conjunto com a BBC, tem diversos países como cenário, sendo ora a Inglaterra, ora a Holanda, França, RDC e Ruanda. Nela temos uma garota ruandesa que acreditava ser tutsi, vivendo na Inglaterra e que acreditava ser uma sobrevivente de um episódio que foi divulgado pelas mídias como sendo um genocídio, ocorrido em Ruanda, entre os meses de abril a julho de 1994. Nesta série também temos uma mulher inglesa, convicta de estar cumprindo o importante papel de levar à justiça para os povos destituídos da capacidade de julgarem seus criminosos. Vários enredos com textos subliminares, indicando os problemas da geopolítica dos países situados na região dos lagos do continente africano, especialmente Ruanda e a República Democrática do Congo (RDC): eis uma das muitas opções de apresentar a série lançada em 2018 pela Netflix, intitulada *Black Earth Rising*.

Diferente do que costuma pensar no senso comum brasileiro, o continente africano está longe de ser definido como um lugar uno, homogêneo. Também não é habitado por um só povo dotado de uma única cultura e língua. Saliento que existem setores organizados da sociedade brasileira, inseridos em diferentes movimentos sociais, que difundem ideias e crenças alusivas a tais pontos, corroborando com a construção e retroalimentação de que África se define pela cor da pele de seus habitantes, e de que estes, longe de constituírem uma diversidade nos aspectos do fazer, das práticas e costumes, são apenas e tão somente negros (LIMA 2018; 2022; 2023a; 2023b). Ruanda está situada na região dos Grandes Lagos da África centro oriental, possui aproximados treze milhões de habitantes e tem sua capital em Kigali, a maior cidade do país com um milhão e duzentas mil pessoas. O país não tem costa marítima e faz fronteira com Uganda, Tanzânia, República Democrática do Congo e Burundi. Tem como línguas oficiais o inglês, francês e swahili, além do kinyarwanda, que é falada pela imensa maioria da população.

Apresentando a série

Dividida em oito episódios, cada um com duração média de uma hora, a trama apresenta personagens com papéis bem definidos e o protagonismo sendo exercido por duas mulheres, no caso, Michaela Coel (no papel de Kate Ashby) e Harriet Walter (no

BLACK EARTH RISING: RUANDA E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

Ivaldo Marciano de França Lima

papel de Eve Ashby). São elas duas as principais personagens desta série, apesar de uma delas ser morta ainda no segundo episódio. Contudo, haverá muitas referências a ela, Eve Ashby, o que me faz afirmar que mesmo morta é ainda parte central do enredo da série. Kate Ashby foi resgatada ainda criança por Eve Ashby, que optou por adotá-la e criá-la na sociedade inglesa. Eve Ashby tem formação em Direito e é especialista em Direitos Humanos, além de ser envolvida com o TPI, O Tribunal Penal Internacional, com sede em Haia, Holanda. Kate Ashby também tem formação em Direito, e trabalha no mesmo escritório que sua mãe.

Além de Kate Ashby e Eve Ashby, a série apresenta outros personagens que integram a trama, a exemplo de John Goodman, no papel de Michael Ennis (o advogado que é amigo de Eve), Lucian Msamati, no papel de David Rnihura (que cumpre a função de articulador do governo ruandês, e que em certa medida nos lembra a função exercida por Paul Kagamé, que neste caso está deslocado da condição de presidente de Ruanda), Abena Avivor (que protagoniza o papel de presidente, na personagem nomeada por Bibi Mundanzi), Noma Dumezweni (que exerce o papel de Alice Munezero, a general da FPR que será presa por conta de complexa trama de fatos, narrados no terceiro e quarto episódios), e Tamara Tunie, que contracena como Eunice Clayton, uma funcionária do governo estadunidense.

O autor da série e seu roteirista é Hugo Blick, também foi o responsável pela direção, e o produtor é Abi Bach. A série é resultado de um concerto envolvendo a Drama Republic, BBC e Netflix. A trama está disposta em oito episódios, conforme referido, e tem como questão central os contextos advindos do genocídio de 1994, no caso, os crimes cometidos pelo atual governo ruandês, outrora Frente Patriótica Ruandesa (FPR), que constituiu a principal força responsável pelo fim dos massacres impostos aos tutsis e hutus moderados no episódio já citado.

A série, breve descrição dos episódios

Em resumo, a série permeia os eventos posteriores ao genocídio. Kate Ashby, agora uma mulher adulta, começa a investigar os fatos diretamente relacionados ao assassinato de sua mãe adotiva, que ocorreu em pleno espaço físico do TPI. Desta forma se vê em meio a uma intrincada trama perpassada por crimes de guerra e eventos de diferentes naturezas. Há contextos de espionagem e de tramas envolvendo-a, indicando

BLACK EARTH RISING: RUANDA E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

Ivaldo Marciano de França Lima

mensagens sutis para o espectador, que talvez não compreenda a contento os “recados” que são enviados nos diferentes episódios da série.

O primeiro episódio da série, “Outras Notícias”, mostra a jovem Kate Ashby às voltas com os problemas de sanidade mental, e em meio aos conflitos com sua mãe adotiva, Eve Ashby. Ainda neste episódio, o General Simon Nyamona é obrigado a se entregar à justiça internacional, uma vez que o governo ruandês já não mais está comprando os minérios que são adquiridos pelas milícias deste outrora militar e herói de guerra da FPR. Nyamona é aqui a indicação de uma das muitas mensagens subliminares que a série transmite, no caso, a ligação do atual governo ruandês com o grupo guerrilheiro M23. Este grupo atua na província de Kivu e é um dos principais pontos de atrito entre os governos de Ruanda e da República Democrática do Congo (RDC). Este atrito, por sinal, foi decorrente de questões diversas e diretamente relacionadas com a derrubada do então presidente Mobutu Sese Seko, que saiu da presidência em 1997. Os eventos ocorridos após a queda de Mobutu do poder, tem como ápice a Grande Guerra Africana, que será melhor discutida mais à frente (SILVA, 2012).

A decisão do General Nyamona, de se entregar à justiça, é construída na série como sendo o resultado das pressões conjuntas entre Comunidade Econômica Europeia, através do Tribunal Penal Internacional (TPI), e a ONU, de maneira que o governo ruandês retira o apoio ao seu antigo general e aliado. Kate Ashby, ainda no primeiro episódio, não concorda que sua mãe, Eve Ashby, aceite o cargo de promotora de acusação contra o general, uma vez que reconhece neste a condição de um herói que pôs fim ao genocídio e ao quadro de violência em Ruanda. Kate acredita ser uma tutsi, questão que irá surpreender o telespectador ao longo dos demais episódios, e que será discutido logo mais.

O segundo episódio, intitulado “Olhando o Passado”, tem como cenário o julgamento do general no TPI, em Haia, e traz consigo os assassinatos da promotora, Eve Ashby, e de Simon Nyamona, no âmbito das instalações do tribunal. Michael Ennis e Kate passam a investigar os assassinatos de ambos, e a série agora tem a França como cenário principal. O terceiro episódio, intitulado “Fantasmas”, tem como ponto central as investigações de Kate em torno do suposto assassinato do Padre Patenaude, que teria sido abatido pela então General da FPR, Alice Munezero, agora prisioneira do Governo Francês. Ao que parece, novamente a série nos sugere outra mensagem subliminar,

BLACK EARTH RISING: RUANDA E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

Ivaldo Marciano de França Lima

indicando os muitos partidários de Paul Kagamé que saíram da condição de aliados para ocuparem o lugar de opositores.

O quarto episódio, intitulado “Uma Tigela de Cereal”, tem como questão central os jogos de conspiração em torno da prisão de Alice Munezero e das investigações de Michael contra um dos arquitetos do genocídio, o então integrante do governo ruandês deposto pela FPR, Patrice Ganimana. É neste episódio que Alice revela parte do passado de Kate Ashby, que cada vez mais se vê envolvida em aspectos do seu passado e da trama que tenta desvendar. Novamente temos os intrincados episódios da política ruandesa, imersos em uma combinação de tramas, conspirações e mortes. O quinto episódio, “Os Olhos do Diabo”, mostra o passado em comum de Alice e Mundanzi. Kate Ashby é avisada sobre Ganimana, mas assume o caso, mesmo com as objeções feitas por Michael.

O sexto episódio, “A natureza verdadeira do jogo”, mostra Kate viajando para Ruanda na companhia de Florence, a pedido de Eunice, uma vez que estão de posse do arquivo de Ganimana. O sétimo episódio, “A Coisa tá feia”, deixa o telespectador apreensivo, uma vez que é neste momento em que Eunice vai prestar depoimento contra Ganimana e Alice Munezero retorna à Ruanda. É também neste episódio que Michael conta a verdade sobre Kate Ashby: ao contrário do que pensava, ela não é uma tutsi, mas hutu. E foi em um campo de refugiados na República Democrática do Congo em que ela havia sido resgatada. O oitavo e último episódio, “A Terra que perdoa”, é marcado pela viagem de Kate Ashby ao Congo Democrático, em busca das covas coletivas daquele que no passado constituiu o campo de refugiados em que ela foi resgatada. É aqui que o telespectador recebe mais uma forte mensagem subliminar, no caso, os assassinatos em massa perpetrados pela outrora Frente Patriótica Ruandesa em solo congolês, e que agora detém o poder do governo ruandês. Novamente a série sugere mensagens subliminares, desta vez indicando que após o fim do genocídio, ocorrido em 1994, as tropas da Frente Patriótica Ruandesa foram em direção ao Congo, com o intuito de perseguir e eliminar os integrantes das milícias hutus que orquestraram o massacre. Neste contexto, as mortes de ambos os lados revelam que tanto FPR, como milícias hutus constituem parte de um mesmo projeto que se reconhece na metáfora conceitual da identidade política, cunhada por Mamdani (2002).

O contexto de 1994: a continuidade da guerra civil iniciada em 1990

BLACK EARTH RISING: RUANDA E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

Ivaldo Marciano de França Lima

Para entender o contexto da série em análise é preciso retroagir a 1990, quando se inicia a guerra civil ruandesa. Ademais, faz-se necessário compreender as duas guerras do Congo, que serão tratadas na próxima seção. Mediante a situação de “empate” e impasse entre as tropas leais ao presidente Juvénal Habyarimana e as forças da Frente Patriótica Ruandesa, as pressões exercidas para a formação de um governo de unidade nacional trouxeram pânico para muitos setores do governo. Conforme Fonseca (2018), acrescenta-se a isto o fato de ter havido uma memória alusiva ao período colonial, de que os tutsis foram agentes de malefícios perpetrados aos hutus, identificando a FPR como sendo um exército daqueles que viriam retomar o poder e novamente impor o sofrimento para a maioria hutu. Este contexto, além da crise vivida no interior do governo de Habyarimana, impôs o caos e o temor aos homens e mulheres comuns, sem envolvimento direto nos conflitos, uma vez que estes tinham rádios, televisões e revistas sugerindo que a FPR representava o retorno dos tutsis ao poder. E desta forma, uma reprodução das situações de malefício vividas no período anterior à revolução hutu, ocorrida em 1959 (FONSECA, 2016).

Em meio aos processos de negociação, ocorridos em Arusha (Tanzânia), o episódio de 06 de abril de 1994 é tido como o início dos assassinatos que irão ocorrer ao longo de cem dias. No avião, atingido por um míssil quando estava pousando no Aeroporto Internacional de Kigali, encontrava-se também o então presidente do Burundi, Cyprien Ntaryamira, que foi assassinado junto com Juvénal Habyarimana. Este último era o presidente de Ruanda desde o mês de julho de 1973, quando perpetrou um golpe contra o seu antecessor, Grégoire Kayibanda, assumindo a presidência até a fatídica data citada.

A complexidade dos eventos e contextos que envolvem a morte de Juvénal Habyarimana, e o início dos massacres que viriam a constituir a triste marca do genocídio ruandês, ao mesmo tempo em que trazem consigo diversos problemas alusivos à compreensão do momento histórico, também são recheados de fenômenos de complexa tradução. Importa saber que o governo ruandês de Juvénal Habyarimana se encontrava em crise, vivendo um contexto de guerra civil movida pelas tropas da Frente Patriótica Ruandesa desde outubro de 1990. Esta guerra é mais um capítulo da longa e complexa história de conflitos, massacres e assassinatos que permeia a história deste minúsculo país da região dos lagos. Ruanda vivia nova guerra civil, e as tropas da Frente Patriótica Ruandesa facilmente teriam entrado em Kigali se não fosse a intervenção francesa,

BLACK EARTH RISING: RUANDA E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

Ivaldo Marciano de França Lima

conforme afirma Kapuscinsky (2011). O governo francês, segundo Sitbon (2000), não apenas apoiou o regime de Juvénal Habyarimana, como também emprestou vultosas somas de dinheiro para que armas fossem compradas. E muitas destas, os machetes (espécie de faca/facão com dois gomos, utilizada pelos militares ruandeses), seriam usadas da pior forma possível contra homens e mulheres tutsis, além de hutus moderados que não aceitavam o extermínio como saída, conforme convocação feita pelas mídias, especialmente a Rádio Mille Coline (FONSECA, 2013). O grau de violência, descrito nos trabalhos de Hatzfeld (2005) e Gourevitch (2006), mostra como anos de ódio, ressentimento e medo constituíram resultado para lá de dantesco em termos de mortes.

Ainda sobre o episódio da guerra iniciada em 1990, devido à intervenção francesa, os rebeldes da FPR não avançaram em direção à Kigali, mas as tropas governamentais, leais ao presidente Juvénal Habyarimana, não conseguiram reverter as posições dos adversários. Criou-se, então, um contexto de paradoxo e as tropas foram obrigadas a negociar não apenas um cessar fogo, mas também um acordo com vistas à formação de um novo governo em que os rebeldes fossem integrados. Ora, em uma sociedade marcada por ressentimentos de toda ordem, o receio de que antigos inimigos ocupassem o poder era suficiente para causar pânico e medo.

Seja pelos discursos dos hutus (que se colocavam como vítimas dos tutsis, outrora aliados dos antigos colonizadores belgas), seja pelos tutsis (que desde o contexto da independência, ocorrida em 1962, foram vítimas de massacres e atrocidades diversas), a sociedade ruandesa vivia contextos de ódio e medo, regados ao que Mahmood Mamdani (2002) nomeou por “identidades políticas” em grau extremo. O contexto de uma sociedade extremamente adoecida e marcada pelo medo pode ser conferido nos trabalhos de Scolastique Mukasonga (2017a; 2017b; 2018), que em sua narrativa nos faz perceber o quanto era difícil nascer e viver em uma sociedade que se definia por carteiras de identidade racial. Ser de um ou outro grupo, a despeito que ambos constituíssem partes de um mesmo povo, representava riscos de ser morto ou espancado, mesmo que em tese o homem ou a mulher nada tivesse feito contra ninguém ao longo de sua vida. Numa sociedade em que as pessoas são definidas por essências, pautadas por dimensões de identidades biologizadas, nada há que se fazer que não seja torcer pela fortuna.

Pois bem, em meio a uma guerra ainda indefinida, sem aparente vencedor, Juvénal Habyarimana vivia pressionado por setores do seu governo, que por um lado proclamava discursos em prol do extermínio de todos os tutsis, e, por outro lado, se via

BLACK EARTH RISING: RUANDA E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

Ivaldo Marciano de França Lima

diante das exigências da União Africana e do estado francês, que impunham a feitura de acordos para formação de um governo de unidade nacional. Após a assinatura dos acordos de Arusha, em agosto de 1993, o presidente ruandês seguiu com as negociações tentando ao máximo ganhar tempo para evitar que os opositores da FPR efetivamente entrassem no governo. Os opositores, estacionados em Ruanda desde 1992, às portas de Kigali, aprofundaram a crise do governo de Habyarimana e colocaram em questão complexas situações e contextos em que problemas do âmbito da história e da psicologia se amalgamaram, gerando como resultado um dos piores episódios da história da humanidade e da região dos lagos do continente africano.

O assassinato do presidente Juvénal Habyarimana, nos arredores do aeroporto Internacional de Kigali, foi o estopim para a retomada da guerra civil que resultou nas mortes de milhares de ruandeses (oitocentos mil, para os mais “otimistas”, e um milhão e duzentos mil para os “pessimistas”). E este contexto de guerra e mortes teve continuidade com os capítulos seguintes ao contexto da tomada do poder por parte da Frente Patriótica Ruandesa. A intervenção ruandesa na República Democrática do Congo pode aqui ser descrita como um dos fatores que ajudam a entender as duas guerras congolezas.

As duas grandes guerras do Congo

Ocorrida entre outubro de 1996 e maio de 1997, a primeira guerra do Congo teve como epicentro a união de Uganda, Ruanda e Burundi, no apoio a Kabila, para que este tomasse o poder do então presidente, Mobutu, que em 1971 mudou o nome do país de Congo para Zaire. Esta primeira guerra, ocorrida sob a esteira do contexto pós genocídio de 1994, teve como questão central a característica de uma guerra civil congoleza, e foi nesta circunstância que Mobutu foi derrubado, no mês de maio de 1997, e levado ao exílio no Marrocos, país em que viveu seus últimos dias. Aqui se percebe não apenas a intenção das forças ruandesas em interferir no país vizinho, mas também sugere os planos de apropriação das riquezas da RDC, que já eram objetivo da cobiça dos países vizinhos, especialmente Ruanda e Uganda. A mudança no nome de Zaire para República Democrática do Congo ocorreu com a ascensão de Laurent Kabila ao poder, em 1997.

A segunda Guerra do Congo, também conhecida como Grande Guerra Africana, envolveu vários países e teve como resultado um elevado número de mortos, algo em

BLACK EARTH RISING: RUANDA E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

Ivaldo Marciano de França Lima

torno de cinco a seis milhões de pessoas. O evento causou grande deslocamento de civis, gerando uma situação de caos nos aspectos humanitário e econômico. A causa desta guerra reside em eventos complexos, no caso, de assassinatos e tramas palacianas. A morte de Laurent-Désiré Kabila e a sua sucessão por seu filho, Joseph Kabila, colocou em campos opostos os outrora aliados Ruanda e RDC. Esta guerra, a maior em número de mortos após a Segunda Guerra Mundial, envolveu Ruanda, Burundi, Uganda, além de Angola, Chade, Zimbábwe e Namíbia, que apoiaram o regime de Kabila, contra as pretensões ruandesas. Esta segunda guerra ocorreu entre os anos de 1998 a 2003 (SILVA, 2012).

A despeito dos fatores minudentes que circundam estas guerras, tem-se em evidência o fato de que Ruanda e o governo constituído após a tomada do poder pela Frente Patriótica Ruandesa é questão central para compreender os deslocamentos de forças e os engendramentos de alianças que constituem a geopolítica da Região dos Grandes Lagos do continente africano. Ainda que existam fronteiras entre os dois países, é frequente a invasão da RDC por tropas ruandesas, o que gera frequentes protestos deste país no âmbito da União Africana e das Nações Unidas. Contudo, há que se considerar o forte argumento ruandês de que as incursões em território congolês são para perseguir e prender pessoas ligadas ao episódio do genocídio de 1994. Essa questão articula e orienta parte considerável da política externa de Ruanda tanto em termos regionais como na relação com os demais continentes. Enquanto isso, constrói-se forte ódio no cenário congolês contra Ruanda, e o receio é de que isso reverbere no contexto eleitoral. O leitor e a leitora devem saber bem que ódio, eleição e ressentimentos não constituem bons ingredientes em nenhuma receita.

A série *Black Earth Rising*: “baseada em fatos reais”?

A série em questão, *Black Earth Rising*, pode ser compreendida sob vários aspectos, dos quais a da apropriação dos fatos “ditos reais” e a sua transformação em ficção. Seu diretor não reivindica a série como baseada em fatos reais, tampouco afirma o oposto disto, o que não retira a possibilidade da narrativa dispor de textos e mensagens sobre fatos ocorridos. Ao longo dos episódios inúmeros fatos são descritos sob recursos de alegorias ou engendramentos discursivos, a exemplo da prisão do General Simon Nyamona e sua ida ao Tribunal Penal Internacional, que pode ser a indicação de alguns

BLACK EARTH RISING: RUANDA E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

Ivaldo Marciano de França Lima

dos fatos ocorridos na dita vida real. Ruanda, a despeito dos seus números positivos em termos econômicos e de uma certa estabilidade política, vem sendo objeto de questionamentos por parte das agências de Direitos Humanos. Ruanda é governada desde 2000, há 23 anos, por um mesmo presidente, Paul Kagame, que antes disso ocupou a vice-presidência, logo após a imposição da derrota às tropas leais ao então presidente Juvénal Habyarimana.

Os primeiros momentos da série, no primeiro episódio, apresentam os questionamentos de um jovem estudante, interpelando Eve Ashby, a respeito da legitimidade do Tribunal Penal Internacional, e do fato de que este julga apenas “presidentes de países africanos”. Este diálogo, construído como uma representação pautada na ficção, poderia perfeitamente ocorrer entre qualquer estudante e uma especialista em Direitos Humanos ou Direito Internacional. Por qual motivo o TPI não julga autoridades de potências imperialistas, a exemplo dos Estados Unidos, ou de países da Comunidade Econômica Europeia, mas dispõe de poderes para agir sobre autoridades de países do continente africano? Ao que parece, neste aspecto, tem-se que concordar com Ferro (2010) em sua tese sobre as relações entre o cinema e a história. Para Ferro, todo filme é uma contra análise da sociedade, e esta, por mais que estabeleça censuras para a narrativa, em algum momento irá deixar escapar as pistas indicando os aspectos que lhe revelam. Aliás, esta é a forma como Morettin (2003) apresenta Marc Ferro, indicando sua obra como seminal para os estudos sobre o cinema no âmbito da história.

Ainda sobre Ferro, Morettin entabula questões sobre os aspectos que balizaram o trabalho de análise deste historiador em relação ao cinema. E aqui há que se realçar alguns tópicos sobre esta questão, qual seja, o fato de a história não estar presa à caça de uma busca do real ou de suas representações na relação com o cinema. Esta questão é bem trabalhada por Rosenstone (2010), que discute os filmes como partes da representação de diferentes contextos da vida, e esta não se resume a uma busca do ocorrido, acontecido, mas também das possibilidades que se apresentam e do que poderia ter sido. A série *Black Earth Rising*, neste aspecto, ao mesmo tempo que indica mensagens sutis sobre o contexto ruandês, a exemplo de um presidente que dirige o país com mão de ferro, e de articulações com potências imperialistas para favorecimento da compra de minérios, também traz diálogos e contextos que não necessariamente são reivindicados como fatos acontecidos.

O cinema tem funções diversas. Pode difundir imagens e estabelecer as mesmas como reais, mesmo que estas jamais tenham efetivamente ocorrido. Tem o mérito de se

BLACK EARTH RISING: RUANDA E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

Ivaldo Marciano de França Lima

constituir em uma linguagem poderosa e que interfere tanto na maneira de pensar os fatos, como na forma como estes ocorreram. É, no dizer de Carrière (2006), dotado de uma linguagem secreta com múltiplos caminhos e direções. Esta é a melhor maneira de se pensar esta série, que ao mesmo tempo nos faz refletir sobre fatos ocorridos, questionando celebrações discursivas de heróis que mataram e mandaram matar, e de como consensos podem ser desconstruídos, a exemplo do Tribunal Penal Internacional, que é apresentado como um órgão de justiça, mas que efetivamente não tem em sua tessitura a justa justiça de punir todo e qualquer infrator, pois apenas os países destituídos de poder bélico são passíveis de suas garras justiceiras.

Ainda sobre os contextos alusivos às relações entre História e Cinema, há que se destacar os elementos subjacentes ao processo de feitura do roteiro e das imagens que estão presentes na série, objeto deste artigo. Os modos como o diretor apresenta os episódios e os argumentos presentes na trama justificam boas reflexões entre o que nomeamos por “real” e “ficção”. A representação de determinados fatos, os modos como contextos podem ser interpretados são trazidos à tona por meio das cenas e dos modos como estas são articuladas e engendradas. Ora, o episódio de 1994, se analisado de forma isolada, pode ser considerado como atípico e extemporâneo, sem uma explicação racional uma vez que homens e mulheres até então vizinhos, colegas de trabalho, escola ou universidade, de uma hora para outra são apresentados como assassinos vorazes e movidos por um ódio animalesco. Estas mortes se justificam? Pelas lentes da série, não, pois são a todo instante condenadas e jogadas ao lugar do irracional, mesmo que de forma subliminar, mas se estendermos esta questão para outras narrativas fílmicas poderemos perceber que nem sempre o cinema possui a preocupação de explicar e contextualizar fatos, podendo até contribuir para reforçar estereótipos e visões distorcidas.

No geral, a série *Black Earth Rising* tem boa montagem dos seus episódios e se comparada com alguns filmes que tiveram o contexto ruandês como tema, certamente ficará em lugar privilegiado em termos de qualidade. Ainda que não reivindique a condição de narrativa baseada em fatos reais, o que lhe faz ter maior poder de manobra sobre a representação dos eventos e fenômenos, a série traz poderosas discussões a respeito de eventos diversos, a exemplo das duas guerras do Congo, o genocídio de 1994, a legitimidade do Tribunal Penal Internacional (TPI), as relações entre Ruanda e a República Democrática do Congo (RDC) e os modos como os organismos internacionais lidam com os episódios aqui indicados.

O tempo presente: a região dos lagos como palco de guerras ainda por acontecer

A série *Black Earth Rising* constitui excelente material para os aspectos do entretenimento e da reflexão sobre o contexto político atual da região dos grandes lagos do continente africano. Tem boa trilha sonora e razoáveis cenários, além de fotografia espetacular. O áudio é digno de nota, e diria que a montagem final do trabalho é sem dúvida elogiável. Por trazer questões alusivas à Região dos Grandes Lagos, a série mexe com aspectos sensíveis, e por isso mesmo atrai a atenção de estudiosos diversos. Atualmente a Região dos Grandes Lagos vem sendo palco de vários conflitos, nenhum deles parecido com o que houve nos anos 1990, no caso, as duas guerras congolêsas, ou o episódio de 1994. No entanto, as relações existentes entre a República de Ruanda e a República Democrática do Congo constituem hoje um ponto de tensão permanente na região.

Segundo Fonseca (2022), o atual governo ruandês trabalha com interpretações modeladas do passado, de modo a construir lugares vantajosos para determinados personagens históricos. A esta reflexão acrescento a tese de que Ruanda, assim como Israel, trabalham com uma espécie de culto ao sofrimento vivido no passado, como forma de obter a permissão para o erro, e desta forma dispor de uma impunidade licenciada e autorizada. Ora, se Israel conseguiu se valer do holocausto como argumento central para fundar seu estado nacional em terras reivindicadas sob argumentos míticos, e pauta a divulgação do sofrimento como matéria para conseguir isenção das atrocidades que comete contra o povo palestino, Ruanda lança mão de recurso semelhante. O atual governo, ao que parece, se vale da retórica do genocídio como forma de manter relações com o M23 em solo congolês, ao mesmo tempo em que mantém o contrabando de riquezas minerais, especialmente o coltan, constituindo-se em um dos maiores exportadores deste minério, ainda que não disponha de uma só mina em seu solo. Ora, a despeito das denúncias feitas contra o governo ruandês tanto pelo atual presidente congolês, como por agências internacionais diversas, Ruanda segue mantendo relações com o M23, interferindo diretamente na província de Kivu e em outras partes da RDC. Os organismos internacionais não possuem conhecimento deste aspecto? Ou estamos diante de questão complexa e ao mesmo tempo semelhante ao contexto israelense?

Algumas breves conclusões

A série *Black Earth Rising* constitui excelente possibilidade para acessar contextos pouco conhecidos pelos brasileiros, e pode fornecer meios tanto para o entretenimento, como para refletir sobre a geopolítica da Região dos Grandes Lagos. As guerras ocorridas ao longo dos anos 1990, seja o episódio do genocídio ruandês, sejam as duas guerras da República Democrática do Congo, acima citadas, trazem consigo motivos plausíveis e passíveis de serem compreendidos se observados à luz da história. Longe de resultarem de diferenças advindas das irracionalidades tribais ou resultantes da ausência de elementos civilizacionais nas sociedades existentes em África, as guerras constituem o resultado de arranjos e rearranjos decorrentes da história, e como tal passíveis de serem compreendidos sob o escopo desta ciência.

Ora, se a Ruanda Contemporânea é tributária de um contexto sucedâneo de transformação de identidades, no qual um povo outrora uno foi posto no lugar do ódio, a partir da invenção da raça e da imposição de narrativas de origem distintas, é primordial que se discuta os riscos e perigos do entendimento das pessoas a partir de essências fixas e cristalizadas. Ruanda foi construída por um povo que compartilhava o mesmo território, língua, religião, mitos e cultura, mas que possuía divisões no contexto socioeconômico. Hutus, tutsis e twás remetem a termos que não indicam existência de povos distintos, mas de divisões de um mesmo povo, que por razões diversas possuíam clivagens e hierarquias específicas. Compreender Ruanda hoje é situá-la na história, sob o repertório da longa duração.

Assim também é a República Democrática do Congo, no que tange ao seu atual estado de esfacelamento e ausência de unidade interna. Recorrer aos argumentos de incapacidade auto organizativa, ou de uma má governança como elementos explicadores da conjuntura atual, não apenas servirá de desonestidade intelectual, como também retirará homens e mulheres dotados de equipamentos biológicos análogos aos nossos, da condição de humanidade plena. Aqui, prezado leitor e estimada leitora, mais uma vez recorro ao argumento de que a história é condição privilegiada para a compreensão destes complexos e tensos contextos, mas que possuem nexos e urdiduras possíveis de serem vistas como resultantes de processos históricos. Neste sentido, o material audiovisual, no

BLACK EARTH RISING: RUANDA E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

Ivaldo Marciano de França Lima

caso a série *Black Earth Rising*, oferece uma boa porta de entrada para a compreensão da história de Ruanda pós 1994.

Referências

BLACK earth rising. Direção de Hugo Blick. Inglaterra: NETFLIX, 2018. 8 episódios (480 min.), son., color.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CARRIÈRE, Jean-Claude. **A linguagem secreta do cinema**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FONSECA, Danilo Ferreira da. A mídia ruandesa no genocídio de 1994: a relação entre tutsis, Inkotanyis e a Frente Patriótica Ruandesa. **Em Tempos de Histórias**, Nº. 22, vol. 01, p. 56 – 77, 2013.

FONSECA, Danilo Fonseca. Etnicidade de hutus e tutsis no Manifesto Hutu de 1957. **Cadernos de História**, v. 17, n. 26, p. 221-250, 2016.

FONSECA, Danilo Fonseca. Publicando o ódio: a revista Kangura e a Guerra Civil Ruandesa. **Cadernos de África Contemporânea**, v. 1, p. 8-20, 2018.

FONSECA, Danilo Fonseca. Centros de memória e ensino: a Frente Patriótica Ruandesa e a difusão da História de Ruanda. **Cadernos de África Contemporânea**, v. 05, p. 131-142, 2022.

GOUREVITCH, Philip. **Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

HATZFELD, Jean. **Uma temporada de facões. Relatos de genocídio em Ruanda**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

KAPUSCINSKI, Ryszard. Uma palestra sobre Ruanda. In: **Ébano. Minha vida na África**. São Paulo: Cia das Letras, 2011, p. 185 - 204.

KI-ZERBO, Joseph (org). **História Geral da África, vol. I – Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra. Volume I**. Mem Martins: Publicações Europa- América, 2009.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. A “África” brasileira e as “Áfricas” dos africanos: estereótipos e conflitos nas representações e nas formas de conhecer os fenômenos. In: SOUZA, Antônio Carlos dos Santos; SANTOS, Débora Abdalla; SAMPAIO, Romilson Lopes; LIMA, Ivaldo Marciano de França (Org.). **Sistemas de representação do**

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 133 - 150

BLACK EARTH RISING: RUANDA E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

Ivaldo Marciano de França Lima

conhecimento. Uma visão transdisciplinar entre computação e humanidades. 1ª ed. Salvador: EDUFBA, 2023(b), v. 01, p. 17-32.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. África e histórias em quadrinhos. Representações homogêneas do continente africano através das revistas do Fantasma, Tintim e Soldado. In: SILVA, Júlio Claudio da; ROCHA, João Marinho da (Org.). **Áfricas, escravidão e liberdade.** 01ª ed. Manaus: Editora da Universidade do Estado do Amazonas - EDUEA, 2022, v. 01, p. 14-35.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Ensino de História, África e Brasil: Entre Conceitos e Estereótipos. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 10, p. 41-69, 2019 (a).

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Representações da África no âmbito do ensino de história: algumas questões de análise dos conteúdos. **LABIRINTO (UNIR)**, v. 31, p. 97-123, 2019 (b).

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Representações da África no Brasil: Novas Interpretações. 1ª ed. Recife: Editora Bagaço, 2018.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Retroalimentando a barragem de mitos. **História UNICAP**, v. 10, p. 86-114, 2023(a).

MAMDANI, Mahmood. **When Victims Become Killers: Colonialism, Nativism, and the Genocide in Rwanda.** New Jersey: Princeton University Press, 2002.

MORETTIN, Eduardo Victorio. O Cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 38, p. 11-42, 2003.

MUKASONGA, Scholastique. **A mulher de pés descalços.** São Paulo: Editora Nós, 2017a.

MUKASONGA, Scholastique. **Baratas.** São Paulo: Editora Nós, 2018.

MUKASONGA, Scholastique. **Nossa Senhora do Nilo.** São Paulo: Editora Nós, 2017b.

OBENGA, T. Fontes e técnicas específicas da história da África - Panorama Geral. In: KI-ZERBO, Joseph (org). **História Geral da África, Vol. I – Metodologia e pré-história da África.** Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 59 – 76.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales. A inovação em História.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

REIS, José Carlos. **Nouvelle Histoire e o tempo histórico. A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel.** São Paulo: Annablume, 2008.

ROSENSTONE, Robert A. **A história nos filmes. Os filmes na história.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SILVA, Igor Castellano da. Congo. **A Guerra Mundial Africana. Conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 133 - 150

BLACK EARTH RISING: RUANDA E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

Ivaldo Marciano de França Lima

SILVA, Marcel Vieira Barreto. Cultura das séries: forma, contexto e consumo de ficção seriada na contemporaneidade. **Galaxia** (São Paulo, Online), n. 27, p. 241-252, jun. 2014.

SITBON, Michel. Ruanda. **Um genocídio na consciência**. Lisboa: Edições Dinossauro, 2000.

Informações dos autores

Ivaldo Marciano de França Lima. Professor adjunto da UNEB/ DEDC II, membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento (UNEB/UFBA/IFBA) e colaborador do Pós-Afro (UFBA). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq África do século XX e tempo presente – História Contemporânea. Editor dos periódicos África(s) e Cadernos de África Contemporânea.

Contribuição de autoria: autor

URL do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3350886147683190>

COMO CITAR ESTE ARTIGO

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Black Earth Rising: Ruanda e a História do Tempo Presente. **Perspectivas e Diálogos:** Revista de História Social e Práticas de Ensino, Caetité, vol. 6, n. 12, 2023, p. 133 - 150.

Artigo

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA
ARQUITETURA RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS
PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO PROPORCIONAL DAS COLUNAS
[1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS V E II A.C.**

**ELEMENTS TO STUDY THE DEVELOPMENT OF GREEK
RELIGIOUS ARCHITECTURE: TEN DORIC PERIPTERAL TEMPLES
WITH PROPORTIONAL COLUMNS TRANSITION [1:6] – [1:7],
BUILT BETWEEN THE 5TH AND 2ND CENTURIES BC**

Claudio Walter Gomez Duarte¹ - 0000-0001-5819-2242

¹UNIMES – Santos, Brasil – claudioduarte@alumni.usp.br

Resumo:

Este artigo explora o desenvolvimento da Arquitetura Religiosa Grega através da apresentação de dez templos dóricos perípteros hexastilos, construídos entre os séculos V e II a.C. Esses templos foram escolhidos por apresentarem uma variação na proporção entre o diâmetro da base da coluna e a altura, variando entre [1:6] e [1:7]. Esse intervalo de proporções é significativo porque corrobora com as descrições de Vitruvius em seu Tratado de Arquitetura de 30-20 a.C., especificamente no livro IV, capítulo 1, parágrafos 6 e 8. O estudo examina a evolução da arquitetura religiosa grega, destacando como as mudanças nas proporções das colunas podem refletir tendências e influências culturais ao longo do tempo. Além disso, são fornecidas informações históricas sobre cada um dos templos selecionados, incluindo datas de construção, localização e contexto. O artigo também inclui uma bibliografia seletiva para orientar os leitores interessados em aprofundar seu conhecimento sobre o assunto. Além disso, apresenta fotos dos templos estudados. As dimensões e os módulos das elevações e plantas, utilizados na construção dos templos, são detalhadamente compilados, proporcionando uma visão abrangente de como essas estruturas foram projetadas e construídas. Por fim, um glossário é disponibilizado para esclarecer os termos técnicos e arquitetônicos utilizados ao longo do artigo.

Palavras-chave: Arquitetura religiosa grega; Templos dóricos; Colunata; Proporções; Módulos.

Abstract:

This article explores the development of Greek Religious Architecture by presenting ten Doric peripteral hexastyle temples, built between the 5th and 2nd centuries BC. These temples were chosen for their variation in the proportion between the column base diameter and height, ranging from [1:6] to [1:7]. This range of proportions is significant because it aligns with the descriptions of Vitruvius in his On Architecture from 30-20 BC, specifically in book IV, chapter 1, paragraphs 6 and 8. The study examines the evolution of Greek religious architecture, highlighting how changes in column

ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS V E II A.C.

Claudio Walter Gomez Duarte

proportions can reflect cultural trends and influences over time. Additionally, historical information is provided for each of the selected temples, including construction dates, location, and context. The article also includes a selective bibliography to guide readers interested in furthering their knowledge on the subject. Furthermore, it presents photos of the studied temples. The dimensions and modules of the elevations and plans used in the construction of the temples are meticulously compiled, providing a comprehensive view of how these structures were designed and built. Finally, a glossary is provided to clarify the technical and architectural terms used throughout the article.

Keywords: Greek religious architecture; Doric temples; Colonnade; Proportions; Modules.

Introdução

A concepção arquitetônica dos templos dóricos gregos é abordada na interconexão (relação ou interação) entre as fontes textuais e a cultura material. Ou seja, o diálogo entre o Tratado de Arquitetura de Vitruvius e os vestígios arqueológicos dos próprios templos. Desde a publicação das pesquisas pioneiras de James Stuart e Nicholas Revett em *The Antiquities of Athens*, em três volumes (1762-1794), temos os primeiros estudos sistemáticos realizados sobre os edifícios religiosos gregos da Antiguidade. Atualmente, depois de mais de dois séculos e meio de pesquisas, temos um corpo historiográfico bem preciso e consolidado sobre essas estruturas arquitetônicas. As passagens-chaves do texto de Vitruvius (IV, 1, 3; 6-8) para este artigo serão apresentadas num primeiro momento em português, com a tradução direta do latim publicada pelo renomado pesquisador português M. Justino Maciel em (VITRÚVIO, 2007). Em notas de rodapé, transcrevemos o texto original de Vitruvius em latim, e para isso utilizamos o texto de edição bilíngue traduzido para o inglês por Frank Granger em 1931 (essa tradução se tornou referência e teve várias reimpressões; nós utilizamos a segunda de 1955).

O conteúdo deste artigo propõe uma sistematização ou organização e aponta um caminho para se estudar a fundo a fase de transição proporcional das colunas dos templos dóricos, entre as proporções [1:6] e [1:7] apresentadas por Vitruvius (IV, 1, 6 e 8). A partir da seleção de dez templos dóricos perípteros, apresentamos um dossiê que fornecerá elementos indispensáveis para uma compreensão aprofundada da arquitetura religiosa grega, oferecendo subsídios para o diálogo entre o texto latino e os vestígios materiais. Para cada templo, redigimos um texto histórico-introdutório e catalogamos obras de

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361
Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 151 - 190

ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS V E II A.C.

Claudio Walter Gomez Duarte

referência para estudar cada estrutura de forma individual. Confeccionamos também uma prancha composta por fotos do estado atual dos vestígios de cada edifício. Incorporamos o Quadro 1 com a posição de cada templo em coordenadas geográficas (latitude N e longitude E em graus decimais, Sistema de Referência: WGS84). Por outro lado, apresentamos também uma síntese dimensional e modular dos edifícios (para as elevações e plantas), que pode ser utilizado como ponto de partida para diversos estudos de caráter arqueológico-arquitetônico, essa síntese encontra-se nos Quadros 2 e 3. Expomos também, de maneira compreensível, as proporções da colunata dos dez templos selecionados nos Quadros 4 e 5 e discutimos o problema da transição proporcional, bem como o “equivoco evolutivo” de associar determinadas proporções de certos elementos arquitetônicos à cronologia correta de um certo edifício. O conjunto selecionado é composto pelos seguintes templos: Templo de Poseidon, Súnio, ca. 450-430 a.C.: [1:6,020] ; Templo de Asclépio, Epidauro, ca. 400-366 a.C.: [1:6,269]; Templo de Atena Alea, Tegeia, ca. 350-335 a.C.: [1:6,168]; Templo de Zeus, Nemeia, ca. 340-320 a.C.: [1:6,342]; Templo de Zeus, Estrato, ca. 320-300 a.C. [1:6,179]; Templo de Apolo, Ptoio, ca. fim do séc. IV a.C.: [1:6,050]; Templo de Apolo, Claros, ca. fim. séc. IV a.C.: [1:6,648]; Templo de Atena, Tróia, ca. 2ª met. do séc. III a.C.: [1:6,496]; Templo de Asclépio, Messena, ca. 200 a.C.?: [1:7,000]; Templo de Asclépio, Cós, ca. 160-150 a.C.: [1:6,575].

Embora a arquitetura dos templos gregos seja familiar aos pesquisadores de Arqueologia Clássica, entraves de ordem técnica podem dificultar a leitura de nosso texto. Por isso, disponibilizamos ao final do artigo um glossário esquemático para facilitar a compreensão da arquitetura dórica. Não se trata de verbetes organizados apenas em ordem alfabética e sim de acordo com a lógica da planta e da elevação de um templo dórico, e isso devidamente ilustrado. Em vez de desenvolver um artigo nos moldes tradicionais, a nossa proposta fundamenta-se, sim, em mostrar o caminho e motivar novos pesquisadores, em âmbito nacional e latino-americano, a desenvolverem pesquisas em temas praticamente inexplorados no Brasil. Nos referimos a pesquisas em Arquitetura Religiosa Grega, estritamente em seus aspectos técnicos, tais como concepção de projeto e as suas técnicas construtivas.

Fontes textuais

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361
Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 151 - 190

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

Apresentamos, a seguir, passagens chave do texto de Vitruvius *Tratado de Arquitetura* de 30-20 a.C. que vão ao encontro do nosso estudo.

Origem mítica da ordem dórica.¹

Desse modo, pela interposição de mais um capitel, um terceiro estilo foi criado nas obras, na sequência das duas primeiras ordens. E assim nasceram, a partir da formação das colunas, as denominações dos três modos, dórico, jônico e coríntio, dos quais o primeiro a surgir, desde há muito, foi o dórico.

Pois Doro, filho de Heleno e da ninfa das águas, Ftia, reinou sobre a Acaia e todo o Peloponeso e edificou em Argos, cidade antiga, o lugar sagrado de Juno [Hera], casualmente deste estilo, em forma de templo, e o mesmo fez depois em outras cidades da Acaia, também segundo o modo dórico, se bem que não tivesse ainda surgido o sistema das comensurabilidades [proporções] (Vitruvius, IV, 1, 3).²

Relação da ordem dórica com o corpo masculino.³

Querendo eles colocar as colunas nesse templo [Juno/Hera], não possuindo as respectivas comensurabilidades [proporções] e procurando uma metodologia conveniente que lhes permitisse sustentar o peso e configurar uma manifesta elegância, mediram com exatidão a planta do pé viril e a reproduziram em altura. Tendo descoberto que o pé correspondia no homem à sexta parte da sua estatura, transferiram o mesmo para a coluna e, qualquer que fosse o diâmetro da base do fuste, elevaram-no seis vezes em altura incluindo o capitel. Desse modo, a coluna dórica começou a mostrar nos edifícios a proporção, a solidez e a elegância de um corpo viril (Vitruvius, IV, 1, 6).⁴

Relação da ordem jônica com o corpo feminino.⁵

¹ Passagem de Vitruvius traduzida por M. J. Maciel (VITRÚVIO, 2007, p. 201).

² Transcrição do texto original de Vitruvius em latim da edição de F. Granger (VITRUVIUS, 1955, p. 202 e 204): Ita e generibus duobus capitulo interposito tertium genus in operibus est procreatum. E columnarum enim formationibus trium generum factae sunt nominationes, dorica, ionica, corinthia, e quibus prima et antiquitas dorica est nata.

Namque Achaia Peloponnesoque tota Dorus, Hellenes et Phthiados nymphae films, regnavit, isque Argis, vetusta civitate, lunonis templum aedificavit, eius generis fortuito formae fanum, deinde isdem generibus in ceteris Achaiae civitatibus, cum etiamnum non esset symmetriarum ratio nata.

³ Passagem de Vitruvius traduzida por M. J. Maciel (VITRÚVIO, 2007, p. 202).

⁴ Transcrição do texto original de Vitruvius em latim da edição de F. Granger (VITRUVIUS, 1955, p. 206): In ea aede cum voluissent columnas conlocare, non habentes symmetrias earum et quaerentes quibus rationibus efficere possent, uti et ad onus ferendum essent idoneae et in aspectu probatam haberent venustatem, dimensi sunt virilis pedis vestigium et id retulerunt in altitudinem. Cum invenissent pedem sextam partem esse altitudinis in homine, item in columnam transtulerunt et, qua crassitudine fecerunt basim scapi, tanta sex cum capitulo in altitudinem extulerunt, Ita dorica columna virilis corporis proportionem et firmitatem et venustatem in aedificiis praestare Coepit (Vitruvius, IV, 1, 6).

⁵ Passagem de Vitruvius traduzida por M. J. Maciel (VITRÚVIO, 2007, p. 202-203).

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

Da mesma maneira, levantaram depois um templo a Diana [Ártemis], procurando uma forma de novo estilo, com a mesma planta, levando para lá a delicadeza da mulher, e dispuseram em primeiro lugar o diâmetro da coluna segundo a oitava parte de sua altura, a fim de que ela apresentasse um aspecto mais elevado. Na base, colocaram uma espira imitando um sapato; no capitel, dispuseram, à direita e à esquerda, volutas, como se fossem caracóis enrolados pendentes de uma cabeleira; ornamentaram a frente com cimácios e festões dispostos como madeixas e por todo o fuste deixaram cair estrias como o drapejado das sobrevestes de uso das matronas. Assim, lograram a invenção de dois tipos discriminados de colunas, uma viril, sem ornamento e de aparência simples, e a outra com a sutileza, o ornato e a boa proporção femininas (Vitrúvio, IV, 1, 7)⁶.

Relação da ordem coríntia com a graciosidade da donzela.⁷

Os que lhes sucederam, todavia, progredindo nos juízos formulados sobre a elegância e a sutileza, e encantados com a aplicação de módulos mais gráceis, constituíram sete diâmetros de espessura na base, para a altura da coluna dórica, e nove para a jônica. E porque os jônios foram os primeiros a criar essa ordem, ela foi chamada jônica.

No que diz respeito à terceira, que se diz coríntia, apresenta-se com delicadeza virginal, porque as donzelas, mercê da sua terna idade, possuem uma configuração de membros mais grácil e conseguem no adorno os mais belos efeitos (Vitrúvio, IV, 1, 8).⁸

Thomas N. Howe ilustra passagens importantes do texto de Vitrúvio, veja a seguir na fig. 1: a) em primeiro plano temos o protótipo hipotético dos templos em madeira que deram origem ao dórico em pedra, em segundo plano o templo de Hera em Argos dórico com as proporções ainda incertas, passagem (IV, 1, 3); b) relação entre a coluna e o corpo humano, a altura da coluna é definida em seis vezes o diâmetro da base, passagem (IV, 1, 6); c) as próximas gerações com gosto mais delicado (elegante e sutil)

⁶ Transcrição do texto original de Vitrúvio em latim da edição de F. Granger (1955: 206): *Item postea Dianae constituere aedem, quaerentes novi generis speciem isdem vestigiis ad muliebrem transtulerunt gracilitatem, et fecerunt primum columnae crassitudinem octava parte, ut haberet speciem excelsiorem. Basi spiram subposuerunt pro calceo, capitulo volutas uti capillamento concrispatos cincinnos praependentes dextra ac sinistra conlocaverunt et cymatiis et encarpis pro crinibus dispositis frontes ornaverunt truncoque toto strias uti stolarum rugas matronali more dimiserunt, ita duobus discriminibus columnarum inventionem, unam virili sine ornatu nudam speciem, alteram muliebris (Vitrúvio, IV, 1, 7).*

⁷ Passagem de Vitrúvio traduzida por M. J. Maciel (2007: 203).

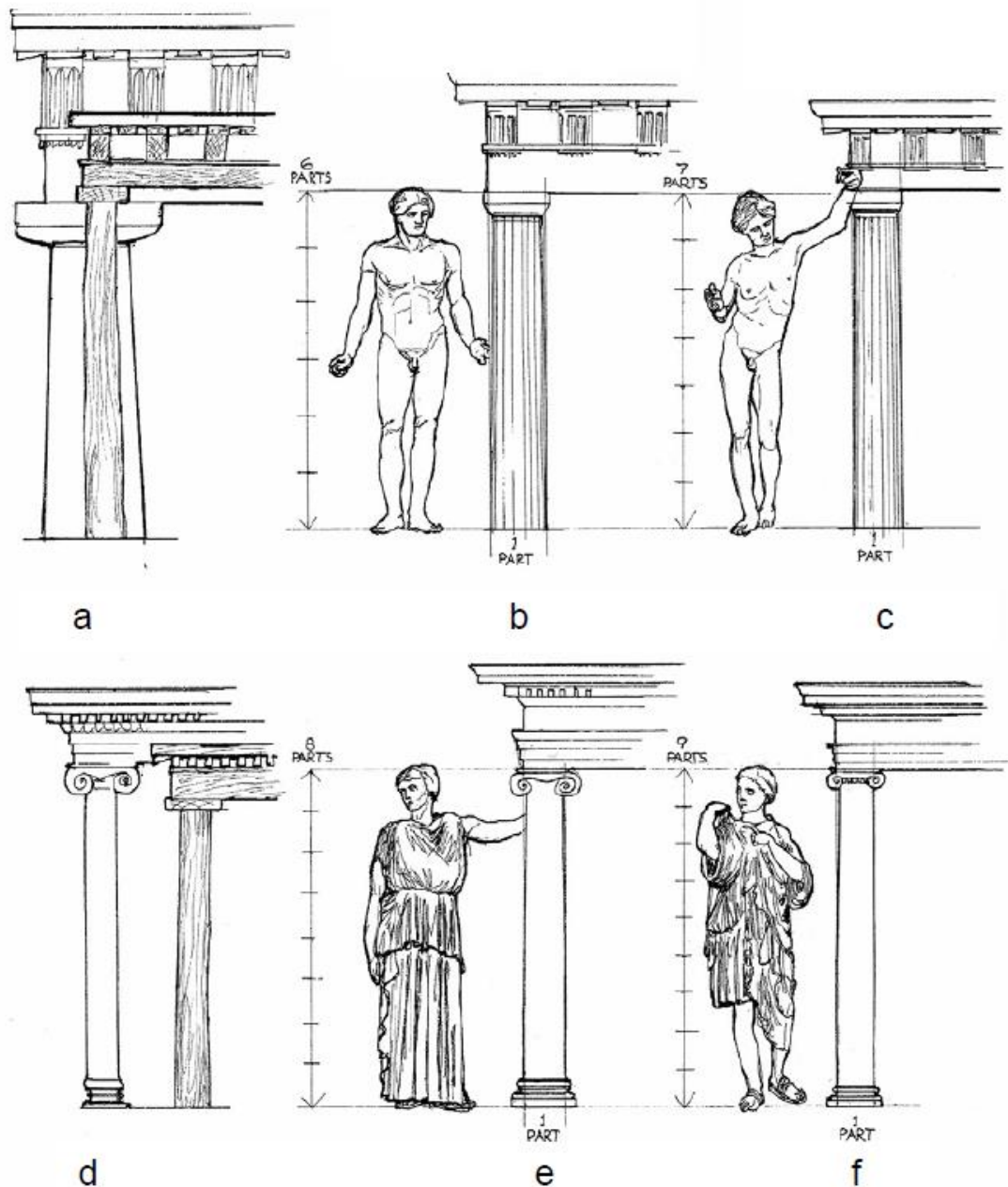
⁸ Transcrição do texto original de Vitrúvio em latim da edição de F. Granger (VITRUVIUS, 1955, p. 206 e 208): *[Posteri uero elegantia] subtilitateque iudiciorum progressi et gracilioribus modulis delectati septem crassitudinis diametros in altitudinem columnae doricae, ionicae novem constituerunt. Id autem quod lones fecerunt primo, lonicum est nominatum. Tertium vero, quod Coririthium dicitur, virginalis habet gracilitatis imitationem, quod virgines propter aetatis teneritatem gracilioribus membris figuratae effectus recipiunt in ornatu venustiores (Vitrúvio, IV, 1, 8).*

ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS V E II A.C.

Claudio Walter Gomez Duarte

redefinem a altura da coluna em sete vezes o diâmetro da base, passagem (IV, 1, 8); as figs. d), e) e f) ilustram paralelamente o desenvolvimento do templo jônico nas passagens (IV, 1, 4-5 e 7-8).

Fig. 1. Ilustração das passagens de Vitruvius (IV, 1, 3-8) do *Tratado de Arquitetura*.



Fonte: VITRUVIUS, 2001, p. 214, fig.56 (editada pelo autor).

Histórico de cada templo e bibliografia seletiva

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

1. Templo de Poseidon, Súnio, ca. 450-430 a.C.

O Cabo Súnio está localizado no extremo sudeste da Ática, a leste da Grécia. O templo de Poseidon foi construído por Péricles. Escavações restritas foram feitas no santuário de Poseidon pela Sociedade Diletante em 1825. Mais tarde, no último quartel do século XIX, escavações foram dirigidas pelo arqueólogo alemão W. Dörpfeld. Escavações sistemáticas no santuário de Poseidon foram feitas pela Sociedade Arqueológica de Atenas entre 1897 e 1915, dirigidas por Val. Stais com a colaboração de A. Orlandos. Desde 1994, a Sociedade Arqueológica tem feito escavações no santuário. O atual templo de Poseidon foi erguido sobre a plataforma do antigo templo inacabado, em calcário, destruído pelos Persas em 480 a.C. O novo templo foi construído com mármore local. Este períptero dórico de 6x13 colunas não possui colunata interna (dentro da naos) e é composto de pronaos, naos e opistódomo. Seu arquiteto é desconhecido; uma teoria de Dinsmoor defende que foi construído pelo mesmo arquiteto do Heféstion em Atenas, do templo de Nêmesis em Ramnunte e do Templo de Ares em Atenas. As dimensões do estilóbato são: 13,720 x 31,78 m. O templo pode ter sido destruído por Felipe V da Macedônia em 200 d.C., e as 16 colunas que atualmente permanecem em pé foram parcialmente restauradas.

Referências bibliográficas:

1817. SOCIETY OF DILETTANTI. **The Unedited Antiquities of Attica:** Comprising the Architectural Remains of Eleusis, Rhamnus, Sunium, and Thoricus, London: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown.

1838. BLOUET, Abel. **Expédition Scientifique de Morée, 3.** Paris: Libraire de Firmin Didot Frères.

1884. DÖRPFELD, Wilhelm. Der Tempel von Sunion. **Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts (Athen. Abt.)**, Berlin, 9, p. 324-339.

1900. STAIS, Valerios. Ανασκαφαί εν Σουνίω. **Archaiologike Ephemeris**, p. 113-150.

1915. ORLANDOS, Anastasios K. Το Αέτωμα του εν Σουνίω ναού του Ποσειδώνος. **Archaiologikon Deltion**, 1, A, p. 1-27.

1917. ORLANDOS, Anastasios K. Του εν Σουνίω ναού του Ποσειδώνος τοίχοι και οροφή. **Archaiologike Ephemeris**, p. 213-226.

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

1917. STAIS, Valerios. Σουνίου ανασκαφαί. **Archaiologike Ephemeris**, 168-213.
1920. STAIS, Valerios. **Το Σούνιον και οι ναοί του Ποσειδώνος και Αθηνάς**. Athens.
1929. ZSCHIEZSCHMANN, Willy. Zum Innen-Architrav von Sunion. **Archäologischer Anzeiger**, Berlin, p. 221-225.
1941. HERBIG, Reinhard. Untersuchungen am dorischen Peripteraltempel auf Kap Sunion. **Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts (Athen. Abt.)**, Berlin, 66, p. 87–133.
1950. PLOMMER, W. Hugh. Three Attic temples. **Annual of the British School at Athens**, London, 45, p. 66-112;
- 1953-1954. ORLANDOS, Anastasios K. Η Γραπτή αρχιτεκτονική διακόσμησης του εν Σουνίω ναού του Ποσειδώνος. **Archaiologike Ephemeris**, 3, p. 1-18.
1958. DÖRIG, José. Sunionfriesplatte 13. **Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts (Athen. Abt.)**, Berlin, 73, p. 88-93.
1960. PLOMMER, W. Hugh. The Temple of Poseidon on Cape Sunium: Some Further Questions. **Annual of the British School at Athens**, London, 55, p. 218-233.
1961. ORLANDOS, Anastasios K. Travaux récents d'anastylose de monuments préhistoriques et classiques de la Grèce. In: **Atti del Settimo Congresso Internazionale di Archeologia Classica 1**. Rome, p. 95-101.
1969. DELIVORRIAS, Angelos. Poseidon-Tempel auf Kap Sunion. Neue Fragmente der Friesdekoration. **Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts (Athen. Abt.)**, Berlin, 84, p. 127-142.
- 1969–1970. BESCHI, Luigi. Disiecta Membra del Tempio di Poseidon a Capo Sunio. **Annuario della Scuola archeologica di Atene e delle Missioni italiane in Oriente**, p. 47-48, 417-433.
1972. BESCHI, Luigi. Disiecta Membra del Tempio di Poseidon a Capo Sunio (II), **Archaiologike Ephemeris**, p. 173-181.
1973. KNELL, Heiner. Vier attische tempel klassischer zeit. **Archäologischer Anzeiger**, Berlin, p. 94-114.
- 1974a. DINSMOOR, William Bell Jr. The Temple of Poseidon: A Missing Sima and Other Matters. **American Journal of Archaeology**, New York, 78, p. 211-238.
- 1974b. DINSMOOR, William Bell Jr. **Sounion**. Athens: [s.e.].

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

1976. PLOMMER, W. Hugh. Sunium: Another Time Round. **Annual of the British School at Athens**. London, 71, p. 113-115.

1992. TATAKI, Argiro B. **Sounion**: the Temple of Poseidon. Athens: Ekdotike Athenon.

2. Templo de Asclépio, Epidauro, *ca.* 400-366 a.C.

Epidauro está situado na região da Argólida, a nordeste do Peloponeso, a 7 km da costa Sarônica. O santuário de Asclépio foi um dos mais importantes ligados à cura desde o início do século IV a.C. até a Antiguidade tardia. Foi investigado pela primeira vez pela Expedição Científica Francesa do Peloponeso em 1829. P. Kavvadias, da Sociedade Arqueológica Grega, escavou o local em 1870-1926, descobrindo os monumentos mais importantes do santuário. Escavações mais restritas foram conduzidas por G. Roux, da Escola Francesa em Atenas, na área do Abaton e nos edifícios E e H em 1942-1943, e por I. Papadimitriou do Serviço Arqueológico Grego em 1948-1951. A. Orlandos comprometeu-se com a restauração do teatro em 1954-1963. Novas escavações pela Sociedade de Arqueologia Grega estão em andamento no santuário de Apolo Maleatas, dirigidas por Lambrinouidakis desde 1974, enquanto um comitê especial do Ministério da Cultura fundado em 1984, sob o nome de Grupo de Trabalho para a Restauração dos Monumentos de Epidauro (Comitê atualmente para a Restauração dos monumentos de Epidauro), supervisiona a conservação e valorização dos monumentos em ambos os santuários. Trabalhos recentes no santuário de Asclépio transformaram radicalmente o aspecto do sítio e forneceram novas provas para o estudo da organização espacial, cronológica e sobre a função de vários edifícios. O templo de Asclépio chegou até nós muito mal preservado devido a um terremoto ocorrido no século VI d.C. O templo tem organização de planta semelhante à dos templos de Apolo em Ptoio, Deméter em Lepreo, Zeus em Nemeia e de Asclépio em Cós, ou seja, simplesmente composta de pronaos, cela e peristilo – com colunata de 6 x 11 e eutintério de 13,200 x 24,450 m. Possui rampa de acesso, do mesmo modo que os templos de Atena Alea em Tegeia, Apolo em Delfos e Zeus em Nemeia. Para G. Gruben (1963), a configuração 6 x 11 produz um edifício muito curto devido à ausência do opistódomo e isso refletiu uma tendência no século IV - construção de templos mais curtos. Segundo A. Lawrence (1996), o arquiteto do templo de Asclépio, Teodoto, foi um dos primeiros a utilizar o recurso de omitir o opistódomo e a colunata interna da cela, coríntia, só poderia ter um caráter decorativo

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

(uma vez que o vão interno dispensava esse recurso estrutural). A cela abrigou uma estátua de Asclépio de ouro e marfim (criselefantina) atribuída ao escultor Trasímedes de Paros.

Referências bibliográficas:

1833. BLOUET, Abel. **Expédition Scientifique de Morée, 2.** Paris: Libraire de Firmin Didot Frères.

1891. KAVVADIAS, Panagiotis. **Fouilles d'Épidaure.** Athènes: S.C. Vlastos.

1895. LECHAT, Henri; DEFASSE, Alphonse. **Épidaure: restauration & description des principaux monuments du sanctuaire d'Asclépios.** Paris, Librairies-imprimeries réunies.

1900. CATON, Richard. **The Temples and Ritual of Asklepius at Epidaurus and Athens.** 2nd ed. London: Cambridge University Press Warehouse.

1946. MARTIN, Roland. Sur quelques particularités du temple d'Asclépios à Épidaure. **Bulletin de Correspondance Hellénique**, 70, p. 352-368.

1961. BERNARD, Paul. Note épidaurienne: la datation du temple d'Asclépios et l'Ion de Platón. **Bulletin de Correspondance Hellénique**, 85, p. 400-402.

1961. ROUX, Georges. **L'architecture de l'Argolide aux IVe et IIIe siècles avant J.-C.** Paris: E. de Boccard.

1969. Burford, Alison. **The Greek Temple Builders at Epidaurus.** A Social and Economic Study of Building in the Asklepiian Sanctuary, during the Fourth and Early Third Centuries B.C. Liverpool: Liverpool University Press.

1971. KNELL, Heiner. Eine Beobachtung am Asklepiostempel in Epidaurus. **Archäologischer Anzeiger**, Berlin, p. 206-210.

1983. TOMLINSON, Richard A. **Epidaurus.** Austin: University of Texas Press.

3. Templo de Atena Alea, Tegeia, ca. 350-335 a.C.

Tegeia está situada no sudeste da Arcadia, Peloponeso, ao sul da Grécia, entre Esparta e o golfo de Corinto. Tegeia foi uma das mais importantes e ricas cidades-estado da Antiguidade. O santuário foi identificado pela primeira vez na vila de Piali, atual Alea, por E. Dodwell em 1806 a partir de vestígios visíveis do templo. A. Milchhöfer do Instituto Arqueológico Alemão em Atenas (DAI) foi o primeiro a dirigir uma pesquisa

ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS V E II A.C.

Claudio Walter Gomez Duarte

arqueológica através de escavações de trincheiras que determinaram a posição do templo em 1879. Em 1882, W. Dörpfeld levou a cabo uma investigação sistemática das fundações do templo e de vestígios escavados por Milchhöfer, o que lhe permitiu confeccionar uma planta relativamente precisa do peristilo do templo. Em 1900, a Escola Francesa de Atenas comprou a maior parte das casas que estavam alocadas acima do templo e começaram uma escavação em grande escala entre 1900-1902. A última casa que permanecia sobre as fundações foi comprada pela Sociedade Arqueológica de Atenas e escavada por K. Rhomaios em 1909. De 1910 até 1913, o arqueólogo francês Ch. Dugas trabalhou no sítio com a intenção de publicar o material escavado e fazer escavações em torno do altar. O resultado foi a obra de referência de Dugas, com o arquiteto M. Clemmensen e o escultor J. Berchmans de 1924. Escavações em 1964 e 1965 foram feitas pelo Serviço Arqueológico Grego a cargo de Christou para evidenciar novos fragmentos de escultura e arquitetura do templo. Em 1976 e 1977, Steinhauer, também do Serviço Arqueológico Grego, abriu sete trincheiras ao norte do templo. Entre 1990-1994, o Instituto Norueguês em Atenas, a cargo de E. Øtsby e de cooperação internacional, escavaram dois setores entre a cela do templo clássico. Duas fileiras de fundações arcaicas. O templo de Atena Alea foi projetado pelo escultor Escopas de Paros, num contexto no qual os arquitetos procuraram variedade, introduzindo ornamentos e combinando as ordens arquitetônicas. O templo tem uma configuração de peristilo de 6 x 14, justificada, segundo W. Dinsmoor (1950), pela adoção de um opistódomo e pela influência do templo de Apolo em Bassai (6 x 15). Para ele, as influências do templo de Bassai não param por aí e aponta também a colunata interna em semi-colunas (coríntias) e uma abertura lateral (porta) em sua planta. A configuração 6 x 14 encaixa a cela simetricamente em relação à terceira e décima-segunda colunas laterais, bem como às segunda e quinta colunas frontais e posteriores. As dimensões do eutintério são: 21,200 x 49,560 m. O edifício possui também duas rampas de acesso, uma frontal e outra lateral. O templo de Atena Alea foi construído em mármore e substituiu um predecessor do século VII a.C. que foi destruído pelo fogo em 394 ou 395 a.C. Para G. Gruben (1963), duas características importantes sobre o período são: colunas mais esbeltas na proporção de 6,1 diâmetros de coluna e um entablamento mais leve de ¼ da altura da coluna.

Referências bibliográficas:

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361
Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 151 - 190

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

1819. DODWELL, Edward. **A Classical and Topographical Tour through Greece during the Years 1801, 1805, and 1806.** Vol. II. London: Davison Rodwell and Martin.

1880. MILCHHÖFER, Arthur. Untersuchungsgrabungen in Tegea. **Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts (Athen. Abt.)**, Berlin, 5, p. 52-69.

1883. DÖRPFELD, Wilhelm. Der Tempel der Athena in Tegea. **Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts (Athen. Abt.)**, Berlin, Mann, 8, p. 274-285.

1901. MENDEL, Gustave. Fouilles de Tégée. **Bulletin de Correspondance Hellénique**, 25, p. 241-281.

1909. RHOMAIOS, Konstantinos A. Ανασκαφαι του Ναου της Αλέας. **Praktika tes em Athenais Archaologikes Etaireias**, p. 303-316.

1911. DUGAS, Charles. Les fouilles de Tégée. **Comptes rendus des séances de l'Académie des inscriptions et belles-lettres**, Paris, p. 257-268.

1921. DUGAS, Charles. Le sanctuaire d'Aléa Athéna à Tégée avant le IV^e siècle. **Bulletin de Correspondance Hellénique**, 45, p. 335-435.

1924. DUGAS, Charles.; BERCHMANS, Jules; CLEMMENSEN, Mogens. **Le sanctuaire d'Aléa Athéna à Tégée au IV^e siècle.** 2 vol. Paris: P. Geuthner.

1979. KOENIGS, Wolf. Zum Entwurf dorischer Hallen. **Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts (Istanbul. Abt.)**, Berlin, 29, p. 209-237.

1984. BANKEL, Hansgeorg. Moduli an den Tempeln von Tegea und Stratos? In: HOEPFNER, W. (Ed.) **Bauplanung und Bautheorie der Antike Bericht über ein Kolloquium in Berlin vom 16.11. bis 18.11.1983.** Berlin: Wasmuth, p. 159-166.

1984. BANKEL, Hansgeorg. Moduli an den Tempeln von Tegea und Stratos? Grenzen der Fussmassbestimmung. **Archäologischer Anzeiger**, Berlin, p. 413-430.

1984. NORMAN, Naomi J. The Temple of Athena Alea at Tegea. **American Journal of Archaeology**, 88, 2, p. 169-194.

1986. ØSTBY, Erik. The Archaic Temple of Athena Alea at Tegea. **Opuscula Atheniensi: acta Inst. Athen. Regni Sueciae**, Lund, 16, p. 75-102.

1995. NORDQUIST, Gullög C. Tidiga tempel i Tegea. **Medusa: Leiden University Journal For Undergraduate Research**, 16.2, p. 26-35.

1996. PAKKANEN, Jari. The Entasis of Greek Doric Columns and Curve Fitting: a Case Study on the Peristyle Column of the Temple of Athena Alea at Tegea. **Archeologia e Calcolatori**, 7, p. 693-702.

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

1998. PAKKANEN, Jari. **The Temple of Athena Alea at Tegea**. A Reconstruction of the Peristyle Column. (Publications by the Department of Art History at the University of Helsinki, 18). Helsinki: Department of Art History at the University of Helsinki and the Foundation of the Finnish Institute at Athens.

2014a. ØSTBY, Erik. (Ed.) **Tegea I**: Investigations in the Temple of Athena Alea 1991-94. (Papers and Monographs from the Norwegian Institute at Athens 3). Athens: The Norwegian Institute at Athens.

2014b. ØSTBY, Erik. (Ed.) **Tegea II**: Investigations in the Sanctuary of Athena Alea 1990-94 and 2004. (Papers and Monographs from the Norwegian Institute at Athens, 4). Athens: The Norwegian Institute at Athens.

2014c. ØSTBY, Erik. The Classical temple of Athena Alea at Tegea. In: E. Østby (Ed.), **Tegea II**: Investigations in the Sanctuary of Athena Alea 1990-94 and 2004. (Papers and Monographs from the Norwegian Institute at Athens, 4). Athens: The Norwegian Institute at Athens, p. 317-351.

2014a PAKKANEN, Jari. Observations on the reconstruction of the Late Classical temple of Athena Alea. In: E. Østby (Ed.), **Tegea II**: Investigations in the Sanctuary of Athena Alea 1990-94 and 2004. (Papers and Monographs from the Norwegian Institute at Athens, 4). Athens: The Norwegian Institute at Athens, p. 353-370.

2014b. PAKKANEN, Jari. Preliminary catalogue of the building blocks in the sanctuary. In: E. Østby (ed.), **Tegea II**: Investigations in the Sanctuary of Athena Alea 1990-94 and 2004. (Papers and Monographs from the Norwegian Institute at Athens, 4). Athens: The Norwegian Institute at Athens, p. 377-414.

2021. PAKKANEN, Jari. Documenting architectural repairs with photogrammetry: column drums of the temple of Athena Alea at Tegea. In: J. Vanden Broeck-Parant and T. Ismaelli (Eds.), **Ancient Architectural Restoration in the Greek World**. Proceedings of the International Workshop Held at Wolfson College, Oxford. Rome: Edizioni Quasar, p. 115-125.

2022. PAKKANEN, Jari. Marble in the mountains – econometrics of quarrying and transporting building stones for the temple of Athena Alea at Tegea, Greece. In: Brysbaert, A., Vikatou, I. and Pakkanen, J. (Eds.), **Shaping Cultural Landscapes**. Connecting Agriculture, Crafts, Construction, Transport, and Resilience Strategies. Leiden: Sidestone Press, p. 175-186.

4. Templo de Zeus, Nemeia, ca. 340-320 a.C.

Em 1766, um grupo de visitantes, financiados pela Sociedade Diletante de Londres, realizou as primeiras escavações na frente do templo, à procura de esculturas do pedimento leste. Em 1884, um arqueólogo francês escavou o templo de Zeus e a ruína de uma capela ao sul do templo. Em 1912, o mesmo arqueólogo francês fez uma nova

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 151 - 190

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

escavação, mas o sítio permaneceu quase inexplorado. Em 1924, a Escola Francesa de Atenas cedeu os seus direitos de escavar o sítio para a Escola Americana de Estudos Clássicos em Atenas. Logo começaram as escavações financiadas pela Universidade de Cincinnati, lideradas por Bert H. Hill e Cal W. Blegen. As campanhas se repetiram por três anos seguidos, com notáveis resultados. Depois da campanha de 1926, Nemeia recebeu pouca atenção até 1962, quando Ch. Williams começou a tarefa de produzir a tão esperada publicação do templo de Zeus. Em 1964, uma grande escavação tomou lugar em Nemeia. Dez anos depois, em 1973, uma equipe da Universidade da Califórnia em Berkeley, com o consentimento e financiamento da Escola Americana de Estudos Clássicos em Atenas, começou um projeto de escavação. Desde 1974 até 2021, a Universidade da Califórnia mantinha campanhas anuais de escavação dirigidas pelo arqueólogo Stephen G. Miller, recentemente falecido. Nemeia está situada na região da Argólida, a nordeste do Peloponeso, que se situa ao sul da Grécia. No segundo século d.C., Pausânias encontrou o santuário de Zeus em ruínas. Chegaram em pé da Antiguidade apenas três colunas, e várias foram reerguidas durante os trabalhos de restauro. O material empregado na construção do templo de Zeus foi o calcário local revestido de estuque e pintura. O acesso é através de uma rampa. A organização de sua planta é um pronaos, cela e ádito no subsolo, com acesso através de escadas. A cela é circundada por uma colunata coríntia. Segundo W. Dinsmoor (1950), as peculiaridades e detalhes semelhantes ao templo de Atena Alea sugerem que os mesmos artesãos foram empregados nos dois templos. Possui colunata 6 x 12 e entintério de dimensões 21,957 x 44,421 m. O grande templo de Zeus substitui um predecessor. A datação do templo tem como referência a datação da argila das telhas, cozidas num forno próximo ao templo.

Referências bibliográficas:

1797. DILETTANTY SOCIETY. **The Antiquities of Ionia**. Vol. 2. London: W. Bulmer and Co.

1838. BLOUET, Abel. **Expédition Scientifique de Morée**, 3. Paris: Libraire de Firmin Didot Frères.

1911. FRICKENHAUS, August; MÜLLER, Walter. Aus der Argolis. **Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts (Athen. Abt.)**, Berlin, 36, p. 21-32.

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

1925. CLEMMENSEN, Mogens; VALLOIS, René. Le Temple de Zeus à Némée. **Bulletin de Correspondance Hellénique**, 49, p. 1-20.

1966. HILL, Bert Hodge. **The Temple of Zeus at Nemea**. Princeton: American School of Classical Studies at Athens.

1982. BACCHIELLI, Lidiano. L'adyton del Tempio di Zeus a Nemea. **Rendiconti dell'Accademia nazionale dei Lincei, Classe di scienze morali, storiche e filologiche**, 8, 37, p. 219-237.

1983. COOPER, Frederick A. *et al.* **The Temple of Zeus at Memea: Perspectives and Prospects**. A guide to the exhibition. Athens: Benaki Museum and American School of Classical Studies.

1988. COOPER, Frederick A. The temple of Zeus at Nemea and architectural refinements of the fourth century B.C. In: **Πρακτικά του XIIε Διεθνούς Συνεδρίου Κλασικής Αρχαιολογίας**: Αθήνα, 4-10 Σεπτεμβρίου 1983. Τόμος Δ, αρχιτεκτονική, p. 37-40, Taf.

2000. MILLER, Stephen G. The Temple of Nemean Zeus. A California Landmark, **Chronicle of the University of California**, 4: p. 127-138.

2004. MILLER, Stephen G. *et al.* **Nemea: a guide to the site and museum**. Athens: Epikoinonia Ltd.

5. Templo de Zeus, Estrato, ca. 320-300 a.C.

Estrato está situada no noroeste da Grécia, entre Agrinio e Amfilóquia, na Acarnânia e foi a maior cidade da região. O mais antigo viajante, do qual temos notícia, que visitou as ruínas do templo de Zeus foi W. Leake em 1805. Em 1856, L. Heuzey foi o primeiro a mapear as paredes e os remanescentes do templo. Escavações arqueológicas ocorreram somente em 1892, no santuário de Zeus, dirigidas por A. Joubin da Escola Francesa de Atenas, EFA. F. Courby, Ch. Picard e R. Vallois continuaram os trabalhos em 1910. Em 1911, Picard e Ch. Avezou abriram trincheiras-teste para estudar o interior da cela. Os estudos da cela continuaram em 1924 por Picard e J. Replat. Em 1924, foi publicada a monografia sobre o templo de Zeus por Courby e Picard. Paralelamente, A. Orlandos publica um longo artigo sobre o templo de Zeus. Nos anos setenta, N. Norman estuda o interior da cela do templo. Mais recentes são os estudos extensivos feitos pela Sixth Ephorate of Prehistoric and Classical Antiquities e pelo Instituto Alemão de Arqueologia (DAI) ao redor do templo, que trouxeram resultados importantes descobrindo as pedreiras que forneceram a matéria-prima para a construção do templo.

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

As últimas campanhas em Estrato foram realizadas em 2000 e 2001 pelo Instituto Finlandês em Atenas, dirigidas por J. Pakkanen. O objetivo da missão finlandesa foi, a partir de novos estudos no sítio, corrigir equívocos ocorridos nas reconstituições feitas em 1924 por Courby e Picard. O templo de Zeus foi construído em calcário local numa plataforma artificial (sobre um antecessor do século V a.C., sem colunata) e seu culto foi identificado através de uma inscrição. O pavimento interno do templo mostra vestígios de destruição por terremoto na Antiguidade. A configuração de sua planta, com colunata 6 x 11, é organizada por um pronaos, uma cela (com colunata interna, jônica ou coríntia) e um opistódomo. Seu eutintério, ou seja, as dimensões totais de sua planta são 18,320 x 34,120 m. O templo mostra sinais de ter sido um edifício inacabado. Observamos isso, por exemplo, em suas colunas sem caneluras e bossagens (apenas com a marcação para as caneluras tanto no tambor inferior como no superior).

Referências bibliográficas:

1835. LEAKE, William M. **Travels in Northern Greece**. Vol. 1. London: J. Rodwell.

1860. HEUZEY, Léon. **Le mont Olympe et l'Acarmanie**. Exploration de ces deux regions, avec l'étude de leur antiquités, de leur populations anciennes et moderne, de leur géographie et de leur histoire. Paris: Firmin Didot frères, fils et cie.

1923. ORLANDOS, Anastasios K. Ο ἐν Στράτῳ της Ἀκαρνανίας ναὸς του Διός. **Archaiologikon Deltion**, 8, p. 1-51.

1924. COURBY, Fernand; PICARD, Charles. **Récherches Archéologiques à Stratos d'Acarmanie**. Paris: E. de Boccard.

1979. KOENIGS, Wolf. Zum Entwurf dorischer Hallen. **Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts (Istanbul. Abt.)**, Berlin, 29, p. 209-237.

1980. NORMAN, Naomi J. **The "Ionic" Cella: a Preliminary Study of Fourth Century B.C. Temple Architecture**. PhD thesis. Michigan: University of Michigan.

1984. BANKEL, Hansgeorg. Moduli an den Tempeln von Tegea und Stratos? In: HOEPFNER, Wolfram. (Ed.) **Bauplanung und Bautheorie der Antike Bericht über ein Kolloquium in Berlin vom 16.11. bis 18.11.1983**. Berlin: Wasmuth, p. 159-166.

1984. BANKEL, Hansgeorg. Moduli an den Tempeln von Tegea und Stratos? Grenzen der Fussmassbestimmung. **Archäologischer Anzeiger**, Berlin, p. 413-430.

ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS V E II A.C.

Claudio Walter Gomez Duarte

1996. SCHWANDNER, Ernst-Ludwig; KOLONAS, Lazaros. Beobachtungen am Zeusheiligtum von Stratos. **Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts (Athen. Abt.)**, Berlin, 16, p. 187-96.

2004. PAKKANEN, Jari. The temple of Zeus at Stratos: new observations on the building design. **Arctos - Acta Philologica Fennica**, 38, p. 95-121.

2013. PAKKANEN, Jari. **Classical Greek Architectural Desing: A Quantitative Approach**. Helsinki: Foundation of the Finnish Institute at Athens.

6. Templo de Apolo, Ptoio, ca. fim do século IV a.C.

Ptoio situa-se na Beócia, a leste, e pertence à pequena cidade de Akraiphia, na encosta oeste do Monte Ptoio. O santuário de Apolo está situado em três terraços que conduzem de sudoeste a noroeste à fonte de Perdiko Vrysi, lugar oracular que profetizou em nome da montanha divina, rapidamente identificada com Apolo. As primeiras escavações no santuário de Apolo foram dirigidas por M. Holleaux entre 1884-1886 e concluídas em 1888 e 1891. Os trabalhos de escavação foram retomados em 1903, por G. Mendel e L. Bizard. Em 1922, De La-Coste Messelière e Seyrig fizeram um importante reconhecimento da área e, mais tarde, em 1934 e 1936, as escavações foram retomadas por Feyel e Guillon. O templo de Apolo, construído em calcário, tinha configuração de colunata 6 x 11, e as dimensões do eutintério são: 11,650 x 24,720 m. Sua planta é organizada em pronaos e cela. Segundo T. Spawforth (2006), foram sugeridas duas datações para o templo, uma de meados do século V a.C. e outra do final do século IV. O templo de Apolo foi construído sobre as fundações do antigo templo, do tempo dos Pisistrátidas, que foi destruído em 335 a.C.

Referências bibliográficas:

1907. MENDEL, Gustave; BIZARD, Léon. Fouilles du Ptoïon (1903). **Bulletin de Correspondance Hellénique**, 31, 1, p. 185-207.

1915. ORLANDOS, Anastasios K. Ο ναός του Απολλωνος Πτωου. **Archaiologikon Deltion**, 1, p. 94-110.

1920. BIZARD, Léon. Fouilles du Ptoïon. II Inscriptions. **Bulletin de Correspondance Hellénique**, 44, 1, p. 227-262.

1971. DUCAT, Jean. **Les Kouroi du Ptoion**: Le Sanctuaire d'Apollon Ptoieus à l'époque archaïque. Paris E. de Boccard.

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 151 - 190

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

1980. JACQUEMIN, Anne. Antiquités du Ptoion. **Bulletin de Correspondance Hellénique**, 104, 1, p. 73-81.

7. Templo de Apolo, Claros, ca. fim IV a.C.

O santuário rural de Cláros está situado a 13 km de Éfeso, a 50 km ao norte da cidade de Izmir e a 2 km de distância do mar. Os vestígios do santuário permaneceram soterrados até 1826, quando foram descobertos por Arundell. O templo de Apolo só foi descoberto em 1950, pela equipe de escavação dirigida por Louis Robert e Roland Martin, que participaram dos trabalhos de campo e começaram os estudos. As escavações foram dirigidas entre 1988-1997 por De La Genière. Atualmente, as escavações estão a cargo de J. Ch. Moretti, que vem publicando artigos sobre o templo de Apolo sistematicamente desde 2008 até o presente. A construção do templo de Apolo começou no santuário de Claros no final do século IV a.C. É um templo dórico períptero com a crepidoma de cinco degraus. A configuração da colunata é 6 x 11, e a organização da cela é o pronaos e naos. No século II a.C., foi instalada uma cripta e duas salas, uma para o oráculo e a outra para os que iam se consultar. Um corredor construído sob o pronaos dava acesso às salas subterrâneas. Acima da cripta, foi construída uma base para as estátuas, que representa o grupo tríade apolíneo. Adriano financiou o entablamento das seis colunas da elevação e mais cinco em cada lado do edifício. As dimensões gerais do templo são: 25,160 x 46,285 m de eutintério, 23,492 x 43,748 m de estilóbato.

Referências bibliográficas:

1990. GENIÈRE, Juliette de La. Le sanctuaire d'Apollon à Claros, nouvelles découvertes. **Revue des études grecques**, 103, p. 95-110.

1992. GENIÈRE, Juliette de La. Le sanctuaire d'Apollon à Claros, découvertes recentes. **Comptes rendus des séances de l'Académie des inscriptions et belles-lettres**, Paris, p. 195-218.

1993. GENIÈRE, Juliette de La. L'inizio della romanizzazione a Claros. In: A. Mastrocinque (Ed.), **I grandi santuari della Grecia e l'Occidente**. (Labirinti. Collana del Dipartimento di Scienze Filologiche e Storiche, 3.). Trent: Dipartimento di Scienze Filologiche e Storiche, Università degli Studi, p. 69-79.

1993. GENIÈRE, Juliette de La. Sanctuaire d'Apollon (1995). **Comptes rendus des séances de l'Académie des inscriptions et belles-lettres**, Paris, p. 251-272.

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361
Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 151 - 190

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

1993. GENIÈRE, Juliette de La. Claros. Bilan provisoire de dix campagnes de fouilles, **Revue des études anciennes**, 100, p. 235-256, pl. I-XII.

2004. ÉTIENNE, Roland; VARÈNE, Pierre. **Sanctuaire de Claros**: L'architecture, Les propylées et les monuments de la voie sacrée, Fouilles de Louis et Jeanne Robert et Roland Martin, 1950-1961. Paris: Recherche sur les Civilisations.

2008. MORETTI, Jean-Charles; LAROCHE, Didier. Claros, le temple d'Apollon: travaux réalisés em 2006 et 2007. **Anatolia Antiqua: Revue internationale d'archéologie anatolienne**, 16, p. 355-364.

2009a. MORETTI, Jean-Charles. Claros, le temple d'Apollon: travaux réalisés em 2008. **Anatolia Antiqua: Revue internationale d'archéologie anatolienne**, XVII, p. 351-359.

2009b. MORETTI, Jean-Charles. Le temple d'Apollon à Claros: état des recherches en 2007. **Revue archéologique**, Paris, p. 162-175.

2010. CARLSON, Deborah N.; AYLWARD, William. The Kızılburun Shiwreck and the Temple of Apollo at Claros. **American Journal of Archaeology**, New York, 114, p. 145-159.

2010. FERRARY, Jean-Louis. Le sanctuaire de Claros à l'époque hellénistique et romaine. In: J. de La Genière; A. Vauchez; J. Leclant (Eds.), **Les sanctuaires et leur rayonnement dans le monde méditerranéen de l'antiquité à l'époque moderne**. Actes du 20ème colloque de la Villa Kérylos à Beaulieu-sur-Mer les 9 et 10 octobre 2009. Paris: Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 2010., p. 91-114.

2010. MORETTI, Jean-Charles. Claros, le temple d'Apollon: travaux réalisés em 2009. **Anatolia Antiqua: Revue internationale d'archéologie anatolienne**, 18, p. 301-304.

2010. MORETTI, J.-Ch.; LAROCHE, Didier. Le temple de l'oracle d'Apollon à Claros, Architecture grecque. **Les dossiers d'archéologie**, 342, p. 16-23.

2011. MORETTI, Jean-Charles. Claros, le temple d'Apollon: travaux réalisés en 2010. **Anatolia Antiqua: Revue internationale d'archéologie anatolienne**, 19, p. 289-301.

2012. MORETTI, Jean-Charles. Le Temple de l'Oracle d'Apollon à Claros. **HAL**, p. 111-126.

2012. MORETTI, Jean-Charles; BRESCH, Nicolas; BONORA, Isabel; RISS, Olivier. Claros, le temple d'Apollon: travaux réalisés en 2011. **Anatolia Antiqua: Revue internationale d'archéologie anatolienne**, 20, p. 205-213.

8. Templo de Atena, Troia, 2ª metade do século III a.C.

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

Troia (Ilion, moderna Hisarlık) está situada no noroeste da Ásia Menor, atual Turquia. Troia foi escavada por H. Schliemann, W. Dörpfeld e C. Blegen. As escavações começaram em 1870. Em 1882, Schliemann recebeu a colaboração de Dörpfeld, que tinha participado das escavações em Olímpia. Dörpfeld identificou nove camadas de civilizações distintas. Novas escavações foram dirigidas entre 1932-1938 por Blegen. Desde 1987, escavações de grandes dimensões em Troia vêm sendo financiadas pela Mercedes Benz. Damos destaque a uma pesquisa relativamente recente sobre o templo de Atena publicada no periódico *Studia Troica* de 2003 por C. Rose. Segundo E. Akurgal (1990), esse foi o edifício mais importante construído no período helenístico. Heródoto (VII, 43) escreveu que Xerxes sacrificou mil bois à deusa. O templo foi construído na camada cultural Troia VIII, e o local foi totalmente escavado. No lugar onde o templo foi construído hoje resta apenas uma plataforma e um grande buraco. Várias partes do templo estão junto com as ruínas do teatro romano, e outras encontram-se no museu local. O templo teve um peristilo de 6 x 12, e as dimensões do eutintério são 16,400 x 35,700 m. Os pórticos, tanto do pronaos como do opistódomo, são distílicos e estão entre meias colunas dóricas alinhadas com as paredes da cela. A organização de sua planta é: pronaos, cela e opistódomo.

Referências bibliográficas:

1902. DÖRPFELD, Wilhelm. **Troja und Ilion**. Ergebnisse der ausgrabungen in den vorhistorischen und historischen schichten von Ilion 1870-1894. Athen: Beck & Barth.

1962. GOETHERT, Friedrich W.; SCHLEIF, Hans. **Der Athenatempel von Ilion**. Berlin: De Gruyter.

1964. HOLDEN, Beatrice M. **The Metopes of the Temple of Athena at Ilion**. Northampton: Smith College.

1969. HOEPFNER, Wolfram. Zum Entwurf des Athena-Tempels in Ilion, **Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts (Athen. Abt.)**, Berlin, 84, p. 165-181.

1973. KNELL, Heiner. Der Athenatempel in Ilion. Eine Korrektur zur Grundrißrekonstruktion. **Archäologischer Anzeiger**, Berlin, p. 131-133.

1990. AKURGAL, Ekrem. **Ancient civilizations and ruins of Turkey**. Istanbul: NET Turistik Yayınlar.

2003. ROSE, C. Brian. The Temple of Athena at Ilion. **Studia Troica**, 13, p. 27-88.

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

2004. HERTEL, Dieter. Zum Heiligtum der Athena Ilias von Troia IX und zur frühhellenistischen Stadtanlage von Ilion. **Archäologischer Anzeiger**, Berlin, p. 177-205

9. Templo de Asclépio, Messena, ca. 200 a.C.?

A antiga Messena está situada no sudoeste do Peloponeso, a noroeste da atual Kalamata. A cidade foi fundada em 369 a.C. O templo de Asclépio foi escavado por A. Orlandos em 1969 e 1970. Em 1970, Orlandos publica a arquitetura do templo no periódico *Praktika* de 1971. O templo tem uma colunata de 6 x 12, e sua planta foi organizada em pronaos, naos e opistódomo. As dimensões do eutintério são 13,664 x 27,970 m. Em termos de execução, o templo apresenta encaixes muito bem sincronizados. Um novo estudo de 2011, de E. Sioumpara, revisa a reconstituição feita por Orlandos em 1971, apresentando uma nova reconstituição baseada em novas evidências. Este templo é um caso raro onde a proporção entre a base da coluna e a sua altura é 1:7, o que coincide com a recomendação de Vitrúvio para os templos de ordem dórica. Normalmente, os templos helenísticos são vistos como réplicas dos templos gregos do período clássico, e Sioumpara, através de seu estudo pormenorizado, tenta desfazer esse equívoco, mostrando as inovações do período. Vários blocos permanecem in situ, e o primeiro degrau do crepidoma permanece intacto.

Referências bibliográficas:

1971. ORLANDOS, Anastasios K. Ανασκαφαι Μεσσηνης. **Praktika tes em Athenais Archaologikes Etaireias**, p. 157-171.

1998. THEMELIS, Petros G. **Ancient Messene: site and monuments**. Marousi: D & G. Kalofolias.

2003a. THEMELIS, Petros G. *et al.* **Ancient Messene**. Athens: Ministry of Culture, Archaeological Receipts Fund.

2003b. THEMELIS, Petros G. **Heroes at ancient Messene**. Athens: Archaeological Society at Athens.

2007. MÜTH, Silke. **Eigene Wege: Topographie und Stadtplan von Messene in spätklassisch- hellenistischer Zeit**. Radhen/Westf: M. Leidorf.

2010. ITO, J. (ed.). **International Symposium for ancient Messene and Phigalia**. Kumamoto: Kumamoto University.

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361
Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 151 - 190

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

2011. SIOUMPARA, Elisavet P. **Der Asklepios-Tempel von Messene auf der Peloponnes**: Untersuchungen zur hellenistischen Tempelarchitektur. München: Hirmer Verlag.

10. Templo de Asclépio, Cós, ca. 160-150 a.C.

Cós é uma ilha situada próxima à costa da Turquia, a noroeste da ilha de Rodes, pertencente ao grupo das Esporades, hoje Dodecaneso. O santuário de Asclépio permaneceu soterrado durante cerca de 1.350 anos, depois do terremoto de 554/551 d.C. Ele foi descoberto pelo arqueólogo alemão Rudolf Herzog (1871-1953), com a ajuda de Lakobos Zarraftis (1845-1933), um estudioso da antiguidade, em 9 de outubro de 1902. W. R. Paton, um arqueólogo inglês, foi o primeiro a ir a Cós, enviado pela Academia de Berlim, para rastrear a posição exata do Asklepieion. Mais tarde, Paton se juntou a Rudolf Herzog, que veio a Cós para realizar escavações preliminares em lugares próximos à cidade de Cós. Paton, estudando minuciosamente a área, deduziu a posição do Asclepieion. Zarraftis, assistente de Herzog, concordou com Paton e realizou uma escavação preliminar nessa área, que resultou na descoberta do Asclepieion. Herzog usou na escavação até 1905 o método de superfícies amplas, com instrumentos delicados, para descobrir vários objetos do período helenístico, bem como dos períodos pós-helenístico e romano. Não se sabe se Herzog conduziu novas escavações nessa área para encontrar vestígios de outros períodos. Em 1928, Luciano Laurenzi, um arqueólogo italiano, iniciou escavações no nível mais baixo para o lado leste do primeiro terraço e conseguiu, em 1930, encontrar termas romanas. Mais tarde, em 1938, artesãos gregos começaram os trabalhos de restauração, com a ajuda de arqueólogos italianos, arquitetos e topógrafos, que foram interrompidos em 1940 devido à guerra. Desde 1986, vigora o Programa Arqueológico Halasarna, um projeto em andamento da Universidade de Atenas, na ilha de Cós. Os principais objetivos desse programa são estudar as diversas fases de ocupação. Pouco restou do templo dórico de Cós, e seus vestígios limitam-se a pouco mais do que suas fundações, parte do crepídoma e alguns tambores de colunas. O templo de Asclépio foi construído em pedra calcária, com mármore branco apenas nas partes superiores. Foi um templo períptero de configuração 6 x 11, com eutintério de dimensões 18,075 x 33,280 m. Sua planta foi organizada em pronaos e naos. O templo, localizado no terraço superior do santuário, tem orientação nordeste, com a elevação principal voltada para o mar.

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

Referências bibliográficas:

1927. SUDHOFF, Karl. **Kos und Knidos**: erschautes, erforschtes und durchdacht aus der südöstlichen Aegaeis. München: Verl der Munchner Drucke.
1932. SCHAZMANN, Paul. **Asklepieion**. Baubeschreibung und Baugeschichte I. In: R. HERZOG (Hrsg.). Kos. Ergebnisse der deutschen Ausgrabungen und Forschungen. Berlin: Heinrich Keller.
1956. KONTIS, Ioannis. **Αι ελληνιστικά διαμορφώσεις του Ασκληπείου της Κω, Ρόδος**.
1958. KONTIS, Ioannis. Zum antiken Stadtbauplan von Rhodos. **Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts (Athen. Abt.)**, Berlin, 73, 1958, p. 146-158.
1972. LAUTER, Hans. Kunst und Landschaft: Ein Beitrag zum rhodischen Hellenismus. *Antike Kunst*, 15, p. 49-59.
1978. SHERWIN-WHITE, Susan M. **Ancient Cos**: an historical study from the Dorian settlement to the Imperial period. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht.
1984. HOEPFNER, Wolfram. ΦΙΛΑΔΕΛΦΕΙΑ. Ein Beitrag zur frühen Hellenistischen Architektur. **Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts (Athen. Abt.)**, Berlin, 99, p. 353-364.
1998. PETIT, F.; DE WAELE, Jos A.K.E. Le dessin du temple A d'Asklepios à Cos. **Pharos - Journal of the Netherlands Institute at Athens**, 6, p. 61-70.
2007. SENSENEY, John R. Idea and Visuality in Hellenistic Architecture: A Geometric Analysis of Temple A of the Asklepieion at Kos. **Hesperia - The Journal of the American School of Classical Studies at Athens**, 76, 3, p. 555-595.

Coordenadas

Para fornecer as coordenadas geográficas dos templos selecionados para o nosso artigo, utilizamos os dados da recente pesquisa de P. Moutsiakis e D. Kaimaris de 2023. Este estudo é de suma importância e georreferencia 271 templos da Antiguidade grega que datam desde o período geométrico até a era romana. Infelizmente, o estudo se restringe aos templos que estão em solo grego atual, o que deixa de fora dois templos de nosso conjunto: o templo de Atena em Troia e o templo de Apolo em Claros, localizados na atual Turquia. Mesmo assim, a partir de agora, é uma importante obra de referência.

ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS V E II A.C.

Claudio Walter Gomez Duarte

Quadro. 1. Posição do templo (latitude N e longitude E em graus decimais, Sistema de Referência: WGS84).

Edifícios	Datações a.C.	Referências de datação	Planta e colonata: distribuição	N latitude	E longitude
1. Templo de Poseidon Súnio	ca. 450-430	RJW	P-N-O (6 X 13)	37,6501642	24,0245747
2. Templo de Asclépio Epidauro	ca. 400-366	RJW	P-N (6 X 11)	37,5986300	23,0744717
3. Templo de Atena Aleia Tegeia	ca. 350-335	RJW	P-N-O (6 x 14)	37,4554832	22,4204059
4. Templo de Zeus Nemeia	ca. 340-320	RJW	P-N-Cr (6 x 12)	37,8095308	22,7104570
5. Templo de Zeus Estrato	ca. 320-300	RJW	P-N-O (6 X 11)	38,6712747	21,3111021
6. Templo de Apolo Ptoio	ca. fim IV	SIOUMPARA	P-N (6 X 13)	38,4595020	23,2510345
7. Templo de Apolo Claros	ca. fim IV	MORETTI	P-N (6 X 11)	-	-
8. Templo de Atena Tróia	ca. seg. met. III	SIOUMPARA	P-N-O (6 x 12)	-	-
9. Templo de Asclépio Messena	ca. 200?	SIOUMPARA	P-N-O (6 x 12)	37,1755946	21,9204621
10. Templo de Asclépio Cós	ca. 160-150	SIOUMPARA	P-N (6 X 11)	36,8752202	27,2567630

Fonte: Moutsiakis; Kaimaris, 2023, p. 48-52. Cronologia: RJW = WOODWARD, 2012; SIOUMPARA = SIOUMPARA, 2011; MORETTI = MORETTI; BRESCH; BONORA; RISS, 2012.

Fotos:

Prancha com os dez templos que compõem o *corpus* documental. Fonte: Figuras 1 e 4, acevo pessoal; 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, https://commons.wikimedia.org/wiki/Main_Page (Acesso: 12/10/2023); 6, Ducat, 1971, prancha 1.

1. Templo de Poseidon, Cabo Súnio.



2. Templo de Asclépio, Epidauro.



3. Templo de Atena Alea, Tegeia.



4. Templo de Zeus, Nemeia.



5. Templo de Zeus, Estrato.



6. Templo de Apolo, Ptoio.



**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

7. Templo de Apolo, Claros.



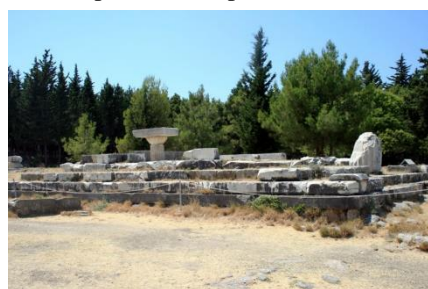
8. Templo de Atena, Troia.



9. Templo de Asclépio, Messena.



10. Templo de Asclépio, Cós.



Dimensões e Módulos⁹

Análise modular completa das plantas, feita pelo autor, em Duarte (2015, p. 179-189).

Quadro. 2. Compilação das medidas de 10 planta em metros e módulos (tríglicos) – acrescentamos também a média das dimensões de cada elemento arquitetônico em módulos.

⁹ A palavra módulo é relativa à arquitetura modular. Apresentado no *Tratado de Arquitetura* de Vitruvius, IV livro, o procedimento modular processa-se da seguinte maneira: para os templos dóricos o módulo – referência arquitetônica – é definido pela largura do tríglico, elemento arquitetônico característico da ordem dórica que quando intercalado na sequência tríglico-métopa-tríglico repetidas vezes ao longo de uma elevação compõe o friso dórico (que se posiciona acima da arquitrave, viga). A sequência vertical: crepidoma, colunas (fuste, capitel – gola-equino-ábaco), arquitrave, friso (tríglico-métopa-tríglico), cornija horizontal, tímpano e cornijas inclinadas formam a elevação dórica por excelência. A largura do tríglico é definida a partir da largura do templo, na altura do estilóbato, dividindo a largura do templo em 42 partes iguais, para templos de configuração hexastilo (ou seja, seis colunas tanto na elevação frontal e posterior). Uma vez definida a largura do tríglico como módulo, esta passa a reger o projeto (DUARTE, 2015, p 52).

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

Plantas: Análise Modular	1. Poseidon	2. Asclépio	3. Atena A.	4. Zeus	5. Zeus	6. Apolo	7. Apolo	8. Atena	9. Asclépio	10. Asclépio	Média em
P: Pronaos; N: naos	Súnio	Epidauro	Tegeia	Nemeia	Estrato	Ptoio	Claros	Tróia	Messena	Cós	Módulos
O: Opistódomo; Cr: Cripta	ca. 450-430	ca. 400-366	ca. 350-335	ca. 340-320	ca. 320-300	ca. fim IV	ca. fim IV	ca. 2. met. III	ca. 200?	ca. 160-150	M
Colunata	6 x 13	6 x 11	6 x 14	6 x 12	6 x 11	6 x 13	6 x 11	6 x 12	6 x 12	6 x 11	
Planta	P-N-O	P-N	P-N-O	P-N-Cr	P-N-O	P-N	P-N	P-N-O	P-N-O	P-N	
Degraus	3	3	3	3	3	3	5	3	3	3	
1 Tríglypho/Módulo	0,511	0,441	0,710	0,730	0,625	0,382	0,880	0,575	0,478	0,610	-
2 Módulos	1 M	1 M	1 M	1 M	1 M	1 M	1 M	1 M	1 M	1 M	1 M
3 Métopa	0,750	0,688	1,081	1,142	0,955	0,552	1,238	0,863	0,716	0,890	-
4 Módulos	1,467	1,560	1,522	1,564	1,528	1,445	1,407	1,500	1,498	1,459	1,495
5 Eutintério Frontal	15,420	13,200	21,200	21,957	18,320	11,650	25,160	16,400	13,664	18,075	-
6 Módulos	29,940	29,931	29,859	30,074	29,312	30,497	28,591	28,521	28,586	29,631	29,494
7 Eutintério Lateral	33,480	24,450	49,560	44,421	34,120	24,720	46,285	35,700	27,970	33,280	-
8 Módulos	65,009	55,442	69,802	60,842	54,592	64,712	52,597	62,086	58,515	54,557	59,815
9 Estilóbato Frontal	13,720	11,900	19,160	20,085	16,640	9,850	23,492	15,130	12,710	15,965	-
10 Módulos	26,640	26,984	26,985	27,510	26,592	25,785	26,695	26,313	26,590	26,172	26,627
11 Estilóbato Lateral	31,780	23,150	47,550	42,549	32,440	22,930	43,748	32,290	27,016	31,170	-
12 Módulos	61,708	52,494	66,971	58,278	51,904	60,026	49,714	56,156	56,519	51,098	56,487
13 Dimensão Axial frontal	12,580	10,934	17,518	18,156	15,170	8,962	20,801	13,820	11,594	14,535	-
14 Módulos	24,427	24,793	24,673	24,868	24,272	23,460	23,638	24,034	24,255	23,827	24,225
15 Dimensão Axial lateral	30,640	22,184	45,878	40,618	30,870	22,038	41,976	31,100	25,910	29,800	-
16 Módulos	59,495	50,303	64,616	55,633	49,552	57,691	47,700	54,086	54,205	48,852	54,213
17 Intercólonio Frontal:	2,580	2,260	3,613	3,750	3,160	1,868	4,235	2,880	2,398	3,045	-
18 normal e angular	2,420	2,052	3,355	3,453	2,845	1,679	4,048	2,590	2,200	2,700	-
19 Módulos	5,009	5,124	5,045	5,136	5,056	4,890	4,813	5,008	5,017	4,992	5,009
20 Módulos	4,699	4,653	5,088	4,729	4,552	4,395	5,469	4,500	4,603	4,426	4,711
21 Intercólonio Lateral:	2,580	2,260	3,582	3,746	3,160	1,868	4,235	2,880	2,390	3,050	-
22 normal e angular	2,420	2,052	3,238	3,452	2,845	1,679	4,048	2,590	2,200	2,700	-
23 Módulos	5,009	5,124	5,045	5,131	5,056	4,890	4,813	5,008	5,000	5,000	5,008
24 Módulos	4,699	4,653	4,560	4,728	4,552	4,395	4,600	4,500	4,603	4,426	4,572
25 Crepidoma:	0,850	0,650	1,050	0,936	0,862	0,895	1,269	1,705	0,477	1,055	-
26 Frontal e Lateral	0,850	0,650	1,020	0,936	0,872	0,900	0,834	0,635	0,477	1,055	-
27 Módulos	1,650	1,473	1,415	1,282	1,379	2,342	1,441	2,965	0,998	1,729	1,667
28 Módulos	1,650	1,473	1,436	1,282	1,395	2,356	0,948	1,104	0,998	1,729	1,437
29 Coluna: Diâmetro inferior	1,018	0,920	1,456	1,628	1,290	0,800	1,712	1,250	1,000	1,270	-
30 Módulos	1,976	2,086	2,050	2,230	2,064	2,094	1,945	2,174	2,092	2,081	2,079
31 Cela: Largura	7,830	6,830	10,800	11,600	9,590	6,012	13,300	8,634	7,855	9,356	-
32 Módulos	15,203	15,487	15,211	15,888	15,344	15,038	15,114	15,015	16,433	15,337	15,407
33 Cela: Comprimento	22,380	16,450	33,284	31,100	20,490	17,800	30,800	21,586	17,774	22,098	-
34 Módulos	43,456	37,301	46,878	42,597	32,784	46,596	35,000	37,540	37,184	36,226	39,556
35 Pronau: Largura	6,240	5,650	8,944	9,200	7,960	4,571	10,800	6,650	6,355	7,144	-
36 Módulos	12,116	12,811	12,597	12,601	12,736	11,965	12,273	11,565	13,295	11,711	12,367
37 Pronau : Comprimento	4,928	3,580	6,343	6,550	4,840	3,770	8,600	3,621	5,096	6,463	-
38 Módulos	9,568	8,117	8,933	8,971	7,744	9,869	9,773	6,297	10,661	10,550	9,048
39 Nau: Largura	6,240	5,650	8,944	9,200	7,960	4,571	10,800	6,650	6,355	7,144	-
40 Módulos	12,116	12,811	12,597	12,601	12,736	11,965	12,273	11,565	13,295	11,711	12,367
41 Nau: Comprimento	12,150	11,320	20,150	22,450	9,225	13,140	18,800	12,360	7,300	13,542	-
42 Módulos	23,592	25,688	28,380	30,749	14,760	34,397	21,364	21,495	15,272	22,200	23,790
43 Opistódomo: Largura	6,240	-	8,944	-	7,960	-	-	6,650	6,355	-	-
44 Módulos	12,116	-	12,597	-	12,736	-	-	11,565	13,295	-	12,462
45 Opistódomo: Comprimento	3,730	-	5,000	-	4,410	-	-	3,621	4,053	-	-
46 Módulos	7,242	-	7,042	-	7,056	-	-	6,297	8,479	-	7,223
47 Pteroma: Frontal	5,065	4,165	7,118	7,100	5,975	3,486	8,200	5,402	4,621	3,229	-
48 Módulos	9,834	9,444	10,025	9,725	9,560	9,125	9,318	9,394	9,667	5,293	9,139
49 Pteroma: Posterior	4,929	2,535	7,118	4,349	5,975	1,706	4,700	5,402	4,621	3,380	-
50 Módulos	9,570	5,748	10,025	5,957	9,560	4,465	5,341	9,394	9,667	5,540	7,527
51 Pteroma: Lateral direito	2,980	2,535	4,180	4,243	3,525	1,956	5,096	3,248	2,428	3,380	-
52 Módulos	5,786	5,748	5,887	5,811	5,640	5,120	5,791	5,648	5,078	5,540	5,605
53 Pteroma: Lateral esquerdo	2,980	2,535	4,180	4,243	3,525	1,965	5,096	3,248	2,428	3,380	-
54 Módulos	5,786	5,748	5,887	5,811	5,640	5,120	5,791	5,648	5,078	5,540	5,605

Fonte: Quadro, confeccionado pelo autor, em Duarte (2015, p. 198).

Análise modular completa das elevações, feita pelo autor, em Duarte (2015, p. 179-189).

Quadro. 3. Compilação das medidas de 10 elevações em metros e módulos (tríglyphos) – acrescentamos também a média das dimensões de cada elemento arquitetônico em módulos.

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

Elevações: Análise Modular	1. Poseidon	2. Asclépio	3. Atena A.	4. Zeus	5. Zeus	6. Apolo	7. Apolo	8. Atena	9. Asclépio	10. Asclépio	Média em
P: Pronaos; N: naos	Súnio	Epidauro	Tegeia	Nemeia	Estrato	Ptoio	Claros	Tróia	Messena	Cós	Módulos
O: Opistódomo; Cr: Cripta	ca. 450-430	ca. 400-366	ca. 350-335	ca. 340-320	ca. 320-300	ca. fim IV	ca. fim IV	ca. 2. met. III	ca. 200?	ca. 160-150	M
Colunata	6 x 13	6 x 11	6 x 14	6 x 12	6 x 11	6 x 13	6 x 11	6 x 12	6 x 12	6 x 11	
Planta	P-N-O	P-N	P-N-O	P-N-Cr	P-N-O	P-N	P-N	P-N-O	P-N-O	P-N	
Degraus	3	3	3	3	3	3	5	3	3	3	
1 Tríglofo/Módulo	0,511	0,441	0,710	0,730	0,625	0,382	0,880	0,575	0,478	0,610	-
2 Módulos	1 M	1 M	1 M	1 M	1 M	1 M	1 M	1 M	1 M	1 M	1 M
3 Métopa	0,750	0,688	1,081	1,142	0,955	0,552	1,238	0,863	0,716	0,890	-
4 Módulos	1,467	1,560	1,522	1,564	1,528	1,445	1,407	1,500	1,498	1,459	1,495
5 Eutinério Frontal	15,200	13,200	21,200	21,957	18,320	11,650	25,160	16,400	13,664	18,075	-
6 Módulos	29,745	29,931	29,859	30,074	29,312	30,497	28,591	28,521	28,586	29,631	29,475
7 Estilóbato Frontal	13,480	11,900	19,160	20,085	16,640	9,850	23,492	15,130	12,710	15,965	-
8 Módulos	26,379	26,984	26,985	27,510	26,592	25,785	26,695	26,313	26,590	26,172	26,601
9 Dimensão Axial frontal	12,315	10,934	17,518	18,156	15,170	8,962	20,801	13,820	11,594	14,535	-
10 Módulos	24,099	24,793	24,673	24,868	24,272	23,460	23,638	24,034	24,255	23,827	24,192
11 Intercólonio Frontal: normal	2,525	2,260	3,613	3,750	3,160	1,868	4,235	2,880	2,398	3,045	-
12 e angular	2,370	2,052	3,355	3,453	2,845	1,679	4,048	2,590	2,200	2,700	-
13 Módulos	4,941	5,124	5,088	5,136	5,056	4,890	4,813	5,008	5,017	4,992	5,006
14 Módulos	4,637	4,653	4,725	4,729	4,552	4,395	4,600	4,500	4,603	4,426	4,582
15 Coluna: Diâmetro inferior	1,020	0,920	1,550	1,628	1,290	0,800	1,712	1,250	1,000	1,270	-
16 Módulos	1,996	2,086	2,183	2,230	2,064	2,094	1,945	2,174	2,092	2,081	2,095
17 Coluna: diâmetro superior	0,779	0,748	1,210	1,307	1,010	0,631	1,500	1,000	0,860	1,000	-
18 Módulos	1,524	1,695	1,704	1,789	1,616	1,653	1,705	1,739	1,799	1,639	1,686
19 Coluna: altura	6,140	5,705	9,560	10,325	7,908	4,840	11,380	8,120	7,000	8,350	-
20 Módulos	12,016	12,937	13,465	14,142	12,653	12,670	12,932	14,122	14,644	13,689	13,327
21 Arquitrave: altura	0,834	0,610	0,968	1,034	0,825	0,500	1,165	0,736	0,638	0,803	-
22 Módulos	1,632	1,383	1,936	2,068	1,650	1,000	2,330	1,472	1,276	1,606	-
23 Friso: altura	0,829	0,688	1,088	1,151	0,945	0,562	1,430	0,863	0,800	0,960	-
24 Módulos	1,622	1,560	1,532	1,576	1,512	1,471	1,625	1,501	1,674	1,574	1,565
25 Ordem sem cornija: altura	7,803	7,003	11,616	12,509	9,678	5,902	13,975	9,719	8,438	10,113	-
26 Módulos	15,270	15,880	16,361	17,133	15,485	15,450	15,881	16,903	17,653	16,579	16,259
27 Capitel-ábaco: altura	0,198	0,122	0,248	0,250	0,202	0,132	0,225	0,200	0,120	0,200	-
28 Módulos	0,387	0,277	0,496	0,500	0,404	0,264	0,450	0,400	0,240	0,400	-
29 Capitel-ábaco: largura	1,108	0,811	1,616	1,760	1,360	0,868	1,777	1,300	1,200	1,400	-
30 Módulos	2,168	1,839	2,276	2,411	2,176	2,273	2,019	2,261	2,510	2,295	2,223
31 Capitel-equino: altura	0,158	0,083	0,158	0,168	0,136	0,105	0,175	0,125	0,220	0,150	-
32 Módulos	0,309	0,188	0,223	0,229	0,218	0,275	0,199	0,217	0,460	0,246	0,256
33 Altura total	9,909	8,853	14,101	15,119	11,743	7,209	17,700	11,969	10,288	13,203	-
34 Módulos	19,391	20,075	19,861	20,708	18,789	18,871	20,114	20,816	21,523	21,644	20,179
											Média em
											Graus
35 Frontão: ângulo - graus	13	12	12	12	12	15	15	16	12	18	13,700

Fonte: Quadro, confeccionado pelo autor, em Duarte (2015, p. 180).

Proporções da Colunata

Com o objetivo de corroborar as passagens (IV, 1, 6) e (IV, 1, 8) do *Tratado de Arquitetura* de Vitruvius e, dialogando com os vestígios materiais, como dissemos anteriormente, selecionamos dez templos dóricos hexastilos. O critério de seleção foi agrupar templos com colunas de proporções que variam entre [1:6] e [1:7] entre o diâmetro inferior e a altura (incluindo o capitel). Feito isso, identificamos elementos de mudança de gosto, pelos gregos, para as colunas dóricas. Os dois quadros a seguir, a seguir, fornecem informações importantes.

No Quadro 2, a primeira informação relevante é a cronológica. Os templos pertencem a um intervalo cronológico de *ca.* 300 anos. Importante observar que, identificamos apenas uma ocorrência com proporção aproximada de [1:6]. É o caso do templo de Poseidon em Súnio *ca.* 450-430, do século V a.C. Oito templos têm proporções maiores que [1:6] e menores que [1:7]. Desses oito templos, seis pertencem ao século IV

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

a.C. e dois ao século III a.C. Observamos também que, temos apenas um exemplar da amostra com a proporção equivalente a [1:7], é o caso do templo de Asclépio em Messena, ca. 200 a.C.?, século III a.C. Tradicionalmente, se atribui um desenvolvimento “evolutivo” às proporções dos templos dóricos associado à sua cronologia. Quando observamos o quadro 4, organizado cronologicamente, percebemos que a organização cronológica não acompanha linearmente a distribuição proporcional das colunas. Por outro lado, quando observamos o quadro 5, organizado pelas proporções, observamos uma clara desorganização na linha cronológica. Ou seja, as proporções não são um método completamente seguro para se fazer uma datação. Há outros critérios que devem ser levados em consideração, como, por exemplo, o desenvolvimento das técnicas construtivas.

Quadro. 4. Apresenta os templos organizados cronologicamente. Tipologia da planta, colunata, quantidade de degraus e a proporção entre o diâmetro inferior e a altura da coluna (incluindo a altura do capitel).

Edifícios	Datações a.C.	Referências de datação	Planta e colunata: distribuição	Degraus	Col./Col. Diam
1. Templo de Poseidon, Súnio	ca. 450-430	RJW	P-N-O (6 X 13)	3	6,020
2. Templo de Asclépio, Epidauro	ca. 400-366	RJW	P-N (6 X 11)	3	6,269
3. Templo de Atena Aleia, Tegeia	ca. 350-335	RJW	P-N-O (6 x 14)	3	6,168
4. Templo de Zeus, Nemeia	ca. 340-320	RJW	P-N-Cr (6 x 12)	3	6,342
5. Templo de Zeus, Estrato	ca. 320-300	RJW	P-N-O (6 X 11)	3	6,178
6. Templo de Apolo, Ptoio	ca. fim IV	SIOUMPARA	P-N (6 X 13)	3	6,050
7. Templo de Apolo, Claros	ca. fim IV	MORETTI	P-N (6 X 11)	5	6,648
8. Templo de Atena, Tróia	ca. seg. met. III	SIOUMPARA	P-N-O (6 x 12)	3	6,496
9. Templo de Asclépio, Messena	ca. 200?	SIOUMPARA	P-N-O (6 x 12)	3	7,000
10. Templo de Asclépio, Cós	ca. 160-150	SIOUMPARA	P-N (6 X 11)	3	6,575

Fonte: Duarte, 2015, p. 190.

Quadro. 5. Apresenta as proporções organizadas da menor à maior, entre o diâmetro inferior e a altura da coluna (incluindo a altura do capitel).

Edifícios	Datações a.C.	Referências de datação	Planta e colunata: distribuição	Degraus	Col./Col. Diam
1. Templo de Poseidon, Súnio	ca. 450-430	RJW	P-N-O (6 X 13)	3	6,020
6. Templo de Apolo, Ptoio	ca. fim IV	SIOUMPARA	P-N (6 X 13)	3	6,050
3. Templo de Atena, Aleia Tegeia	ca. 350-335	RJW	P-N-O (6 x 14)	3	6,168
5. Templo de Zeus, Estrato	ca. 320-300	RJW	P-N-O (6 X 11)	3	6,178
2. Templo de Asclépio, Epidauro	ca. 400-366	RJW	P-N (6 X 11)	3	6,269
4. Templo de Zeus, Nemeia	ca. 340-320	RJW	P-N-Cr (6 x 12)	3	6,342
8. Templo de Atena, Tróia	ca. seg. met. III	SIOUMPARA	P-N-O (6 x 12)	3	6,496
10. Templo de Asclépio, Cós	ca. 160-150	SIOUMPARA	P-N (6 X 11)	3	6,575
7. Templo de Apolo, Claros	ca. fim IV	MORETTI	P-N (6 X 11)	5	6,648
9. Templo de Asclépio, Messena	ca. 200?	SIOUMPARA	P-N-O (6 x 12)	3	7,000

Fonte: Duarte, 2015, p. 190.

ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS V E II A.C.

Claudio Walter Gomez Duarte

Em geral, as proporções fornecem boas pistas para estabelecer uma cronologia de templos gregos. Contudo, mais dados sobre um edifício devem ser levados em consideração.

A nossa seleção de edifícios não é homogênea em termos de planta. Eles também possuem diferentes configurações de colunata e tipos de cela. Isso, no entanto, não impediu uma minuciosa análise. Essas configurações de plantas podem ser apreciadas e comparadas numericamente na seção acima “Dimensões e módulos” no Quadro 2, bem como visualmente, na seção acima “Fotos, elevações e plantas”.

É importante salientar que, não só as proporções das colunas foram determinantes para definir o aspecto de uma elevação dórica, como a articulação preliminar de todas as outras proporções dos demais elementos arquitetônicos envolvidos. Como apresentamos, podemos estabelecer um contraponto significativo entre as proporções das colunas do templo de Poseidon em Súnio, *ca.* 450-430 a.C. [1:6,020] e as do templo de Asclépio em Messena, 200? a.C. [1:7]. Observamos que são os extremos proporcionais que vão ao encontro direto com o testemunho de Vitrúvio em seu *Tratado de Arquitetura* nas passagens (IV, 1, 6) e (IV, 1, 8). É ingênuo levar o texto de Vitrúvio *ipsis litteris* e esperar que todos os templos gregos tivessem somente dois tipos de proporção de colunas: [1:6] ou [1:7]. O tratado traz mais uma generalização ou abstração e alguns parâmetros que raramente foram encontrados refletidos nos vestígios materiais. Isso, infelizmente, de alguma maneira frustrou várias gerações de arqueólogos e arquitetos atraídos por uma confirmação da fonte textual.

Glossário¹⁰

Tipologia: Planta e Elevação – Elementos

Planta – Elementos

Para os templos gregos podemos dividir de modo prático os elementos da planta em dois grupos:

a) Dependências: pronaos, naos, opistódomo, ádito e pteroma.

b) Elementos associados: eutintério, crepidoma, rampa, estilóbato, plataforma, peristilo, pórticos internos, vãos de circulação (abertura para portas e intercolúnios) e desníveis entre dependências ou elementos.

¹⁰ A composição dos verbetes foi elaborada com base em textos tradicionais e outros mais recentes dentro da literatura da Arquitetura Grega: CHOISY, 1951, p. 164-183; COULTON, 1977, p. 189-191; DINSMOOR, 1950, p. 388-397; DUARTE, 2010: p. 26-36; 39; DUARTE, 2015, p. 253-258; FLETCHER, 1950, p. 84-89; HELLMANN, 1998, p. 213-218; LAWRENCE, 1998, p. xiv-xv, 66-76; ROBERTSON, 1997, p. 447-465; TOMLINSON, 1989, p. 102-104.

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino

ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 151 - 190

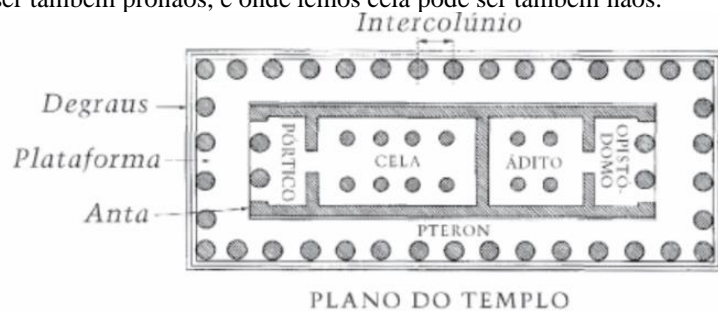
ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS V E II A.C.

Claudio Walter Gomez Duarte

Podemos também traduzir a planta do templo grego em função de suas dependências e montar um quadro que atenda às tipologias mais conhecidas para entendermos a lógica de suas variações. A cela é o complexo que pode ser formado no caso mais completo por: pronaos, naos, ádito e opistódomo.

- a) Pronaos e naos.
- b) Pronaos, naos e pteroma.
- c) Pronaos, naos e opistódomo.
- d) Pronaos, naos, opistódomo e pteroma.
- e) Pronaos, naos, ádito e pteroma.
- f) Pronaos, naos, ádito, opistódomo e pteroma.

Fig. 32. Elementos arquitetônicos da planta do templo dórico grego. Onde lemos pórtico, na figura, pode ser também pronaos, e onde lemos cela pode ser também naos.



Fonte: Lawrence, 1998, p. XV.

Pronaos: conhecido também por vestíbulo, é uma antessala ou hall, provida de um pórtico que dá acesso à cela.

Naos: é a sala sagrada principal do templo ou santuário, onde se colocava a estátua cultural.

Ádito: sala sagrada (santuário recôndito) localizada no fundo da cela, de acesso restrito aos sacerdotes do templo.

Opistódomo: sala aberta, localizada no fundo do templo, é uma réplica do pronaos. Funcionava como tesouro e era um lugar para colocar oferendas.

Pteroma: é a passagem ou galeria formada entre as paredes da cela e a colunata exterior ou peristilo.

Eutintério: é um alinhamento de blocos de pedra (fiada de nivelamento) enterrada ou pouco visível, onde se assenta a crepidoma, interface entre os alicerces e a superestrutura visível. O eutintério forma um retângulo que define os limites da edificação e esse termo é muito utilizado entre os pesquisadores para referir-se às dimensões totais de largura e comprimento dos templos.

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino

ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 151 - 190

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

Crepidoma: é formado por geralmente por três degraus externos que rodeiam todo o templo, contudo, houve variações que vão de um até cinco degraus. No caso do templo períptero, estes dão acesso à plataforma do templo. O terceiro degrau do crepidoma se chama estilóbato.

Estilóbato: é o degrau superior do templo, o qual serve de plataforma de apoio para o peristilo ou colunata exterior.

Intercolúnios: é o nome dado às distâncias de eixo a eixo entre as colunas dos pórticos e entre os quais temos os vãos de circulação.

Elevação: Ordem Dórica — Elementos

Esquemáticamente temos:

Crepidoma — Coluna — Entablamento — Frontão

Crepidoma

- Degraus.

Coluna

- Partes: fuste, capitel (equino e ábaco).
- Detalhes: fuste (caneluras, arestas, perfil), capitel (gola, aneletes).

Entablamento

- Partes: arquitrave e friso.
- Detalhes: friso [regula, tênia, tríglifo, métopa (lugar para baixos relevos), mútulo, cornija horizontal].

Ordem

- Altura do conjunto de elementos arquitetônicos formado por coluna e entablamento.

Frontão

- Partes: tímpano e cornija inclinada.
- Detalhes: esculturas apoiadas na cornija horizontal do entablamento, cornija inclinada (acrotérios).

Coluna: é composta por dois elementos estruturais de pedra, o fuste e o capitel. O fuste desprovido de base se apoia diretamente no piso, a base se reduz a casos excepcionais dentro da ordem dórica.

Fuste: podem ser monolíticos, os mais antigos, ou compostos pela sobreposição de vários blocos ou tambores fixados uns aos outros por meio de cavilhas ou empólios de madeira.

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

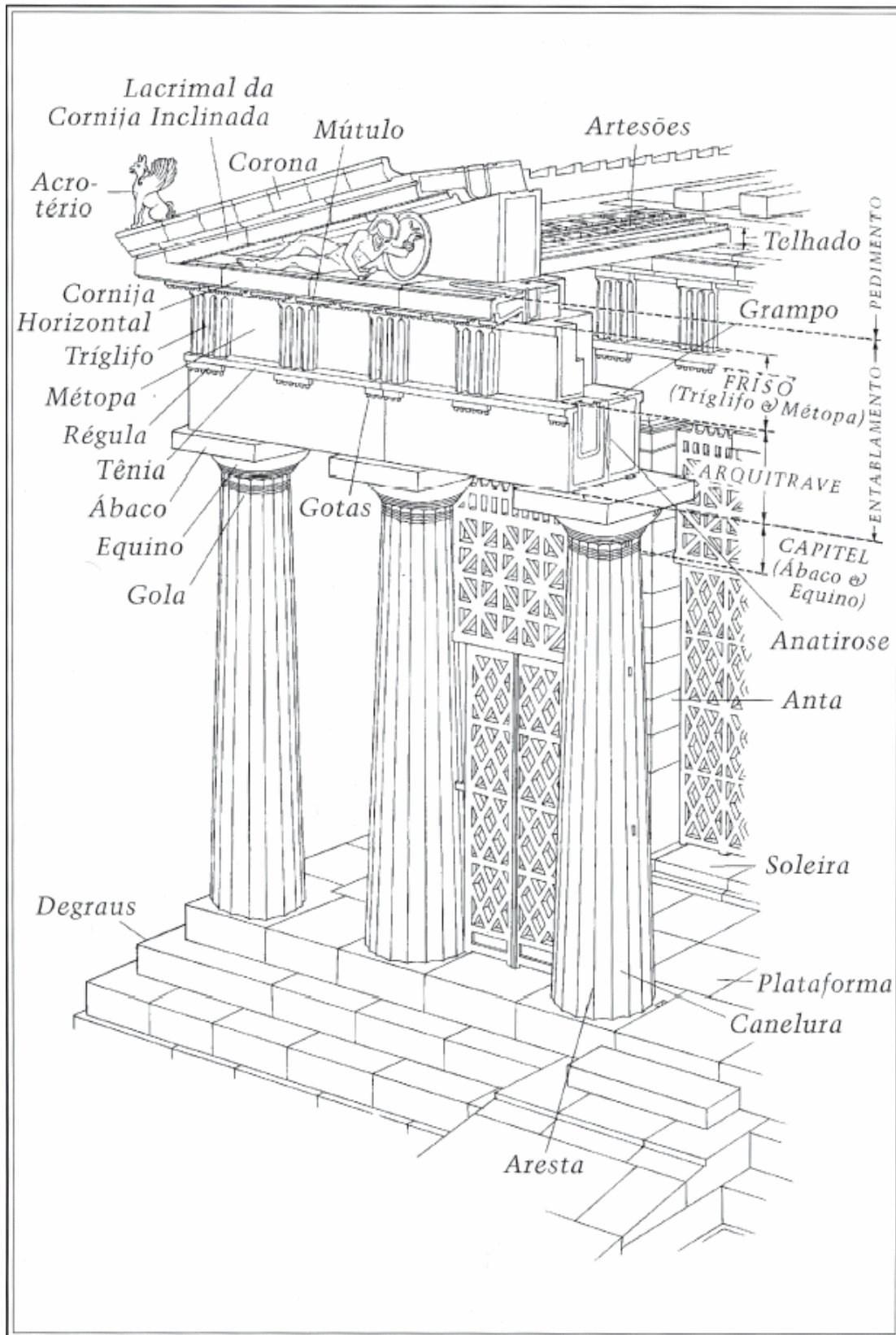
Claudio Walter Gomez Duarte

- Perfil: o fuste ou haste tem normalmente um ligeiro perfil convexo chamado êntases. No período arcaico esta curvatura foi bem acentuada e o diâmetro decresce desigualmente rápido.
- Caneluras: são incisões côncavas rasas em formato de arco de circunferência feitas ao redor do fuste e acompanhando todo seu perfil, formando assim um feixe de arestas vivas. Capitel: é composto por dois membros esculpido em um só bloco, o ábaco e o equino.
- Ábaco: é o membro superior do capitel e elemento de transição entre a arquitrave e o equino. De modo simples, sua geometria é a de um paralelepípedo de base quadrada e pequena altura.
- Equino: é o membro inferior do capitel e a parte que se encaixa no topo do fuste. Seu perfil se assemelha a uma curva parabólica que se espraia para fora até fazer a transição com a laje achatada ou ábaco.

Fig. 33. Elevação do templo dórico grego e seus elementos. Templo de Aphaia, Egina, 500-480 a.C.

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte



Fonte: Lawrence (1998, p. XIV).

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

Anta: é uma pilastra que constitui um apoio para a parede e está associada à sua terminação. Não se estabeleceu de forma precisa em nenhum período. Sua forma é a de uma haste de seção quadrada com acabamentos variados para seu capitel.

Entablamento: é a superestrutura que se apoia diretamente sobre as colunas e é formado pela associação de três elementos: arquitrave, friso e cornija. Compõe as elevações do edifício, e se posiciona nas fachadas principais entre a colunata e o frontão e nas fachadas laterais entre a colunata e a parte inferior do telhado.

- Arquitrave: é o nome dado a uma viga ou lintel. Quando se trata da arquitrave em relação ao entablamento se refere ao conjunto de vigas ou lintéis que alinhados e apoiados sobre a colunata suportam os membros superiores do entablamento.

Tênia: é um filete de pedra esculpido no topo da própria arquitrave que acompanha toda a extensão da fachada se projetando para fora. É um elemento de transição entre a arquitrave e o friso.

- Régula: é uma estreita tira de pedra localizada debaixo da tênia e alinhada com a largura do tríglifo. Em sua base são esculpidas uma fileira de seis gotas ou pequenos cilindros.

- Friso: localizado entre a cornija e a arquitrave é composto de uma sucessão de tríglifos e métopas alternados. Normalmente são elementos independentes, mas também foram esculpidos em um bloco só (ou seja, um tríglifo e uma métopa juntos). Entre dois tríglifos intercala-se uma métopa. Esta distribuição vale para o período arcaico e clássico com exceções. Já no período helenístico se usam também dois tríglifos entre colunas, aumentando assim o intercolúnio.

- Tríglifos: são pequenos pilares monolíticos que possuem nas laterais cavidades onde encaixam as métopas. O tríglifo de ângulo é um dos grandes problemas na concepção do friso pois sua largura e seu alinhamento podem sofrer alterações em relação aos outros.

- Métopas: são lousas retangulares de pedra fixadas entre os tríglifos e recuadas em relação ao seu alinhamento. São espaços frequentemente destinados à representação de figuras em baixo relevo e fazem parte da escultura arquitetônica.

- Cornija: é o membro superior do entablamento e se trata de um perfil que se projeta para frente e se apóia no friso. Tem a função de afastar as águas pluviais do alinhamento das fachadas do edifício.

- Mútuos: encontram-se na face inferior das cornijas (horizontal e inclinada) e são de caráter decorativo. Tem o aspecto das régulas só que são mais largos e possuem

ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS V E II A.C.

Claudio Walter Gomez Duarte

normalmente três fileiras de seis gotas. Estão distribuídos entre os tríglifos e as métopas, correspondendo um a cada elemento do friso.

Frontão: é um acabamento triangular dado às arestas do telhado. Este se apóia no entablamento da fachada frontal e posterior do templo. É composto pelo tímpano, parede triangular cercada pela cornija horizontal, e a cornija inclinada (que difere da cornija horizontal lateral pela ausência de mútulos e gárgulas).

Telhado: em duas águas, composto por uma estrutura de madeira coberta de telhas de terracota ou mármore.

Antefixas: ornamentos verticais de acabamento (com motivos florais e mitológicos) distribuídos ao longo da cornija lateral, diretamente sobre a sima (calha de escoamento das águas pluviais provenientes do telhado).

Templo hexastilo períptero: podemos dizer que é a forma que adotaram os templos dóricos de maior prestígio. Este tipo de templo é rodeado de colunas, com seis delas tanto no pórtico da fachada frontal como no pórtico da fachada posterior. Em relação ao número de colunas das fachadas laterais variou muito (entre 8 e 17 colunas).

Considerações finais

O corpo de templos selecionados transita entre o período clássico (480-323 a.C.)¹¹ para o templo de Poseidon, em Súnio, *ca.* de 450-430 a.C., e o período clássico tardio para os templos de Asclépio, em Epidauro, *ca.* de 400-366 a.C.; Atena Alea, em Tegeia, *ca.* de 350-335 a.C.; Zeus, em Nemeia, *ca.* de 340-320 a.C. Os seis templos seguintes, datados do período helenístico (323-30 a.C.), são os templos de Zeus, em Estrato, *ca.* de 320-300 a.C.; Apolo, em Ptoio, no fim do século IV a.C.; Apolo, em Claros, no fim do século IV a.C.; Atena, em Tróia, na segunda metade do século III a.C.; Asclépio, em Messena, *ca.* de 200 a.C.; Asclépio, em Cós, *ca.* de 160-150 a.C. Essa fase de transição proporcional das colunas (a relação entre o diâmetro da base e a altura da coluna, incluindo o capitel) pode ser observada nessa amostra. Observamos que Vitruvius não faz menção em seu texto a uma fase de transição, e sim a um salto abrupto entre as proporções: de [1:6] para [1:7]. Isso ocorreu num momento de “sensibilidade” maior por parte dos novos arquitetos. É de suma importância salientar que os templos dóricos gregos

¹¹ Para a cronologia dos períodos clássico e helenístico utilizamos como referência BIRS (1992, p. 7).

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino

ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 151 - 190

ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS V E II A.C.

Claudio Walter Gomez Duarte

tiveram proporções de colunas que variaram desde [1:3,97], com o templo de Apolo em Siracusa, ca. de 590-580 a.C., com variações ininterruptas e não lineares, até chegar à proporção [1:6,02], como no caso do templo de Poseidon em Súnio, de ca. 450-430 a.C. Observamos também que Vitruvius, em seu tratado, não menciona proporções de coluna para os templos dóricos entre [1:4] e menores que [1:6]; contudo, na passagem (IV,1, 3), Vitruvius diz que Doro, filho de Heleno e da ninfa das águas, Ftia, “[...] casualmente deste estilo, em forma de templo, e o mesmo fez depois em outras cidades da Acaia, também segundo o modo dórico, se bem que não tivesse ainda surgido o sistema das comensurabilidades [proporções]”. É de se esperar que a arquitetura dórica não tenha surgido com proporções precisas, e sim de maneira empírica, o que a levou, de alguma maneira, a uma certa padronização. Contudo, na realidade não existem templos com as mesmas proporções de colunas, e muito menos em seus demais elementos arquitetônicos, como propõe o sistema modular descrito por Vitruvius em seu *Tratado de Arquitetura*. Tentar harmonizar, como um todo, as regras arquitetônicas do tratado latino à realidade arqueológica dos templos dóricos foi uma “batalha perdida” pelos arqueólogos e arquitetos. Isso não invalida, de maneira alguma, o valor incalculável do livro de Vitruvius, bem como o grande interesse que ainda suscita esse tipo de pesquisa. Como adiantamos na introdução deste artigo, em vez de somente apresentar alguns resultados, propomos, a partir de um minucioso dossiê, encorajar pesquisadores brasileiros e latino-americanos a pesquisarem numa área da arqueologia clássica praticamente incipiente no país – a Arquitetura Grega, estudada do ponto de vista da concepção de projeto das edificações e das técnicas construtivas. O objetivo principal que permeia toda a documentação apresentada é incentivar, motivar e, sobretudo, orientar futuros interessados neste campo complexo da arqueologia, tradicionalmente estudado somente por pesquisadores da Europa e América do Norte.

Referências

Fontes textuais

VITRUVIUS. *De l'Architecture*. Édition dirigée par Pierre Gros. Paris: Les Belles Lettres, 2015.

VITRUVIUS. *De l'Architecture*. Livre III. Texte Établi, Traduit et Commenté par Pierre Gros. Paris: Les Belles Lettres, 1990.

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 151 - 190

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

VITRUVÉ. **De l'Architecture**. Livre IV. Texte Établi, Traduit et Commenté par Pierre Gros. Paris: Les Belles Lettres, 1992.

VITRUVII. **De architectura libri decem**. Editio Princeps. Suplicius Verulanus. Rome: Herolt, 1487 (?).

VITRUVIO. **De architectura**. 2 vols. Traduzione e commento di A. Corso e E. Romano, P. Gros Ed. Turin: Einaudi Tascabili, 1997.

VITRUVIO. **Architettura**. Dai libri I-VII. Traduzione e commento di Silvio Ferri. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli, 1960.

VITRÚVIO. **Da Arquitetura**. Tradução de Marco A. Lagonegro e apresentação de J. R. Katinsky. São Paulo: Hucitec; Fupan, 1999.

VITRÚVIO. **Tratado de Arquitetura**. Tradução de M. Justino Maciel. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VITRUVIUS. **On Architecture**. Books 1-5. Translation and commentary by Frank Granger. London, New York: The Loeb Classical Library, 1955.

VITRUVIUS. **Ten books on Architecture**. Translated by Ingrid D. Rowland; comentary and illustrations by Thomas Noble Howe; with additional commentary by Ingrid D. Rowland and Michael J. Dewar. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2001.

Obras de referência

BERVE, Helmut; GRUBEN, Gottfried. **Greek temples, theatres and shrines**. London: Thames and Hudson, 1963.

BIERS, William R. **Art, artefacts and cronology in classical archaeology**. London: Routledge, 1992.

BOZZONI, Corrado *et al.* **L'architettura del mondo antico**. 4. ed. Roma: Laterza, 2010.

CHOISY, Auguste. **Histoire de l'architecture**. 2 vol. Paris: Gauthier-Villars, 1899.

CHOISY, Auguste. **Historia de la arquitetura**. 2 vol. Buenos Aires: Editorial Víctor Leru, 1951.

COULTON, John Jim. **Ancient Greek architects at work**: Problems of estrutura and design. Southampton: The Camelot Press, 1977.

DINSMOOR, William Bell. **The Architecture of Ancient Greece**. An Account of its Historic Development. 3th ed. New York: Norton, 1950.

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino

ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 151 - 190

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

DUARTE, Claudio Walter Gomez. “**Elegância**” e “**Sutileza**” na concepção dos templos dóricos gregos (sécs. V-II a.C.). Tese (Doutorado). São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2015.

DUARTE, Claudio Walter Gomez. **Geometria e Aritmética na Concepção dos Templos Dóricos Gregos**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2010.

DURM, Josef. **Handbuch der architektur**: Die baukunst der griechen. Leipzig: Alfred Kröner Verlag, 1910.

ÉTIENNE, Roland; MÜLLER, Christel; PROST, Francis. **Archéologie historique de la Grèce antique**. Paris: Ellipses, 2000.

FLETCHER, Banister. **A History of architecture**: On the comparative method. London; New York: B.T. Batsford Ltd., 1950.

GRUBEN, Gottfried. **Griechische Tempel und Heiligtümer**. München: Hirmer, 2001.

HELLMANN, Marie-Christine. **L' Architecture grecque**. Paris: Librairie Générale Française, 1998.

HELLMANN, Marie-Christine. **L'Architecture Grecque**. 1. Les principes de la construction. Paris: Picard, 2002.

HELLMANN, Marie-Christine. **L'Architecture Grecque**. 2 Architecture religieuse et funéraire. Paris: Picard, 2006.

KNELL, Heiner. **Architektur der Griechen**: Grundzüge. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1988.

KOLDEWEY, Robert; PUCHSTEIN, Otto. **Die Griechischen Tempel in Unteritalien und Sicilien**. Berlin: A. ASHER & C O., 1899.

LAWRENCE, Arnold W. **Arquitetura grega**. Revisado por R.A. Tomlinson. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 1998.

LAWRENCE, Arnold W. **Greek Architecture**. Revised by R. A. Tomlinson. New Haven: Yale Univ. Press, 1996.

LIPPOLIS, Enzo; LIVADIOTTI, Monica; ROCCO, Giorgio. **Architettura greca**. Storia e monumenti del mondo della polis dalle origini al V secolo. Milano: Bruno Mondadori, 2007.

MELFI, Milena. **I Santuari di Asclepio in Grecia**. Roma: L'Erma di Bretschneider, 2007.

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

MERTENS, Dieter. **Città e monumenti dei greci d'occidente**: dalla colonizzazione alla crisi di fine V secolo a.C. Roma: L'Erma di Bretschneider, 2006.

MOUSIAKIS, Panagiotis; KAIMARIS, Dimitris. Ancient Temples in Greece and the contribution of Geoinformatics to the determination of their general setting characteristics. **Scientific Culture**, 9, 3, p. 45-71, 2023.

POLLITT, Jerome J. **The Art of Greece**: Sources and documents. New York: Cambridge University Press, 1995.

PIERATTINI, Alessandro. **The Origins of Greek Temple Architecture**. New York: Cambridge University Press, 2022.

PLOMMER, W. Hugh. **Ancient and Classical Architecture**. London: Longmans, 1956.

ROBERTSON, Donald S. **Arquitetura Grega e Romana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROBERTSON, Donald S. **Greek and Roman architecture**. 2nd ed. London: Cambridge University Press, 1943.

SPAWFORTH, Tony. **The complete Greek temples**. London: Thames & Hudson, 2006.

STUART, James; REVETT, Nicholas. **The Antiquities of Athens**. 3 vol. London: John Haberkorn, 1762; 1787; 1794.

TOMLINSON, Richard A. **Greek Architecture**. London: Bristol Classical Press, 1989.

WILSON JONES, Mark. **Origins of classical architecture**: temples, orders and gifts to the gods in ancient Greece. New Haven: Yale University Press, 2014.

WOODWARD, Robert J. **An Architectural Investigation into the Relationship between Doric Temple Architecture and Identity in the Archaic and Classical Periods**. PhD. Diss. University of Sheffield, Sheffield, 2012.

ZUCHTRIEGEL, Gabriel. **The making of the Doric temple**: architecture, religion, and social change in archaic Greece. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

Fotos

DUARTE, Claudio Walter Gomez. Acervo pessoal: fotos feitas pelo autor durante o estágio de Doutorado em Arqueologia (MAE/USP) na École Française d'Athènes, EFA, 2012¹².

DUCAT, Jean. 1971¹³.

¹² Para os templos: 1. Poseidon em Cabo Súnio; 4. Zeus em Nemeia.

¹³ Para o templo: 6. Apolo em Ptoio.

**ELEMENTOS PARA ESTUDAR O DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA
RELIGIOSA GREGA: DEZ TEMPLOS DÓRICOS PERÍPTEROS DE TRANSIÇÃO
PROPORCIONAL DAS COLUNAS [1:6] – [1:7] CONSTRUÍDOS ENTRE OS SÉCULOS
V E II A.C.**

Claudio Walter Gomez Duarte

Wikimedia Commons: https://commons.wikimedia.org/wiki/Main_Page¹⁴

Informações dos autores

Claudio Walter Gomez Duarte. Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo, MAE/USP, bolsista FAPESP e CAPES. Docente do curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade Metropolitana de Santos, UNIMES. Pós-doutorado em Tecnologia da Arquitetura, pela Universidade de São Paulo, FAU/USP, bolsista CNPq.

Contribuição de autoria: autor

URL do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7260121534928918>

COMO CITAR ESTE ARTIGO

DUARTE, Claudio Walter Gomez. Elementos para estudar o desenvolvimento da arquitetura religiosa grega: dez templos dóricos perípteros de transição proporcional das colunas [1:6] – [1:7] construídos entre os séculos V e II a.C. *Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino*, Caetité, vol. 6, n. 12, 2023, p. 151 - 190. DOI:

¹⁴ Para os templos: 2. Asclépio em Epidauro; 3. Atena Alea em Tegeia; 5. Zeus em Estrato; 7. Apolo em Claros; 8. Atena em Troia; 9. Asclépio em Messena; 10. Asclépio em Cós.

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino

ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 151 - 190

Seção de entrevistas

Maria Beatriz Borba Florenzano: memória de uma trajetória acadêmica

Maria Beatriz Borba Florenzano: memory of an academic journey

Márcia Cristina Lacerda Ribeiro¹ - 0000-0001-7181-1642.

¹Universidade do Estado da Bahia, Caetitê, Brasil - mclribeiro@uneb.br

Apresentação

Maria Beatriz Borba Florenzano, ou simplesmente Bia, assim chamada pelos amigos e tantos admiradores, é professora aposentada da Universidade de São Paulo. Ela dedicou os últimos 50 anos da sua vida à construção de uma trajetória acadêmica de grande prestígio nas áreas da História Antiga e Arqueologia. Esteve na construção e consolidação do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo (USP), sua segunda casa, e primeira muitas vezes. Do seu legado, um dos pontos altos foi a criação, juntamente com as Professoras, Elaine Veloso Hirata e Maria Cristina Kormikiari, do Labeca (Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga), no ano de 2006. Este segue servindo de modelo para tantos outros laboratórios no País. Esta entrevista¹, concedida em sua sala, no MAE, em março de 2023, a mim, Márcia Cristina Lacerda Ribeiro, sua orientanda da Pós-graduação ao estágio Pós-doutoral (2010-2019), apresenta um tom diferente daquelas que a Professora tem concedido². O objetivo aqui é rememorar sua trajetória, acompanhar alguns dos seus passos de menina, no Perú, envolvida com muitos artefatos arqueológicos (e sendo por eles envolvida), vivendo cercada pelos sítios andinos, falar sobre seu fascínio pela História e pela Arqueologia (ou pela Arqueologia e pela História, ou simplesmente por aprender). A entrevista segue em clima agradável,

¹ Meu especial agradecimento a um orientando querido, que gentilmente transcreveu esta entrevista, Rick de Jesus Santos (História/Universidade do Estado da Bahia).

² Vejam especialmente duas entrevistas: uma concedida à revista Romanitas (FLORENZANO, 2020) e a outra à revista Heródoto (FLORENZANO, 2019). Para maiores informações sobre programas de televisão, podcasts, entrevistas, consultar o extenso currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5555663009949895>.

amoroso, em que Bia vai buscando suas memórias e nos dando a conhecê-las. Mais do que os temas pesquisados por ela, o meu interesse era descobrir a mulher por trás da genial pesquisadora, os passos para a construção e consolidação de uma carreira. Para conhecer um pouco mais sobre a nossa entrevistada, deixamos a referência de um belíssimo livro, justa homenagem a uma plêiade que se dedicou a escrever a história da Antiguidade no Brasil, *Pesquisadores da Antiguidade: a formação de um campo interdisciplinar no Brasil* (MOERBECK; FRIZZO, 2023). Nele, tive a honra e o prazer de homenagear a Bia, juntamente com os meus queridos amigos e colegas, também eles seus ex orientandos, o Vagner Porto e a Cristina Kormikiari (RIBEIRO; PORTO; KORMIKIARI, 2023). Depois de 50 anos, ao se fecharem as cortinas, ouço o canto da sua alma, tal qual Frank Sinatra, *I did it my way*. Encerro, por fim, com um trecho de um poema, atribuído a Cora Coralina, que, para mim, tão bem retrata Bia:

Eu sou aquela mulher a quem o tempo muito ensinou. Ensinou a amar a vida e não desistir da luta, recomeçar na derrota, renunciar a palavras e pensamentos negativos. Acreditar nos valores humanos e ser otimista.

Em primeiro lugar, registro os agradecimentos em nome da Revista “Perspectivas e Diálogos” e a minha alegria em poder conversar um pouco sobre sua trajetória profissional e também pessoal, histórias que se inter cruzam. Vamos começar pelo Peru, entre 1964 e 1968. Fale um pouco sobre essa etapa, sua descoberta da História e da Arqueologia.

Quando eu era menina eu achava que eu era uma historiadora, eu gostava do passado. Meu pai foi criado numa fazenda de café no interior de São Paulo, administrada por meu bisavô. Ele conviveu com os colonos italianos; sempre falava da história da Itália, sabia italiano. Ele me fez colecionar selos de vários países. Na infância, meus pais me colocaram em uma escola canadense, em São Paulo. Fui alfabetizada em inglês, lia os verbetes de história da Inglaterra na Enciclopédia Britânica que tínhamos em casa. Eu sabia os nomes de rainhas e reis, e achava o máximo. Quando eu cheguei no Peru, comecei a cursar o que seria o Fundamental II hoje. Tudo que era passado me interessava, sobretudo em Lima, onde diferentemente de São Paulo, eu podia experimentar o passado nas ruas. No centro da cidade e nos mercados, o encontro com aqueles indígenas peruanos e suas roupas típicas me causavam fascínio; nas redondezas de minha casa havia um sítio arqueológico e eu passeava por lá. Certa vez fizemos uma viagem de carro por todo o litoral norte do Peru, chegando até Guayaquil, no Equador. Parávamos em todos os sítios

arqueológicos no caminho. Fiquei muito impressionada com o sítio Mochica, todo construído no meio do deserto. No Peru, meu pai trabalhava para a Organização Mundial de Saúde, como administrador hospitalar. Sua função era supervisionar a construção de novos hospitais tanto no Peru quanto nos países vizinhos. E o extraordinário era que ganhava dos operários vasilhas inteiras de cerâmica, que estes encontravam ao fazer as fundações das construções. Ele as trazia para casa e, assim, acabou montando uma pequena coleção com esses presentes, transmitindo para os filhos esse interesse pela antiguidade sul-americana. Eu vivia cercada de todas essas coisas e da própria história do Peru, que incluía a história dos povos pré-incaicos e dos próprios Incas; decorava toda a história daquelas culturas enquanto visitava os museus. Fiquei fascinada com aquele passado porque os objetos trazem o materializam o passado, tornando-o mais acessível que, no fundo, é o objetivo dos estudos da Arqueologia. Com efeito, o objeto nos coloca de forma direta em contato com o passado. Quem não tem em casa, e eu desafio sempre os alunos, uma caixinha com moedas que já não circulam? Ao olhar uma moeda antiga, é natural que nos transportemos a outros tempos. Eu também tive a influência de uma professora brasileira, Vera Coelho, que estava no Peru nessa época, fazendo doutorado. Ela já me chamava à atenção para esse passado como área que eu poderia pesquisar. O Peru me trouxe muitas experiências bonitas em plena adolescência. Todo esse mundo foi sendo carregado comigo. Até hoje eu me comunico com os amigos que fiz por lá, acompanhei a carreira de alguns deles. Depois dessa vivência, entre 1964 e 1968, fui para um intercâmbio de um ano nos Estados Unidos e em 1969 regressei ao Brasil.

Você voltou ao Brasil em 1969 e no ano seguinte entrou para o curso de História da USP, aquilo que parecia mais próximo da Arqueologia. Você imaginava que a Arqueologia se tornaria tão relevante para a História? Como você vê historiadores cada vez mais ligados à Arqueologia atualmente?

Ao retornar ao Brasil, minha opção foi fazer o curso de História. Como eu tinha sido alfabetizada em inglês e passei um bom tempo em contato com o espanhol, no Peru, depois morei um ano nos Estados Unidos, eu falava mal o português. Fui, então, para um cursinho, o Objetivo, e depois de três meses fui aprovada no vestibular da USP. Assim, iniciei, em 1970, o curso de História com dezessete anos. Meu pai ficou muito preocupado com o meu futuro: o que faria eu com uma faculdade de História? Meu irmão havia feito Arquitetura, minhas duas irmãs foram da primeira turma de Ciências Sociais da Universidade Católica do Peru. Quando me encantei pela História não tinha muito ideia

do que eu seria profissionalmente, só queria estudar, conhecer. A primeira coisa que eu vi no Departamento de História da USP, foi um museu de Arte e Arqueologia que me atraiu como um ímã. Àquela época essa instituição era dirigida por Ulpiano Bezerra de Meneses que logo me ofereceu uma bolsa de monitoria. Aliás, eu conheci o meu futuro marido [Modesto Florenzano³] como monitor desse Museu, ele havia ingressado antes de mim. A monitoria era esse lado educativo do Museu, de guiar estudantes, mas era preciso passar em um teste, fazendo uma pesquisa sobre alguma peça do acervo do Museu. O professor Ulpiano me colocou diante de algumas peças equatorianas da coleção e me ofereceu uma bibliografia. Fiz a minha primeira pesquisa arqueológica a partir dessas peças. Ingressando na monitoria, tive a bolsa a partir do segundo semestre de 1970 até 1973, quando eu me formei. Eu vivi muito tempo dentro desse museu, como monitora, logo passei a ajudar na montagem das exposições, a criar material educativo e a ajudar na realização de visitas guiadas para escolares. Seguiram-se anos de intensa movimentação na USP, com muitos professores estrangeiros oferecendo cursos, sobretudo de extensão universitária. Eu fazia tudo dentro das mais diversas áreas e com as inúmeras leituras eu ia me formando, ainda que não contasse com o curso regular de Arqueologia na Universidade, que não existia.

Em seu memorial de livre docência (não publicado), um texto memorável, você delineia como vai construindo sua trajetória profissional. Era uma consumidora compulsiva de tudo - incontáveis cursos, inúmeros projetos de extensão e pesquisa em que se engajou, de línguas, monitorias... Inicialmente você estava ainda muito ligada à paixão pela arqueologia pré-colombiana, mas, de repente, os gregos chegam para você com força total.

Ah, os gregos caíram no meu colo por uma casualidade. Eu não sei se eu descrevo isso no memorial, mas por uma pura casualidade, por que no final do curso de História eu já tinha ido duas vezes ao México, feito escavações. Mas a área de arqueologia pré-colombiana não existia no Brasil, não havia orientadores, não havia bibliografia disponível. Tinha a professora Vera Coelho, ela fez o doutorado à época e estava na área de etnografia brasileira. Seria uma opção de orientadora, mas adoeceu e ficou dez anos afastada. O Professor Ulpiano colocou bem claro para mim que se eu quisesse continuar, eu teria que fazer Arqueologia Brasileira. Ele levou a mim, à Mabel e à Elaine⁴ para uma expedição na Amazônia. Aprendemos muito àquela época. Mas em vista de tudo que eu

³ O então monitor, Modesto Florenzano, também se tornou professor de História da Universidade de São Paulo. Eles se casaram e tiveram um filho e uma filha, Estevão e Ligia

⁴ A Maria Isabel Fleming (Mabel) e a Elaine Veloso Hirata e Beatriz Florenzano ingressaram na USP à mesma época e tornaram-se companheiras inseparáveis.

Maria Beatriz Borba Florenzano: memória de uma trajetória acadêmica
Márcia Cristina Lacerda Ribeiro

tinha visto no México e no Peru, não era aquilo que eu queria. A Arqueologia amazônica era um território ainda a ser trilhado no início dos anos 1970 e eu me senti perdida diante da enormidade do trabalho, Meu fascínio era pela arqueologia pré-colombiana. Aquelas peças de cerâmica na casa do meu pai me olhavam todos os dias e eu me perguntava “o que eu vou fazer agora?” À época, Mabel, que já havia cursado Física na USP, e era praticamente dez anos mais velha que eu, precisava resolver a vida dela. Ela queria fazer Arqueologia, já tinha morado na Itália entre 1966 e 1968, conhecia muitos Museus maravilhosos, e decidiu escrever uma carta para a Haiga [Haiganuch Sarian], que estava na Grécia, com o pedido de orientação. Me mostrou a carta e me ofereceu para assinar junto com ela. Imediatamente a Haiga nos acolheu. E foi assim que a Grécia caiu no meu colo, fiquei um pouco pasma de início. Logo que retornou ao Brasil, Haiga nos encaminhou para duas coleções do Museu que, segundo ela, mereciam estudo – as lamparinas e as moedas. Havia uma terceira coleção que já vinha sendo estudada pela Elaine que havia ingressado no Mestrado antes, a coleção de terracotas gregas. Fiquei com as moedas e imediatamente fui aprender o grego, alertada da necessidade pela Haiga. Sempre adorei línguas. Na graduação fiz um pouco de russo e falo um pouco até hoje. Minha companheira de sempre, a Mabel, acompanhou-me nos cinco anos de língua e literatura grega sem matrícula oficial no curso, e só tirávamos dez. Fomos alunas dos grandes nomes do curso àquela época – José Cavalcante, Ana Lia de Almeida Prado, Isis Borges, Filomena Hirata. Aquilo foi para mim um mergulho na Grécia e uma coisa absolutamente fascinante – entrar na Grécia Antiga pela língua, pelo grego. Aprendemos a traduzir os poemas épicos, a poesia lírica, os trágicos e os dois historiadores, Heródoto e Tucídides. E com a profa. Ana Lia entrávamos em cheio na gramática. Ela era uma professora de mão cheia. Tanto Mabel quanto eu éramos completamente fascinadas, e só tirávamos dez em provas e exercícios, o que nem sempre acontecia com os alunos regulares. (risos).

Que viagem fascinante no tempo!!!! Vamos retomar o vestibular, todo esse período, a Arqueologia como parte de sua vida... Você imaginava nesse período que a Arqueologia se tornaria tão central na vida de um historiador como acontece hoje?

Eu acho que não, eu era muito menina, eu não tinha muita noção de onde eu estava entrando. No curso de História tínhamos que ler um manual francês chamado *L' Histoire et ses méthodes* de Charles Samaran. Nesse livro, aprendíamos que a História era a ciência principal e que outras disciplinas como a Arqueologia, a Numismática, a Paleografia e Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361
Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 191 - 206

outras tantas, eram disciplinas auxiliares da História, subalternas, destinadas a oferecer dados para a interpretação de historiadores. Era enorme a influência de autores franceses em toda a faculdade de Filosofia Ciências e Letras como então era chamada a FFLCH. Influência que vinha desde a fundação da USP em que professores franceses foram chamados a dar uma contribuição em diversos cursos. Em Metodologia da História, por exemplo, tivemos um professor francês, J. Charbonnel, que dava aula em francês, para a revolta de vários alunos. No Museu, também tivemos muitas disciplinas de extensão universitária e de pós-graduação em francês; por lá passaram Pierre Courbin, Philippe Bruneau, Jean Bottéro, Helene Cassin-Vernant, Lilly Kahill, Rene Ginouvès, para mencionar alguns. A Haiga e o Ulpiano eram de formação francesa, assim como vários de nossos professores no curso de grego. No departamento de História, tínhamos ótimos professores, brilhantes na pesquisa, sobretudo, de História do Brasil, História Antiga e História Medieval, outros nem tanto. No caso da Arqueologia, o Prof. Ulpiano foi o grande inovador em termos de método e pesquisa do documento material. Ele sempre falava: “o objeto não pode ser só ilustração, o objeto tem uma linguagem própria; é preciso fazer perguntas adequadas ao objeto”. Ele nos ensinou isso. E apesar de lermos em *L’histoire et ses méthodes* que a Arqueologia, Paleontologia, Numismática, Epigrafia, eram disciplinas menores, Ulpiano dizia: “elas são todas disciplinas maiores, também como a História, porque elas têm metodologias próprias e seus próprios questionamentos. São fontes diferentes dos textos escritos, com suas especificidades”. Isso me marcou profundamente e me fez sempre buscar as perguntas certas para fazer aos documentos materiais. Depois que me aposentei, decidi reler a minha dissertação de mestrado, e que amor! Eu me impressionei de como àquela época pude construir um catálogo a partir das perguntas suscitadas pelas moedinhas de bronze, feias, todas muito gastas. Eu me apoiei nas fontes escritas e arqueológicas, naquilo que Ulpiano ensinava, que tanto me marcou – *o documento material não pode ser só ilustração*. Ele trazia isso da sua formação na Europa, na Escola Francesa de Atenas, aliado à sua inteligência e sensibilidade. Depois fomos ler/estudar tudo sobre o Gordon Childe, também ele e tantos outros me marcariam profundamente, especialmente *Archeologia e cultura materiale. Lavoro senza gloria nell’ Antichità*, de A. Carandini (1972). Carandini propunha o estudo dos objetos que os museus descartavam - a cerâmica feia, aquelas moedas feias, aquelas construções que já estão todas demolidas, que não têm coluna, os lugares de trabalho das classes subalternas. Ele influenciou muito a nossa formação pelo viés do Professor Ulpiano. Eu, a Mabel e a Elaine fizemos um grupo para trabalhar este livro. Enquanto a Haiga nos guiava para o

estudo específico de cada objeto, da catalogação, da classificação, o Ulpiano tinha esse lado da interpretação da teoria e tal. Tudo isso interferiu muito na minha formação como arqueóloga. Eu sei lá se eu estava fazendo arqueologia, ou se eu estava fazendo história. Eu queria estudar o passado e a Grécia caiu no meu colo, aquelas moedas gregas caíram no meu colo e eu falei: ah! Eu vou mergulhar nisso e ver o que que vai sair daí.

Bebendo de várias fontes, consumindo de tudo, você foi se transformando em uma pesquisadora independente, ganhou autonomia. Passou a criar os seus próprios modelos de questionamento e interpretação. Tornou-se referência. Nesse processo de construção de si, quando você se viu pronta, fazendo as próprias perguntas? Quando já não era a Haiga, o Ulpiano e todos os demais, embora eles façam parte de você?

Eu acho que isso veio com o doutorado, com a pesquisa que eu fiz a partir do tema que me foi sugerido pelo professor Tony Hackens, da Universidade Católica de Louvain, a quem devo muito na área de numismática, por todo apoio que recebi, todos os livros que ele comprava e me mandava – numa época que não havia internet, e em que catálogos de bibliotecas estrangeiras eram inacessíveis. Devo muito a este professor. Ele percebia as moedas em suas minúcias e me ensinou que olhar apenas uma moeda não seria suficiente; era indispensável examinar uma amostragem relevante, talvez até 100 moedas do mesmo tipo para tirar uma conclusão. Ele me ensinou como se interpreta a moeda, seja a moeda em si, o conjunto de moedas, seja a moeda distribuída no espaço. Então eu acho que no doutorado eu tentei com um conjunto de moedas específico com cronologia definida e com oficinas de cunhagem identificadas, colocar em prática as coisas que havia aprendido nas inúmeras aulas e orientação desse professor. Acho que o doutorado foi um grande passo na conquista dessa independência. Eu nunca quis me acomodar, acho que é da minha natureza. Por isso, explorei também outros campos da Arqueologia da antiguidade grega. Ministrei, por exemplo, 10 anos de história da arte grega no MASP; nunca dei uma aula igual a outra, sempre ia ler mais, ia me atualizar. Sempre estive preocupada, naquele início, com o julgamento que os alunos iam fazer de mim, julgamento que eu fazia de alguns professores na minha graduação. Hoje já não tenho essa preocupação. Fui trabalhando, fazendo contatos. Nos anos 90 já fazia muita coisa. Com o Francisco Marshall, estive no Projeto Apolônia, que se ocupou de um sítio romano em Israel. Graças aos contatos do professor Marshall, fomos escavar em Israel, criamos um sítio-escola. Fomos em 2000, fizemos uma temporada de escavação. A FAPESP financiou, pagou todos os trabalhadores, todo equipamento que levamos. Infelizmente, não pudemos dar prosseguimento porque percebemos que não tínhamos autonomia o

suficiente para fazer as escavações. Com as dificuldades políticas enfrentadas em Israel a partir dos anos 2000, interrompemos o Projeto. A partir daí tive o *insight* de fazer alguma coisa diferente da minha especialidade, a moeda. Quando uma aluna me disse que não queria estudar moeda porque era algo muito pequeno, concluí que realmente para estudar a moeda era preciso ter um temperamento específico. Assim, do contato com o Marshall, me veio a ideia de estudar o espaço e abrir o manancial de possibilidades de pesquisa. Pelo espaço passam inúmeras possibilidades de pesquisa: a arquitetura, eu posso estudar religião – santuários - eu posso estudar política – os edifícios públicos, eu posso estudar moedas, eu posso estudar cerâmica, eu posso estudar a distribuição dos objetos no espaço, as redes que se fazem de contato de Israel, de Apolônia com os gregos, com os fenícios, com os romanos – a coisa pode mudar de figura. Entramos também na arqueologia da paisagem. Foi então que amadureceu a ideia de montar um laboratório em que pudéssemos estudar, com maior foco, o espaço, ampliando o contexto do Oriente Médio romano para o estudo do disciplinamento do espaço na Grécia antiga. Pensávamos, assim, poder acolher mais alunos, com interesses diversos, mas sempre com o foco no estudo do espaço na Grécia Antiga.

Quando você concluiu o doutorado, nova fase se iniciou e com fôlego total. Vieram as orientações, muitos projetos...

Tive a minha primeira orientanda em 1994. As três primeiras foram a Maria Celeste Fachin, a Maria Cristina Kormikiari e Ângela Gianeze Ribeiro, se não me falha a memória. Todas em numismática, a Ângela em numismática brasileira – um trabalho incrível. Na década de 1990, montei um grupo de estudos sobre objetos de valor em que consegui incorporar as duas alunas, a Leila e a Cristiana, estudando objetos de valor no México e no Peru... A Leila Maria França foi realmente muito triste ela ter falecido tão jovem. Era uma pesquisadora de mão cheia, fez mestrado e doutorado maravilhosos e pesquisas de pós-doc originais, inclusive valendo-se de acervo conservado no MAE. A Cristiana Bertazoni Martins fez também um trabalho lindo sobre as imagens de época colonial no Peru, mostrando como os objetos de valor estão nelas representados. Esse grupo de noção de valor, foi um grupo incrível. Estudamos muito e de lá saíram também José Roberto Pellini, que fez trabalhos incríveis e é hoje professor na UFMG, e além da Leila e da Cristiana, minha colega querida Cristina Kormikiari participou desde o começo. Ela fez o primeiro curso de extensão universitária no MAE em 1987 e nunca mais se desvinculou do nosso Museu, onde hoje é docente ativa. Depois veio o Vagner

Porto, que também fez mestrado e doutorado em Numismática e muitos outros se seguiram.

Estes trabalhos marcaram sua trajetória, foram os primeiros... Você dava o pontapé inicial em outra forma de se fazer pesquisa no Brasil e encontrava o formato ideal na construção do Labeca (o Laboratório de Estudos sobre a cidade antiga), que se tornou uma referência no Brasil.

O Marshall me orientou na construção do projeto do Labeca e em 2004 começamos com um grupo de leituras programadas com umas 30 pessoas, entre alunos e professores. Diante da dificuldade de abarcar Grécia e Roma, resolvemos focalizar a Grécia. Eu e a Elaine submetemos o projeto inicial à Fapesp e este foi aprovado em 2005 como projeto temático, com vigência entre 2006 e 2010. Em 2011, a Fapesp aprovou um segundo projeto temático que foi vigente até 2015 e ainda até 2018 tivemos um terceiro projeto de pesquisa de dois anos, financiado pela mesma FAPESP. Estes financiamentos nos permitiram viajar às áreas de pesquisa, comprar bibliografia atualizada, levar alunos ao exterior, participar de eventos, montar uma equipe com professores brasileiros de fora da USP, e ainda conseguir a aprovação de inúmeras bolsas de estudo em Iniciação científica e em Pós-graduação. Tivemos sempre muito apoio do MAE, naquilo que este podia oferecer: espaço adequado, mobiliário, internet, segurança, insumos de escritório e assim por diante.

O Labeca é o primeiro laboratório de pesquisa temática do Museu, depois veio a criação de muitos outros. No caso do Labeca, são mais de 100 projetos cadastrados. Deu muito trabalho, montar uma equipe não é fácil, mas quando você consegue é uma sensação inigualável... muito gostoso. São muitos projetos, mestrados, doutorados e pós-doutorados concluídos. Eu gosto muito de falar daqueles que se formaram comigo e estão empregados. Você é uma dessas pessoas, por exemplo, o José Roberto, professor na UFMG, a Regina que trabalha no IPHAN, a Leila que trabalhava no IPHAN também. Meus colegas, ex orientandos, a Cristina Kormikiari e o Vagner Porto. Vários fizeram carreira e estão formando outras pessoas.

Sobre a construção do Museu (MAE), que você não só viu nascer como fez parte da sua história, o encontro com o futuro marido, os filhos. Toda uma trajetória em que se misturam a vida acadêmica, profissional e a vida pessoal. Fale um pouquinho sobre esse desafio.

Maria Beatriz Borba Florenzano: memória de uma trajetória acadêmica
Márcia Cristina Lacerda Ribeiro

É, eu tenho uma parte na construção do Museu ... tem um preço aí, né? Tem um preço (risos). Em 1969/1970 no segundo semestre eu já era monitora no Museu, eu passei toda graduação dentro do Museu. Depois eu me formei em 1973, tive um pouco de insatisfação, não sabia para que lado me virava, pensei muito em fazer biblioteconomia porque eu adorava classificar livros, pensei em fazer algum curso de museologia, já que eu estava dentro de um museu, mas não havia um curso de museologia na USP. Então eu fiquei um pouco perdida no ano de 1974. Era um ano difícil no Brasil. A ditadura militar estava se encerrando, eu me formei e comecei imediatamente a dar aula no fundamental II, na Prefeitura de São Paulo. Meu marido, o Modesto, por ser italiano, não podia ter vínculos públicos, dava aula em cursinho, em colégios. Bom! O dia que marcamos o casório ele foi preso porque tinha liderado um abaixo-assinado contra um professor extremamente conservador. Em São Paulo, o Segundo Exército queria mostrar serviço, então prendeu 40 pessoas, muitos amigos nossos. Modesto foi preso em 04 de abril e nós nos casaríamos em 09 de maio (risos). Continuei dando minhas aulas, a mãe dele pôs em ação o Consulado da Itália, que assumiu a responsabilidade de tirar ele da cadeia e conseguiu que ele não fosse torturado. Muitos foram torturados. Ficaram 40 dias presos e, no caso do Modesto, ele foi solto 3 dias antes da data de casamento. Eu tinha uma irmã que morava em Paris junto com o marido, ela me telefonou e ofereceu um apartamento para ficarmos enquanto ela não voltava de Paris. Assim o fizemos, assinamos os papéis no cartório e seguimos. Estava com 21 anos. Em 1972 foi feita uma grande reforma na USP. As cátedras foram extintas e foram criadas oficialmente as pós-graduações. O Professor Ulpiano conseguiu criar uma linha de pesquisa em Arqueologia Brasileira junto à nova Pós-graduação em Antropologia, linha que matinha uma área de concentração em Arqueologia mediterrânica, oriental ou mediterrânica, alguma coisa assim. Então já em 1972, antes podíamos seguir os cursos de pós-graduação com o professor Ulpiano. Continuávamos como estagiários/monitares do Museu, enquanto fazíamos o mestrado e o doutoramento orientadas pela Haiga. Ao defender o Mestrado em 1979, o Professor Mariano Carneiro da Cunha, docente do MAE, fez um esforço muito grande junto à Reitoria para que a Mabel, a Elaine e eu fôssemos contratadas como arqueólogas do Museu. Em 05/11/79 saía no Diário Oficial nossa contratação. A Mabel tinha uma sensibilidade muito grande para exposição, a Elaine para o setor educativo, sempre trabalhou no meio educativo. Eu fiquei ali no meio, querendo fazer pesquisa. Atuávamos as três em todas as áreas. Em 1979 estávamos grávidas ao mesmo tempo. Um dia antes de dar à luz, o Mariano veio a falecer.

O Professor Mariano foi um marco em sua trajetória, responsável por sua contratação... Fale como você vai assumindo infinitas atividades no Museu...

Um pouco, Márcia, nessa época, nós tomávamos a vida como ela vinha. Tinha muitas demandas no Museu que atendíamos como podíamos. Grávidas, depois com os bebês pequenos. A Elaine já tinha uma filha pequena, de 4 anos/5anos. Acredito que enfrentávamos a vida como ela se apresentava, mas sempre nos posicionando diante dos desafios de acordo com os nossos princípios e da forma como entendíamos um Museu Universitário.

Como era lidar com essa carreira meteórica, a pesquisa, os estudos, tudo correndo em paralelo com a vida doméstica como mãe e esposa?

Eu tive muito apoio do meu marido, sempre. Em 82, quando apareceu a bolsa para a Bélgica, o Modesto estava com o braço quebrado e ficou com a nossa filha, que ainda não tinha feito dois anos. Éramos vizinhos dos meus sogros. Tive muito apoio da minha sogra, apoio, estrutura, familiar. Fiquei três meses na Bélgica, segui depois para os Estados Unidos e fiquei mais quinze dias na casa de uma amiga para fazer pesquisa também. Quando voltei para o Brasil, minha filha falou: “como que você me deixou?” (risos). Tive muito apoio do Museu também. Meu pai sempre apoiava financeiramente e a minha mãe, que fez estudar as três filhas. repetia sempre, “vocês têm que ter emprego, tem que ter o dinheiro de vocês, têm que ser independente dos maridos”. Meu marido sempre foi professor, tinha horários muito maleáveis, tudo isso contribuía e as crianças sempre foram para o berçário desde os seis meses. Mas eu sei te dizer todas as passagens da minha tese de doutorado, por exemplo, que eu redigi dando de mamar ou com o meu filho no colo... o capítulo três, o pequeno com pneumonia no meu colo e eu escrevendo – à mão, claro, porque não existia computador, ou porque àquela época, estes eram inexistentes.....

Ser mulher em uma sociedade como a nossa já é por si muito difícil. E enfrentar o desafio de construir uma carreira profissional de excelência como você fez é ainda mais...

Agora eu tenho para mim, Márcia, que se você não resolve essa parte emocional, e falo isso para todos os meus alunos, como mulher, ter os filhos, e mesmo ter apoio de amigos, da família ... se você não resolve a parte emocional-familiar, você não consegue fazer nada, não consegue ser uma boa profissional, não consegue ir até o fim. Então, sempre falei para os meus alunos, vai lá resolver primeiro. Você precisa ter estrutura familiar, uma rede, que comporte irmãos, tios, avós. Tudo isso é fundamental para poder continuar.

Estrutura familiar, eis a base, a liberdade e o equilíbrio para a formação de um pesquisador, de um bom profissional.

Agora essa é a minha experiência. Tem dois lados, como já conversamos. Eu olho para trás e constato que a maleabilidade de horários e atividade presencial que o docente na USP possui, foi fundamental. Acredito que é essa maleabilidade que destaca a nossa Universidade em nosso país.

E sobre tudo que você ajudou a construir no Museu (o MAE), vamos retomar essa história...

Posso mostrar alguns nichos de contribuição. Primeiro eu fui coordenadora de pós-graduação, fui diretora científica por 5 anos. O Museu ainda estava alojado em outro edifício, antes de 1993. Em 1989 ocorreu a fusão do MAE com o Museu Paulista e com o Instituto de Pré-história. Como Diretora Científica, a primeira medida que tomei foi fazer um regulamento (risos), um manual com regras, porque ali aconteciam as coisas mais incríveis. A professora Haiga já tinha feito muita coisa antes, já tínhamos um Conselho que tomava as decisões mais importantes. Como coordenadora da Pós-graduação também criei um regulamento. Fui aos poucos contribuindo com a formação do Museu, especialmente com essa parte burocrática de construção de regras e regulamentos de sorte a uniformizar os procedimentos entre docentes e funcionários habituados com as três instituições que em 1989 haviam se juntado.

No caso da Pós-graduação, nessa época nosso Programa ainda dependia da Faculdade de Filosofia (FFLCH), apenas em 2004, com esforços conjuntos de colegas do Museu é que se conseguiu a independência de nosso Programa de Pós-graduação em Arqueologia. Depois dessa coordenação, eu me voltei para o Labeca, fiz o Laboratório. Acho que sua criação foi uma contribuição aqui dentro porque o nosso laboratório foi o primeiro a ser criado, os demais Laboratórios foram criados a partir dessa iniciativa que, na verdade, era uma tendência em toda a FFLCH. Hoje existem inúmeros Laboratórios de pesquisa nos cursos de Ciências Humanas na USP. Seguindo, virei diretora do Museu. A questão de virar diretora não era um desejo, mas as circunstâncias me encaminhavam para este ponto. No cargo, fiz algumas coisas, negocieei o prédio novo do Museu, fiz um livrinho com as regras (de novo!), instalei o ponto de dedo para disciplinar a frequência daqueles que faltavam muito e não justificavam. Inventei a reserva técnica visitável. Trouxe todo o acervo de arqueologia pré-colombiana do Banco Santos que estava no Memorial da América Latina para o Museu. Consegui verba da FAPESP para montar várias reservas

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361
Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 191 - 206

técnicas, consegui ainda a restauração de filmes etnográficos. Negocieei a vinda de algumas bibliotecas particulares para o Museu. Fizemos a compra de muitos livros, da biblioteca de numismática antiga.

São 50 anos dedicados à Universidade de São Paulo, ao Museu (MAE). Quando as cortinas se fecham (a aposentadoria), que não é exatamente um fechar, porque você continua com orientação, projeto de pesquisa e muito mais – o que é que vem mais agora?

Bom, então, o que vem agora, e a minha prioridade nesse campo, é o projeto de produtividade do CNPQ, no qual eu me propus a escrever um livro didático sobre História e Arqueologia da Grécia. Esse é o projeto. Olha só, isso eu aprendi com o professor Jean Pierre Vernant, nas muitas aulas que ele deu aqui na Faculdade de Filosofia (FFLCH). Todas as palestras, todas as aulas que ele dava, ele gravava e depois punha alguém para digitar, fazia a revisão. Em 2010 ou 2011, dei uma disciplina de graduação optativa sobre a História e a Arqueologia da Grécia Antiga. Todas as aulas foram gravadas; depois contratei acho que o Estevam de Argos e a Irmina (ambos alunos de pós) para digitarem este material. Devo atualizar muita coisa e juntar ao que tenho escrito sobre História da Arqueologia, material também de disciplina de pós-graduação que ministrei no MAE, por cinco anos. A ideia é escrever um manual mais completo, juntando e atualizando todo esse material que fui estudando e trabalhando por anos. Não temos ainda um manual desse tipo no Brasil, pensei que estou devendo isso ainda: li muitas coisas, escrevi outras tantas, formei muitos alunos, não é possível que eu não consiga escrever isto, nem que seja para publicar online (risos de ambas).

Um conselho para quem está começando a enfrentar essa estrada, costurando os primeiros passos...

Sabe, Márcia, eu não sei se eu tenho conselho para quem está começando. Tudo mudou muito, o mundo acadêmico é outro. Eu já tinha percebido isso nos anos 2000, quando eu fui para a Europa fazer estágio. As pessoas leem e fazem fichamento no computador, depois cortam e colam, então escrevem o mestrado e escrevem o doutorado. Hoje tem os aplicativos, as tecnologias de inteligência artificial que substituem, podem vir a substituir qualquer pesquisa. Quando eu me formei, tinha fila na biblioteca, você tinha que deixar reservado um livro para depois você ir pegar e ler. Tínhamos de fotocopiar e haviam poucas máquinas de fotocópias. Havia todo um esforço para ter em mãos o material utilizado na disciplina do Professor Ulpiano, por exemplo. Com tantas diferenças entre a

minha época e os dias de hoje, não sei se teria um conselho para um jovem. Reforço: com uma formação tão distinta dos dias atuais, não sei se eu tenho como dar conselho para um jovem que vai se formar agora ou vá se interessar por esse tema agora. Confesso que apressei a minha aposentadoria justamente por esse descompasso. Veio a pandemia, todas as disciplinas sendo dadas de modo online. Tudo. Toda a bibliografia, toda a comunicação com cada um dos alunos que se fazia por um e-disciplina na USP, você tinha que digitalizar, jogar os PDFs lá. Os trabalhos dos alunos chegavam por lá para corrigirmos, os comentários que fizéssemos eram enviados por lá. Então, eu sou uma pessoa que, quando dava aula, redigia aula por aula. Minha livre docência é fruto de uma disciplina de extensão universitária que ministrei, escrevendo aula por aula que foram digitadas e se transformaram naquelas cem páginas da tese. Hoje você vai na biblioteca aqui, a biblioteca está simplesmente vazia, tem duas três cadeiras ocupadas, é uma biblioteca minúscula, não sei se na FFLCH a biblioteca deve ter mais gente sentada nas cadeiras... então é muito difícil dar um conselho. Acabei me aposentando por conta disso... com 70 anos, 71 anos, eu tenho que fazer aquilo que eu sei fazer, e que eu consigo fazer.

O modo de estudar e de fazer pesquisa mudou muito. Também mudou o nível de exigência, agora vale o padrão Capes de ser – publicar é preciso, e publicar a todo custo, manter-se em um programa de pós-graduação é quase que se submeter a uma camisa de força...

É a tal da *salami science*, como os críticos do mundo acadêmico atual definem: você escreve um texto, depois desmembra os parágrafos criando fatias que servem na composição de outros textos, com leves mudanças. O mundo acadêmico atual, inclusive no Brasil, está repleto de estudiosos que recorrem a esse artifício, de sorte a aumentar as linhas do currículo, como exige a academia atualmente.

Como muitas vezes falamos das mesmas coisas, estou sempre me perguntando: meu Deus, eu já falei isso em algum outro lugar? Porque tem a história também do autoplágio que devemos estar atentos. Aqui na USP uma professora excelente teve um artigo refutado numa revista importante, porque disseram que era autoplágio. Então, penso que é como o José Roberto Pellini me diz: “professora, não podemos tratar do mesmo tema em mais de um artigo. Aquele tema tem que ser encerrado num único artigo”, eis um ponto conflituoso... Vejo os meus colegas, hoje, você por exemplo, a Cristina, o Vagner, a Juliana da Hora, a Viviana Lo Monaco, a Lílian Laky– desesperados para produzir, porque senão não tem recursos para continuar. Haverá outra saída, além da *salami*

Maria Beatriz Borba Florenzano: memória de uma trajetória acadêmica
Márcia Cristina Lacerda Ribeiro

science? Não passei tanto por isso, embora, assim que terminei o mestrado, a Professora Haiga me disse que era preciso publicar... mas acabei nem publicando nenhum texto sobre o meu mestrado. A primeira publicação só veio em 1994 a partir de uma apresentação que fiz em um congresso, e veja que eu já era doutora desde 1987.

Para encerrar o nosso bate papo, no fechar das cortinas, você fez do seu jeito? O quê que você mudaria 50 anos depois, vendo a menina que entrou na USP aos 17?

O quê que eu mudaria? Olha... não sei se eu mudaria alguma coisa, talvez eu mudasse. Eu penso que nesse tempo todo eu acabei dando pouca atenção aos meus filhos, e eu falo isso para eles. Eles então me dizem: “mãe, você é a melhor mãe do mundo. Pelo amor de Deus, se tivesse dado mais atenção a gente seria sei lá...”. Eles são ótimos filhos. Às vezes falo que nem acredito em tudo que aconteceu. Mas nisso tem a história que já falei - eu tive muito apoio da família e do meu marido principalmente. Não sei se eu mudaria alguma coisa. Houve uma época em que pensei em sair do Museu, anos 90, foi muito pesado para nós aqui. Eu estava realmente exausta. Pensava que se ganhasse na Loteria montaria um instituto de estudos sobre a Grécia antiga apenas para fugir do excesso da burocracia da Universidade. Apesar das “delícias” da vida acadêmica, há também muitas dificuldades em lidar com o aparato burocrático, com algumas situações, mas creio ter feito do meu jeito, não há outro, não é mesmo?

Muito obrigada pelo carinho com o qual me recebeu para esse bate papo, que durou uma hora e quarenta e sete minutos, enquanto a chuva caía. Tantos rasgos de um passado memorável, que, por certo, não cabem em uma entrevista de tão poucas páginas, mas um presente para todos nós, historiadores, arqueólogos e apreciadores do mundo antigo.

Boa leitura!

Referências

CARANDINI, Andrea. **Archeologia e cultura materiale**. Dai “Lavori Senza Gloria” nell’antichità a una politica dei beni culturali. Bari: De Donato Editore, 1979.

FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. As 'pólis' do Ocidente grego à luz da Arqueologia Clássica: uma entrevista com Maria Beatriz B. Florenzano. **Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos**, v. 15, p. 9-19, 2020.

FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. (2019). Cidades e Periferias no Mundo Antigo. **Heródoto: Revista Do Grupo De Estudos E Pesquisas Sobre a Antiguidade**

Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino
ISSN 2595-6361

Vol. 6, N. 12, ano 2023, páginas 191 - 206

Maria Beatriz Borba Florenzano: memória de uma trajetória acadêmica
Márcia Cristina Lacerda Ribeiro

Clássica E Suas Conexões Afro-asiáticas, 4(1), 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/herodoto/article/view/10086>. Acesso em 28 de nov. 2023.

MOERBECK, Guilherme; FRIZZO, Fábio (org.). **Pesquisadores da Antiguidade: a formação de um campo interdisciplinar no Brasil**. Serra: Editora Milfontes, 2023.

RIBEIRO, MCL. PORTO, V. KORMIKIARI, MCN. Maria Beatriz Borba Florenzano: arqueóloga, numismata, professora. IN: MOERBECK, Guilherme; FRIZZO, Fábio (org.). **Pesquisadores da Antiguidade: a formação de um campo interdisciplinar no Brasil**. Serra: Editora Milfontes, 2023, p. 225-256.

SAMARAN, Charles. **L'histoire et ses methodes**: recherche, conservation et critique des témoignages. Bruges, Gallimard, 1961.

Informações dos autores

Márcia Cristina Lacerda Ribeiro. Professora da Universidade do Estado da Bahia, campus VI. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) da Universidade do Estado da Bahia. Doutora em História Antiga e Pós-doutora em Arqueologia Clássica pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (Labeca/MAE/USP) e do Núcleo de História Social e Práticas de Ensino (NHIPE/UNEB/CNPq).

Contribuição de autoria: autora/entrevistadora

URL do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8559229880888004>

Como citar:

FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. Maria Beatriz Borba Florenzano: memória de uma trajetória acadêmica. Entrevistadora: Márcia Cristina Lacerda Ribeiro. **Perspectivas e Diálogos**: Revista de História Social e Práticas de Ensino, Caetité, vol. 6, n. 12, 2023, p. 191 - 206.